



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**



**DIÁRIO DO SENADO FEDERAL**

---

**ANO LVIII – Nº 143 – QUARTA-FEIRA, 10 DE SETEMBRO DE 2003 – BRASÍLIA - DF**

---

MESA		
<p><b>Presidente</b> José Sarney – PMDB – AP</p> <p><b>1º Vice-Presidente</b> Paulo Paim – BLOCO – PT – RS</p> <p><b>2º Vice-Presidente</b> Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO</p> <p><b>1º Secretário</b> Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p><b>2º Secretário</b> Alberto Silva – PMDB – PI</p>	<p><b>3º Secretário</b> Heráclito Fortes – PFL – PI</p> <p><b>4º Secretário</b> Sérgio Zambiasi – BLOCO – PTB – RS</p> <p><b>Suplentes de Secretário</b> 1º João Alberto Souza – PMDB – MA 2º Serys Slhessarenko – BLOCO – PT – MT 3º Geraldo Mesquita Júnior – BLOCO – PSB – AC 4º Marcelo Crivella – BLOCO – PL – RJ</p>	
LIDERANÇAS		
<p><b>LIDERANÇA DO BLOCO DE APOIO AO GOVERNO - 23 (PT, PTB, PSB, PL)</b></p> <p><b>Líder</b> Tião Viana PT-AC</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Antonio Carlos Valadares Magno Malta Fernando Bezerra Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Arns Ideli Salvatti Geraldo Mesquita Júnior</p> <p><b>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA 28 (PFL – PSDB)</b></p> <p><b>Líder</b> Efraim Morais PFL-PB</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Eduardo Azeredo Rodolpho Tourinho</p> <p><b>LIDERANÇA DO GOVERNO</b></p> <p><b>Líder</b> Aloizio Mercadante PT-SP</p>	<p><b>Vice-Líderes</b> João Capiberibe Fernando Bezerra Patrícia Saboya Gomes Hélio Costa Marcelo Crivella</p> <p><b>LIDERANÇA DO PMDB - 21</b></p> <p><b>Líder</b> Renan Calheiros PMDB-AL</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Vago Hélio Costa Sérgio Cabral Luiz Otávio Ney Suassuna Garibaldi Alves Filho Romero Jucá</p> <p><b>LIDERANÇA DO PFL -17</b></p> <p><b>Líder</b> José Agripino PFL-RN</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Leomar Quintanilha Paulo Octávio Demóstenes Torres César Borges</p>	<p>Rodolpho Tourinho José Jorge</p> <p><b>LIDERANÇA DO PSDB – 11</b></p> <p><b>Líder</b> Arthur Virgílio PSDB-AM</p> <p><b>Vice-Líderes</b> Antero Paes de Barros Lúcia Vânia Leonel Pavan Álvaro Dias</p> <p><b>LIDERANÇA DO PDT - 6</b></p> <p><b>Líder</b> Jefferson Péres PDT-AM</p> <p><b>Vice-Líder</b> Almeida Lima</p> <p><b>LIDERANÇA DO PPS – 3</b></p> <p><b>Líder</b> Mozarildo Cavalcanti PPS-RO</p> <p><b>Vice-Líder</b> Patrícia Saboya Gomes</p>
EXPEDIENTE		
<p>Agaciel da Silva Maia <b>Diretor-Geral do Senado Federal</b> Júlio Werner Pedrosa <b>Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</b> José Farias Maranhão <b>Diretor da Subsecretaria Industrial</b></p>	<p>Raimundo Carreiro Silva <b>Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</b> Sérgio Castro <b>Diretor da Subsecretaria de Ata</b> Denise Ortega de Baere <b>Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</b></p>	

# SENADO FEDERAL

## SUMÁRIO

### 1 – ATA DA 116ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 9 DE SETEMBRO DE 2003

#### 1.1 – ABERTURA

#### 1.2 – EXPEDIENTE

#### 1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 180, de 2003 (nº 429/2003, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 13, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de seis milhões, cento e oitenta e um mil, setecentos e oitenta e sete reais, para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.725, de 2 de setembro de 2003..... 26494

Nº 181, de 2003 (nº 430/2003, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 21, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dos Transportes e da Defesa, crédito especial no valor global de trinta milhões cinqüenta e sete mil cento e setenta e dois reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.726, de 2 de setembro de 2003..... 26494

Nº 182, de 2003 (nº 431/2003, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 22, de 2003-CN, que altera a redação do item 4 do Quadro VI da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.727, de 2 de setembro de 2003..... 26494

Nº 183, de 2003 (nº 432/2003, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 27, de 2003-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor da Caixa Econômica Federal – CEF, crédito especial no valor total de trezentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.728, de 2 de setembro de 2003..... 26494

Nº 184, de 2003 (nº 433/2003, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 28, de 2003-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor da Caixa Econômica Federal – CEF, crédito suplementar no valor total de cinqüenta e cinco milhões e seiscentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.729, de 2 de setembro de 2003..... 26495

Nº 185, de 2003 (nº 436/2003, na origem), de 3 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 17, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de vinte e quatro milhões, setecentos e setenta mil, novecentos e vinte reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.730, de 3 de setembro de 2003.... 26495

Nº 186, de 2003 (nº 437/2003, na origem), de 3 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 18, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de cento e trinta e nove milhões e novecentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.731, de 3 de setembro de 2003..... 26495

#### 1.2.2 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

Nº 1.797/2003, de 5 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 590, de 1999 (nº 2.678/2000, naquela Casa), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação BR – 433. (Projeto enviado à sanção em 5-9-03) ..... 26495

#### 1.2.3 – Ofícios do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 701/2003, de 5 do corrente, comunicando o arquivamento, por inconstitucionalidade e injuridicidade, do Projeto de Lei do Senado nº 119, de 1996 (nº 3.732/97, naquela Casa), que dispõe

sobre a responsabilidade de autor de ação de impugnação de mandato temerária e de manifestação má fé.....

26495

Nº 702/2003, de 5 do corrente, comunicando o arquivamento, por inconstitucionalidade, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1989-Complementar (nº 23/91-Complementar, naquela Casa), que regula a competência para instituição do imposto sobre transmissão causa *mortis* e doação de quaisquer bens ou direitos, nas condições previstas no inciso III do § 1º do art. 155 da Constituição Federal. ....

26495

Nº 703/2003, de 5 do corrente, comunicando o arquivamento, por rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 1997 (nº 196/99, naquela Casa), que altera a Lei 8.852, de 4 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.....

26495

Nº 704/2003, de 5 do corrente, comunicando o arquivamento, por injuridicidade, do Projeto de Lei do Senado nº 443, de 1999 (nº 5.759/2001, naquela Casa), que altera os arts. 18, 21 e 22 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que “dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, e dá outras providências”....

26495

Nº 705/2003, de 5 do corrente, comunicando o arquivamento, por prejudicialidade, do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 1999 (nº 2.010/99, naquela Casa), que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência física. ....

26495

#### **1.2.4 – Avisos do Ministro de Estado da Saúde**

Nº 944/2003, de 3 do corrente, solicitando prorrogação do prazo, por mais trinta dias, para concluir o levantamento das informações em resposta ao Requerimento nº 389, de 2003, do Senador Antonio Carlos Magalhães. ....

26495

Nº 945/2003, de 3 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 546, de 2003, do Senador Arthur Virgílio. ....

26495

#### **1.2.5 – Parecer**

Nº 1.212, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 38, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta o art. 7º na Resolução nº 61, de 24 de junho de 1997 (permitindo que o Estado do Rio de Janeiro substitua os depósitos bancários em dinheiro das contas garantidoras previstas na referida Resolução, por ativos que

preservem a recomposição integral dos saltos financeiros dessas contas). ....

26496

#### **1.2.6 – Comunicação da Presidência**

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 38, de 2003, cujo parecer foi lido anteriormente. ....

26498

#### **1.2.7 – Leitura de projetos**

Projeto de Lei do Senado nº 375, de 2003, de autoria do Senador Magno Malta, que modifica o arts. 54 e 55 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de trânsito Brasileiro, para criar a exigência de que os condutores e passageiros de motocicletas e semelhantes portem capacete contendo a numeração da placa do veículo em que circulam.....

26498

Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação de colete salva-vidas em embarcações destinadas ao transporte de passageiros. ....

26499

#### **1.2.8 – Mensagem do Presidente da República**

Nº 188, de 2003 (nº 445/2003, na origem), de 5 do corrente, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Francisco de Oliveira Filho para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para cumprir o mandato restante de Reynaldo Alves Costa Neto. ....

26500

#### **1.2.9 – Leitura de requerimentos**

Nº 787, de 2003, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. ....

26520

Nº 788, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de congratulações pela posse dos Senhores Erony da Silva, Manuel Bravo Saramago e Belisário Antônio de Lacerda, como Desembargadores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. ....

26521

#### **1.2.10 – Comunicações da Presidência**

Recebimento da Mensagem nº 187, de 2003 (nº 439/2003, na origem), de 3 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de julho de 2003, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas. **(Anexado ao processado da Mensagem nº 64, de 2003).** ....

26521

Recebimento do Aviso nº 29, de 2003 (nº 2.204/2003, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.500/2003 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam,

sobre tomada de contas especial instaurada em virtude de conversão de processo de auditoria no Município de Coari – AM, decorrente de irregularidades na aplicação de recursos oriundos de convênios celebrados com a União e na aplicação de recursos originários de royalties (TC nº 014.180/2000-9). ..... 26521

#### 1.2.11 – Ofícios

Nº 1.326/2003, de 9 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista Especial destinada a apreciar a Medida Provisória nº 128, de 2003. .... 26521

Nº 365/2003, de 9 do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 128, de 2003. .... 26521

#### 1.2.12 – Discursos do Expediente

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE, como Líder – Pesar pelo falecimento do bispo da diocese de Macapá, Dom João Rizatti. Repúdio pelo falecimento do líder do MST em Alagoas, Sr. Luciano da Silva. .... 26522

SENADOR ÁLVARO DIAS, como Líder – Críticas ao texto da reforma tributária defendido pelo governo, destacando as reivindicações dos prefeitos municipais brasileiros. .... 26523

SENADOR PAPALÉO PAES – Homenagem à vida do bispo de Macapá, Dom João Rizatti, falecido nesta madrugada em Trento, na Itália. .... 26524

SENADOR MÃO SANTA – Precipitação da apreciação das reformas da Previdência e a tributária. Perspectivas de elevação da carga tributária com a reforma tributária. .... 26525

SENADOR ROMEU TUMA – Participação em palestras sobre segurança pública, na cidade de Joinville-SC. .... 26529

SENADOR PAULO PAIM – Referências à reforma da previdenciária. Comentários ao artigo da jornalista Rosana de Oliveira, intitulado “Dois pesos e duas medidas”. .... 26532

SENADORA IDELI SALVATTI – Necessidade de reabrir os debates sobre a questão da transição da reforma da previdência. .... 26542

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Ministro Murilo Macedo. .... 26542

O SR. PRESIDENTE (José Sarney) – Associa-se às homenagens prestadas ao ex-Ministro Murilo Macedo. .... 26545

#### 1.2.13 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2003, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que

dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sua conservação e dá outras providências. .... 26545

Projeto de Lei do Senado nº 378, de 2003, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para introduzir o crime de pichação e dá outras providências. .... 26554

#### 1.2.14 – Leitura de requerimentos

Nº 789, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior as informações que menciona. .... 26558

Nº 790, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. .... 26558

Nº 791, de 2003, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso pelo transcurso do Dia da Amazônia e pela iniciativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco em favor da preservação ambiental. .... 26558

#### 1.2.15 – Leitura de projeto

Projeto de Resolução nº 39, de 2003, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que cria, no Senado Federal, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. .... 26559

#### 1.2.16 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 39, de 2003, lido anteriormente. .... 26560

Realização de sessão especial, no próximo dia 11 de setembro, às 11 horas, em memória do ex-Presidente Salvador Allende e solicita aos líderes a indicação dos nomes dos oradores. .... 26560

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 493 e 667, de 2002, e 188, 200, 203, 209, 219, 220, 228, 233, 262, 263, 268, 291, 295, 313, 333, 341, 349, 352, 363, 370, 371, 375, 376 e 392, de 2003, aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação. À promulgação. .... 26560

#### 1.3 – ORDEM DO DIA

##### Item 1(Proveniente da Medida Provisória nº 123, de 2003)

**Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.**

Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2003, que define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento – CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências. **Aprovado**, após parecer de plenário, tendo usado da palavra os Srs. Arthur

Virgílio, Tião Viana, Jefferson Peres, Aloizio Mercadante, José Agripino, Hélio Costa, Almeida Lima, a Sra. Ideli Salvatti, os Srs. Tasso Jereissati, Ney Suassuna, Álvaro Dias, Eduardo Azeredo, Antonio Carlos Magalhães, Renan Calheiros. À Comissão Diretora para redação final. .... 26566

Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2003 (**Parecer nº 1.214, de 2003**). **Aprovada.** À sanção. .... 26588

### 1.3.1 – Comunicação da Presidência

Referente às providências tomadas pela Mesa do Senado na reunião de hoje, conjunta com os Srs. Líderes, a respeito da decisão do Juiz Federal Substituto da 21ª Vara de Brasília, sobre Ação Popular que visa suspender processo de indicação para cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União. .... 26585

### 1.3.2 – Ordem do Dia (Continuação)

#### Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios. **Não houve oradores** na primeira sessão de discussão, em primeiro turno. .... 26591

#### Item 3

Requerimento nº 626, de 2003, do Senador Hélio Costa, solicitando seja encaminhado voto de louvor à proposta do ex-Chanceler israelense Shimon Peres, de internacionalização da parte antiga da cidade de Jerusalém, com vistas à cessação das hostilidades árabe-israelenses. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Hélio Costa e Arthur Virgílio. .... 26592

#### Item 4

Requerimento nº 724, de 2003, do Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores, propondo à Organização das Nações Unidas a indicação do nome do Embaixador Sérgio Vieira de Mello, morto, em 19 de agosto último, em atentado terrorista contra a sede da representação da ONU no Iraque, como candidato ao Prêmio Nobel da Paz de 2003. **Votação adiada** para amanhã, nos termos do Requerimento nº 792, de 2003, tendo usado da palavra o Sr. Eduardo Suplicy. .... 26592

#### Item 5

Requerimento nº 646, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 25 e 268, de 2002, por versarem sobre a mesma matéria. **Aprovado.** .... 26593

#### Item 6

Requerimento nº 675, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta

dos Projetos de Lei do Senado nºs 81, de 2002, e 83, de 2003, por regularem a mesma matéria.

**Aprovado.** .... 26593

#### Item 7

Requerimento nº 676, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176, de 2000, 263, 270 e 295, de 2003, por regularem a mesma matéria. **Aprovado.** .... 26593

### 1.3.3 – Leitura de requerimentos

Nº 793, de 2003, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, de urgência para o Projeto de Resolução nº 38, de 2003, que acrescenta o art. 7º na Resolução nº 61, de 24 de junho de 1997 (permitindo que o Estado do Rio de Janeiro substitua os depósitos bancários em dinheiro das contas garantidoras previstas na referida Resolução, por ativos que preservem a recomposição integral dos saltos financeiros dessas contas). **Aprovado**, após usar da palavra o Sr. Sérgio Cabral. .... 26594

Nº 794, de 2003, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a Ministra de Estado do Meio Ambiente as informações que menciona. .... 26594

### 1.3.4 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como líder – Expectativa com a posse do antropólogo Mércio Pereira Gomes, na presidência da Fundação Nacional do Índio – Funai, para resolução dos problemas relativos as demarcações de terras indígenas. .... 26594

SENADORA HELOÍSA HELENA – Comentários sobre a disposição do colégio de líderes do Senado de entrar com agravo de instrumento contra a decisão de juiz do Tribunal Regional Federal que suspende a indicação do senador Luiz Otávio para ministro do Tribunal de Contas da União. .... 26601

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Homenagem ao Dia do Médico Veterinário. .... 26601

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Alerta para risco de irregularidades no Programa de Incentivo a Projetos de Interesse Social – Pips, aprovado recentemente pelo Congresso Nacional. .... 26604

### 1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ROMERO JUCÁ – Êxito da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. – Embraer. .... 26608

SENADOR VALMIR AMARAL – Cumprimentos ao governo pela iniciativa do Programa de Resgate do Transporte Ferroviário de Passageiros, que viabilizará a ligação ferroviária para

transporte de passageiros entre Brasília-DF e Luziânia – GO. .... 26609

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Contradições do Orçamento da União para 2004, o que leva o governo petista a fazer mudanças para pior. .... 26610

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Comentários à matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, de 12 de agosto do corrente, sob título “Sem-terra é lutador da justiça, diz Rosseto”. .... 26611

SENADOR ALVARO DIAS – Considerações sobre matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, de 23 de agosto do corrente, sob título “Trabalhadores perdem R\$2,2 bi”. .... 26613

SENADOR LEONEL PAVAN – Publicação no jornal **Folha de S. Paulo**, de 23 de agosto do corrente, do artigo intitulado “Sadam e Sudene de volta”. .... 26614

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Comentários ao artigo publicado na revista **Veja**, de 13 de agosto do corrente, sob título “Dois pesos, duas medidas”. .... 26615

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Considerações sobre matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, de 12 de agosto do corrente, sob título “Sinal dos tempos”. .... 26616

SENADOR REGINALDO DUARTE – Análise da matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 2 de setembro último, intitulado “Fazendeiros protestam contra invasão no MS”. .... 26617

SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Comentários à matéria publicada no **Jornal do Brasil**, de 2 de setembro do corrente, intitulado “Mercado já teme queda do PIB no ano”. .... 26618

SENADORA ROSEANA SARNEY – Homenagem à cidade de São Luís do Maranhão pelo transcurso do aniversário de sua fundação. .... 26619

### 1.3.6 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada. .... 26620

#### 1.4 – ENCERRAMENTO

### 2 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 9-9-2003

#### 3 – ATOS DO PRESIDENTE

Nºs 162 e 163, de 2003. .... 26624

#### 4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 4.727 a 4.736, de 2003. .... 26624

### 5 – ATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS

Nº 3, de 2003. .... 26629

### SENADO FEDERAL

### 6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

### 7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

#### 9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

#### 10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

### 11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

### CONGRESSO NACIONAL

### 12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

### 13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

### 14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

### 15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

## Ata da 116ª Sessão Deliberativa Ordinária em 9 de Setembro de 2003

### 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. José Sarney, Paulo Paim, Romeu Tuma, Papaléo Paes e Mão Santa*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS,  
ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.  
SENADORES:

Aelton Freitas – Alberto Silva – Almeida Lima – Aloizio Mercadante – Alvaro Dias – Amir Lando – Ana Júlia Carepa – Antero Paes de Barros – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Arthur Virgílio – Augusto Botelho – Delcídio Amaral – Ducio-mar Costa – Edison Lobão – Eduardo Azeredo – Eduardo Suplicy – Efraim Morais – Eurípedes Camargo – Fernando Bezerra – Flávio Arns – Garibaldi Alves Filho – Geraldo Mesquita Júnior – Gilberto Mestrinho – Hélio Costa – Heloísa Helena – Heráclito Fortes – Ideli Salvatti – Jefferson Peres – João Alberto Souza – João Batista Motta – João Capiberibe – João Ribeiro – Jorge Bornhausen – José Agripino – José Jorge – José Sarney – Leomar Quintanilha – Leonel Pavan – Lúcia Vânia – Luiz Otavio – Magno Malta – Maguito Vilela – Mão Santa – Marcelo Crivella – Marco Maciel – Mozarildo Cavalcanti – Ney Suassuna – Osmar Dias – Papaléo Paes – Patrícia Saboya Gomes – Paulo Octávio – Paulo Paim – Ramez Tebet – Reginaldo Duarte – Renan Calheiros – Renildo Santana – Roberto Saturnino – Rodolpho Tourinho – Romero Jucá – Romeu Tuma – Roseana Sarney – Sérgio Cabral – Sérgio Guerra – Sérgio Zambiasi – Tasso Jereissati – Teotônio Vilela Filho – Tião Viana – Valdir Raupp – Valmir Amaral.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### EXPEDIENTE

#### MENSAGENS

#### DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA RESTITUINDO AUTÓGRAFOS DE PROJETO DE LEI SANCIONADOS

Nº 180, de 2003 (nº 429/2003, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 13, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Comunicações, crédito suplementar no valor de seis milhões, cento e oitenta e um mil, setecentos e oitenta e sete reais, para reforço de dotações constantes da lei orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 10.725, de 2 de setembro de 2003.

Nº 181, de 2003 (nº 430/2003, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 21, de 2003-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, dos Transportes e da Defesa, crédito especial no valor global de trinta milhões cinqüenta e sete mil cento e setenta e dois reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.726, de 2 de setembro de 2003.

Nº 182, de 2003 (nº 431/2003, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 22, de 2003-CN, que altera a redação do item 4 do Quadro VI da Lei nº 10.640, de 14 de janeiro de 2003, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 2003, sancionado e transformado na Lei nº 10.727, de 2 de setembro de 2003.

Nº 183, de 2003 (nº 432/2003, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 27, de 2003-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor da Caixa Econômica Federal – CEF, crédito especial no valor total



de trezentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.728, de 2 de setembro de 2003.

Nº 184, de 2003 (nº 433/2003, na origem), de 2 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 28, de 2003-CN, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2003, em favor da Caixa Econômica Federal – CEF, crédito suplementar no valor total de cinquenta e cinco milhões e seiscentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.729, de 2 de setembro de 2003.

Nº 185, de 2003 (nº 436/2003, na origem), de 3 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 17, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito especial no valor de vinte e quatro milhões, setecentos e setenta mil, novecentos e vinte reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.730, de 3 de setembro de 2003.

Nº 186, de 2003 (nº 437/2003, na origem), de 3 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 18, de 2003-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego, crédito especial no valor de cento e trinta e nove milhões e novecentos mil reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 10.731, de 3 de setembro de 2003.

#### **OFÍCIO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Nº 1.797/2003, de 5 do corrente, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 590, de 1999 (nº 2.678/2000, naquela Casa), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica, sob a designação BR – 433.

(Projeto enviado à sanção em 5-9-2003)

#### **OFÍCIOS DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Nº 701/2003, de 5 do corrente, comunicando o arquivamento, por inconstitucionalidade e injuridicidade, do Projeto de Lei do Senado nº 119, de 1996 (nº 3.732/97, naquela Casa), que dispõe sobre a responsabilidade de autor de ação de impugnação de mandato temerária e de manifesta má fé.

Nº 702/2003, de 5 do corrente, comunicando o arquivamento, por inconstitucionalidade, do Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1989-Complementar (nº 23/91-Complementar, naquela Casa), que regula a competência para instituição do imposto sobre transmissão causa mortis e doação de quaisquer bens ou direitos, nas condições previstas no inciso III do § 1º do art. 155 da Constituição Federal.

Nº 703/2003, de 5 do corrente, comunicando o arquivamento, por rejeição, do Projeto de Lei do Senado nº 65, de 1997 (nº 196/99, naquela Casa), que altera a Lei 8.852, de 4 de fevereiro de 1994, que dispõe sobre a aplicação dos arts. 37, incisos XI e XII, e 39, § 1º, da Constituição Federal, e dá outras providências.

Nº 704/2003, de 5 do corrente, comunicando o arquivamento, por injuridicidade, do Projeto de Lei do Senado nº 443, de 1999 (nº 5.759/2001, naquela Casa), que altera os arts. 18, 21 e 22 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que “dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, e dá outras providências”.

Nº 705/2003, de 5 do corrente, comunicando o arquivamento, por prejudicialidade, do Projeto de Lei do Senado nº 224, de 1999 (nº 2.010/99, naquela Casa), que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI na aquisição de automóveis por pessoas portadoras de deficiência física.

#### **AVISOS DO MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE**

Nº 944/2003, de 3 do corrente, solicitando prorrogação do prazo, por mais trinta dias, para concluir o levantamento das informações em resposta ao Requerimento nº 389, de 2003, do Senador Antonio Carlos Magalhães.

Nº 945/2003, de 3 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 546, de 2003, do Senador Arthur Virgílio.

*A Comunicação e as informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.*

*O Requerimento nº 389, de 2003, aguardará na Secretaria-Geral da Mesa as informações.*

*O Requerimento nº 546, de 2003, vai ao Arquivo.*

## PARECER

## PARECER Nº 1.212, DE 2003

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Resolução nº 38, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta o art. 7º na Resolução nº 61, de 24 de junho de 1997, (permitindo que o Estado do Rio de Janeiro substitua os depósitos bancários em dinheiro das contas garantidoras previstas na referida resolução, por ativos que preservem a recomposição integral dos saldos financeiros dessas contas).**

Relator: Senador **Ney Suassuna**

**I – Relatório**

Foi submetido a esta Comissão, para apreciação, o Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta o art. 7º à Resolução nº 61, de 24 de junho de 1997.

O Projeto compõe-se de dois artigos, sendo o segundo a cláusula de vigência. O seu artigo principal é transcrito a seguir:

Art. 1º A Resolução nº 61, de 24 de junho de 1997, fica acrescida da seguinte disposição, renumerado para 7º o seu art. 6º:

“Art. 6º Desde que se ponham de acordo os participantes no respectivo contrato e venham a ocorrer situações em que o Estado entender cabível, os depósitos bancários em dinheiro feitos pelo Estado do Rio de Janeiro, para o fim de atender às disposições desta resolução, especialmente como explicitado na sua alínea **d** do art. 3º e no seu art. 4º, poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por outras espécies de ativos que preservem integralmente a recomposição dos saldos financeiros das contas garantidoras.”

O objetivo do projeto é permitir a troca de ativos utilizados como garantia em operação celebrada, em 1997, entre o Estado do Rio de Janeiro e a Caixa Econômica Federal, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

Aquela operação consistiu em um empréstimo concedido pela Caixa Econômica Federal ao Estado do Rio de Janeiro, com garantia da União, no valor de três bilhões e oitenta e oito milhões de reais, com vistas a formar provisão para o pagamento de aposentadorias e pensões de responsabilidade do banco Ba-

nerj, bem como de obrigações trabalhistas, fiscais e decorrentes de ações judiciais de responsabilidade daquele banco. Esta operação constituiu um saneamento prévio do passivo do Banerj, que viabilizou a sua privatização.

O Projeto em análise autoriza as partes envolvidas no contrato – a Caixa Econômica Federal, a União e o Estado do Rio de Janeiro – a rever o contrato no sentido de substituir as garantias em dinheiro por outros créditos do Estado do Rio de Janeiro. Com isso, liberam-se recursos para que o Estado do Rio de Janeiro possa saldar compromissos financeiros inadiáveis.

Não foram apresentadas emendas.

**II – Análise**

Manifesto-me a favor do mérito do Projeto de Resolução nº 30, de 2003. Trata-se de equacionar a momentânea dificuldade de caixa do Estado do Rio de Janeiro sem ferir a legislação vigente.

Em primeiro lugar, resalto que o texto do projeto está em conformidade com a Constituição Federal, ao preservar o ato jurídico perfeito (Constituição Federal, art. 5º, inciso XXXVI). Isto porque a troca de garantias fica condicionada ao acordo entre os participantes do contrato, não havendo qualquer quebra de compromisso previamente estabelecido.

O Projeto é igualmente respeitador da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 2000). Em seu art. 35, esta lei veda a realização de operação de crédito entre os entes da Federação. Não haveria, portanto, a possibilidade de a União ou entidades federais aportarem novos empréstimos aos Estados. Contudo, a operação em tela constitui mera troca de garantias, não havendo aporte de novos recursos, novação, refinanciamento ou postergação de compromissos, todos esses vedados pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em não se caracterizando como nova operação de crédito, não cabe também, no caso, a aplicação dos limites de endividamento estabelecidos na Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001.

Cabe lembrar a necessidade de um reparo de ordem meramente formal. O texto apresentado determina a renumeração do art. 6º para art. 7º da Resolução do Senado Federal nº 61, de 1997. Contudo, a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação de leis, veda, em seu art. 1º, inciso III, alínea **b**, qualquer renumeração de artigo. Dai a necessidade de ajuste formal na redação do Projeto de Resolução nº 38, de 2003.

**III – Voto**

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 38, de 2003, na forma da seguinte emenda substitutiva:

**EMENDA Nº 1-CAE (SUBSTITUTIVO)****AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 38, DE 2003**

**Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Resolução nº 61, de 1997, para permitir que o Estado do Rio de Janeiro substitua os depósitos bancários em dinheiro das contas garantidoras previstas na referida resolução por ativos que preservem a recomposição integral dos saldos financeiros dessas contas.**

Art. 1º O art. 4º da Resolução nº 61, de 24 de junho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 4º .....

Parágrafo único. Com a concordância dos partícipes do contrato de que trata esta resolução, os depósitos garantidores referidos no **caput** e na alínea **d** do art. 3º poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por outras espécies de ativos que preservem integralmente a recomposição dos saldos financeiros das contas garantidoras. (NR)”

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de setembro de 2003. –  
**Ramez Tebet**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator – **Ana Júlia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Romero Jucá** – **Luiz Otávio** – **Sérgio Cabral** – **Paulo Octávio** – **Rodolpho Tourinho** – **Eduardo Azere-do** – **Tasso Jereissati** – **Almeida Lima** – **Patrícia Saboya Gomes**.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA  
SECRETARIA-GERAL DA MESA*

*CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.**

Art. 12. A alteração da lei será feita:

III – nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

**b)** é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração de artigos e de unidades superiores ao artigo, referidas no inciso V do art. 10, devendo ser utilizado o mesmo número do artigo ou unidade imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos; (Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26-4-2001)

**LEI COMPLEMENTAR Nº 101,  
DE 4 DE MAIO DE 2000**

**Mensagem de Veto**

**Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.**

Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

§ 1º Excetuam-se da vedação a que se refere o **caput** as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a:

I – financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;

II – refinarciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.

§ 2º O disposto no **caput** não impede estados e municípios de comprar títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O Expediente lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Foi encaminhado à publicação o Parecer nº 1.212, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, lido anteriormente, concluindo favoravelmente ao Projeto de Resolução nº 38, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta o art. 7º na Resolução nº 61, de 24 de junho de 1997.*

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 375, DE 2003

**Modifica os arts. 54 e 55 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para criar a exigência de que os condutores e passageiros de motocicletas e semelhantes portem capacete contendo a numeração da placa do veículo em que circulam.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 54 e 55 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54. ....

I – utilizando capacete de segurança, com viseira ou óculos protetores, no qual conste, de maneira visível, a numeração da placa do veículo, conforme regulamentação do Contran;

..... (NR)”

“Art 55. ....

I – utilizando capacete de segurança no qual conste, de maneira visível, a numeração da placa do veículo, conforme regulamentação do Contran;

..... (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

Nos últimos anos, a questão da falta de segurança tem preocupado bastante a sociedade brasileira. Especialmente nas grandes cidades, a falta de segurança tem estado entre as principais preocupações nacionais, ao lado de temas como desemprego e saúde.

Nesse sentido, uma das novas modalidades de violência urbana envolve a utilização de motocicletas para a realização de ilícitos: uma dupla de motoqueiros aborda um motorista e o elemento que vai conduzido realiza o delito, que pode variar desde um “simples” assalto a mão armada até o seqüestro deste motorista.

Assim, visando reduzir a “conveniência” dessa modalidade de ilícitos, estamos apresentando esta proposição: na medida em que se torne facilitada à identificação do veículo, será mais fácil o rastreamento de seus autores, caso sejam seus proprietários. No caso de utilizarem veículos roubados, estará estampada nos capacetes a diferença com a placa veicular, o que facilitará o trabalho fiscalizatório.

É importante ressaltar que a população espera a adoção de medidas simples e práticas como a apresentada e que visem à resolução dos graves problemas que a afligem. Desta maneira, solicitamos o voto dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 2003. – Senador **Magno Malta**.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

#### Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 54. Os condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão circular nas vias:

I – utilizando capacete de segurança, com viseira ou óculos protetores;

II – segurando o guidom com as duas mãos

III – usando vestuário de Proteção, de acordo com as especificações do Contran.

Art. 55. Os passageiros de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão ser transportados:

- I – utilizando capacete de segurança;
- II – em carro lateral acoplado aos veículos ou em assento suplementar atrás do condutor;
- III – usando vestuário de proteção, de acordo com as especificações do Contran.

.....  
(À Comissão de Constituição, Justiça e cidadania – decisão terminativa.)

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 376, DE 2003**

### **Dispõe sobre a obrigatoriedade da dotação de colete salva-vidas em embarcações destinadas ao transporte de passageiros.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º As embarcações destinadas ao transporte de passageiros em águas territoriais brasileiras devem dispor de coletes salva-vidas a bordo.

§ 1º O número de coletes deve ser superior ao número de pessoas a bordo.

§ 2º A menos que os coletes sejam adaptáveis ao talhe das crianças, devem ser previstos, adicionalmente, coletes especiais para crianças em número correspondente a dez por cento do total.

§ 3º Os coletes devem ter suas características e especificações homologadas por órgão técnico competente.

Art. 2º Os coletes salva-vidas devem ser instalados a bordo, em locais de fácil acesso, claramente sinalizados.

Art. 3º O regulamento determinará os casos em que o uso do colete é obrigatório, bem como as medidas administrativas e penalidades aplicáveis no caso de inobservância ao disposto nesta lei.

Art. 4º O disposto nesta lei não se aplica ao transporte de passageiros que seja objeto de acordo, tratado ou convenção internacional.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificação**

Os freqüentes e graves acidentes envolvendo o transporte aquaviário de passageiros ocorridos ultimamente geraram um clima de insegurança que requer do poder público a adoção de medidas que visem à tranquilidade dos usuários. Entre essas medidas, destaca-se a determinação, por lei, da obrigatoriedade da dotação de coletes salva-vidas nas embarcações.

Atualmente, a questão relativa aos equipamentos de salva-vidas é disciplinada apenas por meio de normas expedidas pela autoridade marítima, não

existindo lei específica sobre o assunto. A Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (também conhecida como LESTA), que “dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário (...)”, aborda somente aspectos gerais da questão – definições, competências, princípios e responsabilidades, entre outros –, sem descer ao nível de detalhamento ou especificações. Tampouco trata de equipamentos o regulamento que dela decorre, aprovado pelo Decreto nº 2.596, de 18 de maio e 1998. A matéria é objeto da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, incorporada à Legislação brasileira mediante o Decreto nº 87.186, de 20 de maio de 1982, o qual, entretanto, é aplicável apenas a navios que efetuem viagens internacionais.

Elaboramos esta proposição, pois, com o objetivo de contribuir para o aumento da segurança do transporte aquaviário, elevando ao nível das leis a exigência de equipamentos de salvatagem nas embarcações. Em algumas circunstâncias, porém, dependendo do tipo de percurso ou de embarcação utilizada, o tempo de acesso aos equipamentos, em caso de acidente, pode ficar comprometido, situação em que o uso dos coletes – e não apenas a dotação – seria imperioso. Considerando a diversidade dessas situações, contudo, tomamos o cuidado de delegar a posterior regulamento – por constituir instrumento mais adequado a disciplinar a matéria – a competência para definir os casos em que esse uso seria indispensável, assim como as sanções que assegurem a eficácia da medida.

Optamos pela elaboração de projeto de lei independente, em vez de promover alterações na lei mais geral sobre a matéria, como determina a Lei Complementar nº 95, de 28 de fevereiro de 1998, que rege a elaboração das proposições legislativas. É que a Lei nº 9.537, de 1997, não comporta a inclusão de itens de natureza técnica, como a relação e quantificação dos equipamentos exigidos a bordo. Com maior razão, não admitiria a presença de dispositivo que discipline a obrigatoriedade de uso de um desses equipamentos.

Em vista do exposto, solicitamos a colaboração dos nobres parlamentares para a aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 2003. –  
**Valmir Amaral.**

### **LEGISLAÇÃO CITADA**

LEI Nº 9.537, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1997

**Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.**

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

**CAPÍTULO I**  
**Disposições Gerais**

.....

DECRETO Nº 2.596, DE 18 DE MAIO DE 1998

**Regulamenta a Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional.**

O Presidente do Senado Federal, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 40, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997,

Decreta:

.....

DECRETO Nº 87.186, DE 18 DE MAIO 1982

**Promulga a Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974.**

O Presidente da República, Considerando que o Congresso Nacional aprovou, pelo Decreto Legislativo nº 11, de 16 de abril de 1980, a Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar, 1974, concluída em Londres, a 1º de novembro de 1974; Considerando que o Instrumento de Adesão à referida Convenção pela República Federativa do Brasil foi depositado em Londres a 22 de maio de 1980; Considerando que a mencionada Convenção entrou em vigor para a República Federativa do Brasil a 25 de maio de 1980:

Decreta:

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,  
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

**Dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos menciona.**

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

.....

*(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, mensagem do Senhor Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte

**MENSAGEM Nº 188, DE 2003**  
(Nº 445/03, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição Federal, combinado com os arts. 53 e 54 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor Francisco de Oliveira Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para cumprir o mandato restante de Reinaldo Alves Costa Neto.

Brasília, 5 de setembro de 2003. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XIV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, resolve

NOMEAR

Reinaldo Alves Costa Neto, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, com mandato de dois anos.

Brasília, 15 de fevereiro de 2002; 181º da Independência e 114º da República. – **Fernando Henrique Cardoso.**

Publicado no **Diário Oficial** de 18 do fevereiro de 2002.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XIV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, resolve

EXONERAR, a pedido.

Reinaldo Alves Costa Neto do cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres ANTT, a partir de 13 de janeiro de 2003.

Brasília, 19 de fevereiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

## **MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**

### **TERMO DE POSSE**

O Ministro de Estado, Interino, dos Transportes, tendo em vista o disposto no artigo 13, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, EMPOSSA, nesta data, o servidor REINALDO ALVES COSTA NETO, nomeado pelo Decreto, de 15 de fevereiro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 18 seguinte, Seção 2, Capa, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, com mandato de dois anos.

O servidor apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, anexando a este termo, Declaração de Bens e Rendimentos e, ainda, declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

Para constar, eu Robson de Souza Andrade, com exercício no Serviço de Movimentação e Lotação, da Divisão de Cadastro, da Coordenação de Administração do Pessoal Ativo, da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, lavrei o presente TERMO, que vai assinado pelo Ministro de Estado, Interino, dos Transportes e pelo empossado.

Brasília-DF, 18 de fevereiro de 2002.

\_\_\_\_\_  
MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, DOS TRANSPORTES.

\_\_\_\_\_  
EMPOSSADO

## Curriculum vitae

### BREVE APRESENTAÇÃO

#### NOME E SOBRENOME

*Francisco de Oliveira Filho, para o mercado mineiro de comunicação e marketing. O Chiquinho de Oliveira. O Chiquinho da Globo. O Chiquinho da Itatiaia. O Chiquinho da Bogoricin. O Chiquinho da CEMIG. Dos amigos vem o apelido carinhoso. Da longa vivência profissional, a multiplicidade de “sobrenomes”, jurídicos.*

#### RESPIRANDO MARKETING NA COMUNICAÇÃO E NEGÓCIOS

*Nas agências: G. Holman Santos, Denison, L & F e América... Nos veículos como: O Diário Católico, Última Hora, TV Alterosa, Rádio Itatiaia, Jornal da Bahia, TV Globo e Cemig. Neste multifacetado universo empresarial, vivendo, aprendendo, oferecendo opções e apresentando respostas à problemática de marketing de clientes das mais diversas áreas. Uma experiência sólida, rica, frutífera, desaguando em novos caminhos, como empresário fundador da Rádio Sucesso, em Barbacena, 1ª emissora de FM a transmitir em stereo/laser no Brasil.*

#### NA MESMA ESTRADA, VARIANDO TRILHAS

*Ainda pelos caminhos do marketing deu com os costados na política, como um dos coordenadores da campanha do Deputado Constituinte Hélio Costa para a Câmara Federal e em 1990 e 1994 para as campanhas ao governo de Minas Gerais. Assessor parlamentar em Brasília, com uma gratificante atuação na elaboração, em equipe, de respostas eficazes aos desafios da criação de uma Carta Magna para o País. Em janeiro/97 vai para a Prefeitura de Contagem atuar como Coordenador Político e Assessor Especial do então prefeito Newton Cardoso. E assume em abril de 1998, uma das coordenações da campanha vitoriosa de Itamar Franco ao governo de Minas Gerais.*

#### COM SUOR E COM CARINHO

*Desde o primeiro momento, garoto ainda, iniciando carreira numa agência, até a marcante experiência como empresário no setor de comunicação, testemunho que a profissão lhe deu muito mais do que tomou: gratificação plena.*

*Afinal, esta vivência no enfrentamento permanente de desafios extrapola a atividade e faz crescer o homem. Procura dar reciprocidade à profissão na atenção constante com auto-aperfeiçoamento, através da participação em inúmeras palestras, cursos, seminários, convenções e atuante participação nas entidades de classes do segmento da comunicação.*

#### POR TRÁS DO PROFISSIONAL

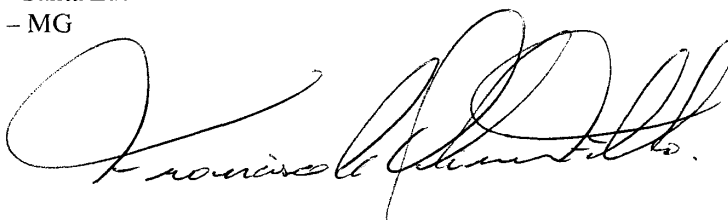
*O Chiquinho, 55 anos, marido da Cleide há mais de 30; pai do Matheus e do Alexandre. Cidadão de hábitos disciplinados, círculo de relacionamento amplo e diversificado, preocupado em amenizar as desigualdades sociais e preservar um futuro melhor para todos.*

Texto de apresentação do poeta, jornalista, publicitário e advogado **Toni Campos**



**DADOS PESSOAIS****FRANCISCO DE OLIVEIRA FILHO**

Rua Sagitário, 182 – aptº 12 – Santa Lúcia  
30360-230 – Belo Horizonte – MG  
Telefones: (31) 3297-0492  
(31) 9955-2345



**DATA DE NASCIMENTO:** 20 de Julho de 1947

**NATURALIDADE:** Itaguaí – RJ

**NACIONALIDADE:** Brasileira

**FILIAÇÃO:** Francisco Vieira de Oliveira  
Arlete Fiorino da Costa Oliveira

**ESTADO CÍVIL:** Casado

**ESPOSA:** Cleide Horta de Oliveira

**FILHOS:** Alexandre Horta Diniz Fiorino C. Oliveira - 28/08/79  
Matheus Horta Diniz F. da Costa Oliveira – 26/12/80

**CARTEIRA PROFISSIONAL:** 442208/MTPS - Série: 190

**PROFISSÃO:** Publicitário, registrado no MTPS, livro nº 1, fl.51 v,  
Sob nº 100, Lei 4680 de 18/06/65, regulamentada pelo  
Decreto 57690 de 01/02/66.

**PIS:** 10246844-199

**CARTEIRA DE IDENTIDADE:** M-1.833.420 – SSP-MG

**TÍTULO DE ELEITOR:** 310828202/30 – zona: 034 – seção: 0098 – Município  
de Belo Horizonte - MG.

**CERTIF. DE RESERVISTA:** 173.099 – série: B – 4º Região Militar–11ª CSM-MG

**CPF:** 011.344.346-34- expedida pela 6ª região fiscal – BH

**PASSAPORTE:** CK 388349 – Validade 28/12/2004

**TIPO SANGUÍNEO:** A-RH + (positivo)

**FORMAÇÃO ACADÊMICA**  
**CURSOS**  
**APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL**

**FORMAÇÃO ESCOLAR**

<b>PRIMÁRIO:</b>	Grupo Escolar Bias Fortes – Barbacena-MG Grupo Escolar Amílcar Savassi – Barbacena-MG
<b>ADMISSÃO:</b>	Colégio Crispim Jacques Bias Fortes - Barbacena-MG
<b>GINASIAL:</b>	Colégio Estadual Prof. Soares Ferreira – Barbacena-MG Colégio Estadual Anexo Serra – Belo Horizonte-MG
<b>COLEGIAL:</b>	Colégio Ângelo Roncalli – Belo Horizonte-MG

**FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA**

- **Curso de História da Faculdade de Filosofia**  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC

**FORMAÇÃO PÓS – UNIVERSITÁRIA**

- **II PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO EM MARKETING – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO**, ministrado pelo Centro de Desenvolvimento em Administração “Paulo Camilo de Oliveira Penna” da **Fundação João Pinheiro** – Registro nº 3635 – livro nº 3, fls. 266 em 04/07/79.
- **Período:** 12/02/79 a 04/07/79
- **Carga horária:** 180 horas

***CURSOS, SEMINÁRIOS, CONVENÇÕES E PALESTRAS***

- **1º SEMINÁRIO DE ESPECIALIZAÇÃO EM MÍDIA**

Promovido pelo Centro de Pesquisa e Extensão Universitária do Instituto Cultural Newton de Paiva Ferreira. Registrado no Livro nº 1 sob o nº 2419 em 30/12/75.

Período: 17 a 21/11/75

Carga horária: 12 horas/aula

- **1º SEMINÁRIO DE MERCHANDISING**

Promovido pela AMP – Associação Mineira de Propaganda.

Período: 25 a 27/05/77

- **SEMANA DE ESTUDOS SOBRE RELAÇÕES PÚBLICAS**

Promovido pela ABRP – Associação Brasileira de Relações Públicas. BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e ICNPF – Instituto Cultural Newton de Paiva Ferreira. Registrado no Livro nº 2, sob o nº 2976 em 23/11/77.

Período: 08 a 11/11/77

- **1º CURSO TÉCNICO DE MÍDIA**

Promovido pelo GMMG – Grupo de Mídia de Minas Gerais.

Período: 21 a 26/08/77

- **SEMINÁRIO DE RÁDIO – MG**

Promovido pela AMP – Associação Mineira de Propaganda. AMIRT – Associação Mineira de Rádio e Televisão e GRMG – Grupo de Rádio de Minas Gerais.

Período: 18 a 20/09/79.

- **1º CONGRESSO MINEIRO DE PROPAGANDA**

Promovido pela AMP – Associação Mineira de Propaganda e Centro de Estudos Mineiros da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Registrado sob nº 74, livro 11, fl. 37 em 08/03/82.

Participação como DEBATEDOR no Painel nº 2: “Os Grupos e Clubes na Formação e Aperfeiçoamento Profissional”. Registrado sob nº 24, livro 11, fl. 40 em 08/03/82.

Período: 13 a 15/06/82

- **CURSO COMPACTO DE ATUALIZAÇÃO EM PROPAGANDA E MARKETING**

Promovido pela Escola Superior de Propaganda e Marketing de São Paulo.

Período: 27, 28 e 29/10/82

- **CURSO “GERÊNCIA DE UM PLANO INTEGRADO DE COMUNICAÇÃO”**

Promovida pela Associação Brasileira de Anunciantes.  
Período: 14/03/83

- **SEMINÁRIO NEGOCIAÇÕES EM VENDAS**

Promovido pela CENAD – Centro Nacional de Administração da Fundação Barão de Mauá no Rio de Janeiro.  
Período: 30/11 a 01/12/84

- **SEMINÁRIO – DESENVOLVIMENTO GERENCIAL – MÓDULO I**

Tema: Introdução ao Desenvolvimento de Tecnologias Gerenciais.  
Promovido pelo DRH da Rede Globo.  
Período: 09, 10 e 11/08/82  
Carga horária: 24 horas

- **SEMINÁRIO – DESENVOLVIMENTO GERENCIAL – MÓDULO I**

Tema: Análise Empresarial.  
Promovido pelo DRH da Rede Globo.  
Período: 22, 23 e 24/09/82  
Carga horária: 24 horas

- **SEMINÁRIO – DESENVOLVIMENTO GERENCIAL – MÓDULO III**

Tema: Sistemas de TV e Processo de Produção.  
Promovido pelo DRH da Rede Globo.  
Período: 13 a 17/06/83  
Carga horária: 36 horas

- **CURSO DE TREINAMENTO DE AVALIADORES**

Promovido pelo DRH da Rede Globo.  
Período: 28.06.83  
Carga horária: 04 horas

- **CONVENÇÃO DE VENDAS**

Promovido pela Central Globo de Comercialização e DRH da Rede Globo.  
Período: 09 a 10/02/84  
Carga horária: 12 horas  
Local: Foz do Iguaçu-PR.

- **SEMINÁRIO DE APOIO AO SUPERIOR IMEDIATO**

Promovido pelo DRH da Rede Globo.  
Período: 17 a 21/09/84  
Carga horária: 12 horas

- **SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL – MÓDULO III**

Tema: Administração da TV Globo.  
Promovido pelo DRH da Rede Globo.  
Período: 23 a 25/07/84  
Carga horária: 25:30 hs

- **PALESTRA – (como palestrante)**

Tema: “Comunicação Social: Curso ou Discurso?” para o curso de Comunicação Social do Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira em 03/05/93.

- **SEMINÁRIO “GESTÃO EM PARCERIA” Um Novo Desafio Empresarial – Faculdades Integradas Newton Paiva Ferreira.**

Período: 06/12/95  
Carga horária: 04 horas/aula

- **XXIII – SEMINÁRIO NACIONAL DE GRANDES BARRAGENS**

Período: 22 A 26 de março de 1999  
Promotores: CBGB – Comitê Brasileiro de Grandes Barragens  
Cemig – Cia Energética de Minas Gerais

- **II CIERTEC – Reunião Internacional da CIER Sobre Qualidade na Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica.**

Período: 29 de agosto à 1º de setembro de 1999.  
Promotores: Bracier / Cemig

## ***PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES, SINDICATOS E OUTRAS ENTIDADES***

### **AMP – Associação Mineira de Propaganda**

Sócio contribuinte – matrícula nº 574 - admitido em 18/08/66  
Diretor eleito para o biênio 74/75  
Diretor reeleito para o biênio 76/77  
Diretor Executivo biênio 78/79  
Membro do Conselho Fiscal – eleito para o biênio 80/81  
Vice-Presidente – eleito para o biênio 84/85  
Presidente interino de maio a dezembro de 1985

### **APPEAP – Associação Profissional dos Publicitários e Empregados em Agências de Propaganda de Belo Horizonte (transformada em Sindicato da Classe em meados de 1979).**

Sócio Fundador – matrícula nº 2  
Primeiro Diretor Tesoureiro – eleito para o período de 29/06/75 a 30/12/75  
Diretor Técnico de 02/01/76 a 05/07/79

**Sindicato dos Publicitários e Trabalhadores em Agências de Propaganda de Belo Horizonte.**

Diretor – eleito para o triênio 79/82  
Diretor – reeleito para o triênio 82/85  
Suplente – eleito para o triênio 85/88

**Articulador do movimento para Fundação do Grupo de Atendimento de Minas Gerais, criado em 25/06/81.****Federação Nacional dos Publicitários, Agenciadores de Propaganda e Trabalhadores em Agências de Propaganda.**

Diretor – eleito para o triênio 83/86

**Sindicato das Agências de Propaganda – Entidade Patronal**

Presidente do Conselho – eleito para o triênio 95/97

**CONDECORAÇÕES**

- **INSÍGNIA DA INCONFIDÊNCIA** – Governo do Estado de Minas Gerais - Em 14 de dezembro de 1985;
- **MEDALHA DA “ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS”** – Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais - Em 03 de dezembro de 1999;
- **MEDALHA DA INCONFIDÊNCIA** – Governo do Estado de Minas Gerais – Em 29 de abril de 2000;
- **MEDALHA DO MÉRITO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE CONTAGEM** – Prefeitura Municipal de Contagem – Em 29 de agosto de 2000;
- **MEDALHA SANTOS DUMONT** – Governo do Estado de Minas Gerais – Em 22 de outubro de 2000.

**MOÇÕES**

- **CÂMARA MUNICIPAL DE BARBACENA** - Em 16 de setembro de 1997 e 11 de novembro de 1999;
- **CÂMARA MUNICIPAL DE COROMANDEL** - Em 15 de março de 1999.

**HOMENAGENS**

- **CENP - CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS PADRÃO DA PROPAGANDA BRASILEIRA** - São Paulo, 02 de dezembro 1999;
- **OS MELHORES DA PROPAGANDA MINEIRA – 2002**  
**DIPLOMA DE HOMENAGEM ESPECIAL — 06/12/2002**  
Promoção: AMP - Associação Mineira de Propaganda;
- **PERSONALIDADES DA PROPAGANDA – 2002**  
**DIPLOMA DO LIVRO DE HONRA – 10/12/2002**  
Promoção: SINDAPRO-MG

## **ATUAÇÃO PROFISSIONAL**

- **G. HOLMAN SANTOS PUBLICIDADES LTDA – Belo Horizonte-MG.**  
Cargo: Office-boy.  
Período: 02/01/65 a 30/04/65
- **O DIÁRIO – Belo Horizonte-MG.**  
Cargo: Admitido como auxiliar de escritório e promovido a Contato.  
Período: 01/06/65 a 01/05/66
- **SOCIEDADE DISTRIBUIDORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA (Distribuidora Abril)**  
Cargo: Gerente de Vendas.  
Período: 02/05/66 a 14/07/66  
Funções:
  - \* Editor do Jornal das Bancas, órgão da SDJRL para circulação junto a jornaleiros de Belo Horizonte.
  - \* Estágio na Distribuidora Abril S/A – com posterior convite dos Srs. Franklin Vassão e Paulo Vianna para ingressar na empresa em São Paulo.
- **EDITORIA ÚLTIMA HORA S/A**  
**1º cargo:** Contato de Propaganda.  
Período: 15/07/66 a 28/02/67  
Função:
  - \* Contato do Jornal em Belo Horizonte, responsável pela comercialização integral da Edição Mineira.**2º cargo:** Representante Comercial – Sucursal BH.  
Período: 01/04/67<sup>a</sup> 30/04/68  
Função:
  - \* Implantação da sucursal do Jornal Última Hora em Minas Gerais e comercialização exclusiva das edições Nacionais, Carioca e Fluminense.
- **TV ALTEROSA – Órgão dos Diários e Emissoras Associados de MG – Belo Horizonte-MG.**  
Cargo: Diretor Comercial  
Período: 01/05/68 a 08/09/69  
Função:
  - \* Planejamento e implantação do novo Departamento Comercial da TV Alterosa. Até então, todo o trabalho de tráfego, operação e parte da comercialização da TV Alterosa eram executados por funcionários da TV Itacolomi – Rede Tupi.

- **O DIÁRIO – SOCIEDADE EDITORA – IMPRIMATUR LTDA**

1º cargo: Contato de Publicidade

2º cargo: Chefe da equipe de Corretores

Período: 06/10/69 a 31/03/70

Função:

- \* Criação e administração de equipes com cinco corretores (agenciadores) com suas áreas de trabalho delimitadas geograficamente.

- **RÁDIO ITATIAIA LTDA – Belo Horizonte – MG**

Cargo: Diretor Comercial

Período: 01/06/70 a 23/08/71

Função:

- \* Comercialização conjunta para os veículos de propriedade do empresário Januário Carneiro, tais como:
- \* Rádios Itatiaia e Cultura, TV Vila Rica, Diário de Minas em Belo Horizonte e Rádio Clube de Curvelo-MG.

- **S/A DIÁRIO DE NOTÍCIAS – Salvador – BA**

Cargo: Diretor Comercial

Período: 01/11/71 a 31/01/72

Função:

- \* Planejamento e comercialização de três cadernos especiais, sendo o primeiro sobre a “Importância do Cacau na Economia da Bahia”, o segundo, “Irecê e a Estrada do Feijão”, e, por último, “Inauguração do Porto de Malhado em Ilhéus”.

- **TV ARATU-RADIODIFUSÃO EDUCADORA DA BAHIA S/A – Salvador-BA**

Cargo: Contato de Propaganda

Período: 01/06/72 a 01/02/73

Função:

- \* Planejamento, implantação, venda e controle dos rotativos vespertinos da TV Aratu, que consistia na comercialização do horário diurno, através de pacotes mensais de 30 comerciais veiculados alternadamente em dias ímpares ou pares, numa frequência máxima de dois comerciais, visando conquistar anunciantes. Objetivo atingido em 30 dias.

- **DENISON PROPAGANDA NORDESTE S/A – Salvador – BA**

Cargo: Contato

Período: 01/02/73 a 30/04/73

Função:

- \* Atendimento integral às três maiores contas da agência:

⇒ Radiolar - maior varejo de móveis e eletrodomésticos de Salvador.

⇒ Sadel – segundo maior varejo de Salvador e primeiro de Feira de Santana.

⇒ Abaeté Veículos – único revendedor Chrysler do Recôncavo Baiano.



**REDE GLOBO – UM CAPÍTULO DE 15 ANOS**

- **REDE GLOBO – RÁDIO GLOBO CAPITAL LTDA – Belo Horizonte-MG**

1º cargo: Contato Comercial

Período: 01/06/73 a 31/12/78

Funções:

- \* Atendimento direto a clientes sem agência. Em maio de 1973, o percentual de participação dos clientes diretos no faturamento do canal 12 em Belo Horizonte, era de 30%. Quatro anos e meio depois, o percentual foi ampliado para 50%, quando se processou um remanejamento na atuação da equipe de atendimento.
- \* Implantação do “Rodízio Faixa Diurna”, que consistia na venda de pacotes mensais de comerciais com descontos progressivos. Com esse sistema de comercialização foi possível quebrar o tabu do mercado, que na época não consumia secundagem diurna, e assim, preencher todos os intervalos comerciais do horário vespertino da Rede Globo Minas.

**TÍTULO**

*“Melhor Contato de Veículos de 1978”*

**PROMOÇÃO**

*“Os Melhores da Propaganda Mineira”*

**ENTIDADES PROMOTORAS**

⇒ AMP – Associação Mineira de Propaganda

⇒ Sindicato dos Publicitários de Belo Horizonte

⇒ Clube de Criação de Minas Gerais

⇒ Clube de Mídia de Minas Gerais

**2º cargo:** Gerente de Vendas da Sucursal Minas Gerais

Período: 01/01/79 a 30/06/81

Função:

- \* Implantação da Sucursal de Vendas em Minas Gerais. Os percentuais de crescimento da sucursal nos seus dois anos e seis meses de operação, foram os seguintes:

**1979** = 251,70% com 45 clientes

**1980** = 518,72% com 62 clientes

**1981** = 1º semestre: 262,84% com 53 clientes

**3º cargo:** Gerente de Vendas no Núcleo II – BH

Período: 01/07/81 a 28/02/87

Funções:

- \* Administrar vendas e coordenar equipe de contatos na comercialização do espaço comercial das emissoras integrantes da Rede Globo de Televisão no Brasil.

**Obs. 1** - Todas as metas mensais, trimestrais e anuais estabelecidas para o Núcleo II neste período, foram cumpridas e várias vezes ultrapassadas em mais de 200%.

**Obs. 2** – Co-responsável juntamente com a Gerência de Operações local, pela implantação e operação do processo de informatização (SISCOM) do Departamento Comercial da Rede Globo Minas.

**Obs. 3** – Neste período, por várias vezes ocupou outras diretorias interinamente e, pelo menos em três ocasiões a Direção Regional da Rede Globo em Minas.

### **PREMIAÇÃO**

*Vencedor do Concurso Nacional “Estrela de Belém”, instituído em 1984 pela “Central Globo de Comercialização”, com a finalidade de incentivar e premiar seus melhores homens de vendas no Brasil. Como prêmio recebeu um Monza SLE – 0 km, pelo desempenho como melhor Gerente de Vendas da Rede Globo no ano.*

## **A EXPERIÊNCIA COMO EMPRESÁRIO DE RÁDIO**

- **ABC – RÁDIO E TELEVISÃO LTDA – RÁDIO SUCESSO FM**

Cargo: Sócio Gerente

Sociedade constituída com o jornalista Hélio Costa, para explorar um canal de FM na cidade de Barbacena. A emissora com marca fantasia de **Rádio Sucesso FM**, entrou no ar em 14/11/85, na frequência de 101,7 MHz. Montada na época com o mais sofisticado equipamento de FM, é ainda hoje considerada emissora modelo, pelo Ministério das Comunicações. Com 10 KW de potência no transmissor e 32 KW de saída na antena, cobrindo 85 municípios com população de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes nas regiões da Mantiqueira e Vertentes.

- **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cargo: Assessor Parlamentar do Deputado Hélio Costa, Gabinete 545 em Brasília.

Período: 15/03/87 a 16/03/88

Funções:

- \* Subsidiar o Deputado, de informações na Constituinte e em suas ações parlamentares.
- \* Responsável pelo desenvolvimento de projetos de interesse das regiões onde o Deputado foi majoritário, bem como, encaminhamento e acompanhamento dos mesmos, nas Secretarias de Estado e de Órgãos Públicos em Belo Horizonte.

**Nota:**

A convite do jornalista Hélio Costa, então candidato a Deputado Federal por Minas Gerais, assume em setembro de 1986 a coordenação de sua campanha política, na Grande Belo Horizonte e Triângulo Mineiro, regiões onde o candidato obteve significativa votação, com aproximadamente 50 mil votos, representando 42% do total de sua votação, contribuindo decisivamente para a sua eleição como o 4º Deputado Federal mais bem votado pelo PMDB, nas eleições de 1986, e, um dos mais votados em toda a história política de Minas.

- **JÚLIO BOGORICIN IMÓVEIS MINAS GERAIS LTDA**

Cargo: Diretor Superintendente

Período: 08/02/90 a 20/07/90

- \* Administrar e dirigir a empresa em Minas Gerais, com o objetivo principal de recoloca-la em posição de destaque no mercado imobiliário do Estado.

Com a decretação do “Plano Collor” em março de 1990, os projetos foram revistos e usando ferramentas de marketing, criamos o “Banco de Trocas e Negócios”, objetivando manter o espírito de corpo da equipe de vendas, gerentes e diretores. Esta iniciativa, incrementou propostas para permutas, das mais diversas, por imóveis da carteira da empresa, à medida que as trocas se concretizavam, a Júlio Bogoricin Imóveis, tornava-se notícia nas redes nacionais de televisão, jornais e nas emissoras de rádio.

Em abril de 1990, com pequeno investimento em propaganda, a regional de Minas Gerais da Júlio Bogoricin, manteve estável sua receita e, em consequência, superou o faturamento da matriz em São Paulo e das unidades do Rio de Janeiro, Niterói, Salvador e Porto Alegre.

Ao deixar a empresa, para coordenar a Comunicação e Marketing da campanha política de um dos candidatos ao Governo do Estado, a Júlio Bogoricin, encontrava-se muito bem posicionada, alcançando o objetivo a que se propunha no início, superando portanto, todos os obstáculos surgidos na economia, principalmente no mercado imobiliário.

- **L & F PUBLICIDADE**

Cargo: Diretor de Desenvolvimento

Período: 01/07/91 a 01/01/93

Funções:

- \* Detectar no mercado novas oportunidades de negócios para a agência, bem como, para os clientes por ela já atendidos.
- \* Prospectar novos clientes e encontrar soluções viáveis para aqueles que por qualquer razão, estivessem com seu processo de comunicação mercadológica temporariamente paralisada.

- \* Contribuir no planejamento e na introdução de metodologias modernas, visando a melhoria de qualidade do produto final – a propaganda.

**Nota:**

Nos primeiros 60 dias de atuação nesta Diretoria, foram conquistadas três contas de porte nacional e uma local:

- ⇒ Orthocrin Indústria e Comércio Ltda (nacional)
- ⇒ Crom do Brasil S/A (nacional)
- ⇒ Cia. São Geraldo de Viação (nacional)
- ⇒ Arco Engenharia e Comércio Ltda (local)

- **AMÉRICA PROPAGANDA**

Cargo: Diretor, Sócio-Fundador

Período: Janeiro de 1993 a julho de 1996

Funções:

- \* Responsável pela Diretoria Comercial da empresa e prospecção de novos negócios.
- \* Representatividade da empresa junto ao mercado, entidades de classe e clientes.
- \* Responsável direto pela expansão da empresa, posicionando-a entre as 10 maiores agências do mercado mineiro.

***Principais clientes conquistados***

Martins Comp. Importação e Exportação Ltda, de Uberlândia; Cia. São Geraldo de Viação Ltda; Hipermercado Bon Maché – Grupo Sendas; Prossegur Brasil S/A; Governo do Estado de Minas Gerais – (três Secretarias de Estado); Rede Minas de Televisão; Prefeitura Municipal de Sete Lagoas; Prefeitura Municipal de Juiz de Fora; UBEE – Colégio Marista; Minasguma Comércio e Indústria; Condomínio Shopping 5ª Avenida e Grupo U.D.L – Valadares Diesel de Governador Valadares.

Em janeiro de 1993, com mais dois sócios, era fundada a *América Propaganda*, da qual foi Sócio e Diretor Comercial. Foram muitas glórias e conquistas a cada nova conta prospectada, e também, pela expansão em três anos e meio de intensa atividade, posicionando-se dentre as 10 maiores agências de propaganda do mercado mineiro.

Em 1995, a América, classificou-se entre as 200 maiores agências de propaganda no mercado brasileiro, segundo a revista Meio e Mensagem nº 713 de 08/07/96.

- **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM**

1º cargo: Auditor Assistente

Período: 15/01/97 a 30/07/97

2º cargo: Assessor Especial do Gabinete do Prefeito

Período: 31/07/97 a 31/07/98

Funções:

- \* Com orientação do Prefeito Newton Cardoso, organiza uma Coordenação Política, com vistas a atender as demandas do mundo político mineiro que gravitava a seu redor.

Informatiza o setor e implanta um abrangente e confiável cadastro político de Minas. Neste período foram agendadas 3.815 visitas das lideranças do interior à Contagem. Foram também organizadas 129 viagens às cidades mineiras, a maioria delas para recebimento de título de cidadania e homenagens diversas.

- **CEMIG – COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS**

Cargo: Superintendente de Comunicação Social e Representação

Período: 02/02/1999 a 30/12/2002

Função:

- \* Administrar, planejar e executar as políticas de comunicação da empresa, zelando pela imagem e bom uso de sua marca e de seus diversos produtos e serviços.
- \* Nesta gestão de 04 anos a CEMIG recebeu 51 (cinquenta e uma) premiações e homenagens de institutos, veículos e entidades nacionais. A maior em seus 50 anos. Vale ressaltar as principais na área de comunicação.

- **1999**

*Prêmio Minas Gerais – ABAMEC-MG*

- ⇒ *Companhia aberta*
- ⇒ *Balanço Social*

- **2000**

*Prêmio ABERJE 2000*

- ⇒ *Campanha Comunicação Interna*
- ⇒ *Campanha Comunicação Externa ABERJE*

*Associação Mineira de Propaganda*

- ⇒ *Anunciante do ano - As Melhores da Propaganda Mineira*

*Eletrobrás/Ministério de Minas e Energia*

- ⇒ *Prêmio Procel – 3º lugar*

- **2001**

*Mercado Comum - Rádio Itatiaia – Rede Minas*

- ⇒ *V Top of Mind Marcas de Sucesso-MG*  
*1º lugar – energia*
- ⇒ *II Festival do Anuário do Clube de Criação de Minas*  
*Gran Prix Anuário ano 2001*

- ⇒ *Prêmio ABERJE 2001*  
*Campanha Comunicação Interna*  
*Programa Energia Inteligente*
- ⇒ *Prêmio Central de Outdoor Minas Gerais*  
*Ação Social – Prata*
- ⇒ *25º Prêmio Colunistas – Centro Oeste 2001*  
*Bronze*
- ⇒ *Eletrobrás*  
*Prêmio Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia*  
*Prêmio Procel 2001 – 1º lugar*

- 2002

- ⇒ *Abamec-MG – Homenagem Especial*  
*Cemig – 50 anos de excelência em energia*
- ⇒ *Homenagem Especial Abamec-NE*  
*Cinqüentenário Cemig*
- ⇒ *Prêmio AMIRT – Associação Mineira de Rádio e Televisão*  
*80 anos Rádio no Brasil*  
*9 de Julho de 2002 / Pelos 50 anos da Cemig*
- ⇒ *Prêmio ABRADÉE 2002*  
*Qualidade da Gestão*
- ⇒ *Prêmio Abril de Publicidade de 2002 – Regional Central*  
*Iluminação Pública*
- ⇒ *Mercado Comum*  
*VII Top of Mind - Categoria Expressão*
- ⇒ *Mercado Comum / Gazeta Mercantil*  
*IV Prêmio Minas – Desempenho Empresarial*
- ⇒ *Prêmio ABERJE 2002*  
*Publicação Especial*  
*Boletim Interno*  
*Internet*
- ⇒ *Rede Globo / 23º Profissionais do Ano*  
*Campanha Leste-Oeste*  
*Título: Queimadas*
- ⇒ *Prêmio ABERJE 2002*  
*Guia do Cerrado*  
*Carta ao Acionista*  
*Site Cemig - Internet*
- ⇒ *Estado de Minas / Fiemg – As maiores de Minas*  
*Patrimônio Líquido*  
*Lucro Líquido*  
*3º Lugar entre as maiores*
- ⇒ *Mercado Comum – Categoria Liderança*  
*VII Top of Mind*

## **MARKETING POLÍTICO**

### **CAMPANHAS PARA GOVERNADOR DE MINAS**

- **1990 – Hélio Costa**

Convidado ainda mais uma vez pelo Deputado Federal Hélio Costa, para novo e fascinante desafio, assume a Coordenação de Comunicação e Marketing da campanha do candidato ao Governo de Minas Gerais, em junho de 1990. Com as naturais dificuldades advindas de um partido dividido e de um suporte financeiro frágil em relação a outros partidos, passo a passo, viabiliza a candidatura Helio Costa. Inicialmente, dentro do próprio partido, vencendo as oposições internas na Convenção Estadual. Posteriormente, colocado no 2º turno. Surpresa geral para as diversas forças políticas mineiras e de uma força especial para aqueles institutos de pesquisa, já então colocados sob suspeição pela própria opinião pública.

Veio o turno decisivo e o poder econômico continuava interferindo decididamente contra todo o trabalho. A proposta de campanha modesta e racional surpreendia, mas só isso não era suficiente para vencer. Continuava a faltar recursos financeiros pra viabilizar a reta final.

O candidato perdeu as eleições por percentual de apenas 1,36% dos votos, mas o mercado da propaganda política foi unânime em reconhecer o trabalho altamente competente, realizado pela equipe de marketing.

*Valeu a experiência.*

- **1998 – Itamar Franco**

Convidado pelo ex-governador Newton Cardoso, para compor sua equipe de campanha, com vistas às eleições de 04 de Outubro, usa sua experiência em campanhas anteriores, colaborando de maneira equilibrada e conciliadora para a viabilização do acordo entre os pré-candidatos Itamar Franco e Newton Cardoso. O PMDB sai fortalecido com este acordo, mas ainda havia muito trabalho até as eleições.

Começa a campanha, assume a logística, e como curinga, cobre falhas e furos detectados ao longo do processo. Oferece suporte a nível de informação, com base em mapeamento do estado e levantamento de dados do mundo político, fruto da elaboração de um banco de dados preparado ao longo de dois anos de pesquisas e cruzamento de informações do T.R.E. , com outras da Assembléia, Câmara, Institutos diversos e IBGE.

- **2º Turno**

O resultado, fruto da união e trabalho diuturno de todos que como os próprios candidatos, se desdobraram para construir uma maiúscula vitória, superando obstáculos naturais de uma campanha e mais a máquina do governo, os veículos de comunicação ineditados e inescrupulosos.

*Aqui venceu o melhor.*

## **REFERÊNCIAS PROFISSIONAIS**

**1. Lúcio Melo (Publicitário)**

Diretor da Asa Criação e Publicidade  
Ex-Presidente da AMP – Associação Mineira de Propaganda  
Tel. (31) 3344-6632 / 3223-6404 comercial

**2. José Aparecido de Oliveira (Político e Jornalista)**

Ex-Governador do DF e Ex-Ministro da Cultura  
Presidente da Fundação Niemeyer  
Tel. (31) 3261-1054 residência BH  
(21) 542-0099 residência RJ  
(21) 231-2922 comercial RJ

**3. Alberto Pinto Coelho (Deputado Estadual) Líder do Governo**

Ex-Superintendente do DENTEL-MG  
Tel. (31) 3281-1958 / 3281-2868  
(31) 3241-2922 comercial

**4. Simão F. Lacerda (Publicitário)**

Presidente da ABAP – Associação Brasileira das Agências de Propaganda –  
Capítulo MG  
Diretor-Presidente da L & F Publicidade Ltda  
Tel. (31) 3281-1000 comercial  
(31) 3221-0059 residência

**5. Manuel Nogueira (Industrial)**

Diretor-Presidente da Orthocrin Indústria e Comércio Ltda.  
Tel. (31) 3637-2400 comercial

**6. Emanuel Soares Carneiro (Empresário de Comunicação)**

Diretor-Presidente da Rede Itatiaia de Rádio  
Tel. (31) 3421-3588 comercial geral  
(31) 3421-4288 direto

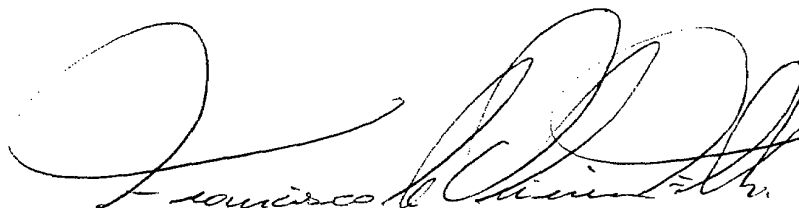
**7. Levy Nogueira (Empresário)**

Presidente da ALAS – Associação Latino-Americana de Supermercados  
Presidente do Hipermercado Via Brasil  
Tel. (31) 3443-5977 comercial  
(31) 3291-2098 residência



## ***REFERÊNCIAS PESSOAIS***

- 1. José de Souza Andrade (Médico Patologista)**  
Membro da Academia Mineira de Medicina  
Tel. (31) 3295-2040 comercial  
(31) 3275-4478 residência
  
- 2. Hélio Calixto da Costa (Jornalista)**  
Senador  
Tel. (31) 3281-7390 residência  
(31) 9983-3213 celular  
(61) 311-2241 Brasília
  
- 3. Eliana de Freitas Dutra (Profª Universitária)**  
Doutora em História Social  
Profª de Teoria e Metodologia da História da UFMG  
Tel. (31) 3223-1819 residência  
(31) 3499-5045 UFMG  
(31) 3499-5043 UFMG
  
- 4. Dr. Ronan Andrade de Oliveira (Advogado)**  
Ex-Diretor da Receita do Estado da SUNAB-MG e Empresário  
Tel. (31) 3344-8700 comercial  
(31) 3296-8000 comercial  
(31) 3334-3742 residência  
(31) 9982-2218 celular
  
- 5. José Ribeiro Sobrinho (Empresário do Setor Rodoviário de Passageiros)**  
Diretor de Marketing da Cia. São Geraldo de Viação  
Tel. (31) 3235-3315 / 3235-3314 comercial  
(31) 3337-3691 residência  
(31) 9983-5322 celular



Francisco Antônio de Sá

Aviso nº 928 – Supar/C. Civil.

Em 5 de setembro de 2003

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Romeu Tuma  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,  
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Francisco de Oliveira Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para cumprir o mandato restante de Reinaldo Alves Costa Neto.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva** Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.233, DE 5 DE JUNHO DE 2001

Mensagem de Veto nº 516

**Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, e dá outras providências.**

Art. 53. A Diretoria da ANTT será composta por um Diretor-Geral e quatro Diretores e a Diretoria da ANTAQ será composta por um Diretor-Geral e dois Diretores.

§ 1º Os membros da Diretoria serão brasileiros, de reputação ilibada, formação universitária e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos a serem exercidos, e serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

§ 2º O Diretor-Geral será nomeado pelo Presidente da República dentre os integrantes da Diretoria, e investido na função pelo prazo fixado no ato de nomeação.

Art. 54. Os membros da Diretoria cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes, admitida uma recondução.

(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A matéria vai à Comissão de Serviços de Infra-estrutura.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 787, DE 2003

**Solicita Informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda sobre Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – Fase II.**

Excelentíssimo Senhor  
Presidente do Senado Federal,

O Prodetur-1, que se encerra em 2003, foi um programa fundamental para o desenvolvimento do turismo no Nordeste, tendo financiado, entre outras ações, implantação de infra-estrutura de apoio à atividade turística, a exemplo da construção do Aeroporto de Salvador, São Luís, Fortaleza, Natal Recife e rodovias por toda a região turística do Nordeste.

Como o Programa foi um sucesso, o Banco Interamericano para o Desenvolvimento decidiu financiar um novo programa. Em 27 de setembro de 2002, o BID assinou o contrato do Prodetur II com o Banco do Nordeste do Brasil. O BNB, pelo contrato, fará sub-empréstimos aos Estados do Nordeste. Além disso, exercerá a função de unidade gestora responsável pela análise e aprovação dos projetos.

Desde Setembro de 2002, o BNB tem prorrogado, sucessivas vezes, a assinatura do primeiro contrato de sub-empréstimo com a Bahia apesar do Estado ter cumprido com todas as exigências técnicas e financeiras.

É imprescindível a assinatura dos referidos convênios e é, por entender necessário que o Banco do Nordeste informe a esta Casa Legislativa as razões do inexplicável atraso e sucessivos adiamentos que

Requeiro, na forma do art. 50, § 2º da Constituição Federal e dos artigos 215, I, a, 216, I e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado ao Senhor Ministro da Fazenda pedido de informações, no sentido de obter os seguintes esclarecimentos:

1. Se restam pendentes, e quais são, os impedimentos, dos Estados nordestinos, em especial do Estado da Bahia, sejam firmados os contratos do Prodetur-II, com o Banco do Brasil;

2. Se não restam pendentes as referidas providências por parte dos Estados nordestinos, que pendências outras ainda restam;

3. Se não restam pendências entre as partes, Estados e BNB, para assinatura dos convênios do Prodetur-II, quais as causas do atraso e sucessivos adiamentos para a assinatura dos referidos convênios.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 2003. –  
**Antonio Carlos Magalhães.**

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 788, DE 2003**

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, Voto De Congratulações, aos Senhores Erony da Silva, Manuel Bravo Saramago e Belisário Antônio de Lacerda, por sua posse como Desembargadores do TJMG – Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desejando a eles pleno sucesso nas novas funções e desafios.

#### **Justificação**

A homenagem que ora formulo justifica-se pela importância da renovação que se apresenta no Poder Judiciário do meu Estado, parcela fundamental no aprimoramento da democracia no nosso País, fazendo cumprir a Lei.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 2003. –  
**Eduardo Azeredo.**

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A Presidência encaminhará os votos de congratulação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A Presidência recebeu a Mensagem nº 187, de 2003 (nº 439/2003, na origem), de 3 do corrente, pela qual o Presidente da República encaminha, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069, de 1995, o demons-

trativo das emissões do real referente ao mês de julho de 2003, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

O expediente, anexado ao processado da Mensagem nº 64, de 2003, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – A Presidência recebeu o Aviso nº 29, de 2003 (nº 2.204/2003, na origem), do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão nº 1.500/2003 – TCU (2ª Câmara), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre tomada de contas especial instaurada em virtude de conversão de processo de auditoria no Município de Coari – AM, decorrente de irregularidades na aplicação de recursos oriundos de convênios celebrados com a União e na aplicação de recursos originários de **royalties** (TC – 014.180/2000-9).

A matéria vai à Comissão de Fiscalização e Controle.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes

OF. PSDB/I/Nº 1.326/2003

Brasília, 9 de setembro de 2003

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os Deputados Eduardo Gomes e Antônio Carlos Pannunzio, em substituição aos Deputados Jutahy Junior e Custodio Mattos, como membros titulares, e o Deputado Átila Lira, em substituição ao Deputado Luiz Carlos Hauly, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista Especial destinada a analisar a Medida Provisória nº 128, de 2003, que “revoga a Medida Provisória nº 124, de 11 de julho de 2003, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas, e dá outras providências”.

Respeitosamente, – Deputado **Jutahy Junior**,  
Líder do PSDB.

OF. GLPMDB Nº 365/2003

Brasília, 9 de setembro de 2003

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação dos membros do PMDB, em substituição aos anteriormente indicados, que integrarão a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer à Medida Provisória nº 128, de

lº-9-2003, que “dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Agência Nacional de Águas, e dá outras providências”, ficando a mesma assim constituída:

**Titulares**

Romero Jucá

Garibaldi Alvas Filho

Juvêncio da Fonseca

**Suplentes**

José Maranhão

João Alberto Souza

Ney Suassuna

Renovo na oportunidade votos de apreço e consideração. – **Renan Calheiros**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Serão feitas as substituições solicitadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Há oradores inscritos.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, alertando S. Exª que o primeiro que chegou ao plenário foi o nobre Senador Paulo Paim.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – O Senador Capiberibe já me havia alertado de que V. Exª tinha se inscrito para uma comunicação inadiável, mas se V. Exª conseguir espaço para usar a palavra pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, poderíamos permutar. De qualquer jeito, inscrevo-me como primeira suplente depois dos Senadores João Capiberibe, Álvaro Dias e V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Está assegurada a inscrição da Senadora Heloísa Helena como primeira suplente.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, para facilitar a colocação da Senadora Heloísa Helena como terceira inscrita para uma comunicação inadiável, quero requerer a minha inscrição para uma comunicação imediata, como Líder do PSB.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, peço a inscrição da Senadora Lúcia Vânia para

uma comunicação inadiável e a minha própria como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Na prorrogação da Hora do Expediente, terão assegurado o uso da palavra por 5 minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º do Regimento Interno, na seguinte ordem, os Senadores Paulo Paim, Lúcia Vânia e Heloísa Helena.

Como Líderes, farão uso da palavra os Senadores João Capiberibe e Alvaro Dias, por 5 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe, como Líder, por 5 minutos, para uma comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a do Regimento Interno.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, recebemos, em Brasília, com profundo pesar, a notícia infausta do passamento súbito de Dom João Risatti. Estava ele em Roma, no desempenho de suas funções pastorais, às quais entregou o melhor de seus esforços ao longo de sua vida.

Muito mais que lamentar a sua ausência, devemos recordar a sua dedicação à frente do Bispado de Macapá e evocar seus exemplos como parte de nosso patrimônio. Amado pelos fiéis de sua Igreja, Dom João Risatti sempre mereceu o respeito e a admiração de todos os cidadãos de nosso Estado, entre os quais nos incluímos.

Quero registrar o falecimento do Bispo da Diocese de Macapá, Dom João Risatti, e prestar as minhas homenagens a esse homem que serviu a Deus e ao povo. Com 60 anos de idade, 35 deles dedicados à vida religiosa, morreu na noite da última segunda-feira, em Trento, na Itália.

Padre João era conhecido na Molina de Leandro, uma cidadezinha perto de Trento, na Itália, onde nasceu, pelo seu desejo de ser missionário. Em 1964, João foi então acolhido pelo Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras, em Milão, para que estudasse Teologia e realizasse o seu sonho de ser missionário. Ordenado sacerdote em 1968, dedicou os primeiros quatro anos de apostolado na formação de aspirantes missionários, na Itália, mas, para ele, o dia mais bonito de sua vida foi aquele em que pôde sair de sua terra e começar a exercer o próprio carisma missionário no país de sua destinação, o Brasil.

Padre João veio para o Amazonas em 1972, para viver na cidade de Parintins, terra que ele dizia

ser de um povo alegre, hospitaleiro, humilde e que tem grande estima a todos os sacerdotes.

Em 1988, Padre João recebeu a sagração episcopal, tornando-se, a partir daí, Dom João Risatti, e, em março de 1993, tomou posse na Diocese de Macapá.

Dom João Risatti estava participando da consagração de uma leiga brasileira, membro da comunidade de Santana. No último sábado, esteve na celebração e depois cumpriu uma agenda de visitas a alguns padres que prestaram serviços em Macapá. Ainda no sábado, o Bispo seguiu para a cidade de Trento, onde foi visitar seus familiares. Dom João se recolheu no domingo à noite e não se levantou às 6 da manhã, como era seu costume. Dom João passou para a eternidade dormindo.

Faço assim, com muito pesar, o registro da morte do Bispo de Macapá, Dom João Risatti.

Sr. Presidente, gostaria de também manifestar minha repulsa em relação a mais um assassinato de trabalhador rural.

Não é possível continuarmos tolerando a matança dos pobres do campo. Mais um líder do MST foi assassinado em Alagoas.

Luciano da Silva, o Grilo, era acusado de participar de saques no Estado e foi atingido por três tiros. Sem julgamento, foi sentenciado e a sentença, executada. Portanto, trata-se de um homicídio, de mais um crime sob encomenda.

O sem-terra Luciano Alves da Silva, de 28 anos, foi morto na noite de domingo com três tiros, quando caminhava por uma estrada de terra, ou seja, foi um assassinato sob encomenda. Em pleno século XXI, a sociedade brasileira continua convivendo com a barbárie, com o crime sob encomenda, com a matança de trabalhadores rurais.

Nessa última semana, esse é o segundo crime que noticiei e a respeito do qual manifesto indignação desta tribuna. Será que toda semana terei que vir aqui para anunciar tragédias provocadas pelas desigualdades sociais e pela falta de reforma agrária? O Brasil é o único país da América Latina que ainda não fez a reforma agrária. Um País que tem 8.500 km<sup>2</sup> de terras agricultáveis não poderia conviver, em nenhuma hipótese, com a matança dos seus trabalhadores rurais e principalmente de suas lideranças. Milhares de líderes sindicais e trabalhadores rurais foram assassinados ao longo dos últimos anos, o que, somado ao assassinato de negros e escravos e à matança de índios, mostra que a sociedade brasileira não é a sociedade da cordialidade que pregamos, mas, sim, uma

sociedade que pratica a violência contra os excluídos, contra os trabalhadores rurais.

Eram esses os registros, Sr. Presidente. Lamento, profundamente, as duas perdas: a do nosso Bispo Dom João Risatti e a de Luciano da Silva, líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. João Capiberibe, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Pela Liderança do PSDB, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, por cinco minutos, de acordo com o art. 14 do Regimento Interno.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Brasil vem apelando para que se faça uma reforma tributária há muito tempo. Neste momento, quando o Congresso Nacional se prepara para concluir a tramitação da proposta do Governo, já há sinais de profunda decepção. Certamente, assim que essa proposta for promulgada pelo Presidente da República, iniciaremos a conclamação para se que faça uma nova reforma tributária.

O poder tributário é instrumento precioso para a distribuição de renda, geração de emprego, promoção do desenvolvimento econômico com justiça social.

O Governo desperdiça oportunidade preciosa de promover uma reforma competente que estabelecesse o equilíbrio fiscal e o início de um processo de desenvolvimento econômico mais acelerado, com a desoneração da produção, estímulo à geração de emprego e promoção da justiça social.

Ao mesmo tempo em que se estabelecesse o equilíbrio fiscal, se restabeleceria o princípio da isonomia, tantas vezes agredido por equívocos praticados aqui e acolá na distribuição dos recursos públicos entre os entes federativos.

Por esta razão, os prefeitos do Paraná se encontram em Brasília hoje. Reúnem-se aqui para formular apelo no sentido de que se promovam alterações que possam minimizar o dano que certamente sofrerão as unidades da Federação com uma reforma que não atende aos seus anseios e às suas esperanças.

O que querem os Municípios?

Os Municípios pedem:

1 – Aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda 41/03, que trata dos fundos de receita para os Municípios na reforma tri-

butária (emenda da Câmara dos Deputados). A emenda faz com que a base dos fundos que geram receitas para os Municípios seja ampliada, de forma que alcance os demais tributos da União. Ao mesmo tempo, o projeto prevê que, a cada vez que a União criar um novo tributo, os fundos incidam automaticamente sobre o FPE e o FPM.

2 – Os prefeitos reivindicam a destinação de 22,5 % da arrecadação da CPMF para os Municípios brasileiros. Naturalmente, os Municípios também querem que o imposto seja definitivo.

3 – Os prefeitos reivindicam a destinação de 25% da arrecadação da Cide para os Municípios.

4 – Os Municípios querem aprovar a Emenda nº 4.103, que trata dos fundos, na reforma tributária proposta pelos Estados. Esta Emenda propõe a compensação dos Estados pelo ICMS não arrecadado em função das exportações, já que 25% do valor deste fundo pertence aos Municípios.

Alterações que, certamente, redundariam em justiça, uma vez que os Municípios brasileiros são os mais sacrificados.

Os governadores exerceram o poder de pressão e alcançaram alguns avanços em relação às pretensões iniciais; obviamente não estão satisfeitos, mas, de qualquer modo, evoluíram em relação ao que pretendiam. Mas os Municípios ficaram, lamentavelmente, em segundo plano. E esse descaso reflete-se, agora, na revolta dos prefeitos municipais do Paraná, que chegam a Brasília na esperança ainda de mudar a história desta reforma tributária.

De minha parte, Sr. Presidente, pretendendo ser realista e justo, não vejo esta reforma como a panaceia que o próprio Presidente da República entendeu ser, ao afirmar que, em sete meses, o seu Governo aprovava as reformas da previdência e a tributária. Sua Excelência equivocou-se no tempo, já que a reforma não está aprovada; sequer passou pela Câmara a reforma tributária; e a da Previdência chegou há pouco no Senado para a tramitação, a qual não sabemos quanto tempo demandará. De qualquer maneira, não é o que disse o Presidente da República: “Que este ano passará para a História como o ano em que mudamos o País”. Não. Estas reformas não mudam o País. O País não fica melhor com elas. Na verdade, constituem-se arremedos de reforma, pois não promovem distribuição de renda, geração de emprego,

desenvolvimento econômico. Reforma que não alcança os objetivos acima mencionados deve ter outro nome, não o de reforma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra, seguindo a lista de inscrições, ao Senador Papaléo Paes.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, sexta-feira passada, inscrevi-me, como orador, para, nesta terça-feira, proferir o meu pronunciamento. Logicamente que o tema já estava programado, porém um acontecimento, bastante triste para o Estado do Amapá, fez-me rejeitar o discurso já programado para fazer um triste mas importante registro para o Estado do Amapá e para a Igreja Católica.

É com grande pesar que registro o falecimento do Bispo de Macapá, Dom João Risatti.

Dom João Risatti faleceu na madrugada de hoje, dia 9 de setembro, na casa de sua família, em Trento, na Itália. Dom João foi vítima de enfarto fulminante do miocárdio.

Nascido no dia 1º de dezembro de 1942, também em Trento, Dom João era Bispo Diocesano do Amapá há mais de dez anos. Era também Presidente da Regional Norte Dois da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil.

Entre as características mais marcantes da personalidade de Dom João, estavam a sua profunda dinâmica pastoral e a sua ampla visão na administração da diocese. Além disso, ele era uma pessoa expansiva, alegre e amiga. E, por ser italiano, iniciou, por duas vezes, o processo para conquistar a naturalização brasileira, não logrando êxito devido à nossa burocracia.

Logo quando chegou à cidade de Macapá, Dom João constatou que a Catedral da cidade, apesar de sua bela arquitetura, era pequena para comportar o expressivo número de fiéis. Sendo assim, ele idealizou, de forma organizada e bem elaborada, o projeto de construção da nova Catedral. Na época, eu era Prefeito da cidade de Macapá e pude viabilizar a doação do terreno para a construção da nova Catedral.

Ao longo desses anos, Dom João fez um belo trabalho de conscientização da comunidade, preservando do vandalismo não só os numerosos monumentos religiosos como também toda a nossa cidade. Infelizmente, assim como Moisés, Dom João contemplou a construção, mas não chegou a ver a sagração

da Catedral, uma vez que ela se encontra hoje com 80% de sua obra concluída.

Dom João sempre procurou harmonizar e atender da melhor forma possível a comunidade. Ele entendia como poucos a realidade da nossa Diocese, estando presente principalmente na área rural. Sempre que possível, ele deixava os trabalhos na cidade a cargo de outros religiosos e partia para o interior, buscando estar presente também junto daquela comunidade. Fazia essa opção sempre que possível, para que aquela comunidade não se afastasse da Igreja Católica.

A energia e a alegria de Dom João Risatti sempre cativaram a todos. Ele cumpriu sua missão, iluminada por Deus, de estar à frente do rebanho de sua Igreja. Foi vocacionado e atendeu ao chamado. Entregou-se de corpo e alma a nossa comunidade. Ficam hoje a lembrança amiga e o belo exemplo do religioso e do homem que amou ao próximo mais do que a si mesmo.

A comunidade do Estado do Amapá perde hoje uma referência de liderança religiosa, pois suas palavras sempre a cativaram. E nós, daqui, rendemos as nossas homenagens a Dom João Risatti. Que Deus o recompense por sua correspondência ao seu chamado.

Este registro que faço, Sr. Presidente, é o de um cidadão que representa o Estado do Amapá, que era amigo de Dom João Risatti e que reconhece, em seu trabalho, um trabalho sério e profícuo na Igreja Católica do meu Estado, a que, tenho certeza, os demais religiosos darão prosseguimento.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Senador Papaléo Paes, V. Ex<sup>a</sup> pediu que fosse publicado o seu discurso, ou vai deixar para fazê-lo outro dia?

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP) – Sr. Presidente, farei nova inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Mão Santa.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até vinte minutos, Senador.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, SRA.s e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que assistem a esta solenidade pela televisão e a ouvem pela Rádio Senado, chegam as propaladas reformas a esta Casa.

Já fiz, neste plenário, cinco pronunciamentos à Nação, analisando e apontando falhas da Reforma Previdenciária. Recordando aqueles cinco pronuncia-

mentos, eu os sintetizaria dizendo que a França fez sua reforma previdenciária, Senador Papaléo Paes, em doze anos. O Brasil não poderá fazê-la de chofre.

A Reforma Tributária também é complicada. E como é complicada! Basta dizer que sobre o fato de se pagar imposto até Cristo fez uma meditação, e recusou-se a responder apressadamente. Está escrito nas Sagradas Escrituras que romanos, insatisfeitos com os céсарes, chegaram a Cristo, líder que empolgava e pregava a justiça e a verdade, e lhe perguntaram: “Senhor, é justo pagar imposto a César?” E Cristo pegou a moeda e disse: “Que retrato é este que está gravado na moeda? É de César?” Eles responderam: “É do Imperador”. Disse Cristo: “Então, dai a César o que é de César, e a Deus o que é Dele.” Ele temeu fazer comentários sobre o imposto. Então, não podemos fazer essa reforma apressadamente.

Senador Papaléo Paes, Franklin Delano Roosevelt, que governou por quatro vezes os Estados Unidos, ganhou quatro eleições. Na época da Depressão, ele disse: “Cada homem que vejo é superior a mim e, nesse particular, procuro aprender.”

Senador Romeu Tuma, ele estava ensinando a humildade. Esse não é um conceito só dele. É um conceito sábio. Dizem que o mais sábio dos homens foi o filósofo Sócrates, que terminou sua vida defendendo, com convicção, suas verdades. Dizia ele: “Sei que nada sei”.

Senador Papaléo Paes, podem estar dizendo que nós fomos buscar coisas antigas, que nada valem, mas penso que valem muito. Antigo é o Pai Nosso, antiga é a Ave Maria. Cada vez que repetimos e balbuciamos essas orações nos transportamos desta terra aos céus. Os modernos seguem isso.

Hoje, o maior administrador, Peter Drucker, diz que o líder do futuro será aquele que for mais indagador, perguntador.

Estou aqui trazendo estas afirmativas para encaminhá-las ao Presidente da República, para chamar para cá o Líder do Governo, professor e economista Mercadante, para um debate qualificado – como S. Ex<sup>a</sup> sempre diz.

Por cinco vezes, usei esta tribuna e critiquei e analisei as falhas da apressada e injusta Reforma da Previdência. Vou, agora, fazer o mesmo com a Reforma Tributária. Primeiro, sou do Piauí e entendo que lá há uma pessoa dotada nesse assunto, dedicada há décadas. Foi Secretário de Fazenda do Estado do Ceará, Secretário de Fazenda do Estado do Piauí, fiscal de tributo, último relator dessa reforma no Governo Fernando Henrique Cardoso e, agora, Presidente da

Comissão responsável pela análise da Reforma Tributária. Eu o escutei, porque S. Ex<sup>a</sup> sabe aquilo mais que eu.

Senador Duciomar Costa, esse homem é o Deputado Federal Mussa Demeas, com meio século de dedicação ao estudo dos tributos. Em uma conversa, detectei alguns pontos falhos.

A reforma tem que vir para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, e não para manter a vaidade. E não para dizer que o PT é forte e negocia; que o PT conseguiu aprovar as reformas, e o Presidente Fernando Henrique Cardoso, não. Essa é a vaidade que estão incutindo no Presidente da República, que foi eleito por representar a humildade da sua origem.

Senador Romeu Tuma, Senador Papaléo Paes, a passagem da Bíblia que mais me impressionou foi a de um tal Qohelet, de que nunca me esqueço. Ele disse: “Ninguém mais do que eu teve a sabedoria.” Está no Eclesiastes. “Eu, Qohelet, filho de Salomão e neto de Davi, tive todas as riquezas, mulheres mil, gado, ovinos, caprinos, terras que minha visão não atingia, ouro e prata, todas as riquezas e sabedoria. Mas quero dizer que, sob os céus, tudo é vaidade”.

E isso eu queria dizer ao Presidente da República. Está havendo um culto à vaidade por quem não era vaidoso. Mas isso é comum – e estou aconselhando, porque fui Prefeitinho e Governador de Estado. Para que essa pressa, Presidente Lula?

Senador Papaléo Paes, V. Ex<sup>a</sup>, em uma intuição filosófica, repreendeu o Ministro da Educação, nacionalmente, publicamente, quando S. Ex<sup>a</sup> queria acelerar os processos da educação e tinha dificuldade. Ninguém pode comer apressadamente. Quem come apressadamente come cru. E, agora, vamos comer apressadamente essa Reforma da Previdência, matando os velhinhos aposentados e as viúvinhas atormentadas e desgraçadas, com os cortes nas suas pensões. Essa, também, é uma forma de tributo – sobre o qual Cristo não quis opinar sem refletir: “Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”.

Vou, então, citar nove pontos errados e precipitados, que não deveriam ser colocados goela abaixo, mas deveriam vir a esta Casa, para um debate qualificado.

1 – A PEC prorroga a CPMF até 2007.

Essa contribuição foi criada em um momento de desespero. A CPMF é imoral. Foi permitida pela crença do País no Ministro da Saúde, Sr. Adib Jatene.

Nobre Senador Papaléo Paes, o descaso em que a saúde vivia sensibilizou a Nação. Com urgência, foi aprovada a CPMF para socorrer a precarieda-

de da saúde no País, que, confiando em Adib Jatene, aceitou esse imposto que nunca foi destinado àquele setor. Estão aí as mazelas da saúde: baixo salário para os médicos e enfermeiras – um médico está ganhando por uma consulta menos que um engraxate por seu serviço; dificuldade de atendimento aos que necessitam de hemodiálise; enormes filas.

Essa contribuição se extinguiria em 2003. Previsão da Receita, R\$24 bilhões. É a CPMF o tributo mais regressivo – regressivo é aquele que penaliza o pobre. Se V. Ex<sup>a</sup> for ao banco, Senador Duciomar Costa, verá o pobre e o rico pagarem R\$20,00 e terem o mesmo desconto. Isso é que faz o tributo ser regressivo. É, também, o mais cumulativo de todo o sistema. Então, foi algo emergencial.

2 – Constitucionaliza as regras que põem fim às cobranças do ICMS nas exportações, mas não dá o mesmo tratamento à compensação atribuída aos Estados – compensação essa por eles considerada insuficiente, porque inclui na desoneração, além dos industrializados já existentes, também os produtos primários e semi-elaborados.

Quer dizer, o Estado perde e não tem uma compensação. O povo não mora no Alvorada ou no Planalto; o povo mora no Município.

3 – Permite que os Municípios cobrem contribuições para financiar serviços de limpeza das vias, parques e prédios, hoje questionadas nos tribunais. Estabelece, também, que tais serviços, hoje cobrados como taxas, fiquem valendo até a instituição das contribuições. Há evidente elevação na já hoje insuportável carga tributária.

4 – Estabelece a cobrança da Cofins na importação de bens e serviços. Aumenta a carga tributária em cerca de R\$5 bilhões. Mais imposto!

5 – Cria a progressividade do imposto sobre herança (ITCD), fixando em 15% a alíquota mais elevada. Hoje, nos Estados onde esse imposto é cobrado, a alíquota mais alta é de 4%. Trata-se de cobrança aos ricos, mas há aumento da carga de imposto.

6 – Permite a criação nos Municípios de contribuição para o serviço de iluminação pública. Novo aumento de carga tributária.

Quando o Senador Papaléo Paes for Prefeito, fará uma obra de iluminação e colocará na conta do dono do terreno. Mais imposto a pagar!

7 – Prevê progressividade para o ITBI – Imposto sobre transmissão de bens imóveis por ato oneroso **inter vivos**, cobrado pelos Municípios. Mais uma forte perspectiva de aumento na carga.



8 – Estabelece que a CSLL, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, sobre instituições financeiras será sempre a mais elevada a ser cobrada em qualquer atividade. Além de nova elevação na carga, o dispositivo é preconceituoso e repercutirá, inevitavelmente, na taxa de juros, pois qualquer majoração será automaticamente repassada pelos bancos.

9 – Determina que o IPVA será cobrado também de aeronaves e embarcações, elevando a insuportável carga tributária desses setores. Basta lembrar que, em relação ao setor aéreo, a carga atual no Brasil é de 37%, enquanto nos Estados Unidos é de 7%, bem como Vasp, Tam e Varig estão em estado de pré-falência.

São essas as considerações. Essa carga tributária é perversa.

Sintetizando, mede-se a carga comparando-se com os impostos arrecadados com o Produto Interno Bruto – PIB. No Brasil, essa relação é de aproximadamente 36%. Isso é uma perversidade. O povo está empobrecido, lascado, e o Governo, irresponsavelmente, está enriquecido e gastando mal.

Eu era médico, Senador Papaléo Paes, e me lembro quando fazia o Imposto de Renda. De doze meses que eu trabalhava, no início da minha profissão, há 37 anos, um mês era para o Governo. Agora, de doze meses, 36% vão para o Governo, ou seja, mais de um terço, que seria 33,33%. De doze meses que cada brasileiro trabalha, quatro meses vão para o Governo, que retorna com uma saúde péssima, uma educação ruim, uma segurança horrível, num verdadeiro desmonte do serviço público. É um massacre ao herói do serviço público, que é o seu funcionário.

**O Sr. Papaléo Paes** (PMDB – AP) – V. Exª me permite um aparte?

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Com prazer, ouço V. Exª.

**O Sr. Papaléo Paes** (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, mais uma vez, cumprimento V. Exª por sua determinação quanto à questão dessas reformas, tanto a previdenciária como a tributária. Todos nós esperávamos, logo que o Governo anunciou tais reformas, que tivéssemos uma discussão ampliada com a sociedade organizada, para que o povo tomasse conhecimento da realidade das reformas. O que vimos foi, inicialmente, uma propaganda não verdadeira sobre a realidade das reformas, a qual, graças a Deus, foi retirada da televisão. E, hoje, estamos vendo um processo de agilização, um corre-corre, para que haja a aprovação dessas reformas, principalmente a previdenciária. E tenho certeza de que muitos Depu-

tados que votaram naquela madrugada talvez não soubessem a essência do conteúdo da votação. Isso nos preocupou muito. Mas, agora, no Senado, diante da movimentação que estamos vendo de nossos Pares, com a intenção de provocarem muitas modificações no texto, temos a certeza de que esta Casa fará as devidas correções de que tais reformas necessitam. Na questão da reforma tributária, quero abordar a questão da CPMF. O então Ministro da Saúde, Adib Jatene, andou de gabinete em gabinete solicitando que os Parlamentares aprovassem essa contribuição, cuja destinação deveria ser a área da saúde. Hoje, a CPMF faz parte do grande bolo de receita do Governo, e a saúde está desprezada. Na época, o percentual era de 0,20% e, atualmente, é de 0,38%. E, ainda não contente, o Governo não consegue repassar o que a saúde precisa desse percentual. Parabéns a V. Exª! Mais uma vez, deixo o nosso reconhecimento de que esta Casa deve ser fiel ao povo, observando com rigidez as duas reformas. Muito obrigado.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço a V. Exª pelo aparte e, em nome do Piauí cristão, apresento também as condolências, os sentimentos do nosso Estado cristão pelo falecimento do bispo Dom João Risatti, que tanto serviu e abençoou o povo do Amapá.

Concedo o aparte ao Senador Duciomar Costa.

**O Sr. Duciomar Costa** (Bloco/PTB – PA) – Senador Mão Santa, V. Exª, mais uma vez, dá eco nesta Casa à voz do povo brasileiro. Tenho feito algumas reuniões, inclusive até fórum de debates sobre a questão das reformas, tanto a da previdência quanto a tributária, no meu Estado do Pará. Realmente, a preocupação é muito grande, principalmente quanto a alguns pontos que – tenho absoluta convicção disto – gerarão uma situação muito complicada para vários Estados brasileiros. A questão do Pará é um exemplo claro disso. O Governo se preocupou em colocar no texto da reforma a constitucionalização da desoneração fiscal, a famosa Lei Kandir, deixando justamente para a lei complementar a compensação dessa perda dos Estados. Para se ter uma idéia, Senador Mão Santa, a situação chega a ser tão grave, que o Estado não apenas perde com a arrecadação da desoneração fiscal, onde não há a contrapartida, o retorno garantido, como também fica devedor. As grandes empresas que hoje trabalham nesses Estados explorando as nossas riquezas passam a ser credoras, porque compram suas máquinas e insumos em outros Estados e trazem esse débito para o Estado. A situação realmente é muito grave. Espero que o Senado Federal possa dar a sua contribuição e corrigir essa injusti-

ça fiscal que tanto tem massacrado essas regiões mais pobres do Brasil.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Agradeço ao Senador Duciomar Costa pela contribuição.

Sr. Presidente, SRA.s e Srs. Senadores, para concluir, gostaria de sintetizar, reforçando o nosso pronunciamento, um trabalho de um grande homem do Nordeste, João Alves Filho, veiculado pelo **Correio Braziliense**. Em seu artigo, fala sobre os equívocos de uma reforma tributária que mais agrava a desigualdade. Uma reforma deve servir para diminuir essa perversa desigualdade. E João Alves Filho, Governador, um dos profundos conhecedores dos problemas do Nordeste, diz que a renda **per capita** do Nordeste é um quarto da do Sul e do Sudeste e, em algumas regiões, está passando a ser um sexto. Essa reforma não faz nenhuma justiça, não traz perspectiva alguma daquilo que mais o povo do Brasil precisa: trabalho.

Sr. Presidente Papaléo Paes, que agora preside a sessão, recebi cerca de novecentos **e-mails** sobre as reformas. Sintetizarei um deles, para concluir:

Este texto não é novidade, mas é bom sempre tê-lo em mente, principalmente numa época como esta, com a discussão da mudança da tributação. Precisamos sempre ter em mente: como o Governo não é nenhum empreendedor, temos que deixar o dinheiro para quem vai empreender, senão nós não conseguiremos crescer nunca. O Governo tem que aplicar melhor o dinheiro que recolhe e tem que recolher menos para sobrar mais como poupança a ser investido por novos ou os antigos empreendedores.

Estou lhe enviando este e-mail por ter muita consideração a pessoa de V. Ex<sup>a</sup>.

A pessoa que me enviou a mensagem resume um artigo fabuloso do grande Alexandre Garcia, que mostra que é um deboche esse aumento de imposto no Brasil. E considera que o brasileiro é muito mais rico do que o americano.

Citarei apenas alguns trechos:

Caros amigos brasileiros e “ricachos”!

Vocês, brasileiros, pagam o dobro do que os americanos pagam pela água que consomem. (...) Vocês, brasileiros, pagam 60% a mais nas tarifas de telefone e eletricidade. (...) Vocês, brasileiros, pagam o dobro pela gasolina... vocês, brasileiros, pagam R\$ 40 mil por um carro que nós, nos Estados

Unidos, pagamos R\$ 20 mil. Vocês dão de presente para seu governo R\$ 20 mil...

Na Flórida, caros brasileiros, nós somos muito pobres. O governo estadual cobra apenas 2% de imposto sobre o valor agregado (equivalente ao ICMS do Brasil) e mais 4% de imposto federal, o que dá um total de 6%. No Brasil, vocês são muito ricos, afinal concordam em pagar 18% só de ICMS.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Peço apenas mais um minuto, Sr. Presidente.

Continuo a leitura:

De acordo com estudos realizados, um brasileiro trabalha quatro meses por ano somente para pagar a carga tributária dos impostos diretos e indiretos.

Com R\$2,3 mil, no Brasil, um assalariado deve viver muito bem, pois pagam Imposto de Renda todos os que ganham a partir de R\$1,2 mil. Lá eles só pagam imposto sobre o equivalente a R\$9,3 mil.

Estamos aqui para dizer que nós, povo, já estamos muito explorados, e é a vez desta Casa, Senador Ramez Tebet, fazer justiça.

Senador Papaléo Paes, V. Ex<sup>a</sup> foi Prefeito de Macapá. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que, no Executivo, entre o Presidente da República e o Governador do Estado, é o Prefeito que merece mais homenagens, pois é ele que está próximo ao povo, atendendo-o na dificuldade. E é ele quem está cada vez mais escravizado.

É esta a nossa partilha: precisamos ter a coragem de dividir o bolo com os Prefeitos eficientes do nosso Brasil, heróis reconhecidos pelo povo que os elegeu.

Temos que chamar a atenção, porque ao Governo do PT não interessa transferir dinheiro para as prefeituras, porque ele tem uma minoria de Prefeitos. Então, nós, que fomos Prefeitos, sabemos das dificuldades e queremos aqui estar solidários com nossa participação, para que o Prefeito tenha uma participação nesses tributos que são grandes.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Romeu Tuma 1º Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes.*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma por até 20 minutos, sem prejuízo aos demais oradores.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje vou usar da tribuna para me referir a uma série de palestras desenvolvidas na cidade de Joinville, em Santa Catarina.

O Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, e eu fomos convidados para falar sobre segurança pública. Coube-me o tema “A Segurança Pública e o Legislativo Federal”. Foi interessante como se desenvolveu a palestra perante um bom público e os Vereadores daquela Câmara, com a presença ilustre do nosso Senador Jorge Bornhausen, Presidente do PFL, representante do Estado de Santa Catarina.

Dissemos lá que “a situação de insegurança e a vulnerabilidade do cidadão brasileiro diante da escalada da violência vem aumentando de forma assustadora há anos. Os exemplos de como nossas comunidades, tanto quanto as autoridades constituídas, tornaram-se alvos de organizações criminosas são de rara e infeliz eloquência, reportados diariamente na mídia impressa e eletrônica. Mais do que isso, o cidadão comum testemunha esses fatos quotidianamente, quando não sente na própria pele as conseqüências de tamanha brutalidade”.

Senador Maguito Vilela, não sei se V. Ex<sup>a</sup> teve oportunidade de assistir à entrevista de dois mascarados, na televisão, que ostensivamente diziam pertencer ao PCC, o Primeiro Comando da Capital, instituição criminosa que se formou em São Paulo e que acha que tem mais poder do que a estrutura do Poder constituído. Essa instituição ameaçou, pela televisão, executar vários seqüestros, como o de Padre Marcelo, políticos, as próprias autoridades que se têm manifestado contrariamente à ação do crime, repórteres, jornalistas, uma gama enorme de pessoas, o que trouxe angústia profunda àqueles que assistiram à entrevista.

Acredito eu que o correto seria tirar do ar aquela matéria no primeiro instante em que um bandido vem à televisão e ameaça, Senador Luiz Otávio, seqüestrar autoridades, padres e, inclusive, o Sr. José Rainha. Ameaçaram matá-lo no presídio, obrigando o Governo a removê-lo para Presidente Bernardes, presídio de segurança máxima, para evitar que um incidente desse tipo trouxesse uma conseqüência grave para o País.

E eles desafiaram, dizendo que queriam demonstrar ao Governo Geraldo Alckmin quem manda-

va no Estado: era ele, o Poder constituído, ou eram os bandidos do PCC?

Até pouco tempo, fazia-se referência ao PCC como organização não existente, até que um dia resolveram fazer um levante em mais de 20 presídios, sob comando único. Mas uma ação rápida da Polícia Militar, preparada, cercou todos, não permitindo uma fuga.

Não seria um crime organizado, porque não tem uma estrutura, como uma empresa que trabalha – isso é o crime organizado. Mas se trata de uma estrutura virtual que consegue, por meio dos presídios, comandar as suas ações. Vem a público, na televisão, desafiar a autoridade constituída, sob pena de acozardar o cidadão de bem. Vai à televisão, ameaça seqüestrar várias autoridades e desafia o Governo a saber quem manda. Pelo amor de Deus! Como diz Pedro Simon, pelo amor de Deus, não dá pra agüentar!

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS) – Senador Romeu Tuma, quero congratular-me com V. Ex<sup>a</sup>. Estava eu fazendo gestões para ocupar a tribuna, embora o tenha feito algumas vezes, por estar recuperando a voz, para falar sobre esse assunto. Fico feliz, porque não há ninguém melhor do que V. Ex<sup>a</sup>, pela vasta experiência que tem, pelo conhecimento e dedicação à causa pública – antes na chefia da Polícia Federal e, agora, aqui no Senado da República –, para manifestar, não a indignação de V. Ex<sup>a</sup>, mas a indignação da Casa, a indignação do Brasil! Senador Romeu Tuma, não é mais possível assistirmos a isto a que estamos assistindo: a violência campeia, os bandidos desafiam, e não acontece nada. Os homens de bem estão tremendo de medo. Veja o que está acontecendo no campo e nas cidades. A violência está campeando. Não sei qual é a solução, mas é preciso haver realmente uma posição enérgica e firme do Governo. Não pode a autoridade constituída ser desafiada como estamos sendo desafiados. É isso que estarrece, porque, afinal de contas, o povo pergunta a quem pedir socorro. Aqueles que estão fora da lei dizem o que vão fazer. Vejam bem: eles marcam por antecipação o que vão fazer. Dizem que vão matar Fulano, seqüestrar Beltrano. O que é isso? Senador Romeu Tuma, V. Ex<sup>a</sup> está de parabéns! V. Ex<sup>a</sup> tem autoridade para falar sobre esse assunto. Solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup>, pois a sociedade brasileira não está suportando mais esse clima de violência e de ameaça que está existindo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Ramez Tebet, a quem admiro e por quem tenho profunda amizade. Acho que aqui nos tratamos como irmãos.

Senadores Paulo Paim, Luiz Otávio, Mão Santa, Papaléo Paes, não podemos deixar a população à mercê desses marginais. Nesta Casa, funcionam algumas Comissões Especiais, como a de Segurança Pública, que tem trabalhado para coibir os abusos por meio da lei. Entretanto, há que haver, sem dúvida alguma, uma melhor estrutura policial para combater essa criminalidade audaz que determina o fechamento de comércio, proíbe a realização de aulas, não autoriza a realização de lazer para crianças e adultos, sempre tentando violentar os direitos individuais do cidadão. Não podemos permitir que isso aconteça!

Tenho certeza absoluta de que a polícia de São Paulo, pelo seu Secretário Dr. Saulo de Castro, não dará tréguas enquanto não localizar esses dois criminosos. E tenho certeza de que todos os ameaçados estarão sob proteção.

Fico condoído, Senador Ramez Tebet, quando vejo uma rua fechada porque os bandidos mandaram fechá-la. É o desafio total à autoridade constituída.

A presença do policial não representa segurança. O cidadão fica com medo, não quer abrir a porta, mesmo tendo um policial ao seu lado, porque sabe que, no dia seguinte, o bandido pode ir lá e matar, pôr fogo e fazer o que quiser, pois ele não terá a proteção permanente que deveria ter.

Trouxe um discurso, mas não vou lê-lo, porque não tenho condições de ficar lendo filosofia, estrutura do crime, formas de combatê-lo e toda a legislação que já aprovamos. Estou angustiado, revoltado e sentindo que hoje não há proteção nem aos meus netos, pelas ameaças e pelo sorriso de desafio e pouco caso dessa marginalidade, que não tem medo de ir para a cadeia. Isso porque lá eles têm a sua estrutura, seu escritório, e sabem como manipular a continuidade dos seus bandos do lado de fora.

Temos que mudar muita coisa, Senador Ramez Tebet. Temos que contar com a sociedade, que tem que se indignar, brigar, para que realmente possamos vencer o crime, anteciparmos a ele, e não vivermos a reboque dele. O policial hoje vive a reboque do crime, sempre atrás do fato ocorrido, pois não há nenhuma condição de prevenção exata para que o crime não se realize. Tem melhorado muito, mas sempre estamos atrasados, porque a criminalidade cresce como erva daninha, que não se consegue eliminar.

Concedo um aparte ao Senador Ramez Tebet.

**O Sr. Ramez Tebet** (PMDB – MS.) – Senador Romeu Tuma, quero apenas dizer a V. Ex<sup>a</sup> que prefiro o seu discurso improvisado ao discurso escrito que trouxe – que eu não li –, porque prefiro ouvir a voz da

experiência ao discurso filosófico ou retórico. V. Ex<sup>a</sup> está abordando com mestria esse assunto e defendendo a sociedade brasileira com a experiência que tem.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Obrigado, Senador.

Para que V. Ex<sup>a</sup> tenha uma idéia, uma senhora, esposa de um policial militar, que mora numa favela, contou-me que tem que lavar o fardamento do marido na pia da cozinha para que os criminosos, os traficantes, não identifiquem a profissão do marido. Foi ela que me procurou e relatou esse caso, que faz parte das minhas anotações. Quer dizer, o policial hoje vive prisioneiro do medo também. O Estado tem que lhe dar um apoio irrestrito, melhorar suas condições de trabalho, melhorar seus equipamentos, seus armamentos, a fim de que ele possa dar aos criminosos uma resposta à altura de tudo aquilo que eles vêm fazendo com a população. Acredito que até o seu Piauí, Senador Mão Santa, tem sofrido as consequências das ações dos marginais.

No Norte, fiquei preocupado, diria até assustado, quando a televisão, Senador Luiz Otávio, mostrou quadrilhas assaltando bancos, metralhando viaturas, colocando sob a mira de suas armas dezenas de cidadãos de bem. Isso ocorreu em plena rua. É um pouco caso, um desafio às autoridades. É um terrorismo inexplicável. Podemos, às vezes, até entender o terrorismo político, que é a busca do poder pela luta armada. Mas o terrorismo do bandido é praticado por desamor à sociedade. Ele agride, mata, sem ter uma razão, apenas pelo lucro, que é o resultado da sua ação criminosa.

Não podemos mais agüentar. Não dá para suportar. As autoridades têm que reagir, têm que impor respeito!

Tenho um respeito e uma amizade muito grandes pelo nosso Ministro da Justiça. Outro dia, falando sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – não quero entrar no mérito, porque conheço a história e sei tudo o que acontece com a evolução desse tipo de movimento –, S. Ex<sup>a</sup> declarou algo que me preocupou. Disse que não coibia determinadas ações porque era uma tolerância estratégica. Isso me assustou, porque lei foi feita para ser obedecida e respeitada. Enquanto o prefeito de Nova Iorque conseguiu impor o seu respeito por meio de tolerância zero contra o crime – crimes de pequeno potencial ofensivo eram punidos exemplarmente pela segurança –, no Brasil temos tolerância estratégica. Não consegui entender. Vou telefonar para o Ministro e perguntar o que é tolerância estratégica.

Da mesma forma, não posso conceber uma declaração de que caminhamos para a liberação do uso de drogas. Não dá para aceitar isso, pela situação que os traficantes têm imposto, por meio da violência, em todos os Estados brasileiros. Falamos do Rio de Janeiro, de São Paulo, mas não nos esqueçamos de que os outros Estados estão pagando o mesmo preço, pelo volume, pelo avanço do tráfico de drogas, que é uma preocupação enorme da sociedade brasileira.

Essa tolerância é inaceitável, Senador Ney Suassuna. Temos que reagir, porque é doído, é doloroso. Eu fui policial por 50 anos.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Permite-me V. Exª um aparte?

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Ouço V. Exª, com muita honra e prazer.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Senador Romeu Tuma, o que V. Exª está falando soa como música. V. Exª é um dos policiais mais experientes do Brasil e teve a oportunidade de ocupar todos os postos não só no nosso País, mas também em organismos internacionais. V. Exª sabe que, hoje em dia, é muito difícil combater a criminalidade. Isso tem que ser feito com muita dureza, com muito trabalho e com muita efetividade. Aparentemente, não é o que está sendo feito. Comungo das mesmas preocupações de V. Exª e presto a solidariedade do nosso Partido de que todos estaremos, nesse campo, seguindo as suas idéias. V. Exª brinca comigo dizendo que, em educação, segue as minhas idéias. Também gostaria de, não brincar, mas falar sério com V. Exª e dizer que sempre seguiremos as suas idéias no campo da segurança pública.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Senador José Jorge, nunca brinquei. Na Comissão de Educação, V. Exª é brilhante pela sua experiência e pela orientação que sempre nos deu. V. Exª é o nosso grande Líder nessa área, e continuo a admirá-lo. Os Senadores Ramez Tebet e Mão Santa já foram governadores e devem saber o que representa a educação na diminuição da criminalidade. Quando as crianças abandonam os estudos depois do primeiro grau, fogem da vida na legalidade e facilmente entram para o mundo do crime; depois disso, não há como trazê-las de volta. Não há Febem que possa trazê-las de volta.

A educação, a busca por um melhor padrão de ensino, horas de lazer, interesse pelo esporte, sem dúvida nenhuma são passos importantes para que, no futuro, não haja estoque de criminosos, que sempre vão substituir aqueles que são presos ou mortos em combate com a polícia.

Pois não, Senador Ney Suassuna, ouço V. Exª.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador Romeu Tuma, nesses dois mandatos em que temos convivido aqui, tenho aprendido, cada dia mais, a admirar V. Exª. V. Exª é um policial de profissão, mas o policial mais diplomata que eu já vi, sem perder a dureza necessária à profissão. É o amigo que está sempre presente, com muita ponderação, alertando-nos para os problemas da segurança, para a necessidade de que as estruturas policiais sejam sempre aprimoradas. Percebo o sofrimento por que passa V. Exª cada vez que vê um desmando desses na área de segurança, na área estrutural, principalmente nessa tão querida Polícia Federal, onde V. Exª militou por tanto tempo. Solidário a V. Exª, digo que também sou seguidor dos seus caminhos em relação à segurança pública. Parabéns! Esta Casa tem muita honra mesmo de contar com um Senador como V. Exª, uma pessoa plural, que engrandece, com a convivência, a todos nós. Muito obrigado.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Eu é que agradeço, Senador Ney Suassuna.

Tenho mais 32 segundos e vou aproveitá-los para fazer referência à Polícia Federal, mencionada por V. Exª.

A Polícia Federal está defasada de pessoal há muito tempo. V. Exª sabe e acompanha comigo as angústias na busca de meios para melhorar a estrutura da Polícia Federal. Ela trabalha na fronteira, por um amor inexplicável dos jovens policiais que lá estão, chefiados pelo Dr. Mauro Sposito, para tentar bloquear toda aquela vastidão, contra o tráfico de drogas, tráfico de armas, destruição da floresta amazônica, proteção às comunidades indígenas, tudo isso com muita dificuldade.

Hoje, infelizmente, há algumas superintendências que não conseguem sequer pagar sua conta de telefone, as diárias, despesas administrativas rotineiras, custeio. Soube, para minha alegria, que sua segunda cidade, pela qual V. Exª tanto luta, o Rio de Janeiro, está recebendo uma verba especial para montar um bom sistema de inteligência. É importante para a polícia o funcionamento de uma inteligência que alcance o crime por inteiro, que não pegue um bandido aqui, outro ali, mas toda a estrutura criminosa.

Havia a necessidade de algumas dezenas de homens no Rio de Janeiro. Esperamos que os cargos criados pelo Presidente Lula sejam preenchidos logo

por meio de concurso e colocados à disposição da Polícia Federal.

Foi criado, agora, um segmento muito importante, que envolve o roubo de carga, que, se não me engano, no ano passado, acarretou um prejuízo de R\$1 bilhão, fora as mortes que ocorrem nesse tipo de crime. A Polícia Federal, por intermédio da CPML, que tive o prazer de presidir, conseguiu que o Governo incorporasse essa tarefa como uma missão interestadual. Para tanto, estão montando um sistema especial de combate a esse tipo de crime. Mas são necessários meios.

A sociedade espera muito deste Congresso, por isso devemos lutar aqui. Tenho certeza de que, se continuarmos batalhando, vamos ganhar essa guerra.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Romeu Tuma, o Sr. Papaléo Paes, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que me inscreva, como Líder, para falar após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Prorrogando a Hora do Expediente, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna para abordar três assuntos.

Foi-me passada a informação de que, na reforma da Previdência, a questão do subteto era um problema somente do Rio Grande do Sul. De fato, recebi uma carta do Governador do Estado dizendo que, da forma como ficou redigida a PEC nº 40, a reforma da previdência irá desorganizar todas as carreiras dos servidores nos Estados. No entanto, acabei de receber um documento, demonstrando a mesma preocupação, assinado pelos Secretários de Fazenda dos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do

Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Distrito Federal.

Esse documento revela que a questão do subteto está preocupando 90% dos Governadores até o momento. Por isso, insisto que estabeleçamos aqui um processo de negociação, de entendimento, em relação a alguns temas, como paridade, subteto, regra de transição, enfim, cinco ou seis assuntos sobre os quais podemos aprofundar o debate aqui e construir um grande entendimento.

Recebi também em meu gabinete, há poucos minutos, o Sr. Paulo Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, que disse a mesma coisa: a emenda como está criará uma situação de anarquia, inclusive nos Municípios. Deixo, portanto, aqui registrado este documento que recebi, também assinado por Gilmar Sossella, Presidente da Famurs, em que os prefeitos pedem que o Senado olhe com muito carinho para a situação dos Municípios, por entenderem que a reforma tributária debatida até o momento na Câmara dos Deputados atende, em grande parte, aos interesses dos Governadores, mas não atende aos interesses dos Municípios. Pedem, inclusive, que os Senadores e Deputados os recebam, amanhã, na rampa do Congresso, às 11h, onde cerca de mil prefeitos estarão presentes para apresentar as suas reivindicações.

Encaminharei à Mesa a proposta dos Municípios, por escrito.

Sr. Presidente, concluirei esta minha rápida fala, referindo-me a um artigo da jornalista Rosane de Oliveira – que respeito muito –, intitulado “Dois pesos e duas medidas”, em que ela diz que o Partido dos Trabalhadores trata a minha posição e a de outros parlamentares do Partido com peso e medida diferentes. Vou tentar resumir aqui a resposta que preparei e vou enviar, de forma muito respeitosa e carinhosa, a essa jornalista, de quem gosto muito.

Explico a ela que, ao longo da minha vida sindical, fui Secretário-Geral e Vice-Presidente da CUT Nacional, fui e Deputado Federal por quatro mandatos e sempre pautei a minha atuação no campo da negociação. É natural! Na própria reforma aprovada na Câmara, se lerem o documento que entreguei em junho ao Relator José Pimentel, verão que 70% das mudanças que houve na Câmara coincidem com o documento que para lá encami-

nhei. Não que sejam todas propostas de minha autoria, mas coincidem, o que me deixa muito feliz. Só que entendo que, aqui no Senado da República, podemos avançar mais.

Relato à nobre jornalista que, como negociador na Câmara, tenho orgulho de dizer que aprovamos lá o reajuste de 147% para todos os trabalhadores aposentados, um salário mínimo de US\$100, a redução de jornada, o Estatuto do Idoso, da Igualdade Racial e da Pessoa Portadora de Deficiência – todos em tramitação no Senado. Esclareço ainda à nobre jornalista que apresentamos cerca de vinte emendas à reforma da previdência porque entendemos que, no Senado da República, podemos aperfeiçoar, melhorar, fazer uma redação mais própria de alguns pontos que já citei aqui, como contribui-

ção de inativos, paridade, subteto e regra de transição.

Reafirmo que sou um parlamentar da base do governo. Disse a ela, inclusive, que tive a alegria de viajar com o Presidente, para Esteio, quando fiz uma série de ponderações a Sua Excelência, na mesma linha do documento que ora estou deixando registrado nos Anais da Casa.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)*



## REFORMA TRIBUTÁRIA – PROPOSTA DOS MUNICÍPIOS

PP nº 1

Principais pontos  
da proposta dos  
Municípios

**ATENÇÃO SR. SENADOR - URGENTE, URGENTE, URGENTE!!!**

Os municípios Gaúchos, através da FAMURS - Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul, vem através deste manifestar ao nobre parlamentar que a Reforma Tributária da forma que está sendo encaminhada é extremamente prejudicial aos Municípios.

Neste sentido, contamos com o seu apoio e principalmente com o seu voto na apresentação e aprovação das principais reivindicações dos Municípios para a PEC 41/03, que seguem:

- 1 - participação na CIDE de 22,5% com repasse direto aos municípios;
- 2 - participação na CPMF de 22,5% com repasse feito nos critérios do FPM;
- 3 - ou que o percentual de repasse do FPM seja diminuído de 22,5% para 14,5% com as seguintes receitas: IR, IPI, COFINS, CSLL, CPMF e CIDE;
- 4 - aumento no percentual de repasse do FPM sobre o IPI e IR de 22,5% para 27,5%;
- 5 - regulamentação da cobrança pelo uso do espaço aéreo e do subsolo urbano;
- 6 - criação de contribuição específica para financiamento da limpeza urbana, coleta de lixo e destinação final dos resíduos sólidos;
- 7 - redefinição do conceito de contribuição de melhoria;
- 8 - transferência para os municípios das competências tributárias do ITR e ITCD;
- 9 - acréscimo para 30% da participação dos municípios no ICMS;
- 10 - tornar opcional a adesão dos Municípios ao PASEP - alterar a legislação tornando facultativa a adesão dos municípios;
- 11 - aditar ao item "d" do art. 159, "e nas mesorregiões diferenciadas das Regiões Sudeste e Sul, nos termos da lei complementar", para que o fundo contemple também estas regiões que possuem graves carências sociais, institucionais e de dinamismo econômico.

É no município que reside o cidadão e diante disso é imprescindível a sua adesão a causa Municipalista sob pena de mais uma vez o cidadão ser violentamente penalizado.

Os Municípios do Rio Grande do Sul, através de suas lideranças, de todos os partidos políticos, estão conscientes e vigilantes em relação ao posicionamento e ao voto de cada parlamentar e saberão dar sua devida resposta identificando o posicionamento do parlamentar junto à comunidade em momento oportuno.

Apelamos mais uma vez para o bom senso e para sensibilidade do Nobre Senador na defesa do Municipalismo e por conseguinte no fortalecimento do País.



GILMAR SOSSELLA  
Presidente da FAMURS



## **Reforma Tributária**

### **Comentários aos principais pontos de interesse dos municípios inseridos na emenda constitucional aprovada em primeiro turno na Câmara Federal em 04.09.2003**

#### **Progressividade do ITBI**

A proposta prevê a possibilidade de fixação de alíquotas progressivas em razão do valor do imóvel e diferenciadas de acordo com sua localização e uso. Isso significa, de um lado, a possibilidade de impor maior justiça tributária com relação à capacidade contributiva e o estímulo a atividades estratégicas. De outro, pode ensejar a potencialização do tributo com aumento de arrecadação. Hoje a potencialização do ITBI sofre restrições porque a ampliação de alíquotas para atingir imóveis de maior valor penaliza aqueles de valor menor e, conseqüentemente, onera as pessoas de menor poder aquisitivo.

#### **Contribuição para limpeza pública**

Trata-se de postulação antiga dos municípios, os quais enfrentavam dificuldade para instituir tributo que remunerasse o serviço prestado, através de taxa. Ocorre que o mandamento constitucional condiciona a validade dessa espécie tributária à especificidade e divisibilidade (C.F. Art. 145, II). Diante disso inúmeros contenciosos judiciais puseram por terra a pretensão da cobrança da taxa de limpeza pública, incluindo vias, logradouros, praças e parques. A assunção dessa nova espécie – a contribuição – elide os óbices atuais posto que não está condicionada àqueles limites constitucionais. Ao mesmo tempo, embora tenha a base de cálculo igual a do IPTU – o valor venal do imóvel – não encerra a hipótese de bi-tributação. Tal óbice existiria tratando-se de taxa.

#### **Imposto Territorial Rural**

Os municípios, por possuírem cadastro imobiliário organizado, tanto para a cobrança do IPTU como do ITBI e em função das demandas relativas ao controle urbanístico, já contam com estrutura para atender as demandas na zona urbana e rural. Logo, parece lógico que a competência de tributar a propriedade imobiliária passe integralmente ao município.

Em 2002 a arrecadação de ITR no país foi de apenas R\$ 189 milhões, tendo os Municípios recebido R\$ 94,5 milhões. Com a proposta de transferência da competência de tributar para os Municípios, é lícito afirmar que a arrecadação seja otimizada. O ITR não é potencializado, bastando comparar sua arrecadação, em 2002, com o IPTU (R\$ 5,6 bilhões) e o ITBI (R\$ 1,7 bilhões).

O texto aprovado mantém o tributo de competência da União mas permite que os municípios ampliem sua participação de 50% para 100%. Para que

isso ocorra será preciso a edição de lei com opção do município em cobrar e fiscalizar o tributo. Nesse caso a emenda constitucional exige que “não implique em redução do imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal.”

Para contemplar integralmente a proposta dos municípios será preciso passar também a competência do tributo na esfera municipal. Do contrário estaremos diante de uma situação esdrúxula: um ente cobra e fiscaliza e outro dita as regras sobre alíquotas e condições de cobrança.

### **Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE**

A CIDE, em 2002, arrecadou R\$ 7,6 bi. Foi o primeiro ano do tributo, que substituiu a Parcela de Preço Específico (PPE). A PPE não chegava a ser um tributo, na verdade funcionava como um estabilizador de preços, evitando que as oscilações cambiais afetassem os preços internos dos derivados do petróleo. Na verdade havia subsídio para alguns produtos. Por exemplo, para cada litro de gasolina comercializado uma fração do preço (PPE) era destinada ao subsídio do gás de cozinha. A PPE funcionava como instrumento de política econômica muito mais que um imposto com finalidade arrecadatória.

Pela proposta da CNM e com base na arrecadação de 2002 (R\$ 7,6 bi), os municípios teriam direito a R\$ 1,7 bi (22,5% do total). A emenda aprovada destinou aos municípios apenas 6,25% do montante total da CIDE, correspondendo a 25% da parte que toca aos estados. Esse percentual representará cerca de R\$ 475 milhões anuais para os municípios considerando a mesma arrecadação de 2002.

### **Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – CIP**

O art. 149-A e seu *Parágrafo Único* da Constituição Federal já previa essa espécie tributária e que inclui dentre as competências dos Municípios a de instituir, na forma das respectivas leis, contribuição especial para custear o serviço de iluminação pública. Prevê, ainda, o texto constitucional, a possibilidade de que o valor da contribuição seja cobrado juntamente com a fatura mensal de energia elétrica emitida pelas concessionárias distribuidoras em todo o País.

Tal contribuição é caracterizada tecnicamente pela destinação legal do produto de sua arrecadação. São exemplos aquelas integrantes do sistema tributário nacional, tais como as de seguridade, a sindical, CPMF, as contribuições para as entidades fiscalizadoras do exercício profissional, as contribuições de intervenção no domínio econômico, e, agora, a contribuição para limpeza pública.

A CIP foi instituída com as mesmas razões que justificaram a criação da contribuição para limpeza pública. A novidade é que a emenda de reforma tributária *in comento* tratou de estabelecer a base de cálculo do tributo, dispensando a necessidade de lei complementar regulatória. A medida é positiva e estabelece parâmetro universal, consolidando de vez a acertiva de tributar o serviço através do consumo de energia elétrica. A contribuição será devida por

todos aqueles que, residentes ou estabelecidos no território do Município, possuam ligação regular de energia elétrica, sendo o valor mensal do consumo de cada um a base de cálculo da contribuição.

Registre-se que essa alternativa sempre foi defendida pela CNM em todas as manifestações, quando a base de cálculo ainda estava em aberto. Aliás, as orientações técnicas emitidas pela Entidade aos municípios brasileiros sempre indicavam o consumo de energia como a base de cálculo mais adequada.

### **ICMS - Desconstitucionalização dos Critérios de Rateio**

Atualmente o art. 158 da Constituição Federal em seu parágrafo único define que 3/4 do índice de participação dos Municípios no ICMS será fixado de acordo com o valor adicionado fiscal de cada Município, remetendo a legislação dos Estados a definição quanto o restante. A maioria dos Municípios entende que a constitucionalização de 3/4 dos critérios de partilha engessa a possibilidade de equalização do tributo, que se revela concentrador.

O texto aprovado na Câmara dos Deputados remete à lei complementar a fixação de critérios sobre a totalidade dos recursos. Essa alteração permitirá que sejam discutidos critérios mais justos para a distribuição do ICMS entre os Municípios de modo a inserir itens que estimulem a atividade econômica, mas também contemplem indicadores de ordem social.

### **Ampliação da base do IPVA**

A emenda inclui no campo de incidência do IPVA a propriedade de veículos aéreos e aquáticos. As alíquotas mínimas serão fixadas pelo Senado Federal e poderão ser diferenciadas em função do tipo de utilização. Nesse aspecto estima-se ganho para os municípios, que atualmente recebem 50% da receita do imposto. A transferência ocorre para o local de licenciamento do veículo. Com relação às aeronaves e veículos aquáticos a regra será a mesma. Nesse aspecto será preciso verificar os procedimentos de registro e licenciamento junto aos órgãos competentes como ocorre hoje com relação aos veículos automotores, licenciados junto aos Detrans.

Em 05.09.2003  
Sérgio Luiz Perotto  
Augusto Braun  
Assessores técnicos

**Quadro comparativo  
Propostas rejeitadas e aprovadas  
Repercussão financeira**

Proposta dos Municípios	Emenda Aglutinativa
+ 5% do ICMS (30%)	Negado
+ 30 % do IPVA (80%)	Negado
+ 5% do FPM (27,5%)	Negado
22,5% CSLL	Negado
22,5% COFINS	Negado
22,5% CPMF	Negado
100% ITCD	Negado
Não Incidência do PASEP	Negado
Repasse Direto do Salário Educação	Negado
Progressividade do ITBI	aprovado
Contribuição de Limpeza Urbana	aprovado
+ 50% do ITR	Aprovado
22,5% CIDE	aprovado 6,25%
<b>Ganho nominal pretendido</b>	<b>R\$ 40 Bilhões</b>
<b>Valor conseguido</b>	<b>R\$ 940 Milhões</b>

*Valores estimados: R\$ 400 milhões (Cide), R\$ 340 milhões (ITBI – estimativa de 20% de crescimento em face da progressividade), R\$ 100 milhões da contribuição de limpeza urbana e R\$ 100 milhões com o ITR. A receita do ITR ficará integralmente com os municípios que aderirem à fiscalização e cobrança, mediante lei municipal. Todavia, a competência do tributo continua com a União.*

**De:** Dep. Mendes Ribeiro Filho  
**Enviado em:** segunda-feira, 8 de setembro de 2003 15:26  
**Para:** Dep. Adão Pretto; Dep. Ary Vanazzi; Dep. Augusto Nardes; Dep. Beto Albuquerque; Dep. Cezar Schirmer; Dep. Darcisio Perondi; Dep. Enio Bacci; Dep. Eliseu Padilha; Dep. Érico Ribeiro; Dep. Francisco Appio; Dep. Francisco Turra; Dep. Henrique Fontana; Dep. José Ivo Sartori; Dep. Julio Redecker; Dep. Kelly Moraes; Dep. Luciana Genro; Dep. Luis Carlos Heinze; Dep. Maria do Rosário; Dep. Milton Cardias; Dep. Nelson Proença; Dep. Onyx Lorenzoni; Dep. Orlando Desconsi; Dep. Osvaldo Biolchi; Dep. Pastor Reinaldo; Dep. Pastor Reinaldo; Dep. Paulo Gouvêa; Dep. Paulo Pimenta; Dep. Pompeo de Mattos; Dep. Tarcisio Zimmermann; Dep. Yeda Crusius; 'paulopaim@senador.gov.br'; 'simon@senador.gov.br'; 'sergio.zambiasi@senador.gov.br'; 'presidencia@famurs.com.br'; 'islei@famurs.com.br'; 'reprgovrs@terra.com.br'; 'representantedf@gg.rs.gov.br'; 'paulo@cnm.org.br'; 'cnm@cnm.org.br'; 'srodrigu@senado.gov.br'

**Assunto:** Reunião Bancada Gaúcha

**Prioridade:** Alta

Senhor(a) Parlamentar,

Tenho a satisfação de convidar Vossa Excelência para participar da reunião da Bancada Gaúcha **dia 10/09, às 14h30**, no Auditório do Anexo IV da Câmara dos Deputados.

A pauta será:

1. Discussão da Reforma Tributária;

Presentes os Presidentes da Famurs, Gilmar Sossola e da Confederação Nacional dos

Municípios, Paulo Ziulkoski.

2. Apresentação de relatório da execução orçamentária das emendas da Bancada Gaúcha de 2002/2003.

Atenciosamente,

Deputado Mendes Ribeiro Filho  
 Coordenador da Bancada Gaúcha

**POSICIONAMENTO DOS SECRETÁRIOS DE FAZENDA, FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO DOS ESTADOS ABAIXO RELACIONADOS E DO  
DISTRITO FEDERAL EM RELAÇÃO AO TETO DE VENCIMENTOS DOS  
SERVIDORES ESTADUAIS**

Os Secretários de Fazenda, Finanças e Tributação dos Estados do Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, e do Distrito Federal, após analisar a PEC 40/03, aprovada em 1º turno na Câmara dos Deputados, em especial no que se refere ao teto de vencimentos para os servidores públicos estaduais e do Distrito Federal, vêm manifestar sua discordância em relação aos critérios utilizados para o estabelecimento dos respectivos limites.

A proposta original do Governo previa **um único** teto de vencimentos para os servidores de cada um dos entes da Federação. Entretanto, o texto aprovado em 1º turno na Câmara, embora tenha consagrado um **único** teto para os servidores da União - subsídio de Ministro do STF - e um **único** teto para os dos Municípios - subsídio do Prefeito, estabeleceu para os dos Estados e os do Distrito Federal **três tetos**, de regra, um para cada poder. No Executivo, haveria dois: um para Defensores e para Procuradores, igual ao do Poder Judiciário, e outro para os demais servidores, com base no subsídio do Governador. Deste modo, a emenda afastou-se do princípio estabelecido na proposta original. A permanecer assim, haverá forte tendência de desorganização das carreiras, em especial daquelas exclusivas de estado, como agentes do fisco estadual, na medida em que os recursos humanos mais qualificados tenderão a buscar sempre lugar nas carreiras que oferecerem as melhores perspectivas de remuneração.

É necessário estabelecer tratamento isonômico para a remuneração das carreiras, sem distingui-las por poder e, menos ainda, em um dos poderes de estado, de modo a respeitar princípio hoje explícito no art. 37, XII, da Constituição Federal (não objeto de modificação), que prescreve "os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo".

Os Secretários, acima relacionados, alertam para estas graves distorções e recomendam que elas sejam reparadas ainda no Congresso Nacional, pelo estabelecimento de **um único teto** também para os servidores dos Estados e do Distrito Federal, como medida de unicidade de critério, justiça e mesmo para evitar demandas judiciais sempre onerosas para os estados.

Brasília, 21 de agosto de 2003.

**Para:** rosane.oliveira@zerohora.com.br  
**Assunto:** Texto SENADOR PAULO PAIM-PT/RS

Brasília, 09 de setembro de 2003.

À

Jornalista Rosane de Oliveira

Jornal ZERO HORA

[rosane.oliveira@zerohora.com.br](mailto:rosane.oliveira@zerohora.com.br)

Prezada Jornalista,

Li, com muita atenção, o artigo de sua autoria publicado hoje no jornal ZERO HORA no qual, sob o título “Dois pesos e duas medidas”, emite algumas opiniões que de minha parte merecem alguns reparos. Sem tirar, naturalmente, o costumeiro brilho que caracteriza seus textos e suas análises.

Trouxe para a vida parlamentar o exercício da negociação, apreendida durante toda a nossa militância sindical. Durante os quatro mandatos de Deputado Federal, estando no governo partidos de oposição, negocieei à exaustão todos os temas de interesse da classe trabalhadora. E com isso obtive muitas vitórias.

São exemplos o reajuste de 147%, o salário mínimo de 100 dólares, a redução da jornada de trabalho, e os Estatutos do Idoso, da Igualdade Racial e das Pessoas Portadoras de Deficiências, a lei que proíbe qualquer tipo de preconceito, etc.

Não seria agora, no exercício de mandato de Senador da República, com o meu partido no governo, que eu iria abdicar do sagrado direito da negociação, o melhor caminho para superar divergências e evitar o impasse.

A propósito, cabe lembrar que recentemente o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao falar sobre a aprovação na Câmara dos Deputados dos projetos de reforma da Previdência e do sistema tributário, disse que o Brasil precisava aprender a negociar e que ensinaria ao País a arte da negociação.

Ao apresentar emendas ao projeto de reforma da Previdência Social quando chegou ao Senado, o fiz no exercício da prerrogativa constitucional de Senador da República. Aliás, a apresentação das emendas foi precedida de uma reunião da bancada do meu partido na

qual anunciei meu intento e durante a qual não houve qualquer manifestação em contrário.

Apresentei as emendas por entender que o texto aprovado na Câmara dos Deputados, embora incorpore muitos avanços em relação ao texto original do governo, ainda não pode ser considerado como uma peça acabada e que reflita os interesses de todos os setores dos trabalhadores, sejam servidores públicos ou da iniciativa privada. Mesmo que 70% das alterações feitas na Câmara coincidam com as propostas que apresentei ao relator, Deputado José Pimentel, ainda no mês de junho do corrente ano.

Nosso objetivo, por meio de negociações, é aperfeiçoar o texto que chega ao exame do Senado. Não podemos de antemão renunciar à possibilidade da aceitação das emendas, essência da atividade parlamentar.

Não foi nosso propósito, em nenhum momento, fazer oposição ao governo que me orgulho de ter trabalhado muito para eleger, do qual faço parte e para cuja sustentação dedico todas as minhas forças aqui no Senado. Não cabe, portanto, a analogia feita em seu artigo de que “a oposição tem boas razões para comemorar a conquista de um aliado deste calibre”, pois o fato de discordar, eventual e pontualmente, de algumas ações do governo, não pode ser entendido em hipóteses alguma que eu esteja na oposição.

Prova disso é que na última sexta-feira, a convite de Sua excelência, viajei com o presidente da República até Esteio, em nosso Estado, para a sua histórica visita à Expointer. A viagem foi muito proveitosa e durante a ida e volta por cerca de cinco horas pude desfrutar com o Presidente, em sua cabine, de conversas a respeito de assuntos nacionais e internacionais, como velhos amigos que somos, desde os tempos de sindicalismo, da Assembléia Nacional Constituinte, até este momento, em que dirigimos este grandioso País.


Tenho certeza de que gozo de credibilidade junto ao presidente Lula, que respeita minhas posições, meu trabalho e a luta que defendo há anos. Durante nossa conversa de viagem, o presidente chegou a dizer que “ninguém gosta de lambe-botas”, com o que concordei prontamente e interpretei como uma homenagem a todos aqueles que com seriedade, critério e independência desempenham seu trabalho.

Finalmente, lamento não poder ainda matar sua curiosidade sobre como agirá o PT em relação a um eventual voto deste Senador que seja decisivo. Até porque vou trabalhar para construir um grande entendimento em torno da PEC 40.

Tenho certeza de que as minhas considerações foram entendidas.

Aproveito a oportunidade para renovar meu respeito e minha admiração pela seriedade com que a nobre jornalista desempenha seu trabalho de bem informar aos seus leitores.

Atenciosamente,

  
Senador Paulo Paim  
(paulopaim@senador.gov.br)

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti para uma comunicação inadiável. V. Exª terá assegurado o uso da palavra por cinco minutos.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu lhe agradeço.

Peço a atenção do Senador Paulo Paim uma vez que vários Senadoras e Senadores têm se dedicado ao início do debate sobre a reforma da previdência. A Senadora Ana Júlia e eu também apresentamos emenda que entendemos de fundamental importância. Tentamos obter avanços na questão da transição, porque, já na Emenda Constitucional nº 20, os servidores públicos que estavam muito próximos de completar o tempo para aposentadoria tiveram o seu tempo postergado e agora terão mais uma vez. Portanto, deve haver alguma atenuante na regra de transição. Entendemos que é importante reabrir o debate, propor negociação ao Governo, para se poder evoluir.

No entanto, se eu tivesse qualquer dúvida a respeito da necessidade da reforma da previdência, eu a teria eliminado com o que foi noticiado neste fim de semana, no meu Estado: cento e quarenta e sete pensionistas do Instituto de Previdência – viúvas de desembargadores, de conselheiros – ganharam na Justiça o reajuste concedido aos parlamentares. Elas conseguiram obter esse reajuste por causa das legislações que lhes dão ou lhes deram a isonomia entre diversas categorias no Estado. Essas cento e quarenta e sete pensionistas vão consumir dos cofres públicos do Estado de Santa Catarina R\$3 milhões/mês.

O Governo do Estado mandou à Assembléia Legislativa um projeto para reajuste dos servidores públicos: um por cento para todos os servidores e um abono de R\$100 e, para os professores em sala de aula, mais R\$50.

Hoje, em Santa Catarina, há cerca de vinte mil professores contratados em caráter temporário, os chamados ACTs. São aquelas pessoas, profissionalmente falando, com toda debilidade, porque não têm vínculo empregatício, não são funcionários do Estado e são temporários; todo ano, têm que se submeter a um processo de seleção, têm que ser recontratados e nunca sabem se terão trabalho no ano seguinte.

Pois vejam bem: os R\$3 milhões/mês que essas pensionistas passam a receber pela decisão judicial é exatamente o equivalente ao abono de R\$150 de mais de vinte mil professores em Santa Catarina.

Como disse, é para eliminar situações absurdas como essa que a reforma da previdência realmente

precisa ser feita. Não é justo que os cofres públicos destinem R\$3 milhões para cento e quarenta e sete pessoas, quando não há condições de se dar um salário mais digno para mais de vinte mil professores que estão em sala de aula, executando a tarefa de alfabetizar e de educar as nossas crianças e os nossos adolescentes.

É por isso que estou absolutamente convencida de que devemos realizar o debate, devemos tentar aprimorar a reforma. Mas ela é fundamental, ela é imprescindível não apenas por uma questão de moralidade, mas por uma questão de justiça. Não é justo que alguém se dê ao direito de receber esses recursos por isonomia – o tal do “direito adquirido” – enquanto eles faltam a quem está efetivamente desempenhando a função pública de educar, de atender a saúde e a segurança.

Sr. Presidente, era essa a minha comunicação. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Senador Paulo Paim, com todo o respeito, creio que, superior a V. Exª, só há a lei, como disse Rui Barbosa, e o Regimento não permite apartes.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, se V. Exª me permitir, só quero dizer que concordo na íntegra com o discurso da Senadora. S. Exª e eu estamos na mesma trincheira da base do Governo e vamos acabar com todos os marajás. Parabéns, Senadora!

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa) – Concedo a palavra ao Senador Rodolpho Tourinho, por cessão do Senador Arthur Virgílio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, por cessão do Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao falar desta tribuna, quero enaltecer a figura do ex-Ministro Murilo Macedo, que faleceu recentemente.

Lembro que este mineiro de Sete Lagoas conseguiu, pela sua inteligência, caráter e sua qualidade de hábil negociador, impor-se, durante muitos anos, no cenário político do Estado de São Paulo e do País, ao ocupar cargos públicos, como o de Secretário do Trabalho daquele Estado brasileiro e de Ministro do Trabalho, no período de março de 1979 a março de 1995, em cinco anos da época turbulenta pela qual passaram as relações sindicais com o Governo Federal.

A revista **IstoÉ** de 21 de outubro do ano passado retratou o quadro daquele período do governo militar, relembrando que “quando assumiu o Ministério do



Trabalho, em 15 de março de 1979, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo era um barril de pólvora". Havia cerca de 120 mil manifestantes no Estádio de Futebol da Vila Euclides, no dia 1º de maio de 1980, em São Bernardo do Campo. De repente, helicópteros do Exército sobrevoavam o local para intimidar os trabalhadores. Tanques haviam sido despachados para conter os manifestantes. Murilo Macedo, então Ministro do Trabalho, pôs-se à frente do portão no 4º Comando do Exército de São Paulo, no Ibirapuera, e impediu que os tanques partissem. Quando soube dos helicópteros enviados à Vila Euclides, o Ministro procurou o então Ministro Chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, pedindo-lhe que mandasse recuar os helicópteros. Um dos filhos do Ministro Murilo Macedo relembra que o seu pai queria, na verdade, evitar uma tragédia. "Se não tivesse contido o avanço dos tanques, teria havido o maior massacre".

Sr. Presidente, Srª e Srs. Senadores, a movimentação, às vezes, na política é incongruente. Nos anos em que estive à frente do Ministério do Trabalho, Murilo Macedo conseguiu, a um só tempo, manter abertos os canais do diálogo do Governo Federal com as lideranças sindicais, que, a despeito disso, consideravam o Ministro Murilo Macedo mais um "Ministro do capital" do que do trabalho, como diziam à época, e ter conseguido, simultaneamente, repito, a desconfiança, desprezo e desafeto da linha mais radical das forças militares que governavam o País. Não tinha, pois, o apoio de nenhum dos dois grupos. Deles, no entanto, tinha o respeito. E isso muito lhe valeu.

Para ilustrar esta constatação, a mesma reportagem da revista **IstoÉ** relembra, no retrospecto da história do nosso ex-Ministro, os seus encontros com o, na época, principal líder sindical brasileiro, o hoje Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foram encontros sempre na busca do diálogo e do entendimento, ingredientes tão importantes na época para arrefecer os ânimos sempre exaltados e tensos, de um lado, dos sindicalistas, e, do outro, dos militares.

O maior líder sindical do País, Presidente Lula, a convite do ex-Ministro, visitou seu sítio em Atibaia, São Paulo. Ao final do almoço, o clima de entendimento era tal que os dois, de maneira descontraída, puderam encaminhar uma busca de solução.

Narro esse episódio para destacar as razões que sobravam aos chefes militares para não entenderem os procedimentos e a forma de agir do Ministro do Trabalho, Murilo Macedo.

Quero realçar portanto, Sr. Presidente, que Murilo Macedo nunca agiu nos extremos. Preferia sempre as posições intermediárias, centrais, medianas,

as posições que conduzem os homens ao diálogo, ao entendimento, ao equilíbrio. As posições emocionalmente controladas e inteligentemente centradas. A vida, por certo, ensinou-lhe, na condução do Ministério do Trabalho, naquele período tão conturbado de nossa História, a exercitar a serenidade e a cultivar a paciência como sendo as grandes virtudes do homem preparado e talhado para ocupar uma função pública. Os reveses a que tanto teve que suplantar enrijeceram sua personalidade política, mas também o fizeram humilde diante do seu destino.

Tive o prazer de conviver com ele. Nascido em Sete Lagoas, cidade natal do meu pai, Renato Azere-do, dele foi contemporâneo e amigo. À sua cidade, Murilo dedicou um carinho sem limites. No que podia, empenhava-se em ajudar, levando desenvolvimento àquela comunidade, atitude clara de quem é solidário ao seu povo, ama sua terra e se orgulha de suas origens.

Trago à memória, a quantos, neste plenário, conheceram e conviveram com aquele mineiro ilustre, o político que abriu as trilhas de seu destino, confundindo-as, hoje, com as trilhas das políticas públicas do sindicalismo brasileiro.

Chego à seguinte conclusão: é certo, Sr. Presidente, que alguns homens conseguem transcender os estritos termos da responsabilidade funcional, impondo características especiais em suas atitudes. Alargam-se moral e eticamente e, assim procedendo, contagiam os que tomam conhecimento dos seus atos. Dignificam uma profissão, uma instituição e um País ao imporem para si valores que são eminente e predominantemente sociais. Esse é o caso do Dr. Murilo Macedo. Não será incorreto afirmar que sua atuação política esteve em consonância e em harmonia com o seu tempo e que sua trajetória de vida serve hoje, sob o julgamento do tribunal da História, como um exemplo a inspirar os mesmos caminhos do entendimento, do diálogo e da negociação para a prática da política e para o exercício do governo.

De Murilo Macedo, o perfil que a História começa a guardar é o de um homem da maior coerência, que buscava o que era justo e correto no estrito espaço que permeia e distancia os extremos, o estreito espaço onde a inteligência humana busca e encontra o consenso para o entendimento, a paz e a harmonia social.

Face a tudo isso, requeiro a esta Casa legislativa, nos termos regimentais, sejam enviados à família e às autoridades maiores da cidade de Sete Lagoas, onde nasceu o inesquecível Ministro Murilo Macedo, votos de profundo pesar pelo seu falecimento.

Sr. Presidente, essa é a homenagem que faço a um cidadão que soube honrar a vida pública brasileira, exercitando principalmente as características, bem próprias de Minas Gerais, do entendimento e do bom senso.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Perfeitamente, nobre Líder Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – V. Ex<sup>a</sup> faz uma homenagem muito oportuna ao Ministro Murilo Macedo, e eu queria relatar um fato. Eu era um jovem Parlamentar de oposição à ditadura e ele, Ministro do Trabalho. Ele ficou com a fama de ter sido o Ministro das intervenções, porque o regime lhe cobrava isso. Outras pessoas ilustres e corretas foram a favor do regime militar e nem por isso se deixa de reservar para elas um lugar importante na História. Algumas são excepcionalmente importantes para o Brasil e cito, como exemplo, Jarbas Passarinho.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Perfeito.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Trata-se de um homem notável por todos os títulos, orador de escol, homem público correto, no fundo, no fundo, alguém que conseguiu prestar-nos grandes serviços, mesmo servindo àquele regime, e evitar muitas arbitrariedades, muitas vinganças, muitas vinditas. Voltando a Murilo Macedo, eu fui, com um grupo de Parlamentares da Oposição da época, ao Ministério. Havia uma greve, um caso qualquer que levava a uma certa crise política. Fiquei positivamente surpreendido com a cordialidade de Murilo Macedo, com a sua gentileza e, mais ainda, com a sua capacidade de cumprir a palavra. O que nos disse que podia fazer, ele fez, e nos deixou profundamente felizes com a sua postura de alguém que conseguia, em pleno regime arbitrário, receber Parlamentares que queriam desestabilizar o regime. A coisa melhor que se podia fazer, naquele momento, era desestabilizar um regime que não era bom para o País, mas ele conseguia manter esse traço de cordialidade. Portanto, quero me associar a essa homenagem que V. Ex<sup>a</sup> faz, de maneira muito lúcida e muito oportuna, a esse brasileiro que, sem dúvida alguma, marca o seu nome na nossa História também.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Prezado Líder, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelas suas palavras, que se somam a esta homenagem que faço, hoje, a Murilo Macedo.

Nós precisamos, realmente, tirar exemplos da História recente, de brasileiros que souberam viver momentos turbulentos da nossa vida e em quem nos devemos espelhar para enfrentar as dificuldades atuais.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com muito prazer.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Ouvia V. Ex<sup>a</sup> com o respeito que merece, sempre oportuno, e queria dar o meu depoimento sobre a figura de Murilo Macedo. Murilo Macedo foi, sem dúvida, tudo isso que V. Ex<sup>a</sup> traduz: um pacificador, um homem altamente educado, que conseguia, às vezes, o impossível, graças à sua habilidade. Agora, por um acaso, eu estava em São Paulo e me dirigia à missa do Dr. Roberto Marinho, mas ainda estava sendo realizada, na igreja, uma missa para Murilo Macedo. Pude rezar por ele e, mais que isso, pude dar as condolências à sua família e assistir a uma multidão de brasileiros, sobretudo de São Paulo, participando daquela missa. Era uma demonstração da gratidão do Brasil ao homem que, realmente, fez tudo em defesa dos trabalhadores, como disse V. Ex<sup>a</sup>, mas levando sempre o seu bom senso para as soluções que o momento difícil que ele viveu exigia. Quero felicitar mais uma vez V. Ex<sup>a</sup> pelo seu oportuno discurso, coisa, aliás, que é uma tradição na sua pequena mas já importante vida parlamentar.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Senador Antonio Carlos, muito obrigado pelo seu aparte.

Realmente, devemos homenagear figuras como Murilo Macedo. O meu pai era de Oposição, eu também, na época, ainda na área estudantil, participava do MDB antigo, mas isso não me impede de vir à tribuna do Senado para elogiar um Ministro do regime militar, exatamente porque ele soube entender as dificuldades do momento, soube fazer a necessária mistura de argumentos e, com isso, defender os trabalhadores naquele momento difícil do Brasil.

Que a vida de Murilo Macedo sirva de exemplo para os brasileiros e que possamos ter sempre maturidade, dirigindo as relações brasileiras, seja com os sindicalistas, seja com os políticos em geral. Isso é fundamental, porque a História não perdoa. Ela vem com fatos que mostram que alguns, que no passado foram extremamente críticos em algumas atitudes, acabam se rendendo e verificando que sempre é necessário ter bom senso, uma característica de todos os mineiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Azeredo, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente.*

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Azeredo, o Sr. Paulo Paim, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Mesa associa-se às manifestações de pesar em memória do ex-ministro Murilo Macedo, que foi um cidadão exemplar, um profissional de alta competência e um homem público que, ao ocupar o Ministério do Trabalho, prestou grandes serviços ao País.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

São lidos os seguintes:

## **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, DE 2003**

**Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sua conservação e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

### **TÍTULO I**

#### **Das Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta lei regula direitos e obrigações relativos ao acesso e à conservação, no que couber, ao patrimônio genético do País e seus componentes.

§ 1º O patrimônio genético do País é composto por:

- a) componentes genéticos, em condições *ex situ* ou *in situ*, existentes no território nacional ou dos quais o Brasil é de origem, incluindo a informação de origem genética;
- b) cultivos agrícolas domesticados no Brasil;
- c) conhecimentos tradicionais das populações indígenas comunidades locais associadas a componentes genéticos.

§ 2º Acesso, para os efeitos dessa lei, é o uso do componente do patrimônio genético com finalidade precípua de explorar as potencialidades determinadas pela carga genética do componente, na forma do regulamento.

Art. 2º O patrimônio genético é bem da União, e seu acesso e conservação, no que couber, se farão na forma desta Lei, sem prejuízo de direitos de propriedade material e imaterial relativos:

I – aos componentes naturais que contêm o componente genético;

II – às coleções privadas de componentes genéticos;

III – aos cultivos agrícolas domesticados no Brasil;

IV – aos conhecimentos tradicionais das populações indígenas e comunidades locais associados a componentes genéticos.

Parágrafo único. Aos proprietários e detentores de que trata este artigo será garantida a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do acesso aos componentes do patrimônio genético, na forma desta Lei.

Art. 3º A classificação jurídica do artigo anterior não se aplica aos componentes genéticos e quaisquer substâncias dos seres humanos, observado ainda o disposto no art. 7º desta Lei.

### **TÍTULO II**

#### **Das Disposições Gerais**

Art. 4º Incumbe a todos os indivíduos e pessoas jurídicas e ao Poder Público, em particular, preservar o patrimônio genético e a diversidade biológica do País, promover seu estudo e uso sustentável e controlar o seu acesso, assim como fiscalizar as entidades dedicadas à prospecção, coleta, pesquisa, conservação, manipulação, comercialização e quaisquer outras atividades relativas ao patrimônio genético, na forma desta Lei, atendidos os seguintes princípios:

I – soberania nacional sobre o patrimônio genético e diversidade biológica do País;

II – integridade do patrimônio genético e da diversidade biológica do País;

III – prioridade para os empreendimentos relativos a acesso que se realizem no território nacional;

IV – promoção e apoio às distintas formas de geração, em benefício do País, de conhecimentos e tecnologias relacionados a acesso;

V – participação nacional nos benefícios econômicos e sociais decorrentes das atividades de acesso, especialmente em proveito do desenvolvimento sustentável das áreas onde ele se realiza e das comunidades locais e populações indígenas provedoras de conhecimento tradicional porventura relacionado à atividade;

VI – proteção e incentivo à diversidade cultural, valorizando-se os conhecimentos, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas sobre a conservação, melhoramento, uso, manejo e aproveitamento do patrimônio genético;

VII – integridade intelectual do conhecimento tradicional detido pela comunidade local ou população indígena associado a patrimônio genético por ela manejado, garantindo-se-lhe o reconhecimento, a proteção, a compensação justa e equitativa pela utilização desse conhecimento e a liberdade de intercâmbio do conhecimento, ou de outro componente do patrimônio genético relacionado, entre seus membros e com outras comunidades ou populações análogas;

VIII – inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade dos direitos relativos ao conhecimento tradicional detido pela comunidade local ou população indígena associado a patrimônio genético por ela manejado, possibilitando-se, entretanto, o seu uso, após o consentimento prévio e fundamentado da respectiva comunidade local ou população indígena e mediante justa e equitativa compensação, na forma desta Lei;

IX – necessidade de consentimento prévio e fundamentado das comunidades locais e populações indígenas para as atividades de acesso a componentes genéticos situados nas áreas que ocupam, incluindo os seus cultivos agrícolas domesticados e os conhecimentos tradicionais relacionados ao componente genético objeto do acesso que detêm;

X – compatibilização com as políticas, princípios e normas relativos a biossegurança;

XI – compatibilização com as políticas, princípios e normas relativas à segurança alimentar do País;

XII – cumprimento e fortalecimento da Convenção sobre Diversidade Biológica e demais atos internacionais relacionados à proteção e uso sustentável da biodiversidade.

Art. 5º Esta lei se aplica a todas as pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, que desenvolvam atividades de acesso no território nacional.

Art. 6º Esta lei se aplica aos componentes do patrimônio genético continentais, costeiros, marítimos e insulares ocorrentes no território nacional ou dos quais o Brasil é país de origem, assim como às espécies migratórias que, por causas naturais, se encontrem no território nacional.

Art. 7º Esta Lei não se aplica:

I – a acesso a quaisquer componentes ou substâncias dos seres humanos, ficando toda coleta ou uso desses componentes ou substâncias dependente de aprovação do Poder Executivo, até que entre em vigor lei específica sobre essa matéria;

II – ao intercâmbio de componentes genéticos, incluindo seus cultivos agrícolas tradicionais e seus conhecimentos tradicionais, realizado pelas comunidades locais e populações indígenas, entre si, para seus próprios fins e baseado em sua prática costumeira.

Art. 8º É proibido o uso, direto ou indireto, do patrimônio genético em armas biológicas ou em práticas nocivas ao meio ambiente ou à saúde humana.

### TÍTULO III

#### Das Atribuições Institucionais

Art. 9º A política nacional de acesso será estabelecida por uma comissão composta por representantes do Governo Federal, dos governos estaduais e do Distrito Federal, da comunidade científica, de comunidades locais e populações indígenas, de agências de acesso, de organizações não-governamentais e de empresas privadas, em representação paritária de membros do Poder Público e de comunidades e instituições não-governamentais.

Art. 10. O Governo Federal estruturará no âmbito da administração direta o órgão que desempenhará as funções de autoridade responsável pela execução da política nacional de acesso e pela autorização e acompanhamento das atividades de acesso.

Parágrafo único. O órgão desempenhará as funções de secretaria executiva da comissão prevista no artigo anterior, na forma do regulamento.

Art. 11. Além de firmar contratos de acesso, incumbe à autoridade responsável, ouvida a comissão, e sempre de acordo com o previsto nesta Lei e com os demais instrumentos de legislação e política ambiental:

I – auxiliar na elaboração e executar e coordenar a política nacional de acesso;

II – supervisionar, controlar e avaliar as atividades de acesso;

III – produzir e atualizar periodicamente relatório dos níveis de ameaça à diversidade biológica nacional e dos impactos reais e potenciais à sua preservação;

IV – estabelecer e publicar, em conjunto com organismos internacionais, com as comunidades locais e com organizações não-governamentais, listas de componentes biológicos ameaçados de extinção ou de deterioração e dos locais ameaçados por graves

perdas de diversidade biológica, assim como os necessários mecanismos de controle;

V – fomentar mecanismos de divulgação de informações referentes às ameaças à diversidade biológica nacional;

VI – acompanhar pesquisas e inventários da diversidade biológica nacional e desenvolver mecanismos para organizar e manter esta informação;

VII – controlar e prevenir a introdução de espécies exóticas no território nacional;

VIII – estimular o desenvolvimento de atividades de conservação *ex situ* de componentes genéticos;

IX – identificar as prioridades para a formação de pessoal necessário às atividades de acesso e propor programas de treinamento.

Art. 12. A qualquer tempo, quando exista perigo de dano grave e irreversível decorrente de atividades praticadas na forma desta lei, o Poder Público deverá adotar medidas, com critérios de proporcionalidade, destinadas a impedir o dano, podendo inclusive sustar a atividade, especialmente em casos de:

I – perigo de extinção de espécies, subespécies, estirpes ou variedades;

II – razões de endemismo ou raridade;

III – condições de vulnerabilidade na estrutura ou funcionamento dos ecossistemas;

IV – efeitos adversos sobre a saúde humana ou sobre a qualidade de vida ou identidade cultural das comunidades locais e populações indígenas;

V – impactos ambientais indesejáveis ou dificilmente controláveis sobre os ecossistemas;

VI – perigo de erosão genética ou perda de ecossistemas, de seus componentes ou de seus componentes, por coleta indevida ou incontrolada de germoplasma;

VII – descumprimento de normas e princípios de biossegurança ou de segurança alimentar; e

VIII – utilização dos componentes com fins contrários aos interesses nacionais e aos tratados assinados pelo País.

§ 1º A falta de certeza científica sobre o nexo causal entre a atividade de acesso e o dano não poderá ser alegada para postergar a adoção das medidas eficazes requeridas.

§ 2º As medidas previstas neste artigo não poderão se constituir obstáculo técnico ou restrição comercial encobertos.

## TÍTULO IV

### Do Acesso

#### CAPÍTULO I

#### Do Acesso a Patrimônio Genético em Condições *In Situ*

Art. 13. Todo e qualquer procedimento de acesso a componentes do patrimônio genético em território brasileiro, em condições *in situ*, dependerá de autorização prévia da autoridade responsável e da assinatura e publicação de contrato entre a autoridade e as pessoas físicas ou jurídicas interessadas.

Parágrafo único. A autoridade responsável cadastrará entidades públicas e organizações privadas sem fins lucrativos, que mantenham atividades relacionadas à proteção e uso sustentável dos componentes naturais, nomeadas para efeitos desta lei como “agências de acesso” ou “agências”, que poderão requerer acesso em nome de terceiros, negociar contratos conexos e cláusulas de proteção de direitos relativos a conhecimento tradicional e gerenciar projetos e aplicações de componentes advindos dos contratos de acesso.

#### Seção I

#### Da Solicitação e do Projeto de Acesso

Art. 14. Para obter autorização e firmar contrato de acesso, o solicitante ou a agência deverá apresentar solicitação, acompanhada do projeto de acesso, onde constem, pelo menos, os seguintes itens:

I – identificação completa e dados curriculares:

a) do solicitante de acesso, pessoa física ou jurídica que realizará o acesso, e que deve ter capacidade jurídica para contratar e capacidade técnica para a atividade comprovada, incluindo informações de todas as pessoas ou entidades que estarão envolvidas nos procedimentos de acesso;

b) da agência de acesso, quando for o caso, incluindo o registro cadastral e o contrato com o solicitante de acesso;

c) do possuidor do recurso natural que contém o recurso genético ou da coleção de componentes genéticos, quando for o caso;

d) do provedor do conhecimento tradicional, quando for o caso.

II – informação completa sobre cronograma, orçamento e fontes de financiamento para o trabalho previsto;

III – descrição detalhada e especificada dos componentes genéticos a que se pretende ter acesso, incluindo seus usos atuais e potenciais, sua sustentabilidade ambiental e os riscos que possam decorrer do acesso;

IV – descrição circunstanciada dos métodos, técnicas, sistemas de coleta e instrumentos a serem utilizados;

V – localização precisa das áreas onde serão realizados os procedimentos de acesso;

VI – indicação do destino do material coletado e seu provável uso posterior.

§ 1º No caso de acesso a conhecimento tradicional, o projeto previsto neste artigo deverá vir acompanhado de uma autorização de visitas à comunidade local ou população indígena e das informações recolhidas, de fonte oral ou escrita, relacionadas ao conhecimento tradicional.

§ 2º A autoridade responsável poderá, adicionalmente, caso julgue necessário, exigir a apresentação de estudo e relatório de impacto ambiental relativos aos trabalhos a serem desenvolvidos.

Art. 15. Se a solicitação e o projeto de acesso forem considerados completos, a autoridade responsável lhe outorgará uma data, hora e número de inscrição e, no prazo de até 15 (quinze) dias dessa data, tomará as seguintes providências:

I – publicação de extrato da solicitação e do projeto de acesso no **Diário Oficial** da União;

II – publicação de extrato da solicitação e do projeto de acesso, por 3 (três) dias seguidos, no órgão de comunicação impressa de maior circulação da região onde se realizará o acesso;

III – informação ao solicitante ou à agência do nome de pelo menos 3 (três) instituições que poderão ser designadas para acompanhar os procedimentos de acesso na forma desta lei.

Parágrafo único. Se a solicitação e o projeto de acesso forem considerados incompletos não serão aceitos pela autoridade responsável, que os devolve-rá imediatamente para fins de correção.

Art. 16. Dentro de 60 (sessenta) dias seguintes à publicação da solicitação e projeto de acesso, a autoridade responsável procederá ao seu exame, analisando as informações fornecidas na forma do art. 14, realizando as inspeções necessárias e, com base em parecer técnico e legal, decidirá sobre a procedência ou improcedência da solicitação.

§ 1º O prazo previsto no **caput** poderá ser prorrogado, a juízo da autoridade responsável.

§ 2º As solicitações de acesso a ser realizado em áreas indígenas ou em unidades de conservação dependerão de pareceres dos órgãos responsáveis, a serem emitidos sem prejuízo do prazo previsto no **caput**.

Art. 17. Até a data final do prazo para exame a autoridade responsável, com base no parecer previsto no artigo anterior, deverá deferir ou indeferir a solicitação, sempre em decisão motivada.

§ 1º A decisão de indeferimento será comunicada ao interessado e encerrará a tramitação, sem prejuízo de recursos administrativos ou judiciais cabíveis.

§ 2º Em caso de deferimento, a decisão será comunicada ao interessado no prazo de 10 (dez) dias e publicada no **Diário Oficial** e no órgão de comunicação impressa de maior circulação da região onde se realizará o acesso, seguindo-se a negociação e elaboração do contrato de acesso.

## Seção II

### Do Contrato de Acesso

Art. 18. São partes no contrato de acesso:

- a) o Estado, representado pela autoridade responsável;
- b) o solicitante do acesso;
- c) a agência de acesso;
- d) o provedor do conhecimento tradicional ou do cultivo agrícola domesticado, nos casos de contratos de acesso que envolvam esses componentes.

Art. 19. Quando a solicitação de acesso envolver um conhecimento tradicional ou um cultivo agrícola domesticado, o contrato de acesso incorporará, como parte integrante, um anexo, denominado contrato acessório de utilização de conhecimento tradicional ou de cultivo agrícola domesticado, subscrito pela autoridade responsável, pelo provedor do conhecimento tradicional ou do cultivo agrícola domesticado, pelo solicitante e agência de acesso, quando for o caso, que estabeleça a compensação justa e equitativa relativa aos benefícios provenientes dessa utilização, indicando-se expressamente a forma de tal participação.

Art. 20. Durante a fase de negociação do contrato de acesso, o solicitante ou agência de acesso deverão apresentar à autoridade responsável os contratos conexos que tenham firmado com terceiras pessoas, na forma prevista nesta lei.

Parágrafo único. A instituição pública ou privada que sirva de apoio nacional, em regime de contrato

conexo previsto nesta lei, deverá ser aceita pela autoridade responsável.

Art. 21. O contrato de acesso, determinado pelos termos e cláusulas mutuamente acordados pelas partes, deverá conter, além das informações prestadas pelo solicitante ou pela agência de acesso, todas as demais condições e obrigações a serem cumpridas, destacando-se:

I – definição do objeto do contrato, tal qual registrado na solicitação e projeto de acesso;

II – determinação da titularidade de eventuais direitos de propriedade intelectual e de comercialização dos produtos e processos obtidos e das condições para concessão de licenças;

III – obrigação do solicitante e da agência de acesso de não ceder ou transferir a terceiros o acesso, manejo ou utilização dos componentes genéticos sem o consentimento expresso da autoridade responsável e, quando for o caso, das comunidades locais ou populações indígenas detentoras do conhecimento tradicional ou do cultivo agrícola domesticado, objeto do procedimento de acesso;

IV – compromisso do solicitante e da agência de acesso de informar previamente a autoridade responsável sobre as pesquisas e utilizações dos componentes genéticos objeto do acesso;

V – compromisso do solicitante e da agência de acesso de transmitir à autoridade responsável os relatórios e demais publicações que realizem com base nos componentes genéticos objeto do acesso;

VI – compromisso do solicitante e da agência de acesso de informar previamente a autoridade responsável sobre a obtenção de produtos ou processos novos ou distintos daqueles objeto do contrato;

VII – obrigação do solicitante e da agência de acesso de apresentar à autoridade responsável relatórios periódicos dos resultados alcançados;

VIII – compromisso do solicitante e da agência de acesso de solicitar prévia autorização da autoridade responsável para a transferência ou movimentação dos componentes genéticos para fora das áreas designadas para o procedimento de acesso;

IX – obrigação de depósito de amostras do componente genético objeto do acesso, incluindo todo material associado, em instituição designada pela autoridade responsável, com expressa proibição de saída do País de amostras únicas;

X – eventuais compromissos de confidencialidade, pelas partes contratantes, sobre aspectos que envolvam direitos de propriedade intelectual;

XI – eventuais compromissos de exclusividade de acesso em favor do solicitante e da agência de acesso, sempre que estejam de acordo com a legislação nacional sobre livre concorrência;

XII – estabelecimento de garantia que assegure o ressarcimento, em caso de descumprimento das estipulações do contrato por parte do solicitante e da agência de acesso;

XIII – estabelecimento de cláusulas de indenização por descumprimento de responsabilidade contratual, extracontratual e por danos ao meio ambiente;

XIV – submissão a todas as demais normas nacionais, em especial às de controle sanitário, de biossegurança, de proteção do meio ambiente e aduaneiras.

Art. 22. O prazo de vigência do contrato de acesso será determinado pela autoridade responsável, num máximo de 3 (três) anos, a contar da data de sua assinatura, sendo renovável por períodos iguais ao originalmente pactuado.

Parágrafo único. Sem prejuízo de outras cláusulas rescisórias avençadas, a autoridade responsável poderá rescindir o contrato de acesso a qualquer tempo em razão de dispositivo desta lei.

Art. 23. Poderão ser objeto de tratamento confidencial os dados e informações contidos na solicitação, na proposta, na autorização e no contrato de acesso, desde que possam ter uso comercial desleal por parte de terceiros, salvo quando sua divulgação seja necessária para a proteção do interesse público ou do meio ambiente.

§ 1º Para os efeitos do previsto no **caput**, o solicitante ou a agência de acesso deverão apresentar uma petição justificada, acompanhada de um resumo não-confidencial, que fará parte do expediente publicado.

§ 2º Os aspectos confidenciais ficarão em poder da autoridade responsável e não poderão ser divulgados a terceiros, salvo com ordem judicial.

§ 3º A confidencialidade não poderá incidir sobre as informações previstas nos incisos I, IV e V do art. 14.

Art. 24. A autoridade responsável poderá celebrar com universidades e centros de pesquisa nacionais convênios que amparem a execução de um ou mais contratos de acesso, de conformidade com os procedimentos previstos nesta Lei.

Art. 25. Serão nulos os contratos que se firmem com violação desta lei, podendo ser decretada a nulidade de ofício pela autoridade responsável ou a requerimento de qualquer pessoa.

### Seção III

#### Do Contrato Provisório de Bioprospecção

Art. 26. Poderão ser requeridas autorizações e celebrados contratos de acesso sem a observância dos incisos III e VI do art. 14, intitulados autorizações e contratos provisórios, em áreas com localização e dimensões definidas pela autoridade responsável, observado o zoneamento ecológico do País, atendendo-se o seguinte:

I – o contrato previsto neste artigo terá prazo de vigência máximo de 1 (um) ano, a contar da data da assinatura, não sendo renovável;

II – o contrato previsto neste artigo deverá prever um relatório circunstanciado da bioprospecção realizada, a ser entregue à autoridade responsável até 120 (cento e vinte dias) contados da data de término do contrato, e que terá tratamento confidencial pelo prazo de 1 (um) ano do término do contrato;

III – não serão autorizadas utilizações comerciais de produtos ou processos obtidos a partir de procedimentos de acesso executados sob a égide dos contratos provisórios;

IV – o acesso aos componentes genéticos encontrados na área dependerá de autorização e contrato realizados na forma dos artigos anteriores.

V – o signatário do contrato previsto neste artigo terá prioridade para receber autorização e firmar contrato de acesso aos componentes genéticos prospectados na área, podendo exercer essa prioridade até o prazo de 1 (um) ano da data de término do contrato.

### Seção IV

#### Dos Contratos Conexos de Acesso

Art. 27. São contratos conexos de acesso aqueles necessários à implantação e desenvolvimento de atividades relacionadas ao acesso a componentes genéticos, e que sejam celebrados entre o solicitante ou a agência de acesso e:

a) o proprietário ou possuidor do recurso natural que contém o recurso genético;

b) o detentor de coleção de componentes genéticos em condições **ex situ** ou **in situ**;

c) a instituição pública ou privada designada, na forma desta lei, para acompanhar as atividades de acesso, envolvendo obrigações que não devam fazer parte do contrato de acesso.

Parágrafo único. Os contratos conexos estipularão uma participação justa e eqüitativa às partes nos benefícios resultantes do acesso ao componente genético, indicando-se expressamente a forma de tal participação.

Art. 28. Sem prejuízo do acordado no contrato conexo e independentemente deste, a instituição pública ou privada estará obrigada a colaborar com a autoridade responsável no acompanhamento e controle das atividades de acesso e a apresentar relatórios sobre as atividades de sua responsabilidade, na forma e periodicidade que a autoridade determine, assegurada sua adequação à natureza dos trabalhos contratados.

Art. 29. A celebração de um contrato conexo não autoriza o acesso ao recurso genético e seu conteúdo se subordina ao disposto no contrato de acesso e ao estabelecido nesta lei.

Art. 30. Os contratos conexos incluirão uma cláusula suspensiva, condicionando o seu cumprimento à execução do contrato de acesso.

Art. 31. A nulidade do contrato de acesso acarreta a nulidade do contrato conexo.

§ 1º A autoridade responsável poderá rescindir o contrato de acesso quando se declare a nulidade do contrato conexo, se este último for indispensável para a realização do acesso.

§ 2º A modificação, suspensão, rescisão ou resolução do contrato conexo poderá implicar a modificação, suspensão, rescisão ou resolução do contrato de acesso pela autoridade responsável, se afetarem de maneira substancial as condições deste último.

### Seção V

#### Da Execução e Acompanhamento dos Contratos de Acesso

Art. 32. Os procedimentos de acesso contarão, obrigatoriamente, com o acompanhamento de instituição de pesquisa ou ensino brasileira, pública ou privada, de reconhecido conceito na área objeto do procedimento, especialmente designada pela autoridade responsável e contratada pelo solicitante ou pela agência de acesso, antes da autorização.

Parágrafo único. A instituição designada responde solidariamente pelo cumprimento das obrigações assumidas pela pessoa física ou jurídica autorizada ao procedimento de acesso.

Art. 33. Caberá à autoridade responsável, em conjunto com a instituição designada para o acompanhamento dos trabalhos autorizados, acompanhar o



cumprimento dos termos da autorização e do contrato de acesso, e especialmente assegurar que:

I – o acesso seja feito exclusivamente aos componentes genéticos autorizados, quando não for o caso do contrato provisório, e na área estabelecida;

II – sejam conservadas as condições ambientais da região onde se desenvolvem os trabalhos;

III – haja permanentemente a participação direta de um especialista da instituição de acompanhamento;

IV – seja feito um informe detalhado das atividades realizadas e do destino das amostras coletadas;

V – tenham sido entregues amostras das espécies coletadas para ser conservadas **ex situ**, em instituição designada pela autoridade responsável.

#### Seção VI Da Retribuição

Art. 34. Além das remunerações e partilhas de benefícios contratadas entre solicitante, agência de acesso, provedores de conhecimentos tradicionais e contrapartes dos contratos conexos, fica assegurada à União justa compensação, que será monetária ou em direitos de comercialização, na forma definida pelo contrato de acesso firmado entre a autoridade responsável e as demais partes.

Art. 35. As retribuições previstas nesta seção constituirão um fundo especial de conservação do patrimônio genético, destinado a ser o instrumento de suporte financeiro para os projetos relacionados ao acesso a componentes genéticos.

Parágrafo único. Os projetos previstos neste artigo serão selecionados pela autoridade responsável em decisão referendada pela comissão prevista nesta lei, de acordo com a disponibilidade de fundos e a adequação aos princípios estabelecidos nesta lei.

#### SEÇÃO VII Das Disposições Gerais sobre os Contratos de Acesso

Art. 36. As permissões, autorizações, licenças, contratos e demais documentos que amparem a pesquisa, coleta, obtenção, armazenamento, transporte ou outra atividade similar referente ao acesso a componentes genéticos, vigentes na data de publicação desta lei, de acordo ou não com suas disposições, não condicionam nem presumem a autorização para o acesso.

Art. 37. As pessoas físicas ou jurídicas autorizadas a desenvolver trabalhos de acesso a componentes genéticos ficam obrigadas a comunicar à autori-

dade responsável quaisquer informações referentes ao transporte do material coletado, sendo também responsáveis civil, penal e administrativamente pelo inadequado uso ou manuseio de tal material e pelos efeitos adversos de sua atividade.

Art. 38. A autorização ou contrato para acesso aos componentes genéticos não implica autorização para sua remessa ao exterior, a qual deverá ser previamente solicitada e justificada perante a autoridade responsável.

Parágrafo único. Fica expressamente proibida a remessa para o exterior de amostras únicas, sem observância dos dispositivos relativos ao depósito obrigatório de amostras de cada recurso genético ou produto derivado que tenham sido objeto de acesso.

Art. 39. É ilegal o uso de componentes genéticos para fins de pesquisa, conservação, aplicação industrial ou comercial, ou quaisquer outros, se não tiverem sido objeto de acesso segundo as disposições desta lei.

Art. 40. Não se reconhecerão direitos sobre componentes genéticos obtidos ou utilizados em descumprimento desta lei, não se considerando válidos títulos de propriedade intelectual ou similares sobre tais componentes ou produtos derivados ou sobre produtos ou processos resultantes do acesso em tais condições.

#### CAPÍTULO II Do Acesso a Patrimônio Genético em Condições **ex situ**

Art. 41. A autoridade responsável poderá firmar contratos de acesso a componentes genéticos que estejam depositados em centros de conservação **ex situ** localizados no território nacional ou se em outros países, desde que o Brasil seja o país de origem de dos componentes.

Parágrafo único. Aplicar-se-ão, no que couber, ao regime de acesso a componentes em condições **ex situ**, as disposições relativas ao acesso em condições **in situ**.

Art. 42. Os acordos de transferência de material genético ou análogos entre centros de conservação **ex situ** ou entre estes centros e terceiros, internamente ou mediante importação ou exportação, constituem modalidades de contratos de acesso.

§ 1º O centro de conservação provedor do componente genético submeterá a solicitação de acesso à autoridade responsável e publicará extrato do pedido no **Diário Oficial** da União, no prazo de até 15 (quinze) dias da respectiva data.

§ 2º Os acordos previstos no **caput** serão válidos desde que compatíveis com as condições pactuadas no contrato original de acesso ao componente intercambiado e com os direitos de propriedade intelectual envolvidos.

§ 3º Na avaliação da solicitação de acesso a autoridade responsável poderá exigir retribuição, na forma desta lei, o que deverá constar no acordo de transferência de material genético ou análogo.

§ 4º Somente após a homologação da proposta de acordo pela autoridade responsável poderá o acordo ser firmado pelo centro de conservação e o interessado.

#### TÍTULO IV

##### **Da Proteção do Conhecimento Tradicional Associado a Componentes Genéticos**

Art. 43. O Poder Público reconhece e protege por meio do Ministério Público os direitos das comunidades locais e populações indígenas a se beneficiarem coletivamente por seus conhecimentos tradicionais e a serem compensadas pela conservação dos componentes genéticos, mediante remunerações monetárias, bens, serviços, direitos de propriedade intelectual ou outros mecanismos.

§ 1º A autoridade responsável criará um cadastro nacional onde serão depositados registros de conhecimentos associados a componentes genéticos pelas comunidades locais e populações indígenas e por qualquer interessado.

§ 2º Cada registro do cadastro nacional deverá ser submetido a um laudo etnológico e servirá para subsidiar as decisões relativas aos termos do contrato de acesso.

§ 3º Por meio de convênios, poderão ser depositados no cadastro acervos sobre conhecimentos tradicionais de outras instituições, brasileiras ou estrangeiras, com a mesma finalidade do parágrafo anterior.

Art. 44. As comunidades locais e populações indígenas detêm os direitos exclusivos sobre seus conhecimentos tradicionais, e somente elas poderão cedê-los, por meio das formas contratuais previstas nesta Lei.

Parágrafo único. A proposta de contrato de acesso somente será aceita se for precedida do consentimento prévio fundamentado da comunidade local ou população indígena, obtido segundo as normas claras e precisas que serão definidas para esse procedimento pela autoridade responsável.

Art. 45. Fica assegurado às comunidades locais e populações indígenas o direito aos benefícios advindos do acesso a componentes genéticos realizado nas áreas que detêm, definido na forma de contrato con-

xo previsto nesta lei e após consentimento prévio fundamentado segundo o disposto no artigo anterior.

Parágrafo único. As comunidades locais e populações indígenas poderão solicitar a autoridade responsável que não permita o acesso a componentes genéticos nas áreas que detêm, quando se demonstre que estas atividades ameaçariam a integridade de seu patrimônio natural ou cultural.

Art. 46. Não se reconhecerão direitos de propriedade intelectual de produtos ou processos relativos a conhecimentos tradicionais associados a componentes genéticos ou produtos derivados, cujo acesso não tenha sido realizado em conformidade com esta lei.

#### TÍTULO V

##### **Do Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia**

Art. 47. O Poder Público promoverá e apoiará o desenvolvimento de tecnologias nacionais sustentáveis para o estudo, uso e melhoramento de espécies, estirpes e variedades autóctones e apoiará os usos e práticas tradicionais das comunidades locais e populações indígenas.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, o Poder Público promoverá o levantamento e a avaliação das biotecnologias nacionais e tradicionais.

Art. 48. Será permitida a utilização de biotecnologias estrangeiras, sempre e quando estas se submetam a esta Lei e demais normas sobre biossegurança, e a empresa pretendente assumirá integralmente a responsabilidade por qualquer dano que possam acarretar à saúde, ao meio ambiente ou às culturas tradicionais.

Art. 49. Serão criados mecanismos para assegurar e facilitar aos pesquisadores nacionais o acesso e transferência de tecnologias que sejam pertinentes para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica ou que utilizem componentes genéticos e não causem danos ao meio natural e cultural do País.

Art. 50. Em caso de tecnologias sujeitas a patentes ou outros direitos de propriedade intelectual, será garantido que os procedimentos de acesso e transferência de tecnologia se façam com proteção adequada a esses direitos.

#### TÍTULO VI

##### **Das Infrações e das Sanções Administrativas e Penais**

Art. 51. As condutas e atividades que contrariem o disposto nesta lei são punidas com sanções administrativas e penais.

Parágrafo único. As sanções administrativas e penais poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 52. Nas infrações definidas nesta Lei, é considerado responsável o mandante, o autor material, o diretor, o administrador, o membro de conselho e do órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo ou devendo saber da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

Art. 53. As pessoas jurídicas serão apenadas conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seus representantes legais ou contratuais, ou de seus órgãos colegiados, no interesse ou benefício da entidade.

Parágrafo único. A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Art. 54. Sem prejuízo do disposto nesta Lei, o agente, independentemente da existência de culpa, é obrigado a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por seus atos.

Art. 55. A obtenção, comercialização e remessa para o exterior de componentes genéticos, bem como a utilização de conhecimentos tradicionais, sem a autorização prevista nesta lei, constituem crime punível com pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa de até 10.000 (dez mil) vezes a multa diária previstas no artigo seguinte.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, a multa será aumentada até o dobro.

Art. 56. O Poder Executivo estabelecerá em regulamento as hipóteses de aplicação de cada uma das seguintes sanções por infração desta Lei:

I – advertência;

II – multa simples;

III – multa diária;

IV – apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V – destruição ou inutilização do produto;

VI – suspensão de venda do produto;

VII – embargo da atividade;

VIII – interdição parcial ou total do estabelecimento, atividade ou empreendimento;

IX – suspensão de registro, licença ou autorização legalmente exigidos;

X – cancelamento de registro, licença ou autorização legalmente exigidos;

XI – perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo governo;

XII – perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito;

XIII – intervenção no estabelecimento;

XIV – proibição de contratar com a Administração Pública, por um período de até três anos.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas neste artigo serão aplicadas sem prejuízo de ações civis ou penais cabíveis.

## TÍTULO VII

### Das Disposições Finais

Art. 57. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 58. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 59. Revogam-se as disposições em contrário.

### Justificação

Há quase dez anos o Brasil vem tentando implementar com sucesso legislação e políticas de acesso aos componentes genéticos de sua biodiversidade. A partir da Convenção sobre Diversidade Biológica, de 1992, que entrou em vigor para o Brasil dois anos depois, a qual determina a soberania de cada país sobre os recursos genéticos ocorrentes em seus territórios, diversas iniciativas foram tomadas, destacando-se, no campo legislativo, o pioneiro projeto da Senadora Marina Silva, com substitutivo do Senador Osmar Dias, aprovado no Senado Federal em 1998, e, no do Executivo, a Medida Provisória 2.186, de agosto de 2001, ainda em vigor.

Não obstante constituir-se numa legislação em vigor, e que tem suprido as carências mais urgentes nessa área, todos os setores estão conscientes, inclusive o Governo, que necessita, com a brevidade possível, uma nova e compreensiva lei de acesso ao patrimônio genético, que incorpore todos os avanços verificados e as experiências acumuladas ao longo dos últimos anos, para que, finalmente, o Brasil se dote de um aparato institucional condigno com a riqueza de nossa biodiversidade.

É nesse sentido, a modesta contribuição, que trago na forma do presente projeto de lei. Cuida-se basicamente de um refinamento do projeto de lei

aprovado pelo Senado Federal e que se encontra em tramitação na Câmara dos Deputados até o presente, e que, possivelmente, ainda tenha fortes possibilidades de subsidiar o processo de tomada de decisão sobre o tema e mesmo tornar-se a legislação cabível e competente para o Brasil.

Essencialmente, simplificou-se o projeto anterior, remetendo o conceito de recursos genéticos e todos os itens associados para o conceito de patrimônio genético, cujos componentes, material genético em si, cultivos agrícolas e conhecimentos tradicionais associados, encerrariam o universo de aplicação da lei, superando-se assim a enorme controvérsia que se desenvolveu sobre o escopo de tal legislação. Ademais, para que não reste dúvidas sobre isso, introduziu-se a definição pela qual, para os efeitos da lei, acesso é o uso do componente do patrimônio genético com finalidade precípua de explorar as potencialidades determinadas pela carga genética do referido componente, na forma regulamentada pela administração, de modo a se evitar terminantemente a possível confusão entre o acesso e outras apropriações de recursos naturais, não relacionadas ao potencial genético.

Em linhas gerais, manteve-se o arcabouço da proposição mais antiga, principalmente na definição do sistema de contratos de acesso, que reputo adequado para atender com eficácia as diversas possibilidades de solicitação de acesso ao nosso patrimônio genético.

Em razão do exposto e da evidente importância da matéria, ao apresentar essa proposição empenho meus mais veementes apelos aos meus ilustres colegas para sua discussão e aprovação.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 2003. –  
**Mozarildo Cavalcanti.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.186-16  
DE 23 DE AGOSTO DE 2001

**Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea j 10, alínea c, 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

.....  
(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais, cabendo a última a decisão terminativa.)

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 378, DE 2003

**Altera o Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para introduzir o crime de pichação e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, passa a vigor acrescido do art. 163-A, com a seguinte redação:

“Art. 163-A. Pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação, monumento, construção, muro, parede, placa, sinal ou bens assemelhados, públicos ou privados:

Pena – detenção, de três meses a um ano e multa”

§ 1º Extingue-se a punibilidade se o agente, antes da denúncia, restaurar a coisa ao estado em que se encontrava antes da sua atuação.

§ 2º Se o agente, após a denúncia, restaurar a coisa ao estado em que se encontrava antes de sua atuação, reduz-se à metade a pena aplicada.

§ 3º Se o agente for adolescente, a medida sócio-educativa a ser aplicada deverá ser a obrigação de reparar o dano e a prestação de serviços à comunidade, preferencialmente recuperando outros bens atingidos pelas ações previstas no **caput** deste artigo.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

Nossas cidades vem padecendo de um mal que aparentemente não tem encontrado solução, seja na via legislativa, seja através de programas educativos. Basta sairmos de casa para perceber a poluição visual causada por pichações, fruto da ação de gangues de jovens e adolescentes que disputam entre si os espaços ainda incólumes de nossos prédios e monu-

mentos, não importando se públicos ou privados. Na ânsia de alcançar os pontos virgens, normalmente os mais inacessíveis, jovens arriscam as próprias vidas, pendurando-se nas marquises dos prédios mais altos, no parapeito de viadutos, no alto de postes fixadores de placas rodoviárias. A despeito do trabalho educativo que pode e deve ser realizado, cremos que a ausência de firmeza de alguns operadores do direito tem favorecido e até estimulado a ação dessas pessoas, transformando nossas cidades em “telas em branco” para demonstrações nada artísticas, cenário de exposições de muito mau gosto.

Ressalte-se que não nos reportamos apenas aos prédios e monumentos públicos, nem tampouco aos muros e cartazes privados. A ação destes jovens não respeita nem sequer as placas e sinais de trânsito, impedindo sua perfeita identificação por motoristas e pedestres, ensejando a ocorrência de graves acidentes.

O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal – já prevê em seu art. 163 o crime de dano, na sua forma simples e que consiste em “destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia”, com pena de um a seis meses de detenção, ou multa. Seu parágrafo único informa o dano qualificado, em especial o inciso III, agravando a pena para seis meses a três anos de detenção, além da pena correspondente à violência, quando o dano ocorra contra o patrimônio da União, estado, município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista. O art. 165 descreve o crime de “destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico”, estabelecendo pena de seis meses a dois anos de detenção, além de multa. O art. 166 prescreve pena de detenção de um mês a um ano ou multa, a quem alterar, sem licença de autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei.

Por sua vez, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 – Lei de Proteção Ambiental – em seu art. 62, na seção dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural, prevê sanção para quem “destruir, inutilizar ou deteriorar bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial”. Finalmente, o mesmo diploma, em seu art. 65, é incisivo:

“Art. 65. Pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou outro monumento urbano.”

“Pena – detenção, de três meses a um ano e multa”

Ora, tamanho cabedal de normas e dispositivos pareceria suporte legal bastante e suficiente para combater a ação desses vândalos, mas basta transitar em qualquer de nossas grandes cidades para percebermos que o resultado é o oposto.

Forçoso reconhecer que a audácia dos jovens não encontra limites, na sua atávica obstinação em contestar e se mostrarem indiferentes à autoridade. Na busca de auto-afirmação, julgam que se destacam e merecem aplauso na proporção de seu destemor das consequências de seus atos. A despeito dessa especial condição, assim como a impossibilidade de fiscalização e vigilância ininterrupta, nos parece entretanto que a interpretação que nossos agentes públicos, especialmente juízes e oficiais da lei, têm dado às normas em vigor, apenas estimulam e contribuem para tal comportamento.

Ocorre que, em atendimento ao princípio da insignificância, desconsideram o dano praticado pelos pichadores, quando não praticado contra patrimônio público. Consideram delito de bagatela, desprezível para o ordenamento jurídico, julgando que o prejuízo não se mostra relevante. Ora, não se trata apenas de considerar o valor dos custos da recuperação. Não é considerável o prejuízo ao visual de nossas cidades? Ademais, quem arcará com as despesas com a repetida recuperação das edificações privadas? Não há de se considerar prejuízo os milhões de imóveis particulares, que a cada manhã têm que ser repintados, até a exaustão de seus proprietários? Tal entendimento deixa órfãos os proprietários particulares, que se deparam, a cada manhã, com seus muros, apartamentos, casas, etc., impunemente gravados com sinais, grafismos, expressões, enfim; toda a espécie de pichações, sem que nada possam fazer. Quando têm a diligência ou a sorte de flagrar o pichador, o procedimento criminal na grande maioria das vezes não prospera, por entenderem os juízes que não se aplica a norma penal, por se tratar de delito insignificante, e nem a ambiental, por não se tratar de patrimônio público.

Tem este projeto à intenção de preencher este vácuo na legislação, não admitindo a equivocada – no nosso entender – interpretação da legislação em vigor, porquanto os bens particulares também merecem proteção contra a ação destes vândalos, mesmo quando menores de idade.

Neste aspecto, optamos por estabelecer diferencial no tratamento de prática de ato infracional por adolescentes, em plena consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecendo de pronto, que a medida sócioeducativa

a ser aplicada seria a obrigação de reparar o dano, restaurando o bem ao estado anterior à pichação, além da prestação de serviços à comunidade, já prevista naquele Estatuto, em seu art. 112, incisos II e III. Inovamos apenas ao estabelecer que a prestação de serviços à comunidade seria preferencialmente voltada para a recuperação de outros bens atingidos por pichações.

Acreditamos que medida deste molde, se devidamente utilizada pelos aplicadores do direito, receberá aplauso da sociedade, tomando-se efetivamente um instrumento sócioeducativo, inculcando naqueles meninos e meninas, a responsabilidade para com o ambiente de que fazem parte, quem sabe canalizando sua juventude, habilidades e talentos para atividades produtivas.

Esperamos assim, contar com a acolhida dos Senhores Senadores e demais membros do Congresso Nacional, para a aprovação do presente projeto de lei que visa tipificar o crime de pichação, evitando interpretações equivocadas, que permitam a punição dos infratores, assim como a reeducação dos adolescentes flagrados na prática de tal ato infracional.

Salas das Sessões, 9 de agosto de 2003. – Senador **Tasso Jereissati**.

#### *LEGISLAÇÃO CITADA*

DECRETO-LEI Nº 2.848  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

#### **Código Penal.**

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

#### **TÍTULO I**

#### **Da Aplicação da Lei Penal**

##### **Anterioridade da lei**

Art. 1º Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11-7-1984)

#### **CAPÍTULO IV** **Do Dano**

##### **Dano**

Art. 163. Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia:

Pena – detenção, de 1 (um) a 6 (seis) meses, ou multa.

##### **Dano qualificado**

Parágrafo único. Se o crime é cometido:

I – com violência à pessoa ou grave ameaça;

II – com emprego de substância inflamável ou explosiva, se o fato não constitui crime mais grave;

III – contra o patrimônio da União, estado, município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista; (Redação dada pela Lei nº 5.346, de 3-11-1967)

IV – por motivo egoístico ou com prejuízo considerável para a vítima:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.

Art. 164. Introduzir ou deixar animais em propriedade alheia, sem consentimento de quem de direito, desde que o fato resulte prejuízo:

Pena – detenção, de 15 (quinze) dias a 6 (seis) meses, ou multa.

Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico

Art. 165. Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico:

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

Alteração de local especialmente protegido

Art. 166. Alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei:

Pena – detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, ou multa.

.....  
LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

#### **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.**

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

#### **CAPÍTULO I** **Disposições Gerais**

Art. 1º (Vetado)

Art. 2º Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida da sua culpabilidade

de, bem como o diretor, o administrador, o membro de conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la.

#### Seção IV

#### **Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural**

Art. 62. Destruir, inutilizar ou deteriorar:

I – bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial;

II – arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial:

Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.

Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena é de seis meses a um ano de detenção, sem prejuízo da multa.

Art. 63. Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena – reclusão, de um a três anos, e multa.

Art. 64. Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida:

Pena – detenção, de seis meses a um ano, e multa.

Art. 65. Pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano:

Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa.

Parágrafo único. Se o ato for realizado em monumento ou coisa tombada em virtude do seu valor artístico, arqueológico ou histórico, a pena é de seis meses a um ano de detenção, e multa.

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

#### **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.**

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

#### TÍTULO I

#### **Das Disposições Preliminares**

Art. 1º Esta lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

#### CAPÍTULO IV

#### **Das Medidas Socioeducativas**

#### Seção I

#### **Disposições Gerais**

Art. 112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

I – advertência;

II – obrigação de reparar o dano;

III – prestação de serviços à comunidade;

IV – liberdade assistida;

V – inserção em regime de semi-liberdade;

VI – internação em estabelecimento educacional;

VII – qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

§ 1º A medida aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração.

§ 2º Em hipótese alguma e sob pretexto algum, será admitida a prestação de trabalho forçado.

§ 3º Os adolescentes portadores de doença ou deficiência mental receberão tratamento individual e especializado, em local adequado às suas condições.

Art. 113. Aplica-se a este Capítulo o disposto nos arts. 99 e 100.

Art. 114. A imposição das medidas previstas nos incisos II a VI do art. 112 pressupõe a existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração, ressalvada a hipótese de remissão, nos termos do art. 127.

Parágrafo único. A advertência poderá ser aplicada sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 789, DE 2003**

**Requer, ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações sobre o funcionamento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.**

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Exmº Sr. Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, informações por escrito acerca do funcionamento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, que, segundo denúncia publicada no **Jornal do Brasil**, em artigo assinado por Maurício L. de Oliveira, professor da Universidade de Montpellier, atravessa fase de inânia, por falta de dirigente, até hoje não nomeado pelo governo.

#### **Justificação**

O **Jornal do Brasil**, edição do dia 8 de setembro último, denuncia a precariedade do funcionamento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, atribuindo sua inânia ao fato de, até hoje, não ter sido nomeado um presidente para o importante órgão. A desídia a que foi relegado o INPI contraria o enfoque reiteradamente proclamado pelo governo, de apoiar as iniciativas que possam contribuir para o desenvolvimento do País. Segundo a denúncia, o INPI “anda às cegas, ignorando seu importante papel”. Ali se acham encalhados 50 mil processos de patentes e 300 mil pedidos de registro de marcas. Por isso, e tendo em vista que a Constituição Federal assegura ao Congresso Nacional competência de fiscalização, estou requerendo informações dentro dessas prerrogativas do Senado Federal.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

*(À Mesa para decisão.)*

#### **REQUERIMENTO Nº 790, DE 2003**

**Requer, ao Ministro da Fazenda, informações sobre o montante de verbas liberadas pela Caixa Econômica Federal para o setor de habitação.**

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Exmº Sr. Ministro da Fazenda, informações por escrito acerca do total de recursos liberados para o setor de habitação e qual o percentual em relação ao previsto para o corrente ano.

#### **Justificação**

O jornal **O Globo**, edição do dia 8 de setembro último, informa que a Caixa Econômica Federal não teria liberado nem metade do total de recursos previstos, este ano, para o setor de habitação no País. A informação requer esclarecimentos, uma vez que o déficit de habitações é muito alto, não se justificando a contenção dos recursos destinados para a área. Por isso, e tendo em vista que a Constituição Federal assegura ao Congresso Nacional a competência de fiscalização, estou requerendo informações dentro dessas prerrogativas do Senado Federal.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 2003. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

*(À Mesa para decisão.)*

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Os requerimentos lidos, na forma do art. 216, vão à Comissão Diretora para decisão.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 791, DE 2003**

**Requer Voto de Aplauso pelo transcurso do Dia da Amazônia e pela iniciativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco em favor da preservação ambiental.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos anais do Senado Federal, Voto De Aplauso pelo transcurso do Dia da Amazônia e pela iniciativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco-AC, que, em comemoração à data (30 de agosto) promove, até 15 de setembro, campanha em favor da preservação do Meio Ambiente.

#### **Justificação**

A homenagem que ora formulo justifica-se pelo significado educativo das comemorações em homenagem ao Dia da Amazônia, em curso, no Acre, por iniciativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco. E



alentador o trabalho que a Gerência do Meio Ambiente, daquele município, está promovendo com o objetivo de incentivar, entre as populações da região, a defesa e a preservação do meio ambiente. Entre outros pontos, a Gema implantou uma oficina de reciclagem de papel, sobretudo pelo seu caráter educativo.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 2003. –

**Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Presidência fará constar em Ata o voto de aplauso solicitado.

Sobre a mesa, projeto que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mão Santa.

É lido o seguinte:

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 39, DE 2003**

**Cria, no Senado Federal, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É criada, no Senado Federal, a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 2º O art. 72 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com o acréscimo do inciso abaixo, renumerando-se os seguintes:

Art. 72. ....

V – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS;

.....(NR)

Art. 3º O art. 77 do Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com as seguintes modificações:

Art. 77. ....

V – Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 17;

§ 2º Ressalvada a participação na Comissão de Fiscalização e Controle e na Comissão de Legislação Participativa, cada Senador poderá integrar três comissões como titular e três como suplente.(NR)

Art. 4º O Regimento Interno do Senado Federal passa a vigorar com o acréscimo do seguinte artigo:

Art. 102-F. À Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável compe-

te opinar sobre proposições que digam respeito a:

I – direito ambiental;

II – planejamento e execução da política ambiental;

III – conservação, exploração e manejo de florestas; conservação e utilização do solo, dos recursos hídricos e da biodiversidade;

IV – fiscalização dos alimentos e dos produtos e insumos agrícolas e pecuários, no tocante ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável;

V – atividades de pesquisa, extensão e educação ambiental;

VI – normas gerais sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, floresta, caça, pesca, fauna, flora e cursos d'água;

VII – outros assuntos correlatos.

Art. 5º Acrescenta-se a seguinte alínea ao inciso I do art. 107 do Regimento Interno do Senado Federal.

Art. 107. ....

f) Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: às quintas-feiras, onze horas;

.....(NR)

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revoga-se o inciso III do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal.

### **Justificação**

Especialmente a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, cristalizou-se, em nível mundial, a percepção quanto aos estreitos vínculos entre oferta de recursos naturais, degradação ambiental e desenvolvimento. Tomou-se aguda, desde então, a consciência de que os avanços científicos e tecnológicos, associados ao crescimento populacional, à pobreza no Terceiro Mundo e à busca de níveis crescentes de consumo nos países desenvolvidos, ameaçavam levar ao esgotamento desses recursos e a danos ambientais praticamente irreversíveis, tornando evidentes, de forma dramática, os limites a sustentabilidade da vida no planeta.

Ao longo do período, multiplicaram-se os debates sobre estilos de desenvolvimento e seus impactos sobre os sistemas naturais, que se consubstanciaram em relatórios que assumiram importância histórica, tais como *Nosso Futuro Comum* (1987), produzido pela Comissão Brundtland, e *Nossa Própria Agenda* (1990), da Comissão Latino-Americana de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Essa análise levou a uma mobilização internacional que resultou na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), celebrada em 1992, no Rio de Janeiro, cujas principais decisões foram materializadas no documento intitulado *Agenda 21*, que estabelece um roteiro para a cooperação internacional e para a atuação dos governos nacionais. Importa enfatizar que esse documento evidencia profunda percepção com respeito aos estreitos vínculos entre meio ambiente e estruturas econômicas e sociais, tornando imprescindível a consideração de aspectos tão díspares como cooperação internacional, combate à pobreza, mudança nos padrões de consumo e integração da variável ambiental nos processos decisórios.

Ao tratar de assunto tão vasto como a conservação e o gerenciamento dos recursos naturais, a *Agenda 21* formula propostas de ação que contemplam aspectos tais como proteção da atmosfera, combate ao desflorestamento, luta contra a desertificação, promoção do desenvolvimento rural sustentável, conservação da diversidade biológica, manejo da biotecnologia, proteção dos recursos hídricos, manejo de substâncias e resíduos perigosos e manejo de resíduos sólidos, entre outros.

Ainda nesse âmbito, deve-se enfatizar que, na década de 1990, as relações entre comércio internacional e meio ambiente assumiram relevância cada vez maior, em foros como a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), com fortes implicações para os países em desenvolvimento, inclusive com o risco de imposição indevida de barreiras não-tarifárias.

Nesse mesmo período, passaram a ter importância vital temas como o combate ao aquecimento global, bem como necessárias mudanças na matriz energética que levem em consideração limitações ambientais.

Em anos recentes, em nosso País, o avanço mais notável quanto à questão ambiental foi à cristalização da consciência de que a defesa do meio ambiente só pode tornar-se efetiva na medida em que a variável ambiental permear todas as políticas públi-

cas. Nesse sentido, o meio ambiente não pode ser dissociado das discussões que envolvem políticas sobre assuntos tão variados como desenvolvimento regional, tributação, geração e transmissão de energia, avanço da fronteira agrícola, corredores viários, saneamento básico, comércio exterior, entre outros.

Essa mudança já se reflete no Congresso Nacional, pela apresentação de crescente número de proposições legislativas que abordam questões específicas vinculadas ao meio ambiente. Além disso, a mobilização da sociedade brasileira pela inclusão dos temas ambientais nas discussões sobre as políticas públicas em geral passa a demandar nova postura do Senado Federal, que será inevitavelmente confrontado com o desafio de fiscalizar, sob uma perspectiva ambiental específica, as políticas públicas e de analisar as proposições legislativas oferecidas. Parece claro, assim, que se tornou obsoleta a estrutura atual, onde o exame das matérias que compõem esse universo, que se tornará cada vez maior, é apenas uma das atribuições da Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Daí a importância de que seja criada uma comissão voltada, de forma exclusiva, para o tema do meio ambiente.

Por todas essas razões, contamos com o apoio de nossos pares para a presente proposição.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 2003. – Senador **Eduardo Azeredo**.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O projeto será publicado e, em seguida, ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 401, §1º, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Presidência solicita às Lideranças partidárias a indicação dos nomes dos oradores que farão uso da palavra na sessão especial do próximo dia 11 de setembro, que será realizada às 11 horas, destinada a homenagear a memória do ex-Presidente Salvador Allende.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 493 e 667, de 2002, e 188, 200, 203, 209, 219, 220, 228, 233, 262, 263, 268, 291, 295, 313, 333, 341, 349, 352, 363, 370, 371, 375, 376 e 392, de 2003.

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

São as seguintes as matérias promulgadas

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO  
SENADO Nº 493, DE 2002**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural, Beneficente e comunitária de Vargem Grande a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vargem Grande, Estado do Maranhão.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 552, de 14 de setembro de 2000, que autoriza a Associação Cultural, Beneficente e Comunitária de Vargem Grande, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de

Vargem Grande, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2003. –  
**Osmar Dias**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator.

TEXTO FINAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO  
SENADO Nº 667, DE 2002**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Estreito – MA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estreito, Estado do Maranhão.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere à Portaria nº 468, de 22 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Comunitária dos Moradores do Estreito – MA, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Estreito, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 9 de setembro de 2003. –  
Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 188, DE 2003.**

(Nº 2.051/2002, na origem)

**Aprova o ato que, outorga concessão à Rádio Cidade Luís Eduardo Magalhães S/C para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de janeiro de 2002, que outorga concessão à Rádio Cidade Luís Eduardo Magalhães S/C para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Barreiras, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 200, DE 2003**

(Nº 2.167/2002, na origem)

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Beira Rio Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 326, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio FM Beira Rio Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Morada Nova, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 203, DE 2003**

(Nº 2.194/2002, na origem)

**Aprova o ato que outorga concessão à Rádio Bom Jesus Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camocim, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 3 de abril de 2002, que outorga concessão à Rádio Bom Jesus Ltda., para explorar, por dez

anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camocim, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 209, DE 2003**

(Nº 2.218, de 2002, na origem)

**Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Itambacuriense de Comunicação Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 285, de 19 de março de 2002, que outorga permissão ao Sistema Itambacuriense de Comunicação Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itambacuri, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 219, DE 2003**

(Nº 1.909, de 2002 – na Origem)

**Aprova o ato que outorga concessão à Rádio AM Banda 1 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sarandi, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 15 de janeiro de 2002, que outorga concessão à Rádio AM Banda 1 Ltda. para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sarandi, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 220, DE 2003**

(Nº 1.971, de 2002 – na origem)

**Aprova o ato que outorga permissão à WRT – Organização de Radiodifusão**

**Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cambé, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 641, de 24 de outubro de 2001, que outorga permissão à WRT – Organização de Radiodifusão Ltda. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Cambé, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**TEXTO FINAL**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO  
SENADO Nº 228, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Nova Cabreúva Educacional, Cultural e Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cabreúva, Estado de São Paulo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 523, de 29 de agosto de 2001, que autoriza a Associação Nova Cabreúva Educacional, Cultural e Comunicação Social, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Cabreúva, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2003. –  
**Osmar Dias**, Presidente – **Papaléo Paes**, Relator.

**TEXTO FINAL**

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO  
SENADO Nº 233, DE 2003**

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Solidariedade a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 311, de 25 de maio de 2001, que autoriza a Associação Comunitária Solidariedade, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade,

serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Edison Lobão**, Relator.

#### TEXTO FINAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 262, DE 2003

**Aprova o ato que autoriza a Fundação Técnico Científico para o Desenvolvimento comunitário de Alhandra – FTCDCA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alhandra, Estado da Paraíba.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 232, de 18 de abril de 2001, que autoriza a Fundação Técnico Científico para o Desenvolvimento Comunitário de Alhandra – FTCDCA, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Alhandra, Estado da Paraíba.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Papaléo Paes**, Relator.

#### TEXTO FINAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 263, DE 2003

**Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Jardim Alvorada – ASCODECAL a executar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maringá, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 728, de 26 de novembro de 2001, que autoriza a Associação de Comunicação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Jardim Alvorada – ASCODECAL, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2003. – **Gerson Camata**, Presidente Eventual – **Osmar Dias**, Relator.

#### TEXTO FINAL

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 268, DE 2003

**Aprova o ato que autoriza a Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 405, de 34 de julho de 2000, que autoriza a Associação Radiofônica Cultural de Ouro Verde do Oeste, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ouro Verde do Oeste, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Flávio Arns**, Relator..

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 291, DE 2003

**Aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Alto do Aricanga – ES a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibiiraçu, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 99, de 29 de janeiro de 2002, que autoriza a Associação Cultural Alto do Aricanga – ES a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Ibiiraçu, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente – **Gerson Camata**, Relator.

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO DO SENADO Nº 295, DE 2003

**Aprova o ato que autoriza a Associação Unidos para Comunicação de Pi-**

**nheiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinheiros, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 667 de 14 de novembro de 2001, que autoriza a Associação Unidos para Comunicação de Pinheiro, a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Pinheiros, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2003. – **Osmar Dias**, Presidente – **Gerson Camata**, Relator.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
DO SENADO Nº 313, DE 2003**

**Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão Espírito Santo (RTV/ES), para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto de 1º de outubro de 2001, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão outorgada à Rádio e Televisão Espírito Santo (RTV/ES), autarquia estadual, vinculada à Casa Civil do Governo do Estado do Espírito Santo, originalmente Fundação Cultural do Espírito Santo, para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2003. – Senador **Osmar Dias**, Presidente.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 333, DE 2003**

(Nº 2.291/2002, na origem)

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som da Terra Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poxoréo, Estado de Mato Grosso.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 378, de 19 de março de 2002, que outorga permissão à Rádio Som da Terra Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Poxoréo, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 341, DE 2003**

(Nº 2.331/2002, na origem)

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Popular de Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 727, de 7 de dezembro de 2000, que renova por dez anos, a partir de 12 de abril de 1994, a permissão outorgada à Rede Popular de Comunicações Ltda., para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 349, DE 2003**

(Nº 2.415, de 2002, na origem)

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação João Ricardo Silveira para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Quixadá, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 606, de 24 de abril de 2002, que outorga permissão à Fundação João Ricardo Silveira para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Quixadá, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 352, DE 2003**

(Nº 2.139/2002 – na origem)

**Aprova o ato que outorga concessão à Fundação Rui Baromeu para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 21 de março de 2002, que outorga concessão à Fundação Rui Baromeu para executar, por quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de São Mateus, Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 363, DE 2003**

(Nº 2.381/2002 – na origem)

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade de Passo Fundo para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 586, de 10 de outubro de 2001, que outorga permissão à Fundação Universidade de Passo Fundo para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 370, DE 2003**

(Nº 2.322/2002 – na origem)

**Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Duarte Coelho FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 8, de 18 de Janeiro de 2001, que renova, a partir de 10 de março de 1995, a permissão outorgada à Duarte Coelho FM Ltda., para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 371, DE 2003**

(Nº 2.324/2002 – na origem)

**Aprova o ato que renova a concessão da TV e Rádio Jornal Do Comércio Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 25 de junho de 2001, que renova, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da TV e Rádio **Jornal do Comércio** Ltda, para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 375, DE 2003**

(Nº 2.504/2002 – na origem)

**Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Gilvan Costa, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 873, de 4 de junho de 2002, que outorga permissão à Fundação Gilvan Costa, para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 376, DE 2003**

(Nº 2.804/2002, na origem)

**Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Costa do Sol Ltda, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.023, de 20 de junho de 2002, que outorga permissão à Rádio Costa do Sol Ltda, para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 392, DE 2003**

(Nº 3.263, de 2003 – na origem)

**Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural de Pracuuba – Assopra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pracuuba, Estado do Amapá.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 2.069, de 9 de outubro de 2002, que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural de Pracuuba – Assopra a executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pracuuba, Estado do Amapá.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Passa-se à

**ORDEM DO DIA****Item 1:****PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 23, DE 2003**

(Proveniente da Medida Provisória nº 123, de 2003)  
Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2003, que

define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento – CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

Parecer proferido no Plenário da Câmara dos Deputados, em substituição à Comissão Mista, Relator: Deputado Eduardo Campos (PSB-PE), preliminarmente pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, pela adequação financeira e orçamentária da matéria, e quanto ao mérito, favorável à Medida Provisória, nos termos de Projeto de Lei de Conversão, que oferece, acolhendo na íntegra a Emenda nº 9, e parcialmente, as Emendas nºs 6 e 7; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 5, 8 e 10, apresentadas perante a Comissão Mista.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão do último dia 3, quando teve sua apreciação sobrestada, em virtude da falta de acordo de Lideranças para sua deliberação.

Antes de submeter a matéria ao Plenário, a Presidência presta os seguintes esclarecimentos:

– a Comissão Mista foi designada por esta Presidência no dia 30 de junho e não se instalou;

– a Medida Provisória foi remetida à Câmara dos Deputados no dia 10 de julho, tendo sido apreciada naquela Casa no dia 12 de agosto;

– o prazo de quarenta e cinco dias para tramitação da matéria no Congresso Nacional esgotou-se no dia 10 de agosto e o de sessenta dias de vigência no dia 25 último, tendo sido prorrogado por Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional;

– a Medida Provisória foi recebida formalmente pelo Senado Federal no último dia 21.

Prestados esses esclarecimentos, passa-se à apreciação da matéria.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, Relator revisor da matéria, para proferir parecer.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o parecer é pela constitucionalidade da matéria.

Quanto ao mérito, mantivemos o texto oriundo da Câmara dos Deputados, apesar de nos reunirmos



exaustivamente com diversos setores interessados na questão.

Registro, para conhecimento do Plenário, que avançamos, no que diz respeito à regulamentação da matéria, inclusive fixando prazo para a apreciação e fixação de preços de medicamentos na Anvisa.

Portanto, o parecer é favorável nos termos do texto oriundo da Câmara dos Deputados, Sr. Presidente.

É o seguinte o parecer na íntegra

#### **PARECER Nº 1.213, DE 2003**

**De Plenário, sobre o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2003 (Medida Provisória nº 123, de 2003, do Poder Executivo), que define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e dá outras providências.**

Relator Revisor: Senador **Romero Jucá**

#### **I – Relatório**

Nos termos do art. 7º da Resolução nº 1, de 2002-CN, vem à apreciação do Senado Federal o Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2003, aprovado na Câmara dos Deputados, em decorrência da tramitação da Medida Provisória nº 123, de 2003, do Poder Executivo.

A Medida Provisória nº 123, de 26 de junho 2003, foi adotada pelo Poder Executivo, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, e define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

Alcança as empresas produtoras, importadoras e distribuidoras de medicamentos, as farmácias as drogarias, bem como quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado atuantes no setor farmacêutico.

A Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) é criada junto ao Conselho de Governo, em substituição à Câmara de Medicamentos, instituída pela Lei nº 10.213, de 2001, com os objetivos de adotar, implementar e coordenar atividades relativas à regulação econômica do mercado de medicamentos, e cuja composição é atribuída ao Poder Executivo.

Suas competências estão definidas em dispositivo específico e incluem, entre outras, a definição de diretrizes e procedimentos relativos à regulação econômica do mercado de medicamentos; o estabelecimento de critérios para fixação e ajuste de preços de medicamentos e de margens de comercialização; a proposição de leis e regulamentos referentes à regulação econômica daquele mercado; opinar sobre regulamentações que envolvam tributação de medicamentos; monitorar o mercado de medicamentos, e zelar pela proteção dos interesses do consumidor de medicamentos.

Em seu art. 4º, a medida provisória estabelece regras para a determinação e o ajuste de preços dos medicamentos, segundo as quais esse ajuste será calculado com base em um índice, um fator de produtividade e um fator de ajuste de preços relativos intra-setor e entre setores.

O referido índice é definido como o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e a especificação dos critérios de composição e o grau de desagregação dos fatores – relativo a produto, mercado relevante ou grupo desses mercados – é atribuída à CMED.

O primeiro reajuste de preços é estabelecido para março de 2004, considerando-se, para efeito do mesmo, o preço vigente em 31 de agosto de 2003 e o IPCA acumulado a partir de setembro de 2003.

Os produtos novos e as novas apresentações de medicamentos deverão observar, para fins de definição de preços iniciais, critérios estabelecidos pela CMED, com base em informações técnicas e econômicas fornecidas por ocasião do pedido de registro.

Para tanto, ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, que institui a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, insumos farmacêuticos e produtos similares, – e que trata do registro de medicamentos no Sistema Nacional de Vigilância sanitária – é acrescentado um inciso que torna obrigatória a apresentação de informações econômicas.

No prazo regimental, foram oferecidas dez emendas à medida.

A Comissão Mista constituída para apreciação da matéria foi designada, mas não instalada no prazo definido pela Constituição. Em vista disso, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados designou o Deputado Eduardo Campos para oferecer parecer em substituição à Comissão.

O relatório do Deputado Eduardo Campos conclui pela admissibilidade da medida, reconhecendo o

cumprimento dos pressupostos de relevância e urgência invocados pelos propositores; que ela não incorre em nenhuma das vedações temáticas estabelecidas; que atende aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, e que está redigida em boa técnica legislativa.

Em relação ao mérito, propõe o acatamento do regulamento proposto, ao concordar com que o controle de preços é estratégia essencial para lidar com possíveis abusos do poder econômico por parte do setor farmacêutico e com a metodologia proposta para o cálculo de ajustes de preços, como efetiva e já adotada, em nosso País, em setores como os de energia e de telecomunicações, bem como em vários outros países.

Em relação às emendas, foram acatadas as propostas pela Deputada Laura Carneiro, que estabelece um prazo para que a CMED se pronuncie referentemente ao cálculo de preço de medicamentos novos e novas apresentações de medicamentos; pelo Deputado Fernando Fabinho, que determina medidas mais rígidas no controle de medicamentos que podem servir como drogas de abuso; e pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá, que altera a expressão “política de comercialização” por “proposta de comercialização” no novo inciso acrescentado à Lei de Vigilância Sanitária.

Conclui, assim, pela aprovação da medida provisória nos termos de um Projeto de Lei de Conversão que, além das alterações decorrentes do acatamento das emenda acima comentadas, inclui acréscimos propostos pelo relator.

O Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2003, aprovado naquela Casa e objeto de apreciação, mantém o texto já comentado da Medida Provisória nº 123, de 2003, (artigos 1º a 3º, 5º e 6º; 9º; 11 e 12), com as seguintes alterações nos demais:

**a)** no inciso I do § 4º (que trata da parcela do fator de ajuste de preços relativos intra-setor) do art. 4º (que define as regras para o ajuste e a determinação de preços pelas empresas produtoras de medicamentos), a expressão “poder de monopólio” é substituída pela expressão “poder de mercado”, que passa a ser determinado, “entre outros”, pelo poder de monopólio ou oligopólio;

**b)** a competência da CMED para “especificar” os critérios de composição e desagregação dos fatores com os quais será determinado o ajuste de preços (§ 5º do art.

4º) é alterada para “propor”, apenas, estabelecendo-se um prazo até 31 de dezembro de 2003 para que o Presidente da República defina aqueles critérios por meio de regulamento baixado por decreto, nos moldes do que dispõe o art. 84 da Constituição Federal;

**c)** os critérios para definição de preços iniciais de novos produtos e novas apresentações de medicamentos – que a medida provisória atribuía à CMED estabelecer – deverão, agora, ter prazos definidos em regulamento baixado por aquela comissão (acréscimo de um § 2º ao art. 7º);

**d)** a recusa, a omissão, a enganosidade ou o retardamento injustificado de informações e documentos requeridos pela lei ou por atos da CMED, cuja sanção, no texto da medida provisória, era a prevista no art. 15 da Lei nº 10.213, de 2001, – que definia normas de regulação para o setor de medicamentos, instituía a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos e criava a Câmara de Medicamentos, revogada pela atual medida provisória – passa a ser uma multa diária de dez mil reais, podendo ser aumentada em até vinte vezes, se necessário para garantir eficácia;

**e)** a alínea f do novo inciso VII, acrescentado ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, tratando de acrescentar a exigência do fornecimento de informações econômicas no processo de solicitação de registro de novos medicamentos no Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, teve a expressão “política de comercialização” substituída pela “proposta de comercialização”;

**f)** um § 2º foi acrescentado a esse art. 16, citado, para permitir que “regulamentação específica” possa dispensar, no todo ou em parte, a apresentação daquelas informações;

**g)** o art. 22 da Lei nº 6.360, de 1976, – que dispõe sobre o registro de drogas, medicamentos e insumos farmacêuticos que contenham substâncias entorpecentes ou que causem dependência física ou psíquica – teve sua redação alterada para alcançar, além do registro, a renovação do registro;

**h)** o art. 23 da Lei nº 6.360, de 1976, – que dispõe sobre a isenção de registro de

determinados medicamentos novos – é revogado;

i) o **caput** do art. 24 da Lei nº 6.360, de 1976, – que dispunha sobre estarem “igualmente” isentos de registro os medicamentos novos destinados exclusivamente a uso experimental – teve sua redação alterada para retirar a expressão “igualmente”, sem sentido frente à revogação do artigo anterior;

j) por fim, a Lei nº 10.213, de 2001, que define normas de regulação para o setor de medicamentos, institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos e cria a Câmara de Medicamentos – cujo art. 15 permanecia em vigor, sendo os demais revogados – é, agora, revogada integralmente.

## II – Análise

Apesar de a medida provisória propor-se – já em seu art. 1º – a estabelecer normas de regulação do setor farmacêutico e objetivar instituir mecanismos de estímulo à oferta de medicamentos e a competitividade no setor, com o objetivo de promover a assistência farmacêutica para a população brasileira, ela, em verdade, institui apenas mecanismos de controle de preços, deixando o atingimento daqueles objetivos na dependência da qualidade e da efetividade da atuação da comissão que cria.

De qualquer forma, institui mecanismos efetivos de controle de preços que, se bem administrados, poderão concorrer para aqueles objetivos.

As alterações promovidas pela Câmara dos Deputados no texto da medida provisória em tela e sua transformação no projeto de lei de conversão que agora apreciamos – aprimoraram a proposição, de tal forma que não nos cabe mais que aprova-la.

## III – Voto

Em vista do exposto, o voto é pela Aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2003.

Sala das Sessões. – **Romero Jucá**, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O parecer é favorável e propõe adequação de redação do § 9º do art. 4º do Projeto de Lei de Conversão.

Antes de iniciar a discussão o Plenário deverá, em apreciação preliminar, decidir pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência, e pela adequação financeira e orçamentária

da Medida Provisória, nos termos do art. 8º da Resolução nº 1, de 2002-CN.

Em votação os Pareceres do Relator Deputado Eduardo Campos e do Revisor Senador Romero Jucá, pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e pela adequação financeira e orçamentária da medida provisória.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM.) – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Para discutir, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Não tenho nenhuma dúvida da competência e da correção do Senador Romero Jucá, que conheço há muitos anos.

No entanto, o § 5º da Medida Provisória chama a minha atenção de maneira negativa: ele dá à Central de Medicamentos a condição de arbitrar fatores e poder de mercado, barreiras na entrada e projeções de ganhos e produtividades. Temo que isso possa virar algo parecido com um balcão de negócios.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Senador Arthur Virgílio, apenas para ordenar nossos trabalhos, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que estamos submetendo a preliminar da urgência e constitucionalidade da matéria. Discutiremos o mérito em seguida.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Aguardo, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em votação a urgência e constitucionalidade da matéria, a adequação da medida.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, passa-se à apreciação do mérito.

Vamos discutir agora, em conjunto, o Projeto de Lei de Conversão, da Medida Provisória e das emendas, em turno único.

Concedo a palavra, para discutir, ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dizia que o § 5º me chama a atenção de maneira negativa. Ele dá à Central de Medicamento a condição de arbitrar fatores, poder de mercado, barreiras na entrada e projeções de ganhos e produtividade. Portanto, faço um alerta no sentido de que isso pode abrir espaço para algo negativo, tipo um balcão de negócios.

Chama-me a atenção o art. 7º também, que, ao contrário da Lei nº 10.213, que indicava claramente a

forma de cálculo do preço limite para a inserção de novos produtos de um lado e novas apresentações de outro, a medida dá poderes abusivos à Central de Medicamentos, abrindo a ela decisão sem regras. Se é sem regras, temo também pelo que possa fazer uma autoridade que não esteja cercada de cuidados para com a coisa pública, Sr. Presidente.

Portanto, encaminharei, pelo PSDB, contra a matéria e, se necessário, pedindo a verificação de **quorum**, para que chequemos a posição de cada um dos Srs. Parlamentares, para que o Senado não passe inadvertido em relação ao tema.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Continua a discussão. (Pausa.)

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Nobre Senador Romero Jucá, V. Ex<sup>a</sup>, como Relator revisor da matéria, falará por último.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, apenas para esclarecer o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – V. Ex<sup>a</sup> falará após os Senadores que desejam discutir a matéria.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC.) – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra para discutir.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, entendo tratar-se de matéria de grande relevância e, portanto, merece a participação de todos os Partidos em sua discussão, já que a matéria envolve aquisição e regulação de insumos médico-hospitalares, especialmente medicamentos no Brasil.

O Senador Arthur Virgílio nos traz contribuição efetiva quanto ao papel fiscalizador do Parlamento em relação a matéria dessa natureza. No entanto, gostaria de deixar claro que esta matéria, nos dois artigos distintos citados pelo Senador Arthur Virgílio, o 5º e o 7º, nada mais é do que quase uma reprodução integral da Resolução nº 13, de 17 de dezembro de 2001. O propósito do art. 5º, por exemplo, Sr. Presidente, diz respeito ao controle mais efetivo, ao poder de controle, fiscalização e regulamentação da liberação e aprovação de produtos do mercado.

Hoje, por exemplo, uma indústria de medicamentos ao apresentar um novo produto, pode apresentá-lo com 8 comprimidos, em uma nova embala-

gem e rotulagem, estabelecer um preço maior e isso ser aprovado por se tratar de um “novo produto”. A Resolução nº 13 estabelece uma regra clara: tratando-se da mesma estrutura química, tratando-se da mesma estrutura molecular, há que se manter o preço proporcional ao preço unitário ou ao preço de referência, no caso, o grama do produto químico.

Entendo que esta matéria, pelo contrário, assegura melhor fiscalização e controle, estabelece maior proteção ao consumidor no que diz respeito ao preço. Quando se tratar, de fato, de matéria inovadora, diz o art. 7º desta matéria, que se tem como parâmetro o novo, que não tínhamos na resolução anterior, que é a presença em alguns países, por exemplo, Canadá, Espanha, Portugal, Austrália e México, passam a ser países de referência na apresentação de um novo produto no Brasil.

O Senador Arthur Virgílio deve se lembrar perfeitamente de um suposto escândalo de um medicamento que tentaram atribuir, no meu entendimento, injustamente, ao então Ministro José Serra, chamado Glivec – medicamento para o tratamento da leucemia. Havia uma pressão da Justiça no sentido da aquisição obrigatória do produto pelo Ministério da Saúde e sua liberação para o tratamento de algumas doenças. No entanto, ao examiná-lo em profundidade, o produto não estava liberado no país de origem, a Suíça, e nem nos Estados Unidos, mas já queriam impor a sua liberação para o Brasil.

Então, o art. 7º estabelece que antes da liberação temos que ter uma média de referência da liberação dos produtos em alguns países, como Canadá, México, Espanha, Austrália e outros de que não me recordo neste momento.

Entendo ser uma matéria que, além de reproduzir quase integralmente a Resolução nº 13, de 2001, assegura fiscalização e proteção de custo do produto para a sociedade brasileira.

Por isso, peço a compreensão do Líder do PSDB. Acredito que S. Ex<sup>a</sup> entenderá a matéria como sendo positiva.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres, para discutir a matéria.

Um momento, Senador Jefferson Péres.

Senador Arthur Virgílio, parece-me que a restrição de V. Ex<sup>a</sup>, pelo que entendi do pronunciamento, era quanto ao art. 5º da Medida.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Aos arts. 5º e 7º, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Peço a V. Exª que envie à Mesa um pedido de destaque para apreciação das emendas aos dois artigos. (Pausa.)

Continua com a palavra o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, esta medida provisória versa sobre matéria de enorme importância. Por isso mesmo, por criar um órgão que terá grandes poderes, que significa uma intervenção no mercado de medicamentos, por se tratar de um produto absolutamente essencial e que diz respeito à saúde e à vida das pessoas, entendendo a intervenção estatal neste caso. Mas, por exemplo, acho estranho, além do parágrafo mencionado pelo Senador Arthur Virgílio, o parágrafo único do art. 5º, que diz: “A composição da CMED será definida em ato do Poder Executivo”

Um órgão que será dotado de tantos poderes, Sr. Presidente, deveria ter sua composição definida em lei aprovada pelo Congresso Nacional e não ficar ao arbítrio de um decreto do Executivo.

Faço minhas as preocupações do Senador Arthur Virgílio, acrescentando essa. E mais, peço esclarecimento ao Relator, Senador Romero Jucá, a respeito do art. 11, que diz que “a realização do encontro de contas entre a União e a Petrobrás Brasileira S.A, Petrobrás, previsto no artigo 74 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1977, deverá ocorrer até 30 de junho de 2004”. Isso tem relação com a matéria? Ou é algo inteiramente estranho, que foi embutido na Medida Provisória, como se costuma fazer neste País, violando a melhor técnica legislativa?

Gostaria que o Senador Romero Jucá me desse este esclarecimento: por que esse art. 11, referente ao encontro de contas entre a União e a Petrobrás, numa medida provisória ou num projeto de conversão que diz respeito a medicamentos?

Eram essas as considerações.

Fico no aguardo das explicações do Senador Romero Jucá.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em vez de emenda, o PSDB votará contra a medida provisória como um todo, por entender que esses dois artigos a maculam e por entender que ela apresenta

alguns vícios. Se o debate se propiciar de maneira mais intensa, posso aqui sobre eles arrazoar.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – V. Exª poderá falar no encaminhamento da votação.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Perfeitamente, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lembro que a criação da Anvisa ocorreu no último dia da Sessão Legislativa. Eu era, na ocasião, Líder da Bancada do PT. O então Líder Arthur Virgílio e o então Ministro José Serra solicitaram, inclusive pessoalmente, que aprovássemos a criação da Anvisa, porque era essencial para o Estado brasileiro ter uma política de regulação da matéria. Não tínhamos sequer tido uma discussão aprofundada naquela ocasião, mas era evidente que precisávamos de um instrumento que pudesse melhorar a qualidade de fiscalização, de definição de políticas de acompanhamento desses produtos tão essenciais à defesa da vida. Votamos a matéria e a aprovamos.

Lembro ao Senador Arthur Virgílio que a Resolução nº 13, de 17 de dezembro de 2001, em muitos aspectos, está mantida, eu diria que quase em sua integralidade.

Vou ler, por exemplo, o que estabelecia, então, a medida:

.....  
Art. 4º Os produtos novos terão seu preço inicial definido a partir do custo de tratamentos alternativos, não podendo, em nenhuma hipótese, ultrapassar a média do preço fabricante praticado nos mercados internos da Espanha, Portugal, Itália, Canadá e Austrália.

Parágrafo único. Na hipótese do produto novo ainda não possuir preço fabricante no mercado interno de dois ou mais dos países indicados no caput, o Comitê Técnico poderá apontar outros países em substituição.

.....  
Art. 6º O preço inicial das novas apresentações não poderá ultrapassar o preço médio das apresentações já existentes, ponderado pelos respectivos faturamentos, sendo definido com base no seguinte:

I – no caso de monodrogas já comercializadas pela empresa...

II – no caso de monodrogas não comercializadas pela empresa...

III – no caso de associações já comercializadas pela empresa...

IV – no caso de associações não comercializadas pela empresa...

Enfim, estabelece critérios muito vagos e genéricos.

Quero aqui dizer, Senador, que o ideal, em termo de reajuste de preço, seria o índice específico do setor.

O que a indústria pede é inaceitável. Eles querem substituir o IPCA pelo IPA. Essa substituição significa, na prática, dolarizar todos os remédios. Não mais de um terço dos componentes do setor de química fina dos princípios ativos são importados. A dolarização é indevida e prejudicará sensivelmente o consumidor na ponta.

O IPCA é um índice adequado? Creio que não. Não, porque não é específico, mas é o índice que orienta toda a remarcação de preços ao consumidor e é o índice fundamental, eu diria, para uma produção de bens tão essenciais à vida.

Por que o critério da produtividade? Imaginem, por exemplo, se tivéssemos apenas um índice de reajuste de preços. A penicilina incorporaria, hoje, todo o aumento de preços, da Segunda Guerra Mundial até hoje, sem os ganhos de produtividade na produção desse componente. É evidente que esse é um elemento importante para uma política de acompanhamento de preços.

Fiscalizar e acompanhar preços sempre não é um bom caminho, mas, em algumas situações, é um caminho indispensável. Dou um exemplo recente: 150 produtos tiveram uma remarcação de preços indevida, absolutamente insustentada, prejudicial à vida e ao bem-estar das pessoas, e tiveram, portanto, uma medida punitiva, com uma redução do preço.

Por isso, o Estado, em todo o mundo, fiscaliza, regula e acompanha isso. É muito importante esse acompanhamento, porque, hoje, inclusive, grande parte do custo das empresas é o lançamento comercial, é o **marketing**, é a propaganda, não é o princípio ativo, não é a composição de custo do medicamento. Então, o Estado pode equilibrar melhor essa política de regulação.

Insisto com o Senador que é basicamente o espírito da Medida Provisória que orientava a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a Resolução nº 13,

de 17 de dezembro de 2001. São basicamente esses princípios que estão sendo definidos.

Mantivemos diálogo com a indústria para que houvesse uma regulamentação dessa fórmula, para que possa, de fato, agrupar os diversos tipos de medicamentos e procurar evitar o tratamento agregado, porque, quanto mais específicos formos com a medicação, tanto mais próximos da estrutura de custo estaremos.

Por tudo isso, é uma medida que procura preservar a vida da sociedade, o direito do cidadão brasileiro, mantendo, evidentemente, o equilíbrio do contrato da situação fiscal e financeira, da estrutura de custo das empresas. Mas se trata de um produto fundamental para a sobrevivência de uma parcela do nosso povo. O Estado não pode abdicar do seu papel de regulação, de fiscalização, de acompanhamento, de normatização. É isto que estamos discutindo: se o poder aquisitivo da população dará acesso a medicações que são essenciais à vida, com o Estado acompanhando a estrutura de custo, analisando o índice de inflação e o avanço dos investimentos na produção do setor ou se vamos deixar ao sabor de alguns laboratórios, que têm um poder, uma estrutura e uma capacidade de intervenção abusivos.

Peço ao Senador Arthur Virgílio o mesmo espírito público que nos orientou naquela ocasião: votamos – relembro –, no último dia da sessão legislativa de um ano que antecedia às eleições presidenciais, por responsabilidade pública. Naquela ocasião, o Ministro José Serra me ligou pessoalmente, pedindo à Bancada do PT que votasse a matéria, que era altamente polêmica. Havia inclusive o problema de sede: se ficaria em Brasília ou no Rio de Janeiro e outros temas que poderiam inviabilizá-la. Demos o apoio por entendermos que esse é um setor fundamental à vida. Ao interesse público é essencial fiscalizar, normatizar e acompanhar a política de produção e comercialização dos medicamentos.

Por ser uma matéria essencial ao Brasil, peço à Oposição que a considere com esta relevância e que aprovemos o texto da lei. Poderemos aperfeiçoá-la futuramente, estaremos sempre abertos a contribuir nesta direção.

Por último, quero lembrar que a Anvisa foi indicada pelo Governo anterior. A sugestão da regulamentação vem, inclusive, de quadros que foram aprovados pelo Congresso Nacional e indicados pelo Governo anterior. São quadros técnicos da maior competência, e estamos, exatamente em cima das experiências de trabalho e dos diálogos feitos com ele,

construindo esta política mais eficiente, mais eficaz e necessária à preservação da vida do nosso povo.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Para discutir a matéria, concedo a palavra ao último orador inscrito, Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a CPI dos Medicamentos, que ocorreu há algum tempo, produziu iniciativas legislativas de muito bom alcance. É o caso da Lei nº 10.213, de março de 2001. Essa lei disciplinou a compra de medicamentos pelo SUS, que sempre foi o fornecedor de medicamentos para os seus segurados. Estimulou a produção de genéricos, que foi uma grande novidade do Governo anterior e uma iniciativa do então Ministro José Serra, que esteve por trás de todo o elenco de iniciativas legislativas que robusteceram o sistema de saúde no que diz respeito à fiscalização de preços de medicamentos e ao acesso da população a medicamentos. A questão dos genéricos também foi, em grande parte, amparada pela Lei nº 10.213.

Igualmente, ela robusteceu a ação dos laboratórios estatais, que passaram a ter uma ação preponderante na fabricação de medicamentos e no contraponto a eventuais mumunhas dos laboratórios farmacêuticos nacionais ou multinacionais, que, tendo uma referência, passaram a ter um comportamento mais decente.

Finalmente, ela instituiu um órgão de fiscalização do setor, por meio da Câmara de Medicamentos. A Câmara de Medicamentos, que tinha uma missão precípua de disciplinar todo o setor e de fiscalizar preços e reajustes de medicamentos, tem uma composição que foi determinada na Lei nº 10.213.

Está escrito na lei que a Câmara de Medicamentos será composta por um Conselho de Ministros, que era presidido pelo Chefe da Casa Civil. Entendo que seja assim por uma razão simples: a questão dos medicamentos diz respeito ao Ministério da Saúde e a Ministérios da área econômica. Há um conflito. Então, é importante que o Chefe da Casa Civil, que representa o Presidente, dirima as dúvidas. Daí o Chefe da Casa Civil presidir esse Conselho de Medicamentos. Ele era também constituído pelos Ministros de Estado da Justiça, da Fazenda e da Saúde. Compunha ainda o Conselho de Medicamentos um Comitê Técnico composto pelo Secretário de Gestão de Investimentos em Saúde do Ministério da Saúde, pelo Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça, pelo Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda e por um representante da Casa Civil designado pelo Chefe da Casa Civil.

Veja V. Ex<sup>a</sup> que esse Conselho, que é da maior importância, era composto por Ministros e por representantes técnicos de Ministérios. Isso dizia a lei cuja eficácia se extinguiu.

Surge, então, a proposta da Medida Provisória nº 123, que trata de controle de preços. Não quero discutir a fórmula ou o modo de fazer o controle de preços, porque não me passa pela cabeça que o Governo atual queira exercer um controle de preços que prejudique a população. Ao contrário, apenas pode estar querendo fiscalizar preços para estabelecer um esquema de proteção à sociedade, ao cidadão. Nenhum reparo a fazer, nenhum questionamento, embora a fórmula proposta seja extremamente complicada.

A Medida Provisória nº 123 cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos como fórmula de estabelecer mecanismos de regulação e acesso da sociedade ao setor farmacêutico. Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quanto a esse ponto, faço uma consideração definitiva. Pela proposta que o Governo apresenta sob a forma de medida provisória, esse Conselho, que no Governo passado era constituído por elementos nominados na lei, fica ao livre arbítrio do Governo. Esse Conselho terá um enorme poder discricionário: o que decidir estará decidido. Não haverá nenhum decreto do Presidente confirmando sua decisão. O Conselho, que será nomeado ao livre arbítrio do Poder Executivo, poderá sofrer inúmeras demandas judiciais, transformando num caos o sistema de saúde, que já é complicado.

Proponho ao Relator – e aí, sim, recomendo o voto “sim” à matéria, por entender que a intenção é a melhor possível – proponho que o Congresso Nacional tenha atuação efetiva nesse Conselho, que se repita algo que deu certo – cesteiro que faz um cesto faz um cento –, que se repita a constituição desse Conselho determinada pela Lei nº 10.213 na atual Medida Provisória nº 123. Se assim for feito, penso que as dúvidas ficarão dirimidas, o Governo ficará bem servido e a sociedade estará protegida.

Faço essa sugestão ao Relator e dou essas explicações ao Plenário.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> em seguida ao Senador Hélio Costa, que já estava inscrito.

Tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em princípio, apelo aos companheiros do PMDB que se en-

contram em seus gabinetes para que compareçam ao plenário, porque o painel registra a presença de 62 Senadores, mas precisamos de número suficiente para votar, sobretudo porque se trata de matéria importante e que interessa às pessoas mais simples: preço e fiscalização de medicamentos.

Ao mesmo tempo em que nos preocupamos com a composição de medicamentos, também queremos evitar que o Brasil continue sendo cobaia de países desenvolvidos, que sempre se preocuparam em mandar primeiro para o nosso País as drogas e medicamentos que precisavam ser testados, mas que na sua origem têm uma regulamentação muito mais séria, muito mais difícil de ser superada. Quem conhece a Food and Drug Administration – Administração de Drogas, Medicamentos e Alimentos dos Estados Unidos – sabe da importância de um medicamento novo que surge no mercado passar por uma agência reguladora respeitável no mundo inteiro.

Essa proposta da regulamentação, da criação, que se faz por intermédio dessa medida provisória, da Câmara de Regulamentação do Mercado de Medicamentos, é da maior importância. Esse Conselho lidará não só com o conteúdo, mas também com o preço dos medicamentos.

Por essa razão, o PMDB votará a favor.

Apelo aos nossos companheiros para que compareçam ao plenário para votar essa matéria tão importante.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Almeida Lima para discutir a matéria.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PDT – SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aproveito a linha de raciocínio estabelecida pelo meu Líder, Senador Jefferson Péres, para, ratificando as palavras e o pedido de explicação de S. Ex<sup>a</sup>, dizer que não se sabe, até o presente, a razão da inclusão do art. 11 nesse projeto de lei. Sem nenhuma dúvida, o processo legislativo sofre de nulidade, Sr. Presidente, diante do que estabelece a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Esta lei complementar “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”. Ou seja, esta lei complementar traça o processo legislativo que deve ser observado pelo Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

O art. 7.º desta lei complementar diz expressamente: “O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I – excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II – a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

Pois bem. O que diz o projeto de conversão?

Art. 1.º Esta lei estabelece normas de regulação do setor farmacêutico, com a finalidade de promover a assistência farmacêutica à população por meio de mecanismos que estimulem a oferta de medicamentos e a competitividade do setor.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o que tem a ver o art. 11 com o objeto da presente lei? O art. 11 trata da realização de encontro de contas entre a União e a Petrobras. Será que me fiz esclarecer?

A Lei trata da regulamentação do setor farmacêutico, da finalidade de promover a assistência farmacêutica à população. O art. 11 trata de encontro de contas entre a União e a Petrobras. Como diz o Senador Jefferson Péres, precisamos de uma explicação.

Por que embutir em um projeto de conversão uma matéria que não diz respeito ao objeto dessa mesma lei? A Lei Complementar nº 95 está sendo ferida de morte, Sr. Presidente. O processo legislativo não está sendo respeitado.

Quero deixar registrado o meu protesto, pois a matéria é passível de anulação até pelo Poder Judiciário, diante da falta de observância do procedimento.

A questão não é de mérito, é de forma, é de formalidade. Não é de direito substantivo, mas de direito adjetivo. Não está sendo respeitado o procedimento processual que a matéria exige.

Portanto, Sr. Presidente, discutindo a matéria, quero deixar registrado o meu protesto diante do fato de se incluir neste Projeto de Lei de Conversão matéria estranha ao seu objeto, ferindo a Lei Complementar nº 95, especificamente no seu art. 7º **caput**, incisos I e II.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Continua a discussão.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero dizer que me estranha muito não haver até unanimidade em matéria desse porte, tendo em vista a importância de fiscalizar, supervisionar e manter controle rígido sobre medicamentos, um elemento fundamental para a saúde do povo brasileiro.

Ontem, durante o meu pronunciamento a respeito das medidas que o Governo Federal vem adotando no combate à corrupção, tive oportunidade de citar a situação observada na Cateme, onde se identificou que inúmeros medicamentos obtiveram um nome fantasia. Não foi feita a fiscalização efetiva para ver se realmente correspondiam às substâncias originalmente obrigatórias naquele medicamento. Havia nas prateleiras das farmácias um número bastante significativo de medicamentos inócuos ou até perniciosos à saúde da população brasileira. Portanto, é necessário estabelecer mecanismos rígidos de controle e de fiscalização de medicamentos no País.

As regras adotadas nesta medida provisória têm o objetivo de moralizar, ampliar e fazer com que a fiscalização e o controle de medicamentos seja eficaz. Por essa razão, estranho ainda mais que uma medida já adotada pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, agora atualizada e aprimorada, esteja sofrendo resistências inclusive do seu Partido. Tanto o art. 5º quanto o art. 7º contêm medidas saneadoras. No art. 5º, a composição do remédio deve ser adequada em relação ao custo. O critério para a utilização de remédio no País, de acordo com o art. 7º, também é de fundamental importância, pois obriga que a autorização seja concedida após verificar o uso do mesmo em no mínimo cinco países como referência para a utilização do medicamento no Brasil.

Dessa forma, entendo que a medida provisória é pertinente, necessária e absolutamente moralizadora em relação aos medicamentos, que são de fundamental importância para a saúde do nosso povo.

Por esse motivo estamos fazendo uma solicitação de apoio à votação e aprovação dessa medida provisória.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Continua em discussão.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Peço a palavra para discutir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de esclarecer o Líder José Agripino, pois S. Ex<sup>a</sup> levantou um ponto relevante sobre a composição da CMED, Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, que está basicamente definida por um decreto presidencial que segue o espírito das preocupações que a Liderança do PFL expressou neste momento.

A CMED compõe-se de quatro Ministros de Estado: O Ministro da Saúde, que a presidirá; o Chefe da Casa Civil da Presidência da República; o Ministro da Justiça e o Ministro da Fazenda. Quanto à comissão técnica, mantém-se a mesma composição anterior, com a mudança apenas do nome, porque houve modificação na estrutura administrativa do Estado. Compõe-se do Secretário de Ciência e Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, que é Coordenador da Comissão Técnica; do Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República; do Secretário de Direito Econômico do Ministério da Justiça e do Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Gostaria também de esclarecer ao Senador Jefferson Péres que a lei aprovada pelo Congresso Nacional, em 1997, ainda no Governo anterior, estabelecia a necessidade de um encontro de contas entre a Petrobras e a União. O que a medida provisória faz é definir um prazo para que esse encontro de contas se efetive, não aprova conta alguma da Petrobras. Trata-se de encontro de contas de ativos e passivos, débitos e créditos entre a Petrobras e a União. A lei existe desde 1997 e nunca foi executada.

Então, que se dê um prazo para que a Petrobras faça definitivamente esse encontro de contas. Isso tem sido uma prática do Poder Executivo para matérias que têm certa urgência e que não necessitariam de uma medida específica para elas. No caso, já existe uma lei aprovada pelo Congresso e apenas se estabeleceu um prazo.

Quanto à composição do Conselho – e considero meritória a preocupação do Líder do PFL de não deixá-la em aberto –, já é um decreto assinado e promulgado pelo Presidente da República em 26 de junho de 2003 e mantém exatamente a composição anterior, mudando apenas a denominação de alguns secretários, porque houve mudança na estrutura administrativa.

Espero que, com esse esclarecimento, possamos votar a matéria, porque ela mantém, na essência, a composição anterior, que julgo eficiente no que se refere à presença do Poder Executivo, na sua com-

posição: Justiça, Casa Civil, Ministério da Saúde e da Fazenda.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção desta Casa para a questão levantada pelo Senador Jefferson Péres. Com alguma frequência, tem ocorrido algo que tenho estranhado bastante, talvez pelo fato de eu não estar acostumado à lide parlamentar: a inserção de matéria estranha em determinada lei ou medida provisória. Agora, por exemplo, insere-se em uma medida provisória que versa sobre medicamentos um artigo – e não entro nem no mérito dele – sobre encontro de contas da Petrobras.

Por conta dessa prática, cometemos aqui um equívoco grave nesta Casa há cerca de 15 dias – e comprovei isso com vários Senadores: quando discutimos a medida provisória que falava de microcrédito, dentro dela criava-se também um fundo de investimento privado/público que dava carta branca e definia uma série de critérios para construção, obras de saneamento, obras de habitação, sem que ninguém nesta Casa tomasse conhecimento do que estava sendo votado. Não perguntei a cada um dos Senadores, mas a 99% deles, e ninguém sabe que votou isso.

Pois bem, dentro da medida provisória que tratava de microcrédito, criamos um fundo novo chamado Pips, de que não temos conhecimento, não estudamos nem aprofundamos. O Pips tem consequências graves – políticas, eleitorais e econômicas – e abre a porteira, a meu ver, para irregularidades que possam vir a ser cometidas.

Não estou dizendo que o Governo a fez com esse intuito, mas que ela tem falhas graves, por abrir a possibilidade de a empresa privada, em parceria com a empresa pública, executar obras sem que esta Casa ou o Congresso Nacional delas tome conhecimento.

Considero importante que tomemos alguma medida para que haja transparência quando estivermos votando essas medidas provisórias.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, só para esclarecer...

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup> depois que terminarmos a discussão.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sou uma pessoa disciplinada e,

como tal, seguirei o Líder de minha Bancada. Entretanto, preocupo-me sempre com a tendência de concentração do conhecimento e do desenvolvimento científico em poucas nações, fazendo ressurgir uma forma mais sutil do colonialismo.

O Brasil já teve posição ímpar na área de medicamentos. Basta lembrar, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores – em especial o Líder do Governo, Aloizio Mercadante –, que, em 1997, o Brasil era o quinto maior produtor de medicamentos do mundo. Em 2003, somos o décimo segundo. Cada vez que criamos uma regulamentação crendo que vamos melhorar, pura e simplesmente, espantamos o capital. Só para que V. Ex<sup>as</sup> vejam, apesar do achatamento dos preços relativos dos medicamentos, implementado a partir da retomada da política de controle, as vendas internas caíram 13%.

Não pararam por aí os absurdos. Entre 1997 e 2002, foram dispensados 5 mil trabalhadores da indústria farmacêutica. Não são 5 mil pessoas que ganham salário mínimo, mas pessoas especializadas, de alto nível. Em virtude dessa queda, deixamos de arrecadar R\$1,5 bilhão entre 2001 e 2003, com a consequente queda na arrecadação de impostos de US\$500 milhões, equivalentes a R\$1,5 bilhão. Tal montante é suficiente para financiar um complexo programa de assistência farmacêutica durante um ano. Esses são números frontais do infortúnio social crônico: a falta de acesso a medicamentos, especialmente da população mais carente.

Vou votar com o meu Partido, Sr. Presidente, porque sou uma pessoa disciplinada. Contudo, assombra-me, atemoriza-me ver o Governo querer controlar preços. E fico pensando em como é que se comporta o empresário que vem para cá e sofre com o cerceamento de preços: não sabe qual prazo será o correto, qual preço poderá cobrar... E para que V. Ex<sup>as</sup> tenham uma idéia, o Brasil fabrica alguns medicamentos para o Caribe, para a América Central e para a América do Sul. Um exemplo é o Viagra. Na hora em que tentamos controlar os preços, ocorre o que aconteceu há quatro anos: saíram daqui US\$122 milhões e foram parar em Cingapura, onde hoje há um centro de pesquisa extremamente eficiente. Esse cerceamento de preços termina como um tiro que sai pela culatra.

Por isso, queria dizer que precisamos pensar. Estamos cerceando o preço e não sei como ficou a fórmula final, mas já discuti com o Senador Mercadante e espero que a fórmula de S. Ex<sup>a</sup> tenha vencido, pois é de bom senso. Vejam V. Ex<sup>as</sup> que nem o peso

do dólar era para ser considerado, apesar de que os insumos são cotados em dólar, em sua maioria.

Então, entendo que os Líderes do Governo e do PT têm a obrigatoriedade de defender a posição do Governo, mas sinto-me atemorizado. Votarei com a minha Bancada, que está apoiando o Governo. No entanto, acredito que precisamos analisar assuntos como esse com mais profundidade, porque, no final, são US\$500 milhões a menos de impostos, decorrentes de R\$1,5 bilhão a menos de movimento na área de medicamentos, além da evasão. Com certeza, haverá outros centros criados na América do Sul para produzir medicamentos atualmente fabricados pelo Brasil, acarretando também a perda de empregos.

Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, gostaria...

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Senador Aloizio Mercadante, pediria a V. Ex<sup>a</sup> e aos Líderes que já falaram para cumprirmos o Regimento. V. Ex<sup>as</sup> usariam da palavra no encaminhamento da votação. Agora, vamos encerrar a discussão, usando a palavra os Senadores que desejarem fazê-lo.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, é que foram feitas duas questões de esclarecimentos pelo Senador Tasso Jereissati...

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – No encaminhamento da votação, V. Ex<sup>a</sup> faz esse esclarecimento. Pediria a V. Ex<sup>a</sup> que procedêssemos assim.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é evidente que as questões levantadas inicialmente pelo Líder Arthur Virgílio e, posteriormente, pelo Líder José Agripino preocupam-nos em relação a essa medida provisória. Afinal, estamos tratando de um setor que diz respeito à saúde da população, que deve ser a suprema lei. Tal preocupação soma-se àquelas relativas aos últimos acontecimentos na área do Ministério da Saúde e, sobretudo, na Anvisa, da qual se demitiram técnicos de renome, alegando ausência de transparência e, portanto, levantando suspeição sobre a atividade daquela instituição, que tem a responsabilidade de regular a negociação dos medicamentos no País.

A meu ver, o Senador Tasso Jereissati levanta um tema primordial, porque esta Casa não pode admitir determinados expedientes próprios da esperteza, como já ocorrera na aprovação quando da discus-

são dos microcréditos. Dessa feita, surpreende-nos a presença dessa estranha relação medicamento/Petrobras. Certamente, o Líder Aloizio Mercadante haverá de nos oferecer explicações para esse fato, mas estou surpreso com o art. 11 dessa medida provisória, que trata da realização do encontro de contas entre a União e a Petróleo Brasileiro S. A. – Petrobras, previsto no art. 74 da Lei nº 9.478, de agosto de 1997, que deverá ocorrer até 30 de junho de 2004.

Realmente não entendemos por que haveríamos de aprovar uma medida provisória estabelecendo uma esdrúxula relação entre medicamentos e petróleo. Não encontramos nenhum sentido na presença desse artigo nessa medida provisória, a menos que o Líder Aloizio Mercadante tenha uma explicação relevante para o fato.

De qualquer modo, essa estratégia não é compatível com uma relação de respeito entre o Executivo e o Legislativo, porque, não fosse a vivacidade e a lucidez do Senador Tasso Jereissati, certamente poderia esse artigo passar despercebido na análise dessa questão que diz respeito a medicamentos.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, além das questões levantadas que nos levam a votar contra a medida provisória, que justificam o nosso voto contrário, esse fato – que é repetição de fato anterior – preocupa-nos. Doravante, teremos que estar ainda mais atentos quando analisarmos aqui medidas originárias do Poder Executivo, sob pena de aprovarmos algo com o qual não concordamos.

Por conseguinte, Sr. Presidente, continuamos aguardando os esclarecimentos da Liderança do Governo a respeito da presença da Petrobras em matéria que diz respeito a medicamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Continua a discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Concedo a palavra ao Relator.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Como relator. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, farei algumas observações respondendo algumas questões apresentadas.

A primeira delas é quanto à preocupação do Senador Arthur Virgílio, quando menciona o § 5º do art. 4º, da competência da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, e determina que cabe à Câmara propor critérios de composição dos fatores a que se refere o § 1º como grau de desagregação de tais fatores, seja por produto, por mercado relevante ou por grupo de mercado relevante.

Na verdade, não se está abrindo precedente aqui para que a Câmara regule da forma como se quer. Está-se apontando aqui o caminho de fatores relevantes que podem ser levados em conta, inclusive internacionais. É importante dizer que discutimos isso com o mercado, inclusive, na fórmula matemática que definirá o reajuste anual de preços, é levado em conta um fator “z”, exatamente o fator que ponderará positivamente ou negativamente questões externas, como, por exemplo, a variação do dólar.

Senador Arthur Virgílio, não há nenhuma liberalização nessa questão de preços, pelo contrário. Ainda respondendo ao Senador Arthur Virgílio e ao Senador Ney Suassuna, até agora não há limite de prazo para que a Anvisa aprecie registro de medicamentos e de preços, o que, eventualmente, propicia insinuação de que determinados produtos estavam sendo engavetados. Negociamos com a Anvisa, com o Governo e com a Casa Civil e já ajustamos um texto para o decreto que regulará essa lei.

Define o texto:

Caso a CMED não se pronuncie contrariamente ao preço inicial pretendido pela empresa, no prazo de 90 dias a contar da entrega da integralidade das informações requeridas pela CMED, os produtos novos poderão ser comercializados pelo preço sugerido pela empresa.

Estamos, na verdade, criando um mecanismo que forçará a Anvisa a se manifestar, favoravelmente ou não, no prazo de 90 dias, sob pena de criarmos um processo de decurso de prazo, liberando o preço dos medicamentos.

Esse acordo com o setor produtivo foi feito exatamente para evitar as preocupações apresentadas aqui, ou seja, a de que o processo fique em aberto, à mercê de dois ou três técnicos da Anvisa.

Outra questão importante diz respeito à Petrobras. Estamos fixando, na medida provisória, um prazo para o encontro de contas entre a Secretaria do Tesouro e a Petrobras.

A Lei nº 9.478 determinava que deveria haver esse encontro de contas, mas não fixava prazo. O Governo encaminhou o texto original via medida provisória. Buscou a economia, para não ter de enviar a medida provisória apenas com um artigo.

Outras questões como essas já foram levantadas, e tivemos a oportunidade de, no passado, aprovar diversas medidas provisórias com questões complementares.

Portanto, fica feito o esclarecimento de que não se trata de qualquer liberalização para a Petrobras; pelo contrário, é a fixação de uma data que facilitará, efetivamente, que seja feito o encontro de contas da conta-petróleo e de derivados de álcool entre Petrobras e Secretaria do Tesouro.

Sr. Presidente, nossa proposta é pela manutenção do texto como veio da Câmara. Também registro os avanços que serão feitos na regulamentação que se seguirá à aprovação da lei.

O parecer é favorável ao texto da forma como veio da Câmara.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em votação o projeto de lei de conversão que tem preferência regimental. (Pausa.)

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PDT – SE) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Para encaminhar, concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio e em seguida a V. Ex<sup>a</sup>.

Estão inscritos os Srs. Senadores Tião Viana, Jefferson Péres e José Agripino.

Consulto os outros Senadores que desejam encaminhar a votação, para que a Mesa possa proceder à inscrição. (Pausa.)

Tem a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador Tasso Jereissati fez menção ao PIPS \*, fundo lançado pela medida provisória votada na semana anterior. ‘É bom que se diga que a Liderança do PSDB não “comeu mosca”; fez oito emendas àquela medida provisória; apenas no espírito do acordo e, tentando salvar o que era geral e o que tinha de bom no projeto, não se fez destaque para defesa competente à época. As emendas foram assinadas por mim, pelo Senador Antero Paes de Barros e pelo Senador Leonel Pavan.

Por outro lado, tomamos a decisão – a Banca: seremos mais rigorosos do que nunca, para evitar que qualquer coisa que seja duvidosa passe.

Portanto, eu arrazo de maneira a mais responsável possível a posição do PSDB.

\*\*\* A proposta de definição de política de regulação e acesso à assistência farmacêutica enunciada pela medida provisória não consegue ser nem uma coisa nem outra.

No campo da regulação, a medida estabelece um indexador para barrar os reajustes, sem atentar

para as questões da dinâmica setorial e para a ampliação da oferta e da produção.

No campo do acesso, nenhum elemento novo é colocado para viabilizar que mais da metade da população brasileira, hoje fora do mercado, passe a obter assistência farmacêutica.

A medida é cópia mal feita e fora de época das medidas adotadas, ainda ao final de 2000, pelo governo anterior, a saber:

É cópia, porque estabelece tetos para reajustes:

Mal feita, porque ao invés de criar uma fórmula baseada nos custos, a medida toma um índice geral para dar os tetos, só que ele pode não ter nada a ver com a atividade empresarial;

Fora de época, porque a medida adotada no governo anterior era emergencial, visando a conter os desequilíbrios que haviam disparado na instalação de uma CPI, ao invés de apontar para um controle de preço permanente.

A medida apresenta dois problemas de grande magnitude:

1. A perenização do controle de preço deverá reduzir sensivelmente os investimentos no setor e fazer com que o México e a Argentina recebam as inversões destinadas à América Latina.

2. O abandono da fórmula paramétrica, usada na Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001, que define norma de regulação para o setor de medicamentos, institui a Fórmula Paramétrica de Reajuste de Preços de Medicamentos – FPR, cria a Câmara de Medicamentos, e dá outras providências, fragilizará a defesa do sistema de tetos para reajuste, especialmente pelo elevado poder discricionário dado à CMED. Ou seja, o governo perderá na Justiça e provavelmente pagará indenizações às empresas.

### **QUESTÕES ESPECÍFICAS A SEREM SUSCITADAS**

Os artigos 1º a 3º constituem uma mera repetição das intenções da Lei nº 10.213, e da caracterização dos entes do mercado farmacêutico, que já estava na Lei nº 5.991, que trata do mesmo tema.

O artigo 4º é recheado de termos inespecíficos e beira o incompreensível, justamente para dar todo poder à nobre entidade. No entanto, este é o maior erro da medida, porque a única defesa na Justiça é o claro disciplinamento legal. No momento em que a Lei remete ao poder discricionário da CMED, abre-se o espaço para o questionamento judicial por parte do setor farmacêutico.

### **Maiores problemas observados:**

O artigo oscila entre o IPCA como teto para reajuste e uma fórmula que seria composta por fatores indicados pela CMED (parágrafo 5º), dando poderes (a ela) que fragilizam o processo regulatório, que deveria ser baseado em parâmetros expressos na própria Lei;

O parágrafo 5º dá à CMED a condição de arbitrar fatores e suas ponderações tão obscuras, como poder de mercado, barreiras à entrada e projeções de ganho de produtividade.

Este parágrafo continua me despertando instintos e pressentimentos, sobretudo não positivos.

3) O § 8º esquece todos os fatores e centra o primeiro reajuste no IPCA;

4) O § 9º, ao possibilitar o reajuste negativo, incorre numa inconstitucionalidade inacreditável, além de poderes excessivos ao Conselho de Ministros;

5) A nova regulamentação engessa de maneira absoluta a indústria ao dar ênfase ao produto. Na versão anterior, era a média do faturamento que tinha tetos de reajuste, o que possibilitava ao empresário administrar seu rol de produtos segundo seus critérios.

Os arts. 5º e 6º, que tratam da criação da CMED e identificação de suas atribuições, copiam a Lei nº 10.213, por meio da qual a Câmara de Medicamentos havia sido criada.

O art. 7º, ao contrário da Lei nº 10.213, que indicava claramente a forma de cálculo do preço-limite para inserção de novos produtos, de um lado, e novas apresentações, de outro, a Medida atual dá poderes abusivos à CMED, atribuindo a ela a decisão sem regras.

Isso me dá sinceramente a idéia de que pode por aí passar alguma coisa que não seja lícita e esteja perto do escuso.

Os arts. 8º e 9º, finalmente, rendem-se aos fatos: extinguem a Câmara copiada, mas tornam a CMED sua sucessora. Estranhamente, o art. 14 da Lei foi revogado. Era ele que dava condições de multar a empresa que descumprisse a Lei. Por meio do art. 15, só há multa por falta de informações.

O art. 10 contém informações importantes, mas vai a um nível absurdo e inútil como pedir a política de comercialização.

O art. 13 revoga a Lei nº 10.213 (exceto o art. 15) e a MP nº 2.230. O problema é que aqui foi revogada a norma que possibilita punir a empresa que não seguir a política. O art. 15, que não foi revogado, apenas pune quem não der informações. Ou existe

outra lei que estabelece punições, ou eles cometeram um erro monumental.

Por essas razões, o PSDB recomenda o voto contrário ao PLV e, conseqüentemente, à Medida Provisória. E mais: ainda que antevendo o resultado, marcará com clareza sua posição. Se porventura derrotado na votação não nominal, pedirá verificação de quorum, mesmo sabendo que há quorum, para ficar bem clara sua posição. Amanhã, enunciará a História para muito tempo e julgará quem tem razão ou não está preocupado com o País neste momento, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Almeida Lima.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PDT – SE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a explicação do nobre Senador Romero Jucá, Relator da matéria, quanto ao art. 11, na verdade não explica, complica. Faz S. Ex<sup>a</sup> uma referência ao fato de que o prazo para a compensação entre a União e a Petrobras havia sido incluído na Lei nº 9.478. Não é isso, Senador? Só que a Lei nº 9.478 é exatamente de 6 de agosto de 1997. Esta lei, que estabelece o prazo para a compensação, é de 6 de agosto de 1997, enquanto que a Lei Complementar nº 95, que estabelece o processo legislativo, é de 1998, Senador. Ou seja, é uma lei complementar posterior que estabelece o processo legislativo a ser obedecido, não na época, em 1997, quando ela não existia, mas em 2003, quando a lei complementar já existe.

Portanto, minha preocupação e dos Senadores Jefferson Péres, Alvaro Dias e Tasso Jereissati – e abordamos essa questão – permanece. A lei é anterior. Mesmo se esse fosse um argumento substancial, ela é anterior à lei que estabeleceu o processo legislativo. A partir do instante em que esse processo foi estabelecido, não permitindo que em uma lei que verse sobre determinado assunto venha a se incluir matéria completamente distinta, veda-se essa possibilidade, ela fica eivada de vícios.

Foi esse o pronunciamento que pedi a V. Ex<sup>a</sup> e à própria Mesa, tendo em vista que, aprovada a matéria como se encontra, ela poderá ser anulada pelo Poder Judiciário, porque fere a Lei Complementar nº 95.

Era somente isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de fazer alguns registros, porque, ao final, vou encaminhar a matéria em nome da Bancada.

Tenho a absoluta consciência da importância da matéria que estamos votando. Estamos disciplinando o fornecimento de medicamentos à população assistida pelo SUS, normatizando o processo de reajuste do preço de remédios no Brasil. Qual a família brasileira que não precisa de remédio? Não conheço, pois evidentemente não há. Então, estamos falando para o Brasil. Neste momento, estamos legislando para toda a sociedade brasileira. Evidentemente, isso aumenta a nossa responsabilidade.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tenho consciência de que a Lei nº 10.213, muito bem elaborada pelo Governo passado, que agiu bem na área da saúde e que conquistou avanços – se não a deixou perfeita, conquistou avanços –, teve a sua vigência encerrada no fim do ano passado.

O Governo, ao longo desses seis primeiros meses, procurou, por meio de um acordo de cavalheiros com a indústria farmacêutica, o entendimento em torno de reajustes dos preços dos remédios, por entender – creio eu – que o reajuste envolve práticas que podem afugentar a produção de medicamentos no Brasil em favor de países como o México ou a Argentina.

No entanto, o Governo resolveu finalmente editar a Medida Provisória nº 123 para disciplinar essa matéria, porque o acordo de cavalheiros estabelecido com a indústria farmacêutica nacional e multinacional não funcionou, e quem “pagou o pato” foi a sociedade. Em muito boa hora, o Governo entendeu de editar a Medida Provisória nº 123.

Fiz um alerta, Sr. Presidente, sobre a composição da Câmara que irá legislar sobre a questão da regulação e do acesso ao setor farmacêutico. Na Lei nº 10.213, o conselho era regulamentado de forma nominada. Era lei e não se mudava. O Senador Aloizio Mercadante mostrou um decreto de que nem eu nem ninguém neste plenário tinha conhecimento. Trata-se de um decreto do Presidente da República que não consta da MP, que esclarece que, por decreto, e não por lei, serão designados os membros da Câmara a que se refere a medida provisória.

Aceito o argumento com uma ressalva: decreto não é permanente; pode ser mudado a qualquer hora. O Congresso Nacional, evidentemente, tem

todo o direito de fiscalizar e acompanhar os atos do Governo. Pessoalmente irei acompanhar, porque entendo que esta Câmara tem uma missão de fundamental importância: fiscalizar a regulação e o acesso ao setor farmacêutico. Essa matéria diz respeito, repito, a cada brasileiro. Decreto é transitório; lei é permanente.

Digo a V. Ex<sup>as</sup> que recomendarei o voto “sim” por uma razão: porque aceitei as explicações do Líder Aloizio Mercadante. Embora S. Ex<sup>a</sup> reconheça que a ponderação que eu fiz era justa e correta, no sentido de evitar o perigo ou o risco da instalação de um balcão de negócios no caso de não se ter pessoas qualificadas do ponto de vista profissional e moral para integrar esta Câmara, o Senador informou-me que, não correr esse risco significaria, por outro lado, devolver essa matéria à Câmara dos Deputados. S. Ex<sup>a</sup> concorda com a justeza da minha proposta, mas pondera que se a matéria voltar à Câmara trará a pauta e obstaculizará a tramitação da Reforma Tributária.

O meu Partido tem ressalvas, propostas e emendas à Reforma da Previdência e à Reforma Tributária, mas não quer impedir nem retardar. Esse gesto deixa claro que estamos dando uma contribuição aos interesses do País no caso desta MP que trata da saúde no Brasil; e no caso de aprovarmos, com o nosso voto, sem a inclusão da nossa preocupação, é para evitar que a matéria trave na Câmara dos Deputados a proposta de Reforma Tributária.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lamentavelmente, este projeto de conversão está eivado de vício, além de conter uma flagrante ilegalidade que é o art. 11. Isso deveria levar este Senado a rejeitá-lo, o que obviamente não vai ocorrer.

Não duvido das intenções do Governo. O Líder Aloizio Mercadante teve a gentileza de me mostrar a lei. Não há nada de inconfessável, o Governo está agindo de má-fé e viola flagrantemente a lei complementar já lida pelo Senador Almeida Lima que veda expressamente a inclusão de matéria estranha. Então nenhum Senador ou Senadora aqui presente vai me contestar. Isso fere ou não a lei complementar? Se alguém me disser que não fere, eu me sento e voto a favor.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vou reler a Lei nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração de leis:

Art. 7º. (...)

Inciso II:

II – a lei não conterà – é imperativo, Srs. Senadores, não é facultativo – matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

Não há afinidade, pertinência ou conexão entre uma lei que trata de medicamentos e o que diz respeito a contas com a Petrobrás. É ilegal, Sr. Presidente. Como é que legisladores deste País, do Senado da República, admitem expressamente – quando vêm ao microfone o reconhecem – ou por omissão, pelo silêncio, que estamos votando uma ilegalidade? Que País é este, meu Deus do céu? Estamos aqui para brincar? É por isso que digo, em todos os auditórios, que muitas vezes eu me sinto um peixe fora d'água na política, Sr. Presidente. Isso é ilegal, o Senado Federal não poderia aprovar. Não juramos defender a Constituição e as leis? Nosso juramento é de brincadeira? É de mentirinha? Não, levo as coisas a sério. Recebi votos de 500 mil amazonenses que sabem que sou sério, que estou aqui para cumprir, desempenhar meu mandato com seriedade. Então, se algo é ilegal, não vai receber meu voto.

Sr. Presidente, há outras coisas também que me preocupam. Uma delas, conforme eu já disse, é o Poder Legislativo delegar ao Executivo competência para fazer a composição da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamento (CMED)\* como quiser, ou seja, quantos membros, entidades representadas nessa câmara, ou apenas funcionários demissíveis **ad nutum**, nomeados pelo Presidente da República com todos esses poderes? Não sei quem são e quantos são os membros. O Congresso Nacional está dando essa delegação ao Executivo. Não se trata de desconfiança ao Presidente da República. Faço leis permanentes não importa se seja o Fernando Henrique Cardoso, Lula da Silva ou o João de Souza. Hoje é um Presidente sério, respeitável; e se amanhã não for? Vou delegar a ele esse poder? Não, não delego a ninguém.

Sr. Presidente, há outras coisas. No §9º do art.4º dispõe-se: “excepcionalmente o Conselho de Ministros poderá autorizar um reajuste positivo de

preços ou determinar um ajuste negativo em 31 de agosto de 2003". Em primeiro lugar, isso é uma enorme dose de arbítrio. O Conselho de Ministros se reúne sem critério algum e determina a redução de preço de remédio. Além do arbítrio, a margem de ridículo. O Conselho de Ministros, sob a presidência do Presidente da República, decide reduzir em 10% o preço do elixir paregórico. Que País é este, Sr. Presidente?

Peço também à Casa Civil da Presidência da República que tome cuidado com a redação das leis. Há técnicos competentes. No inciso II, Sr. Presidente: drogaria, estabelecimento destinado a dispensação e comércio de droga. O que é dispensação? Não sei!

No §9º do art. 4º: tendo como referência o preço fabricante. O que é preço fabricante? Se alguém souber, explique-me, porque não sei! O que é preço fabricante, Senador Gilberto Mestrinho?

No parágrafo único do art. 8º: a recusa, omissão, enganabilidade ou retardamento. Que diabo é enganabilidade, Sr. Presidente?

Sr. Presidente, libero a minha bancada, mas eu tenho que votar contra! Tenham santa paciência!

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, entendo como muito importante a presença e a atenção que os demais Senadores têm dado a esta matéria, que diz respeito à assistência farmacêutica no Brasil, que diz respeito ao novo marco regulatório da política farmacêutica brasileira. Não é uma matéria simples que o Senado Federal está votando neste momento. É uma matéria que envolve conhecimento técnico, responsabilidade política, proteção da sociedade e respeito à indústria farmacêutica que atua no Brasil.

Sr. Presidente, sou daqueles que acredita que a indústria farmacêutica tem sido desconsiderada em sua importância histórica na relação com os governos e com a sociedade. E acredito que, ao mesmo tempo, os governos brasileiros até hoje não conseguiram estabelecer uma política de assistência farmacêutica correta para a sociedade. Inventaram uma série de artifícios e de debates com a sociedade, portarias, leis que falavam de alternativa para a melhoria do consumo, mas há uma perda efetiva de consumo de medicamentos pela sociedade brasileira. Deveríamos

prestar muita atenção nas propagandas enganosas que nortearam o setor, que tem uma movimentação de mais ou menos US\$20 bilhões por ano. Portanto, não é matéria simples de ser tratada e debatida no Senado Federal.

Neste momento, se perguntássemos à indústria farmacêutica, Senador Antonio Carlos Magalhães, o que pensa da matéria, seguramente responderia que discorda porque está em jogo a capacidade de sobrevivência e o acesso ao retorno financeiro que investe no Brasil. Tenho a mais absoluta tranquilidade de que se trata de uma matéria correta, uma matéria que leva em conta os interesses do Governo e beneficia a sociedade consumidora. Deveríamos refletir sobre o tema.

Outro aspecto que julgo relevante na matéria é básico para quem entende de medicamentos. Um produto vendido nas drogarias tem média de oito dias de uso, dezesseis comprimidos. O médico receita um comprimido de doze em doze horas; o cidadão compra. A indústria, entendendo que houve competição, que houve desgaste na margem de lucro, pode, nas regras atuais da Lei nº 6.360, criar um produto com quatorze comprimidos e cobrar um preço maior. Esta medida provisória permite que a Câmara de Medicamentos estabeleça um controle baseado no peso químico do produto medicamentoso. É uma medida, de fato, moralizadora.

Outro ponto relevante é que, no momento de importarmos um produto, aceitar a distribuição de um medicamento no Brasil, o que há em voga? Por exemplo, no caso do Glivec\*, medicamento utilizado no tratamento da leucemia, uma ONG entendeu que o medicamento era fundamental e teria de ser aprovado imediatamente. Recorreu à Justiça, que determinou a liberação imediata, e o Ministério da Saúde foi obrigado a comprá-lo. Sequer o país de origem daquele produto, a Suíça, tinha autorizado a sua utilização e liberado a venda dele, sequer o Governo americano, grande centro consumidor mundial, tinha autorizado a liberação daquele produto.

Portanto, temos de parar e refletir sobre essa matéria, que é relevante e constitui novo marco regulatório da assistência farmacêutica no Brasil. Essa discussão em nosso Governo avança, desprendendo-se de vícios que estavam por trás da Câmara de Medicamentos do Ministério da Saúde.

Se observarmos o debate que o Senado Federal tem travado na Comissão de Assuntos Sociais, da



qual participei no ano passado. Naquela ocasião houve um escândalo: os técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária disseram que 38% dos produtos medicamentosos que estavam circulando no Brasil não havia correspondência entre a fórmula apregoada pelo laboratório que os vendia e a fórmula encontrada nos estudos técnicos. Temos que dar relevância a isso.

O Governo está submetendo ao Senado Federal matéria da maior seriedade, da mais alta responsabilidade. Tenho certeza de que esta Casa dará o seu voto de confiança no avanço da política regulatória e poderá demonstrar que este Governo tem o dever de fazer uma revisão, de uma política de assistência farmacêutica que alcance a população mais pobre, que foi esquecida por qualquer medida dos Governos anteriores.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa questão de “emendas Frankenstein” é muito utilizada no processo legislativo. Porém, confesso que, apesar de ser novato nesse Parlamento, não considero a “emenda Frankenstein” embutida na medida provisória o melhor caminho. Secundando o Senador Tasso Jereissati, eu gostaria que o Líder Aloizio Mercadante e a Liderança do Governo explicassem melhor o que é o Pips, programa aprovado aqui. Esse é um programa de mil e uma utilidades. Gostaria de obter informações sobre ele, para ter mais segurança ao votar outras pontos dessa matéria.

Sei que a disposição relativa à Petrobras trata de matéria rotineira, que não tem muita importância nesse momento da discussão. Queremos que o Pips, já aprovado aqui, seja mais bem explicado, para que possamos continuar essa discussão.

Senador Aloizio Mercadante, seria interessante V. Ex.<sup>a</sup> explicar o que é o Pips.

Chamo a atenção para o comportamento partidário: o PT sempre foi contra o excesso de medidas provisórias; o PT sempre foi contra o uso de “emendas Frankenstein”. Nada como um dia após o outro. Agora o PT está usando “emendas Frankenstein” embutidas em medidas provisórias.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fico muito triste quando tenho que discordar do Líder do meu Partido, Senador José Agripino. Fico muito triste – repito –, porque S. Ex.<sup>a</sup> é um grande Líder, mas, confesso que ele deveria ouvir a sua Bancada para tomar a decisão. Mas não vou desagradá-lo. Votarei, nesse caso, de acordo com a sua orientação, embora entenda que o art. 11 seja uma afronta à técnica legislativa e à legalidade. O Líder do Governo e o Líder do PT deveriam aconselhar o Presidente da República a suprimir esse item, e aprovaríamos, a qualquer momento, o encontro de contas da Petrobras com o Governo. Afinal de contas, a Petrobrás é do Governo; o Governo é o seu maior acionista; manda na Petrobras. Então, por que essa lei? É porque o Governo não tem força para dizer: pague o que deve à União? Deveria ter; se não tem, está sem autoridade.

Tenho todo o interesse de apoiar iniciativas do Governo que sejam úteis ao Brasil e quero fazê-lo sempre, mas assim não é possível. Quero dizer ao meu Líder que me absterei de votar em atenção a S. Ex.<sup>a</sup>. Na realidade, o meu voto seria contra.

Mas quero ainda dizer que no problema suscitado pelo Senador Tasso Jereissati, do microcrédito, se criar um fundo de investimentos que vai ter poder para realizar tudo, obras públicas, inclusive sem licitação, sem coisa alguma, é um desrespeito ao Congresso Nacional.

Sr. Presidente, V. Ex.<sup>a</sup>, que tem sido muito zeloso não só como Presidente da República, mas também como Presidente do Congresso Nacional, haverá de concordar que essas coisas não podem ocorrer, não devem ocorrer. V. Ex.<sup>a</sup>, figura exponencial neste País, não pode aceitar que medidas provisórias que ferem leis complementares – conforme foi dito claramente mais de uma vez – sejam votadas. Não podem ser aceitas pela Comissão nem pela Mesa, que tem o poder de recusá-las.

Em atenção a V. Ex.<sup>a</sup>, que está submetendo a matéria à votação, e ao Líder do meu Partido, vou abster-me de votar.

Peço a atenção dos Líderes do Governo. É preciso que S. Ex.<sup>as</sup> nos ajudem para que possamos ajudá-los.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Renan Calheiros.

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de falar para orientar a Bancada. Não sei se a discussão ainda continua.

O Senador Romero Jucá fez o que era possível. Com a maestria de sempre, relatou a matéria. S. Ex.<sup>a</sup> ouviu quem poderia ouvir e deixou de ouvir quem não podia ouvir. Consagramos, sem dúvida, alguns avanços que vêm desde a Câmara dos Deputados. O reajuste anual a partir de março será feito pelo IPCA e pela Câmara de Regulação. Houve, Sr. Presidente, a definição de procedimentos dentro da própria Anvisa com relação ao registro de remédios e à definição de preços. A recomendação que passamos à Bancada do PMDB é a de que aprove o relatório, de autoria do Senador Romero Jucá que referenda, que homologa, o projeto de conversão.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, último orador.

S. Ex.<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero esclarecer o art. 11. Nesta Legislatura, em várias matérias conexas, introduzimos temas de interesse nacional por acordo deste Plenário. Por exemplo, a repactuação da dívida do setor da agricultura familiar foi feita em uma medida provisória que não tratava originalmente dessa matéria, por entender que o campo de abrangência daquele tema permitia ao Senado Federal avançar numa matéria de amplo alcance social.

De que trata o art. 11?

Senador Antonio Carlos Magalhães, desde agosto de 1977, existe a Lei nº 9.478, que em seu art. 74 estabelece:

Art. 74. A Secretaria do Tesouro Nacional procederá ao levantamento completo de todos os créditos e débitos recíprocos da União e da PETROBRAS, abrangendo as diversas contas de obrigações recíprocas e subsídios, inclusive os relativos à denominada Conta Petróleo, Derivados e Álcool (...)

Estabelece, ainda, que nesse encontro de contas, a liquidação, pelo Tesouro Nacional, poderá ser feita na forma de títulos.

A Petrobras é uma autarquia, mas também uma sociedade anônima, e só uma lei poderia esta-

belecer esse encontro de contas. No entanto, desde 1997 esse encontro não foi feito. O que essa medida provisória introduz é um prazo limite para a Petrobras – julho do ano que vem – para o encontro de contas entre a União, a maior acionista, e a Petrobras, que é uma sociedade anônima, mas também uma autarquia.

Portanto, eu diria que apenas a definição de um prazo limite não tem qualquer relevância a não ser aplicar uma lei já existente. Não há nenhuma matéria que não seja transparente, pública e que este Plenário não possa votar com total conhecimento.

Quanto à segunda questão mencionada, quero aqui elogiar a atitude do PFL, porque apresentou uma questão de mérito relevante: a composição do Conselho. Esclarecemos, no mérito, a questão – a composição dos Ministros e a composição técnica – e o Líder José Agripino, mais uma vez, demonstrando grande espírito público e responsabilidade com o País, disse que votará a favor da matéria porque aquela questão preliminar que era meritória foi devidamente esclarecida.

Há questões de menor alcance como, por exemplo, a da destinação. É a arte de destinar. É a definição do que é drogaria. Primeiro, que é apropriada na definição da função do estabelecimento comercial, mas são quatro itens da definição dos estabelecimentos que vão ser depois construídos ao longo da lei. Não prejudica em nada a discussão de mérito de uma matéria dessa natureza.

Gostaria de chamar a atenção daqueles que, até este momento, estão contrários e pretendem votar contra. Espero que não seja por essa questão da Petrobras, que está devidamente esclarecida: fixa-se um prazo de uma lei já existente, necessária ao encontro de contas entre uma empresa e a União. A questão de fundo é de que lado estamos na história. Assim como eu disse que era Líder no último dia da sessão legislativa e havia uma obstrução em curso, o então Ministro da Saúde, que era candidato a Presidente da República, ligou-me e pediu para apoiar a Anvisa. Eu disse que, apesar da precária discussão, voltaríamos a discutir no futuro e aprovaríamos, porque milhões de pessoas no País dependem de uma decisão como essa. Há um abuso desse oligopólio do setor farmacêutico no mundo inteiro. O Governo anterior, em alguns momentos, fez o enfrentamento correto, como a articulação do Brasil com a África do Sul e a Índia para a produção de genéricos na questão da Aids, e nós barateamos o custo não só no Brasil como em outros países. Isso é po-

lítica pública, isso é ir ao encontro da saúde, isso é a regulação do Estado.

Portanto, quando essa lei fala em barreiras à entrada, lembro a importância que foi a importação de genéricos. Foi uma disputa duríssima que fizemos em defesa da vida, compatível com o interesse público. E é disso que trata esta medida provisória.

Quero aqui reafirmar que é verdade, sim, que a fórmula não é adequada para a correção de preços. Mas não temos, até hoje, no País um índice específico para remédios. Por isso o compromisso que foi assumido. O Relator Romero Jucá, mais uma vez, exerceu a sua competência. Quero destacar aqui os Senadores Osmar Dias e Ney Suassuna, que foram ao meu gabinete e na primeira hora levantaram problemas de mérito, o problema do prazo do lançamento dos produtos. O compromisso é de que em 30 dias será regulamentado e o prazo será de, no máximo, 90 dias. Então, foi atendido. Não o decurso de prazo, porque a indústria queria 5 dias e neste prazo não há como avaliar o lançamento de um produto. Agora a Agência tem tempo, mas a indústria tem a segurança do prazo máximo de 90 dias. Penso que demos um passo correto, na medida exata, e o Senador contribuiu decisivamente para isso.

Quanto à questão da fórmula, não temos um indexador. Não é possível, como a indústria quer, dolarizar preço de remédio num País em que a população recebe em real, o salário é em real e a matéria-prima não é 100% em dólar. Então, não se pode utilizar um índice como o IPA (Índice de Preços por Atacado), que é o índice mais sensível ao dólar. Por isso o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Ampliado) é o indexador provisório, mas se agregou às variações dos componentes do insumo a produtividade, a barreira à entrada, um conjunto de componentes, com o compromisso firmado pelo relator de trabalhar pelas diversas categorias de produtos.

Por tudo isso, pelos episódios recentes, pelo abuso de preços e pela necessidade, o Senador Ney Suassuna coloca uma questão relevante: precisamos de investimento nesse setor, inclusive de um setor de química fina, que não temos, na produção de matérias-primas. Isso é muito importante para o País gerar emprego, mas temos que equilibrar o investimento e o emprego com o abuso no **marketing**, na comercialização e, sobretudo, na política de preços, como aconteceu agora com os 150 remédios que tiveram seus preços reduzidos, exatamente porque essa medida provisória está em curso.

Portanto, em defesa da saúde pública – que, tenho certeza, é o que predomina neste Plenário –, te-

nho absoluta convicção de que este País tem política, que vai além deste Governo. Em medidas tomadas no passado, ganhamos credibilidade internacional exatamente por uma combinação difícil entre o interesse público, o equilíbrio do contrato e a necessidade de remuneração da indústria. Mas o que tem de se priorizar num setor como este é a defesa da vida. Por isso o Estado tem que fiscalizar, normatizar e regular, atendendo às preocupações apresentadas pelos Senadores.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Encerra o encaminhamento de votação.

Em votação o projeto de lei de conversão que tem preferência regimental.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Prejudicada a medida provisória e as emendas a ela oferecidas.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Abstenção.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Abstenção.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Aprovado, com o voto contra...

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço verificação de votação, com o apoio regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O nobre Senador Arthur Virgílio pede verificação de votação. Sendo regimental a solicitação, V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

Peço às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa e nos gabinetes que compareçam ao plenário. Estamos procedendo a uma votação nominal.

(*Procede-se à verificação de **quorum**.*)

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O PSDB encaminha o voto “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Enquanto o computador não está disponibilizado para a votação, quero comunicar a Casa a respeito de uma decisão singular de um juiz, interferindo na tramitação de matéria submetida ao Senado Federal. Hoje, em reunião com todos os Líderes da Casa, a Mesa adotará as seguintes medidas:

1) Imediata interposição de agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da 1<sup>a</sup> Região;

2) apresentação de contestação na ação;

3) Interposição de uma representação perante a Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em razão do abuso de autoridade perpetrado pelo MM. Juiz, que suspendeu o processo de indicação para cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União;

4) De acordo com todas as Lideranças, apresentação de projeto de lei, alterando a redação da Lei da Ação Popular, de forma que, em se tratando de atos praticados pelo Senado Federal, a competência seja do Supremo Tribunal Federal.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, V. Exª acabou de ler uma decisão da Mesa?

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Não. Lemos uma orientação das medidas que vão ser tomadas e decididas, hoje, com todos os Líderes da Casa no Gabinete da Presidência.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Depois, voltará o tema à discussão no plenário?

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Claro.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Para apresentação do projeto de lei, teremos de voltar ao plenário.

Pergunto se os Srs. Líderes querem orientar as suas bancadas na votação nominal?

**O SR. RENAN CALHEIROS** (PMDB – AL) – Sr. Presidente, a Liderança do PMDB recomenda o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O PMDB vota “sim”.

O PT como vota, Senador Tião Viana?

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, o Bloco PT, PL, PSB e PTB vota “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – “Sim”. E o PFL?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Com as ressalvas apresentadas, Sr. Presidente, o PFL recomenda o voto “sim”.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR) – Sr. Presidente, o PPS recomenda o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – PPS manifesta o voto “sim”.

**O SR. JEFFERSON PÉRES** (PDT – AM) – Sr. Presidente, o PDT libera a Bancada. O meu voto é “não”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O PDT libera a Bancada.

E como vota o PSDB, Senador Arthur Virgílio?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O PSDB recomenda o voto “não”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O PSDB vota “não”.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, o Governo recomenda o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O Governo recomenda o voto “sim”.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – As Srªs e os Srs. Senadores já podem votar.

Mais uma vez, peço aos Srs. Senadores que se encontram nos seus gabinetes e em outras dependências da Casa que compareçam ao plenário. Estamos procedendo a uma votação nominal para o Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória que define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Solicito ao Senador Marcelo Crivella, que se encontra nas dependências da Casa, que venha votar e a V. Exª, Sr. Presidente, que lhe conceda uma benevolência de dois minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Todos os Srs. Senadores já votaram? (Pausa.)

A Presidência vai encerrar a votação. (Pausa.)

Está encerrada a votação.

*(Procede-se a apuração.)*



Senado Federal

## VOTAÇÃO NOMINAL

## PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 23, DE 2003 (MP 123/2003)

DEFINE NORMAS DE REGULAÇÃO PARA O SETOR FARMACÊUTICO, CRIA A CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTO - CMED E ALTERA A LEI Nº 6.360, DE 23 DE SETEMBRO DE 1976, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Num.Sessão: 1  
Data Sessão: 9/9/2003

Num.Votação: 1  
Hora Sessão: 14:30:00

Abertura: 9/9/2003 17:45:26  
Encerramento: 9/9/2003 17:53:21

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	SIM
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	SIM
PDT	SE	ALMEIDA LIMA	NÃO
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	SIM
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NÃO
PMDB	RO	AMIR LANDO	SIM
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	SIM
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	ABST.
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	NÃO
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	NÃO
Bloco-PT	MS	DELÍCIO AMARAL	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	NÃO
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPPLY	SIM
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	SIM
Bloco-PT	DF	EURÍPEDES CAMARGO	SIM
Bloco-PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	SIM
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	ABST.
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	SIM
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	SIM
Bloco-PT	AL	HELOISA HELENA	ABST.
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	ABST.
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	SIM
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	NÃO
PPS	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	SIM
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	SIM
PFL	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	ABST.
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM
PFL	PE	JOSÉ JORGE	ABST.
PFL	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	NÃO
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NÃO
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	SIM
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	SIM
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	SIM
PMDB	PI	MÃO SANTA	SIM
PFL	PE	MARCO MACIEL	SIM
PPS	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	SIM
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM
PDT	PR	OSMAR DIAS	SIM
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	SIM
PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	SIM
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	SIM
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	NÃO
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PFL	SE	RENILDO SANTANA	SIM
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	SIM
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	ABST.
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	NÃO
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	SIM
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	NÃO
PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	NÃO
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	SIM
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PMDB	DF	VALMIR AMARAL	SIM

Presidente: JOSÉ SARNEY

Votos SIM : 44  
Votos NÃO : 12  
Votos ABST. : 07

Total : 63

Primeiro-Secretário

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Votaram SIM 44 Srs. Senadores; e NÃO 12.

Houve 07 Abstenções.

Total: 63 votos.

O projeto foi aprovado.

Ficam prejudicadas a medida provisória e as emendas a ela oferecidas.

Sobre a mesa, redação final para a qual vamos receber as sugestões do Senador Jefferson Péres a fim de melhorar seu texto. Se assim não o fizéssemos, teríamos que incluir no dicionário a palavra enganosidade, porque não é dicionarizada.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apenas para saber se foi feita a correção no § 9º do art. 4º. Onde há “excepcionalmente o Conselho de Ministros poderá” deve entrar: “excepcionalmente o Conselho de Ministros da CMED poderá”, porque se refere especificamente à CMED. Solicito, Sr. Presidente, que essa correção seja feita.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Senador Romero Jucá, a correção já havia sido feita, uma vez que o parecer é favorável e propõe a adequação da redação do § 9º do art. 4º do projeto de lei de conversão. V. Ex<sup>a</sup> foi atendido.

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

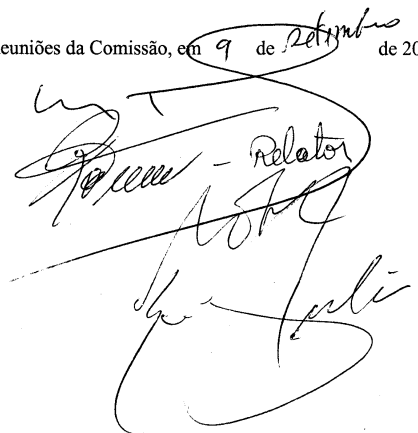
**PARECER Nº 1.214, DE 2003**

(Da Comissão Diretora)

**Redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2003 (Medida Provisória nº 123, de 2003).**

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2003 (Medida Provisória nº 123, de 2003), que define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão, em 9 de Setembro de 2003.



**ANEXO AO PARECER Nº , DE 2003**

**Define normas de regulação para o setor farmacêutico, cria a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED e altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei estabelece normas de regulação do setor farmacêutico, com a finalidade de promover a assistência farmacêutica à população, por meio de mecanismos que estimulem a oferta de medicamentos e a competitividade do setor.

Art. 2º Aplica-se o disposto nesta lei às empresas produtoras de medicamentos, às farmácias e drogarias, aos representantes, às distribuidoras de medicamentos, e, de igual modo, a quaisquer pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que, de alguma maneira, atuem no setor farmacêutico.

Art. 3º Para efeitos desta lei, são adotadas as seguintes definições:

I – farmácia – estabelecimento de manipulação de drogas magistrais e oficinais, de comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, compreendendo o de dispensação e o de atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica, nos termos do inciso X do art. 4º da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973;

II – drogaria – estabelecimento destinado à dispensação e comércio de drogas, medicamentos,

insumos farmacêuticos e correlatos em suas embalagens originais, nos termos do inciso XI do art. 4º da Lei nº 5.991, de 1973;

III – representante e distribuidor – empresa que exerça direta ou indiretamente o comércio atacadista de drogas, medicamentos em suas embalagens originais, insumos farmacêuticos e de correlatos, nos termos do inciso XVI do art. 4º da Lei nº 5.991, de 1973;

IV – medicamento – todo produto farmacêutico, tecnicamente obtido ou elaborado, com finalidade profilática, curativa, paliativa ou para fins de diagnóstico, nos termos do inciso II do art. 4º da Lei nº 5.991, de 1973; e

V – empresas produtoras de medicamentos – estabelecimentos industriais que, operando sobre matéria-prima ou produto intermediário, modificam-lhes a natureza, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, gerando, por meio desse processo, medicamentos.

Parágrafo único. Equiparam-se às empresas produtoras de medicamentos os estabelecimentos importadores de medicamentos de procedência estrangeira que têm registros dos respectivos produtos importados junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Art. 4º As empresas produtoras de medicamentos deverão observar, para o ajuste e determinação de seus preços, as regras definidas nesta lei, a partir de sua publicação, ficando vedado qualquer ajuste em desacordo com esta lei.

§ 1º O ajuste de preços de medicamentos será baseado em modelo de teto de preços calculado com base em um índice, em um fator de produtividade e em um fator de ajuste de preços relativos intra-setor e entre setores.

§ 2º O índice utilizado, para fins do ajuste previsto no § 1º, é o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

§ 3º O fator de produtividade, expresso em percentual, é o mecanismo que permite repassar aos consumidores, por meio dos preços dos medicamentos, projeções de ganhos de produtividade das empresas produtoras de medicamentos.

§ 4º O fator de ajuste de preços relativos, expresso em percentual, é composto de duas parcelas:

I – a parcela do fator de ajuste de preços relativos intra-setor, que será calculada com base no poder de mercado, que é determinado, entre outros, pelo

poder de monopólio ou oligopólio, na assimetria de informação e nas barreiras à entrada; e

II – a parcela do fator de ajuste de preços relativos entre setores, que será calculada com base na variação dos custos dos insumos, desde que tais custos não sejam recuperados pelo cômputo do índice previsto no § 2º deste artigo.

§ 5º Compete à Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, criada pelo art. 5º desta Lei, propor critérios de composição dos fatores a que se refere o § 1º, bem como o grau de desagregação de tais fatores, seja por produto, por mercado relevante ou por grupos de mercados relevantes, a serem reguladas até 31 de dezembro de 2003, na forma do art. 84 da Constituição Federal.

§ 6º A CMED dará transparência e publicidade aos critérios a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo.

§ 7º Os ajustes de preços ocorrerão anualmente.

§ 8º O primeiro ajuste, com base nos critérios estabelecidos nesta lei, ocorrerá em março de 2004, considerando-se, para efeito desse ajuste:

I – o preço fabricante do medicamento em 31 de agosto de 2003; e

II – o IPCA acumulado a partir de setembro de 2003, inclusive.

§ 9º Excepcionalmente, o Conselho de Ministros da CMED poderá autorizar um ajuste positivo de preços ou determinar um ajuste negativo em 31 de agosto de 2003, tendo como referência o preço fabricante em 31 de março de 2003.

Art. 5º Fica criada a Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, do Conselho de Governo, que tem por objetivos a adoção, implementação e coordenação de atividades relativas à regulação econômica do mercado de medicamentos, voltadas a promover a assistência farmacêutica à população, por meio de mecanismos que estimulem a oferta de medicamentos e a competitividade do setor.

Parágrafo único. A composição da CMED será definida em ato do Poder Executivo.

Art. 6º Compete à CMED, dentre outros atos necessários à consecução dos objetivos a que se destina esta lei:

I – definir diretrizes e procedimentos relativos à regulação econômica do mercado de medicamentos;

II – estabelecer critérios para fixação e ajuste de preços de medicamentos;

III – definir, com clareza, os critérios para a fixação dos preços dos produtos novos e novas apresentações de medicamentos, nos termos do art. 7º;

IV – decidir pela exclusão de grupos, classes, subclasses de medicamentos e produtos farmacêuticos da incidência de critérios de estabelecimento ou ajuste de preços, bem como decidir pela eventual re-inclusão de grupos, classes, subclasses de medicamentos e produtos farmacêuticos à incidência de critérios de determinação ou ajuste de preços, nos termos desta lei;

V – estabelecer critérios para fixação de margens de comercialização de medicamentos a serem observados pelos representantes, distribuidores, farmácias e drogarias, inclusive das margens de farmácias voltadas especificamente ao atendimento privativo de unidade hospitalar ou de qualquer outra equivalente de assistência médica;

VI – coordenar ações dos órgãos componentes da CMED voltadas à implementação dos objetivos previstos no art. 5º;

VII – sugerir a adoção, pelos órgãos competentes, de diretrizes e procedimentos voltados à implementação da política de acesso a medicamentos;

VIII – propor a adoção de legislações e regulamentações referentes à regulação econômica do mercado de medicamentos;

IX – opinar sobre regulamentações que envolvam tributação de medicamentos;

X – assegurar o efetivo repasse aos preços dos medicamentos de qualquer alteração da carga tributária;

XI – sugerir a celebração de acordos e convênios internacionais relativos ao setor de medicamentos;

XII – monitorar, para os fins desta lei, o mercado de medicamentos, podendo, para tanto, requisitar informações sobre produção, insumos, matérias-primas, vendas e quaisquer outros dados que julgar necessários ao exercício desta competência, em poder de pessoas de direito público ou privado;

XIII – zelar pela proteção dos interesses do consumidor de medicamentos;

XIV – decidir sobre a aplicação de penalidades previstas nesta lei e, relativamente ao mercado de medicamentos, aquelas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, sem prejuízo das competên-

cias dos demais órgãos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor;

XV – elaborar seu regimento interno.

Art. 7º A partir da publicação desta lei, os produtos novos e as novas apresentações de medicamentos que venham a ser incluídos na lista de produtos comercializados pela empresa produtora deverão observar, para fins da definição de preços iniciais, os critérios estabelecidos pela CMED.

§ 1º Para fins do cálculo do preço referido no **caput** deste artigo, a CMED utilizará as informações fornecidas à Anvisa por ocasião do pedido de registro ou de sua renovação, sem prejuízo de outras que venham a ser por ela solicitadas.

§ 2º A CMED regulamentará prazos para análises de preços de produtos novos e novas apresentações.

Art. 8º O descumprimento de atos emanados pela CMED, no exercício de suas competências de regulação e monitoramento do mercado de medicamentos, bem como o descumprimento de norma prevista nesta lei, sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 56 da Lei nº 8.078, de 1990.

Parágrafo único. A recusa, omissão, falsidade ou retardamento injustificado de informações ou documentos requeridos nos termos desta lei ou por ato da CMED, sujeitam-se à multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais), podendo ser aumentada em até 20 (vinte) vezes, se necessário, para garantir eficácia.

Art. 9º Fica extinta a Câmara de Medicamentos, criada pela Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001, cujas competências e atribuições são absorvidas pela CMED.

Parágrafo único. Os processos, documentos e demais expedientes relativos às competências e atribuições absorvidas pela CMED terão sua tramitação por ela disciplinada.

Art. 10. A Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 16. O registro de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, dadas as suas características sanitárias, medicamentosas ou profiláticas, curativas, paliativas, ou mesmo para fins de diagnóstico, fica sujeito, além do atendimento das



exigências próprias, aos seguintes requisitos específicos:

.....  
VII – a apresentação das seguintes informações econômicas:

a) o preço do produto praticado pela empresa em outros países;

b) o valor de aquisição da substância ativa do produto;

c) o custo do tratamento por paciente com o uso do produto;

d) o número potencial de pacientes a ser tratado;

e) a lista de preço que pretende praticar no mercado interno, com a discriminação de sua carga tributária;

f) a discriminação da proposta de comercialização do produto, incluindo os gastos previstos com o esforço de venda e com publicidade e propaganda;

g) o preço do produto que sofreu modificação, quando se tratar de mudança de fórmula ou de forma; e

h) a relação de todos os produtos substitutos existentes no mercado, acompanhada de seus respectivos preços.

§ 1º (Revogado como parágrafo único pela Lei nº 6.480, de 1º de dezembro de 1977).

§ 2º A apresentação das informações constantes do inciso VII poderá ser dispensada, em parte ou no todo, em conformidade com regulamentação específica.”(NR)

“Art. 22. As drogas, os medicamentos e insumos farmacêuticos que contenham substâncias entorpecentes ou determinem dependência física ou psíquica, estando sujeitos ao controle especial previsto no Decreto-lei nº 753, de 11 de agosto de 1969, bem como em outros diplomas legais, regulamentos e demais normas pertinentes, e os medicamentos em geral, só serão registrados ou terão seus registros renovados, se, além do atendimento das condições, das exigências e do procedimento estabelecidos nesta lei e seu regulamento, suas embalagens e sua rotulagem se enquadrarem nos padrões aprovados pelo Ministério da Saúde.”(NR)

“Art. 23. (Revogado).”

“Art. 24. Estão isentos de registro os medicamentos novos, destinados exclusivamente a uso experimental, sob controle médico, podendo, inclusive, ser importados mediante expressa autorização do Ministério da Saúde.

..... “(NR)

Art. 11. A realização do encontro de contas entre a União e a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, previsto no art. 74 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, deverá ocorrer até 30 de junho de 2004.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogados o art. 23 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, a Lei nº 10.213, de 27 de março de 2001, e a Medida Provisória nº 2.230, de 6 de setembro de 2001.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à sanção presidencial.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Desobstruída a pauta, passamos ao **Item 2**:

### **PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 13, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios, tendo

Parecer favorável, sob nº 768, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza.

A matéria constou da Ordem do Dia do último dia 3, quando teve a sua apreciação sobrestada, em virtude da falta de acordo das Lideranças para a deliberação da Medida Provisória nº 123.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão prosseguirá na próxima sessão, para cumprirmos o prazo regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – **Item 3:**

**REQUERIMENTO Nº 626, DE 2003**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 626, de 2003, do Senador Hélio Costa, solicitando seja encaminhado voto de louvor à proposta do ex-Chanceler israelense Shimon Peres, de internacionalização da parte antiga da cidade de Jerusalém, com vistas à cessação das hostilidades árabe-israelenses, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.192, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

Em votação o requerimento.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Senador Hélio Costa, V. Exª tem a palavra para encaminhar.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é importante que esta matéria seja votada no momento em que ainda estamos vivendo as angústias do assassinato do Embaixador Sérgio Vieira de Mello. Ela foi apresentada antes de ocorrer o assassinato desse brasileiro ilustre.

O requerimento pede um voto de louvor para o ex-Chanceler Shimon Peres, que apresenta uma proposta inteligente e correta para a solução do conflito no Oriente Médio, notadamente no que diz respeito a Israel, que é o ponto da discórdia naquela região do mundo.

Eu, que encontrei o Ministro e ex-Chanceler Shimon Peres há cerca de um ano e meio, em visita oficial que fizemos a Israel e à Palestina, entendo que é intenção desse grande líder israelense mostrar o caminho para a solução da questão do Oriente Médio, com essa proposta de se entregar à Organização das Nações Unidas a administração da antiga Jerusalém e de se fazer, sim, uma revisão do conceito da divisão da Cidade Nova entre israelenses e palestinos.

Por isso, Sr. Presidente, é tão importante que esse voto de louvor seja apresentado no instante em que ainda estamos sofrendo com a morte de um grande brasileiro, que foi Sérgio Vieira de Mello.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio para encaminhar.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a matéria é meritória. Sequer posso avaliar sua eficácia efetiva, mas sei que se trata de uma tentativa que parte de um verdadeiro homem de Estado.

Shimon Peres é um homem voltado para a paz, alguém que fazia muito bem ao Estado de Israel e à causa da paz mundial.

Portanto, parablenzo o Senador Hélio Costa, de Minas Gerais, e manifesto a simpatia e a aprovação do PSDB à proposta de S. Exª, apoiando a idéia desse grande homem de Estado do mundo que se chama Shimon Peres, de Israel.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – **Item 4:**

**REQUERIMENTO Nº 724, DE 2003**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 724, de 2003, do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, propondo à Organização das Nações Unidas a indicação do nome do Embaixador Sérgio Vieira de Mello, morto, em 19 de agosto último, em atentado terrorista contra a sede da representação da ONU no Iraque, como candidato ao Prêmio Nobel da Paz de 2003.

Parecer favorável, sob nº 1.193, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador **Romeu Tuma**.

É lido o seguinte

#### **REQUERIMENTO Nº 792, DE 2003**

Requeiro, nos termos do artigo 315 do Regimento Interno do Senado Federal, o adiamento, por 24 horas, da votação do requerimento nº 724, de 2003, propondo à Organização das Nações Unidas a indicação do nome do Embaixador Sérgio Vieira de Mello, morto em 19 de agosto último, em atentado terrorista contra a sede da representação da ONU no Iraque, como candidato ao Prêmio Nobel da Paz de 2003.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 2003. –  
**Eduardo Suplicy.**

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em votação o requerimento. (Pausa.)

Trata-se de requerimento de autoria do Senador Eduardo Suplicy, em atenção a uma solicitação do autor da proposta, o Senador Pedro Simon.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, em função de ser o Senador Pedro Simon o autor da proposição e estando S. Ex<sup>a</sup> cumprindo, neste instante, uma missão em Porto Alegre, solicitei o adiamento da votação da matéria para amanhã, em homenagem a S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em votação o requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Com a concordância do Plenário, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão de amanhã.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – **Item 5:**

#### **REQUERIMENTO Nº 646, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 646, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 25 e 268, de 2002, por versarem sobre a mesma matéria.

Votação, em turno único, do requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 25 e 268, de 2002, passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e posteriormente à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – **Item 6:**

#### **REQUERIMENTO Nº 675, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 675, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 81, de 2002, e 83, de 2003, por regularem a mesma matéria.

Votação, em turno único, do requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 81, de 2002, e 83, de 2003, passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Educação e posteriormente retornam à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – **Item 7:**

#### **REQUERIMENTO Nº 676, DE 2003**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 676, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 176, de 2000, 263, 270 e 295, de 2003, por regularem a mesma matéria.

Votação, em turno único, do requerimento.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Projetos de Lei do Senado nºs 176, de 2000, 263, 270 e 295, de 2003, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte

**REQUERIMENTO Nº 793, DE 2003**

Nos termos dos artigos 336, II, combinado com o 338, IV, do RISF, requeremos urgência, para o PRS nº 38, de 2003, que “Acrescenta o artigo 7º na Resolução nº 61, de 24 de junho de 1997. (Para permitir que o Estado do Rio de Janeiro substitua os depósitos bancários em dinheiro das contas garantidoras previstas na referida Resolução, por ativos que preservem a recomposição integral dos saldos financeiros dessas contas).”

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2003. – **Ramez Tebet**, Presidente – **Ney Suassuna**, Relator – **Ana Júlia Carepa** – **Eduardo Suplicy** – **Roberto Saturnino** – **Mão Santa** – **Garibaldi Alves Filho** – **Romero Jucá** – **Paulo Octávio** – **Rodolpho Tourinho** – **Eduardo Azeredo** – **Tasso Jereissati** – **Almeida Lima** – **Patrícia Saboya Gomes** – **Luiz Otávio** – **Sérgio Cabral**.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Sérgio Cabral.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, quero agradecer e pedir, mais uma vez, a V. Exª e aos Líderes a inclusão, na pauta de amanhã, desse projeto de resolução que foi aprovado hoje por unanimidade na CAE e que será de suma importância para o povo do Estado do Rio de Janeiro e para o funcionalismo público do Estado. Será um gesto do Senado ao encontro dos interesses do Estado do Rio de Janeiro. Quero desde já agradecer a V. Exª e às Lideranças.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Em votação.

As Srªs e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados (Pausa.)

Aprovado.

Havendo acordo das Lideranças, a matéria constará da Ordem do Dia da sessão de amanhã.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO Nº 794, DE 2003**

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro sejam prestadas pela Senhora Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, esclarecimentos sobre o documento apresentado pela ONG Conservation International do Brasil e o Museu Paraense Emílio Goeldi com propostas para a Região Amazônica, incluindo a proibição de desmatamento por 4 anos.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 2003 – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, inciso III, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia, voltamos à lista de oradores.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Tem a palavra, pela ordem, o Senador Ramez Tebet.

**O SR. RAMEZ TEBET** (PMDB – MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em nome da CAE, quero louvar a decisão comandada por V. Exª, em reunião da Mesa e das Lideranças da Casa, com relação à decisão judicial da ação popular que é movida praticamente contra todos os membros da nossa Comissão, as Lideranças da Casa e a própria Mesa do Senado da República.

Quero parabenizar V. Exª pelas providências prontas e ágeis que tomou, bem como toda a Mesa da Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Muito obrigado a V. Exª.

**O SR. PRESIDENTE** (José Sarney) – Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do ora-

dor.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tomou posse, ontem, na Presidência da Funai o antropólogo Mércio Pereira Gomes, e eu, que tenho pregado desta tribuna a nomeação de um índio para presidir a Funai, quero fazer hoje uma reflexão sobre essa nomeação.

Pela primeira vez, vejo um Presidente da Funai assumir claramente, pregando, o que é óbvio, o final das demarcações das terras indígenas. Segundo as palavras do Dr. Mércio Pereira Gomes, faltam apenas 30% das áreas identificadas a serem demarcadas. O novo Presidente pregou também o que, no meu entender, é muito importante: a autonomia econômica das comunidades indígenas. Isso porque a única preocupação da política indigenista do País tem sido a demarcação de terras, e não os índios em si. Dessa forma, terras enormes e ricas, como são as terras dos ianomâmis, são habitadas por índios pobres, doentes, vítimas de enfermidades como a oncocercose – doença praticamente incurável porque de difícil tratamento e ele não tem sido feito adequadamente. A preocupação com o ser humano índio não tem existido ao longo da nossa História. Conseqüentemente, entendo que a posição adotada pelo Dr. Mércio Pereira Gomes é muito importante. O Ministro da Justiça deu-lhe carta branca do Ministério para renovar e reconstruir a Funai.

Realmente, todo mundo que tem em seus Estados problemas com questões indígenas e que lida com a Funai sabe que ela vem sendo, ao longo das décadas, desmantelada e propositadamente desconstruída e a política indigenista passou a ser comandada por um conjunto de Organizações Não-Governamentais que têm a sua frente, em seu comando, o Conselho Indigenista Missionário – o Cime.

Não foi, portanto, admirável ver que o Cime reagiu de maneira muito dura à nomeação do Dr. Mércio, porque, pela primeira vez, o Cime e as ONGs que comanda apoiaram um índio para ocupar a Presidência da Funai. Até então a filosofia dessas organizações era a de que não se podia nomear um índio já que os índios são considerados relativamente incapazes. Não se nomeava também um índio porque pertencia a determinada etnia e, portanto, poderia haver conflito com as outras etnias indígenas, mas se poderia nomear um branco, um não-índio para comandá-las.

O Cime foi muito duro em sua nota quando diz, no título da reportagem de hoje do **Jornal do Brasil**, o seguinte: “Cimi diz que Lula despreza os índios” e tece uma série de comentários a respeito da política indigenista praticada pelo Governo Lula. Quero dizer que nunca vi, em tão pouco espaço de tempo, nenhum Presidente demarcar, homologar mais terras indígenas que o Presidente Lula. Agora, o que ele está fazendo, no meu entender, é realmente mudar essa política indigenista, a prática da ação da Funai, que tem sido, como digo, na verdade, uma ação comandada por essas instituições. E aqui está provado, o próprio Cime é muito claro quando, numa longa matéria, faz as críticas à nomeação do Dr. Mércio. E essa matéria repercutiu em vários jornais.

É importante salientar isso, Sr. Presidente. E aqui quero também louvar uma matéria publicada, hoje, no jornal **O Estado de S.Paulo**, justamente para mostrar a “grandeza” dessa questão de demarcação de terras indígenas.

**O Estado de S.Paulo** publicou, hoje, o seguinte artigo: “15% do Brasil para 0,2% dos brasileiros”. É exatamente de 0,2% a população indígena no Brasil. Apenas 0,2% da população do Brasil é composta por indígenas. E 15% do território do Brasil já está destinado a terras indígenas. Até aí, tudo bem! Segundo o novo Presidente falta demarcar mais 30%. Então, vamos avançar, talvez atingindo 20% do território nacional, para 320 mil índios.

Mas o mais sério, Sr. Presidente, é que, por trás da movimentação dessas Organizações Não-Governamentais, não está o interesse pelo índio, está o interesse no que há nas terras que são consideradas terras indígenas e que, na verdade, pertencem à União. É uma forma de esterilizar qualquer tipo de ação que possa ser desenvolvida, seja agricultura, seja pecuária, seja mineração, todo tipo de ação que possa dar ao Brasil desenvolvimento e condições de melhorar a sua situação econômico-financeira.

Ora, Sr. Presidente, se pudéssemos explorar adequadamente – e aqui não estou pregando a exploração irracional e predatória de nossas riquezas minerais, da fauna e da flora –, com certeza não estaríamos devendo o que devemos hoje aos países ricos e ao FMI, pois teríamos com que pagar. Mas não interessa aos países ricos que paguemos a dívida. Interessa, sim, que continuemos dependentes, pagando

juros, que o povo continue com dificuldades, que milhões de brasileiros estejam desempregados, enquanto levantam uma falsa tese de defesa da política indigenista apenas voltada para a terra, e não para o índio, para o ser humano.

Por isso, Sr. Presidente, quero dar ao Dr. Mércio Pereira Gomes um voto de confiança, não de apoio incondicional, pois pretendo acompanhar seu trabalho, para o qual recebeu carta-branca do Ministro a fim de reconstruir a Funai, o que é realmente necessário. Existem absurdos praticados na Funai em nome dos índios e que, na verdade, precisam ser corrigidos.

Concedo o aparte ao Senador Augusto Botelho, com muito prazer.

**O Sr. Augusto Botelho (PDT – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti,** penso que logo virão outras nomeações se realmente não for feita uma política indigenista voltada para o cidadão índio. Todas essas políticas feitas até agora só se preocuparam com a terra do índio, que é um simples objeto que vive em cima da terra ou uma simples peça de museu na política indigenista atual. Tenho confiança no Ministro da Justiça e no Presidente Lula. Creio que esta é uma oportunidade, em virtude dos conhecimentos antropológicos de alto nível do novo Presidente da Funai, de desenvolvermos uma política indigenista discutida com as próprias comunidades indígenas, não se adotando decisões de cima para baixo. Os índios sabem bem o que querem. Participei da elaboração do PPA indígena de Roraima, fui no dia da consolidação e ouvi as suas reivindicações bem claras. Creio que temos de exigir que seja elaborada uma nova política indígena, já que está havendo essa mudança. Não apenas os Parlamentares devem participar dessa política, mas também o devem as comunidades indígenas. Elas já têm uma política indígena que querem escrita, só falta o Governo tomar a decisão de aplicar a política que os índios querem ver aplicada. O meu aparte foi para frisar bem que eu gostaria que esse novo Presidente olhasse para o ser humano, o nosso irmão índio, não apenas para as suas terras.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PPS – RR)**

– Senador Augusto Botelho, agradeço muito o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que conhece como poucos a questão indígena.

Quero realmente me louvar das afirmações do Ministro da Justiça que disse que o novo Presidente tem carta-branca para renovar e reconstruir a Funai. Portanto, para renová-la e reconstruí-la,

precisa fazer uma descontaminação da Funai e de muitas organizações que falam em nome dos índios sem ter procuração para isso. Ele deve ir às comunidades, Estado por Estado, falar diretamente com as pessoas, procurar receber as lideranças indígenas legítimas e afastar essas ONGs, reconstruindo, a partir daí, um órgão que possa fazer uma política voltada para dar dignidade à pessoa do índio, como ele muito bem diz, para dar autonomia econômica a cada comunidade indígena. Os índios produzem, por exemplo, artesanato, são excelentes produtores na área da agricultura e têm todas as condições, se os recursos realmente forem voltados para eles, de ter essa autonomia econômica. Aí sim, a partir daí, poderá surgir o restante, que é o direito de eles realmente poderem ser cidadãos por completo.

Continuo com a minha tese de que quem deve presidir a Funai é um índio, mas dou um crédito de confiança ao novo Presidente, até para que ele prepare essa Funai para, futuramente, ser presidida por um índio, que é quem legitimamente tem o dever e o direito de dirigir a questão indígena. Não adianta dizer que indigenista, sertanista ou antropólogo conhece mais de índio do que o próprio índio.

Portanto, penso que é chegado o momento de corrigirmos essas distorções da política indigenista, de mudarmos essa Funai que está aí, totalmente comandada, em todos os Estados, por essas organizações que se dizem procuradoras dos índios, mas que não o são.

Os jornais de hoje dizem que o orçamento da Funai já está zerado. É bom que o Presidente veja como foi zerado esse orçamento, embora eu saiba que ele é pequeno.

Sou um dos poucos Senadores, senão o único, que apresentou emenda individual no orçamento para ser aplicada nas comunidades indígenas. Até agora, não vi esses recursos serem aplicados.

Portanto, deixo registrado meu voto de confiança no novo Presidente da Funai, esperando que ele faça mesmo a renovação e a reconstrução daquele órgão.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

**Mércio: missão é demarcar áreas e dar autonomia econômica aos índios**

O antropólogo Mércio Pereira Gomes disse, hoje (8), ao tomar posse na presidência da Funai que a sua principal missão no órgão é concluir a demarcação de 30% restantes das áreas indígenas e contribuir para a autonomia econômica dos índios brasileiros.

"Queremos ajudar a Funai na sua missão permanente de defesa e solidariedade aos povos indígenas", disse ao considerar que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva "é iluminado" e que, por isso, vai cumprir a missão de demarcar os 30% das terras indígenas que ainda faltam.

Segundo Mércio, antes da década de 1950 a população indígena estava condenada à morte, mas com a constituição do Parque Nacional do Xingu o Brasil passou a ter uma nova visão sobre a questão. Como órgão representante do Estado brasileiro na mediação dos interesses dos povos indígenas, Mércio disse que a Funai é "precisa ser revigorada".

Para o antropólogo, a Funai cumpriu um papel relevante ao demarcar 70% do território indígena e ajudou a reverter a "curva demográfica descendente". Ele disse que o órgão possibilitou que hoje a população indígena seja três maior que em 1955.

Mércio afirmou que outro desafio do órgão nos próximos anos vai ser o de contribuir para que a população indígena no Brasil alcance a autonomia econômica.

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, frisou que a indicação de Mércio para a presidência da Funai expressa o compromisso do governo em resolver a questão indigenista no Brasil. Segundo Bastos, Mércio vai ter "carta branca do Ministério da Justiça" para renovar e reconstruir a Funai.

Ao final da cerimônia de posse, na tarde desta segunda-feira (8), o ministro da Justiça reafirmou a necessidade da Funai se tornar um instrumento capaz de dar pluralidade a causa indígena, para "que as raças e etnias sejam respeitadas em suas diferenças e diversidades. Mércio é militante ativo do PPS e membro da direção nacional do partido.

**Antropólogo assume Funai com orçamento "zerado"**

**Brasília** - O antropólogo Mércio Pereira Gomes assumiu hoje um dos mais complicados cargos do governo federal: a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão vinculado ao Ministério da Justiça. Logo no primeiro dia de trabalho, Gomes tomou conhecimento do que alguns ex-dirigentes da instituição já classificaram de pesadelo. "O orçamento aqui está zerado", disse ele, depois de se reunir com o pessoal da área administrativa. "Não temos recursos para assistência indígena nem para demarcação."

Além da falta de dinheiro, Gomes também terá de enfrentar forte oposição dentro da própria fundação, principalmente dos índios que trabalham no organismo. A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab) chegou a anunciar que faria hoje uma manifestação na porta do Ministério da Justiça contra a nomeação de Gomes, mas acabou desistindo do protesto, optando por divulgar apenas uma nota de repúdio.

A coordenação defendia a nomeação do índio Antônio Apurinã, atual diretor de Assistência da Funai e suplente da senadora Marina Silva (PT-AC), ministra do Meio Ambiente. "Os líderes indígenas não aceitam a indicação de Mércio Pereira Gomes para a presidência da Funai porque ele não tem a vivência com o movimento e não está comprometido com a causa", diz a nota da Coiab.

Durante a posse do presidente da Funai, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, declarou que Gomes conta com todo seu apoio. "Ele tem carta branca do Ministério da Justiça." O escolhido, por sua vez, não quis entrar em conflito com seus críticos e disse que vai trabalhar em conjunto com os líderes indígenas.

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) e com um currículo que inclui trabalhos ao lado do célebre antropólogo Darcy Ribeiro, Gomes precisou de apenas meia hora de conversa com Thomaz Bastos para aceitar o cargo. Na semana passada, quando soube que os índios ameaçavam atrapalhar sua posse com uma manifestação, decidiu não se intimidar. "Vou entrar pela porta da frente", reagiu. "Ninguém vai pisar nos meus calos." Ao discursar, Gomes também mandou seu recado: "Não faço farofa, não fujo da raia."

**Edson Luiz**

## **PRESIDENTE DA FUNAI QUER ALDEIAS AUTO-SUSTENTÁVEIS**

O novo presidente da Funai - Fundação Nacional do Índio, Mércio Pereira Gomes, assumiu nesta segunda-feira (8) o cargo prometendo manter aberto o diálogo com índios, organizações não-governamentais e fazendeiros.

Segundo ele, o grande desafio é transformar as economias indígenas para que elas tenham uma auto-sustentação. "A grande dificuldade dos povos indígenas é de ter um desenvolvimento étnico econômico, que possa produzir um excedente sem que necessite a ajuda de ninguém", lembrou.

Mércio Gomes chega em meio a uma crise na instituição, com poucos recursos e pressões de alguns grupos indígenas que querem a nomeação de um índio para a presidência da fundação. Mas Gomes afirmou estar disposto a enfrentar o desafio e cuidar da Funai, que ele classificou como um paciente em recuperação.

"Os índios podem confiar em uma pessoa que conhece o processo histórico indigenista", disse. Mércio Gomes anunciou também que o Ministério da Justiça vai organizar um grupo interministerial para debater formas de se contribuir para a causa indígena. Um dos trabalhos será a elaboração de um estatuto do índio.

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse que a indicação de Gomes ao cargo é uma clara demonstração do padrão de excelência que o governo quer ter, uma vez que o novo presidente da Funai não é do Partido dos Trabalhadores (PT). O ministro considera a questão indigenista fundamental. "Tenho certeza de que é preciso renovar a Funai e colocá-la em um patamar mais alto", afirmou. Para ele, é importante desenvolver um trabalho em que as etnias indígenas sejam respeitadas. (Gazeta do Povo/PR)

### **Presidente da Funai assume cargo defendendo renovação**

Em meio a um descontentamento das maiores entidades indígenas do país, o antropólogo Mércio Pereira Gomes tomou posse ontem como presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai).

Ele defendeu a renovação da entidade e pediu a confiança dos povos indígenas. Consciente das dificuldades que irá enfrentar à frente do órgão, Gomes aposta no diálogo e na negociação como forma de solucionar os conflitos fundiários que envolvem índios, fazendeiros e empresas mineradoras.

Ele afirmou que seu desafio à frente da Funai será a demarcação dos 30% de terras indígenas restantes no país, justamente as que dependem de negociação e acordos entre as partes envolvidas.

"Temos que negociar com aqueles que estão constrangidos com a demarcação de terras", afirmou, defendendo o diálogo permanente com os povos indígenas, organizações não-governamentais e o Congresso Nacional para aprimorar a política indígena no Brasil.

Disse que vai procurar ouvir atentamente as reivindicações dos líderes indígenas, antes de definir o rumo da nova política indígena. "Tenho muitas idéias e os índios também e vou ouvi-los", afirmou. "A grande dificuldade dos povos indígenas é de ter um desenvolvimento étnico-econômico, que possa produzir excedente sem a ajuda de ninguém. Vou melhorar a Funai, recuperando a dignidade dos índios e dos funcionários".

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, disse que o novo presidente tem carta branca para implementar as novas políticas para os povos indígenas. "Sabemos que faltam algumas demarcações e homologações a serem feitas e que precisam de negociações, trabalhos efetivos e a busca de um consenso e de uma solução de baixo custo social, político e humano", disse. "A questão indígena é um dos compromissos do nosso governo".

Bastos declarou que a indicação de Gomes ao cargo é uma demonstração do padrão de excelência que o governo Lula quer ter. Mércio Pereira Gomes não é filiado ao PT, mas ao Partido Popular Socialista (PPS).

"No momento em que empossamos Mércio Pereira Gomes, que não faz parte do nosso partido, que não é do PT e que tem divergência conosco, damos a demonstração clara de que o nosso governo está procurando um padrão de excelência independentemente de onde esse padrão estiver", disse o ministro.

Mércio Pereira Gomes é antropólogo há 35 anos e professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi colaborador do ex-senador Darcy Ribeiro e é reconhecido por sua atuação acadêmica e pesquisas antropológicas entre os índios Guajajara, Guajá, Parakanam e Avá-Canoelro, entre outros.



# Cimi diz que Lula despreza índios

HUGO MARQUES

BRASÍLIA – O novo presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, assumiu o cargo pregando o incentivo à auto-sustentabilidade nas aldeias, num discurso centrado nas teorias de Karl Marx, teórico do comunismo. Festejada por 200 nativos e servidores, a entronização de Gomes, contudo, perdeu o brilho com a nota do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que acusa o governo Luiz Inácio Lula da Silva de tratar os índios com “desprezo”.

– O maior desafio da política indigenista brasileira é o de transformar economias indígenas, que são autônomas e produzem uma mais-valia só para a auto-sustentação, em excedente que recupere a possibilidade de venda para obter aquilo de que elas necessitam – pregou Mércio.

Gomes, que se diz detentor de uma “tradição” marxista e dialética, irrita-se, contudo, quando indagado se aplicará os conceitos de Marx nas aldeias. Em seguida, volta a se inspirar no mestre alemão.

– A grande dificuldade dos povos indígenas é ter um desenvolvimento étnico-econômico que possa produzir excedentes sem que precisem de ajuda – disse.

Gomes já foi um crítico do PT. Em artigo de 15 páginas, publicado numa revista especializada logo depois da eleição do presidente Lula, acusou as administrações petistas em várias cidades de inépcia. O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, admi-

tiu que o novo presidente da Funai, ligado ao PPS, tem “divergências” com o PT. Mas isto mostra, segundo Bastos, que o governo procura um padrão de excelência na administração pública, chamando os críticos para aperfeiçoar a gestão.

Talvez por isso o discurso de Gomes não comova o Cimi. Na nota, o conselho, órgão ligado à Igreja, afirma que os povos indígenas estão “invisíveis” para o governo, a mídia e a sociedade desde o início da administração Lula. Invisibilidade que os índios não conheciam desde o período da ditadura militar, compara o texto.

O conselho cobra ainda a homologação da Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, demarcações de áreas nativas, recursos e diálogo com as comunidades indígenas.

– A ausência completa de uma política indigenista à altura dos povos indígenas e das expectativas depositadas pela sociedade brasileira no governo Lula fala mais alto do que a posse do novo presidente da Funai – afirma a nota do Cimi.

O novo presidente da Funai informa que a Reserva Raposa Serra do Sol será homologada tão logo se encontre terra para assentar as famílias residentes na área. No discurso, Gomes comprometeu-se a demarcar e homologar “todas” as terras indígenas, conversar com os índios antes de adotar políticas públicas e rever o Estatuto do Índio, projeto que tramita no Congresso.

**Novo presidente da Funai assume invocando a teoria marxista**

# 15% do Brasil para 0,2% dos brasileiros

O que fazer com 3.500 famílias que vivem, trabalham e se mantêm (boa parte delas assentadas pelo Incra, desde fins dos anos 70 e início dos 80) nos 400 mil hectares, parte do 1,8 milhão de hectares da reserva indígena Baú, dos índios caiapós, localizada nos municípios de Altamira e Novo Progresso, no sudoeste do Pará, e com os fazendeiros que lá resolveram barrar a demarcação de terras determinada pelo Ministério da Justiça, com base em sentença do Superior Tribunal de Justiça (STJ) prolatada em 2001, que nem os esforços de 40 agentes da Polícia Federal e dos técnicos e agrônomos da Fundação Nacional do Índio (Funai) têm conseguido fazer cumprir?

E o que fazer com os índios terenas, que invadiram 11 fazendas em Mato Grosso, em Sidrolândia, região a 140 quilômetros de Campo Grande, e se recusaram a cumprir ordem de reintegração de posse expedida pelo juiz da terceira vara da Justiça Federal? Como evitar a proliferação de conflitos e o recrudescimento da violência, num tipo de disputa fundiária que só este ano já provocou 11 mortes – o dobro do registrado no mesmo período do ano passado?

As questões envolvendo áreas indígenas – legislação, demarcação, ocupações, invasões e

demais ingredientes que compõem uma salada de conflitos – já estão conseguindo ser tão ou mais geradoras de violência, em algumas regiões do País, do que os esbulhos possessórios praticados pelas lideranças e militância do Movimento dos Sem-Terra (MST), o que já atesta o número de mortes mencionado. Na raiz dessa questão está, de um lado, a necessidade de preservar a cultura e a diversidade étnica de povos indígenas que já ocupavam, desde tempos imemoriais, o território onde se instalou a base territorial do Estado brasileiro, visto que a moderna visão antropológica – em boa parte acolhida por nosso direito positivo – reconhece a riqueza dessa diversidade, o valor de sua preservação e a estreita ligação das culturas indígenas com seu tradicional habitat. Mas, de outro lado, há o irrecorri-

vel dado da realidade histórica (raramente isento de crueldade) pelo qual povos e civilizações são dominados por outros, assim como Estados organizados e processos de colonização tendem a se expandir. Neste contexto, a muitos pode parecer um contra-senso que uma população de 330 mil indígenas, que cor-

responde a 0,2% da população brasileira, detenha cerca de 15% do território nacional.

A decisão do Ministério da Justiça – com base em decisão do STJ – foi em favor de 120 índios caiapós, o que significa (dividindo-se pelos integrantes de grupo o total de 1,8 milhão de hectares, riquíssimos em madeira e minérios) conferir-se a cada índio caiapó a “propriedade” de 15.400 hectares de terra. Registre-se que em uma outra reserva já demarcada – a dos índios denis – para cerca de 740 índios foi atribuído um território com tamanho equivalente à metade da Bélgica. Dirão, com razão, que as várias nações indígenas que perderam para os portugueses colonizadores o imenso território do Brasil, deveriam, hoje, merecer um tratamento bem especial. Por mais que se considere tal posição justa e correta – e se a valorize quando corresponde (o que nem sempre ocorre) a políticas de preservação do meio ambiente e da biodiversidade –, não se pode fugir do razoável, do que se balize pelo bom senso, ou daquilo que os latinos exprimiam pelo brocardo *est modus in rebus* (há uma medida para as coisas).

Dois outros pontos precisam ser tocados nesse tema: um é a sistemática de demarcação das terras indígenas, que de uns tempos para cá passou a ser um tanto relegada aos próprios grupos indígenas interessados, para posterior ratificação dos órgãos do governo. O outro diz respeito a outra espécie de *capitis diminutio* governamental, quando o Estado segue a reboque de pressões de entidades que se in-

cumbem de liderar todo o processo de proteção das nações indígenas. É claro que aqui estamos falando do todo-poderoso Conselho Indigenista Missionário.

**Problemas de terras estão proliferando em muitas áreas indígenas**

rio (CIMI) ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que há muito tempo parece ditar as regras, para os governos (não sabemos com qual autoridade constitucional ou legal), sobre tudo o que se refira a tamanho e localização das terras indígenas. Em nenhuma das hipóteses, o Estado – e os governos escolhidos pela sociedade brasileira – podem delegar suas responsabilidades decisórias a que grupos ou entidades sejam.

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Com a palavra o Senador Efraim Moraes. (Pausa.)

Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Sr. Presidente, eu só queria solicitar para depois a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Heloísa Helena.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Concedo meu tempo à Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL) – Senador Efraim Moraes, se V. Ex<sup>a</sup> soubesse o que vou dizer...

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – V. Ex<sup>a</sup> já está com a palavra, Senadora Heloísa Helena.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (Bloco/PT – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero agradecer e me desculpar com o Senador Augusto Botelho. Serei breve.

Sr. Presidente, quando o Senador José Sarney estava à Mesa, fiz um questionamento sobre uma decisão tomada no Colégio de Líderes. Eu queria que ficasse registrada no Senado, e sei que virá um outro projeto de lei para fazer o debate, a compreensão que tenho e, com certeza, também o povo brasileiro – talvez seja pretensão demais da minha parte dizer isso – da chamada autonomia entre os Poderes, sobre a cláusula pétrea constitucional da independência dos Poderes. É verdade que existe uma cláusula pétrea que trata da independência dos Poderes, de sua autonomia. Entretanto, Sr. Presidente, a autonomia não confere autoridade a um ou outro Poder para rasgar a Constituição, conforme a conveniência política de uma Casa ou do Palácio.

Sabemos que toda a confusão aqui criada foi em função da indicação do Senador Luiz Otávio a Ministro do Tribunal de Contas da União. Sendo assim, não vou entrar no penduricalho, no processo, nos debates relacionados à interposição de recurso, de agravo ou do que seja, mas quero deixar registrado que a autonomia dos Poderes não confere ao Senado ou ao Palácio do Planalto o poder de rasgar a Constituição e indicar alguém que, efetivamente, não cumpre o que está estabelecido na Lei Maior.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aproveito minha intervenção na sessão desta tarde para registrar, com muita satisfação, o transcurso, hoje, 9 de setembro, do Dia do Médico Veterinário.

Na verdade, quero, de maneira muito breve, saudar esse profissional cujo saber é tão importante para toda a nossa sociedade. No veterinário temos um especialista que, sempre consciente de sua elevada responsabilidade social, tem oferecido continuadas contribuições para o bem-estar e a segurança de todos nós, atuando de forma decisiva no esforço coletivo de desenvolvimento brasileiro.

A denominada **ars veterinaria** começou a ser exercida ainda nos primórdios da civilização, e a cura de animais tem registros documentais que recuam a mais de seis mil anos. Nesse arco temporal que vai de 4000 AC à contemporaneidade, a profissão não deixou de evidenciar em bases cotidianas a sua alta relevância, diria mesmo imprescindibilidade, no fomento e na consolidação do próprio processo civilizador.

No Brasil, a primeira escola de medicina veterinária surge apenas no início da segunda década do século passado, com a criação, na cidade do Rio de Janeiro, da Escola Superior de Agronomia e Medicina

Veterinária, aberta em 1913, e da Escola de Veterinária do Exército, que começou a funcionar um ano depois. Passados 90 anos, nosso País dispõe de mais de uma centena de cursos de graduação em medicina veterinária espalhados por todo o território nacional, responsáveis pela formação e qualificação dos profissionais homenageados nessa data. São inúmeros também os programas de pós-graduação, realizando a formação de pesquisadores e professores na área.

Todavia, como mencionei há pouco, Sr. Presidente, esse é apenas um singelo, mas indeclinável registro pela passagem, hoje, do Dia do Médico Veterinário, exatamente quando o calendário registra o 70º aniversário de assinatura do Decreto nº 23.133, firmado pelo saudoso Presidente Getúlio Dornelles Vargas, que normatizou as condições e os campos de atuação do médico veterinário brasileiro.

Um País como o Brasil, que tem um dos maiores rebanhos bovinos do mundo tem muito de seu potencial e dinamismo econômico vinculados às atividades agropecuárias, não pode prescindir da atuação laboriosa do médico veterinário.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O Sr. Mozarildo Cavalcanti** (PPS – RR) – Senador Augusto Botelho, quero me associar a V. Exª nesse seu pronunciamento homenageando os médicos veterinários. Nós, que somos médicos humanos, sabemos a importância do médico veterinário para a saúde humana, porque não fosse o cuidado dele com os animais, que são vítimas de doenças que podem ser transmitidas ao homem, e na questão da higiene e da alimentação, tanto da agricultura como da agropecuária, não teríamos, evidentemente, uma saúde completa. A ação do médico veterinário é muito importante no que tange a termos competitividade – como V. Exª começou a frisar – no campo da pecuária. O Brasil deve esse avanço à pesquisa que foi elaborada, principalmente pela Embrapa, mas com a participação efetiva de veterinários que têm essa vocação. Parabéns V. Exª pela iniciativa do pronunciamento e me associo às suas homenagens aos veterinários.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, agradeço suas palavras e incorporo-as ao meu discurso.

O veterinário é responsável pela inspeção dos alimentos que consumimos desde o abate do animal no matadouro até as prateleiras dos supermercados, na vigilância sanitária. Ele não cuida apenas dos pequenos animais. Todo alimento de origem animal tem

que ser inspecionado por médico veterinário para chegar ao consumidor.

Um País como o Brasil, que tem muito de seu potencial e dinamismo econômico vinculado às atividades agropecuárias, não pode prescindir da atuação laboriosa do médico veterinário. Portanto, ao médico veterinário, reconhecido e valorizado pela sociedade brasileira e suas lideranças, as minhas melhores homenagens e cumprimentos pelo seu dia. Minha saudação muito especial aos médicos veterinários que exercem e honram essa admirável profissão em meu querido Estado de Roraima.

Eu gostaria de tecer alguns comentários também sobre um problema que é mais visível e mais grave nas cidades grandes, porém também ocorre em todas as pequenas cidades espalhadas pelo Brasil. Trata-se da gestão dos resíduos sólidos, envolvendo o acondicionamento, a coleta, o transporte e a disposição final dos resíduos sólidos, além da limpeza dos logradouros públicos.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define “lixo” ou “resíduos sólidos” como os “restos das atividades humanas considerados pelos geradores como inúteis, indesejáveis ou descartáveis, podendo-se apresentar no estado sólido, semi-sólido ou líquido, desde que não seja passível de tratamento convencional”.

No Brasil, o serviço sistemático de limpeza urbana foi iniciado em 1880, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império.

Hoje, com o crescimento populacional, a industrialização, o uso do plástico, do vidro, dos materiais metálicos e de uma gama interminável de outros materiais, dentre os quais destacamos o lixo hospitalar, o lixo radioativo e os materiais tóxicos, vem aumentando a cada dia a proporção de resíduos sólidos de diferentes características coletados nas áreas urbanas, exigindo dos Municípios programas de gestão de resíduos sólidos para os quais quase nunca existem recursos suficientes.

A produção de resíduos **per capita** nas cidades brasileiras é de aproximadamente 400g/habitante numa cidade de 100 mil habitantes. À medida que a cidade aumenta, essa quantidade de lixo vai aumentando. Entre 100 mil e 200 mil habitantes, chega-se a meio quilo de lixo por habitante por dia. Nas cidades com mais de 500 mil habitantes, a quantidade chega a ser de 700g a 1kg por habitante. Por essa razão, soluções paliativas são adotadas, provocando riscos à saúde, como ocorre nos lixões.

Lixões são locais existentes em todas as cidades do Brasil, nos quais vemos crianças misturadas com urubus, ratos e cidadãos procurando seu sustento. Naquele local o lixo é simplesmente depositado, sem nenhum cuidado com a proteção das pessoas e do ambiente.

A degradação do meio ambiente, como o vazamento em cursos de água ou a céu aberto, demonstra a necessidade urgente de obedecer a normas que definem a maneira adequada de disposição de resíduos sólidos.

Em levantamentos realizados pelo IBGE, em 2000, 59% dos Municípios brasileiros possuem lixões e 17% possuem aterros controlados, locais onde as agressões ao meio ambiente e ao homem são amenizadas. Não são aterros sanitários propriamente ditos, onde não existe agressão ao subsolo, ao meio ambiente nem aos cursos d'água. Apenas 13% das cidades brasileiras possuem tais aterros sanitários.

Consciente da grave problemática quanto à gestão de resíduos sólidos urbanos no País, desde a sua produção, coleta e disposição final e do desafio colocado aos Municípios e à sociedade como um todo no equacionamento dos problemas, o Programa de Modernização do Setor de Saneamento – PMSS –, do Ministério das Cidades, um dos principais programas da Secretaria Especial do Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, tem ampliado sobremaneira os seus programas e linhas de financiamento e apoio nessa área.

Esta é também nossa preocupação com esse problema, que ao longo de muitos anos vem sendo relegado a segundo plano e sobre o qual hoje a sociedade reclama uma tomada de posição.

Faço esse pronunciamento porque, segunda-feira, visitei um aterro sanitário na cidade de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, onde fui surpreendido, porque tivemos um encontro a menos de 500 metros de onde estava depositado o lixo. Na mesa onde havia alguns quitutes para comemorar o encontro, não havia uma mosca. Quando me desloquei para o local onde o aterro sanitário estava sendo executado, também não constamos a presença de urubus, moscas ou pessoas. Os antigos moradores dos lixões da região estão trabalhando no aterro sanitário, produzindo mudas e cuidando do sistema lá instalado.

Devo dizer que o lixo é gerido pela iniciativa privada, com financiamento do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social. Fiquei surpreso e adquiri a confiança de que poderá haver diferenças, no futuro, nos lixões do Brasil.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Permite-me um aparte, Senador Augusto Botelho?

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Com todo o prazer.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Eu queria dizer que V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão no diagnóstico desse grave problema existente em todo o País. Os quadros com relação aos lixões são dos mais degradantes, e não há soluções criativas, imaginosas para resolver o problema do saneamento ambiental com relação ao lixo urbano.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. *Fazendo soar a campanha.*) – Por favor, Senador, eu pediria permissão para prorrogar a sessão por 5 minutos, para que V. Ex<sup>a</sup> possa terminar o seu discurso, tendo em vista ter-se esgotado o tempo.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – Eu queria dizer a V. Ex<sup>a</sup>, sem querer tomar o seu precioso tempo...

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Pode falar.

**O Sr. Garibaldi Alves Filho** (PMDB – RN) – O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, há muito tempo, financia esse tipo de empreendimento, mas, lamentavelmente, isso não tem sido feito de forma mais intensa, menos desburocratizada, até porque os Municípios estão impedidos de operar nos Bancos oficiais. Assim, a solução do financiamento pelo BNDES tornou-se inoperante. Portanto, quero aplaudir o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> na hora em que levanta esse grave problema no Senado Federal.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO** (PDT – RR) – Eu agradeço o aparte do Senador Garibaldi Alves Filho e passo, com muita honra, a palavra ao Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Augusto Botelho, quero também me somar às preocupações de V. Ex<sup>a</sup> quanto aos lixões no Brasil, para os quais existem soluções. Temos visto várias iniciativas de sucesso no País. Ainda ontem, pude participar, no Rio de Janeiro, do III Encontro Verde das Américas, em que se discutia exatamente a questão ambiental. A Senadora Serys Slhessarenko lá esteve presente pela manhã, enquanto eu, na parte da tarde, pude discorrer sobre o chamado ICMS ecológico, que vem a ser uma forma de distribuição do ICMS aos Municípios, desde que estes tomem as medidas necessárias de proteção ambiental, como a usina de

tratamento de lixo e a usina de tratamento de esgoto, além da proteção das áreas verdes nos parques e nas áreas reservadas. Eu até apresentei hoje a proposta de criação da Comissão de Meio Ambiente no Senado Federal, onde poderia haver a discussão permanente sobre esse assunto e a busca de opções como esta do financiamento, para que possamos alcançar as soluções. É verdade que a maior parte dos Municípios no Brasil não tem ainda nenhum tipo de aterro ou de tratamento de lixo, o que não condiz com o século em que vivemos ou com a preocupação e com a conscientização ecológica e ambiental já existente no País. Portanto, reitero ainda minha preocupação com um item da reforma tributária, que, ao falar sobre a distribuição do ICMS, reserva esse assunto para uma lei complementar. Destinar a distribuição do ICMS dos Municípios por lei complementar significa rediscutir tudo o que já existe hoje, ou seja, 25% dos recursos do ICMS que vão para os Municípios são definidos por lei estadual. Dentro dessa lei estadual, foram criadas normas do ICMS ecológico no Paraná, que foi o pioneiro, em São Paulo, em Minas Gerais. Eu temo realmente que essa discussão por meio de lei complementar signifique um começar de novo de algo que já está dando certo. Meus cumprimentos pela preocupação justa de V. Ex<sup>a</sup> com o problema do lixo e seu tratamento.

**O SR. AUGUSTO BOTELHO (PDT – RR)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte, eminente Senador Eduardo Azeredo. Também estive ontem na abertura do III Encontro Verde das Américas e não assisti à sua palestra, porque fui visitar justamente esse aterro sanitário, que eu tinha interesse em ver, pois fere a minha dignidade ver crianças sujas no lixo, cortando-se com cacos de vidro, pegando comida estragada etc. Lá no meu Estado, infelizmente, isso estava acontecendo, até que, na campanha eleitoral, cobramos atitudes da Prefeitura, e esta tomou providências, fazendo uma cooperativa com os catadores de lixo e retirando-os daquele ambiente.

No entanto, se nós, do Senado Federal, preocuparmos-nos mais com este assunto e envidarmos esforços nesse sentido, tenho certeza de que possibilitaremos aos 59% dos Municípios que não dispõem de nenhum tratamento de lixo fazerem pelo menos um aterro simples ou um processo singelo, pois existem processos até manuais de proteção do lixo, segundo me informou um professor no Encontro que mencionei anteriormente.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela contribuição, Senador, que é um grande conhecedor do assunto. Fico honrado com os apartes de V. Ex<sup>a</sup> e do Senador Garibaldi

Alves Filho. Vamos trabalhar para que, nestes oito anos de mandato, pelo menos, acabemos com mais essa mancha existente nas cidades e que atinge diretamente o meio ambiente: nossas fontes d'água, nossos igarapés, nossos lençóis freáticos e, principalmente, o nosso cidadão que lá vive.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Sr. Presidente, eu estava inscrito e solicitaria de V. Ex<sup>a</sup> a prorrogação da sessão por alguns minutos, para que eu possa fazer o meu discurso.

**O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma)** – Eu já tinha prorrogado a sessão e tomei o tempo do último orador, mas cederia a palavra a V. Ex<sup>a</sup> por 5 minutos, pedindo-lhe desculpas, porque já encerramos o tempo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM.** Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na semana passada, votamos o tal Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social, o Pips, que, na verdade, é uma carta branca perigosa que se dá não diria ao Governo, mas aos Governos.

Os objetivos fundamentais seriam: construir núcleos habitacionais para segmentos de diversas rendas familiares; desenvolvimento e ampliação de infra-estrutura, abarcando os mais diversos segmentos desse setor. Por outro lado, há contradições no programa. Sem dúvida alguma, trata-se de um fundo que é uma verdadeira carta branca ao Governo, que poderá driblar a licitação e as restrições da lei eleitoral. Por isso, peço que um estudo encaminhado pelo Senador Tasso Jereissati seja anexado a este breve discurso, Sr. Presidente.

A vigilância do PSDB será maior ainda em relação a esses momentos. A nossa Bancada – para usar uma expressão de gíria – não “dormiu de touca”. Ela preparou oito emendas, sendo que três delas versavam sobre esse indigitado Pips. As três emendas não foram destacadas aqui em função do convencimento momentâneo que nos foi passado de que era hora de colaborarmos com algo meritório que estava vindo do Governo. Depois, nós, da Bancada, mergulhamos na reflexão que sempre fazemos após as reuniões e vimos que o Congresso Nacional havia “comido moscas”. Todas as Lideranças – inclusive a nossa, que não havia feito destaque das suas próprias emendas – haviam caído em certo conto.

Assim, peço que a Mesa entregue a todos os Líderes partidários o estudo técnico encaminhado pelo Senador Tasso Jereissati, que explica o porquê da

nossa preocupação, explica o perigo para a coisa pública, o perigo dessa carta branca que se dá ao Governo e a perspectiva de estarmos vendo algo que pode ser a combustão para um futuro escândalo a longo, médio ou curto prazo.

O Pips não deveria ter sido aprovado por esta Casa – foi um equívoco de todos nós. Por causa disso, o PSDB está indo à Justiça por ter, felizmente, descoberto inconstitucionalidades no programa. Além disso, faz um aviso fraterno ao Governo, de que essas esperanças costumam não dar certo. Aqui está a combustão para escândalos que poderão macular a honra de um Governo que não queremos ver maculada, porque, ao contrário, imaginamos que este Governo deva acertar e errar sempre pautado pela boa-fé.

Portanto, peço que o estudo encomendado pelo Senador Tasso Jereissati à Consultoria Técnica da Casa faça parte do meu discurso e seja encaminhado a todos os Líderes, para que meditem e, quem sabe, vejam que algo potencialmente perigoso e danoso à coisa pública foi aprovado nesta Casa na semana passada. O PSDB não se conformou nem se conformará com essa situação. Se não houver sensibilidade por parte dos Líderes, o Partido irá aos tribunais para anular algo que imagina ser potencialmente lesivo ao interesse público.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exª pela enorme gentileza de conceder-me a palavra ao apagar das luzes da sessão de hoje.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Senador Arthur Virgílio, V. Exª solicita que a matéria seja anexada ao seu discurso para publicação?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sim, Sr. Presidente. E solicito também que seja encaminhada a todos os Líderes partidários.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Dessa forma, o assunto será do conhecimento geral da Casa.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)*

**ESTUDO Nº , DE 2003**

**Referente à STC nº, do Senador Tasso Jereissati, para elaboração de análise sobre o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social**

**(PIPS), criado pela Medida Provisória nº 122, de 2003.**

O Senador Tasso Jereissati solicita, em caráter de urgência, análise da estrutura jurídica, da abrangência e dos instrumentos operacionais do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social (PIPS), criado pela MP nº 122, de 2003, em sua forma atual, dada pelo Projeto de Lei de Conversão nº 22, de 2003.

Preliminarmente, destaca-se o caráter extremamente vago do PIPS, em termos jurídicos, econômicos, financeiros e operacionais, tal como explicitado no PLV nº 22, de 2003. Em razão disso, tentou-se inferir as características que o PIPS assumirá quando de sua implementação prática, assumindo as poucas indicações que a redação da proposição traz a lume. Buscou-se, de modo complementar, usar a exposição de motivos atinente como fonte de informação e de identificação das características do PIPS. Os resultados dessas inferências são apresentados a seguir:

**1. O caráter ambíguo do PIPS**

O art. 5º do PLV nº 22 prevê dois objetivos para os financiamentos do PIPS:

**a)** núcleos habitacionais, para os segmentos das diversas rendas familiares; e

**b)** desenvolvimento e ampliação de infra-estrutura, abarcando os mais diversos segmentos desse setor.

Desse modo, criou-se um único programa para dar viabilidade a dois tipos absolutamente distintos de atividade: de um lado, o financiamento de habitações para um contingente, supõe-se, de renda mais baixa; de outro, a provisão de recursos em projetos de infra-estrutura. Ora, essa segunda classe de empreendimentos pressupõe uma complexa teia regulatória, que vai dos processos de concessão para a oferta de serviços públicos por particulares até à regulação econômica que resultar desses investimentos.

À vista desse imenso desafio institucional, a proposição prevê, laconicamente, no § 1º do art. 5º, que:

“§ 1º Os projetos compreendidos nos incisos I e II deste artigo deverão ter a participação do poder público, respeitadas as normas e a regulamentação específicas dos FII¹ e dos FIDC².”

<sup>1</sup> Fundos de investimento Imobiliário<sup>2</sup> Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios

Não existe qualquer referência à forma pela qual o poder público participará dos projetos a serem financiados pelo PIPS. **Mutadis mutandis**, é como se o processo de privatização tivesse sido totalmente regulado por decretos e outras normas infralegais.

## 2. Contradições e imprecisões do mecanismo financeiro do PIPS

Como já afirmado, a descrição do PIPS no PLV nº 22, de 2003, é absolutamente insuficiente, de forma que é necessário um exercício de exegese para inferir exatamente seu conteúdo e seu desenho operacional. Apesar dessa dificuldade, é possível apontar alguns aspectos da proposta que a tornam inexecutável ou injustificável na sua forma atual. Tais problemas estão relacionados nos itens seguintes.

### a) o mecanismo de leilão competitivo é inconsistente

No art. 6º é previsto que os recursos do PIPS serão destinados ao financiamento, pelo prazo de sessenta meses, de até trinta por cento do valor total de cada projeto e à subvenção econômica entre o custo desse financiamento – cuja taxa de retorno não poderá ser inferior à taxa Selic (§ 2º do art. 6º) – e a taxa de retorno dos recebíveis referentes ao projeto.

Nessa configuração, a taxa do empréstimo a ser concedido pela União será irrelevante para o tomador, uma vez que ele será ressarcido pela “equalização entre o custo do financiamento referido no inciso I deste artigo e a taxa de retorno dos recebíveis oriundos de cada projeto”. Assim, o aspecto competitivo da oferta pública de recursos só pode estar relacionada à rentabilidade dos projetos: quanto menor a rentabilidade, maior a subvenção econômica. Ora, se o Tesouro Nacional procederá como um leiloeiro que enxergará apenas o parâmetro preço, projetos sociais com menor rentabilidade intrínseca serão preteridos.

O mecanismo levará à preferência por setores relativamente menos necessitados da população, se as hipóteses operacionais aqui formuladas forem corretas, uma vez que quanto maior a renda do beneficiário, maior poderá ser a rentabilidade dos financiamentos que tomar. Para exemplificar essa idéia, é possível pensar em dois conjuntos habitacionais: um para a classe de renda até dois salários mínimos e outro para a classe de renda entre, digamos, cinco e oito salários mínimos. A rentabilidade dos financia-

mentos para a classe de renda mais alta será, naturalmente, maior. Desse modo, em leilão competitivo pela diferença entre o custo do empréstimo e a rentabilidade dos recebíveis, projetos mais rentáveis prevalecerão, o que é inconsistente com políticas de subsídio habitacional, que devem ser direcionadas exatamente para os setores que possam gerar menor rentabilidade.

É necessário alertar, entretanto, para o fato de que a interpretação do mecanismo contida na Exposição de Motivos da MP nº 122, de 2003 não coincide com a aqui exposta:

“14. O impacto do Programa no resultado fiscal se dará apenas no montante equivalente à *subvenção econômica leiloada para o financiamento*.

O efeito multiplicador dessa subvenção sobre os investimentos privados, entretanto, potencializa a geração de círculo virtuoso de investimento, estimulando o crescimento sustentado da produção” (*grifos nossos*).

Como se vê pela reprodução do item 14 da Exposição de Motivos, os formuladores da proposta entendem que haverá leilão para a subvenção econômica. Ora, a leitura do já citado art. 6º não autoriza essa interpretação:

“Art. 6º Os recursos do PIPS serão destinados:

I – ao financiamento, pelo prazo máximo de sessenta meses, de até trinta por cento do valor total de cada projeto enquadrado no art. 5º às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que utilizarão os recursos para a aquisição de cotas dos FII ou dos FIDC;

II – à subvenção econômica relativa à equalização entre o custo do financiamento referido no inciso I deste artigo e a taxa de retorno dos recebíveis oriundos de cada projeto, até o limite de prazo do financiamento referido no inciso I deste artigo.

§ 1º O financiamento referido no inciso I deste artigo será firmado por meio de contrato entre a União e a instituição financeira.

§ 2º Os encargos financeiros do contrato referido no § 1º deste artigo não poderão ser inferiores à taxa média ajustada dos financiamentos diários, apurados no Siste-



ma Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, para títulos públicos federais.

§ 3º Os recursos referidos no **caput** deste artigo serão alocados por meio de oferta pública, com valores preestabelecidos, ou por meio de leilão eletrônico.”

Se o **caput** do art. 6º refere-se à oferta de financiamento e à oferta de subvenção, resta claro que ambas as ofertas estarão sujeitas a leilão. Como já afirmamos anteriormente, se o valor da subvenção for a variável de controle do leilão, o custo do financiamento será irrelevante, sendo decisiva apenas a rentabilidade dos recebíveis que virão a formar os fundos de direitos creditórios.

#### **b) O mecanismo não torna clara a forma de dispêndio da subvenção**

Mesmo desconsiderando-se a injuridicidade do PLV nº 22, de 2003, uma vez que não define, como requer a Lei de Responsabilidade Fiscal, o volume das despesas de caráter continuado a serem geradas pela proposição, resta ainda o problema do ajuste orçamentário da proposição. Inicialmente, é preciso considerar que a subvenção poderá ser paga mensalmente, relativamente à diferença apurada entre a taxa Selic e a rentabilidade dos títulos, ou poderá ser paga à vista, no momento da concessão do empréstimo, pelo valor presente das diferenças futuras entre a taxa Selic e a rentabilidade dos títulos.

Se aceita a primeira hipótese, e considerando que a subvenção será paga em até cinco anos, a proposta traz considerável margem de risco, já que o ciclo orçamentário brasileiro é insuficiente para abarcar esse período de tempo. O agente privado que considerar a subvenção de rentabilidade no seu cálculo econômico, terá que levar em conta a incerteza orçamentária decorrente da não-previsão orçamentária desses valores.

Se aceita a segunda hipótese, de pagamento à vista do valor presente das futuras obrigações da União, relativas à subvenção econômica, cai por terra o argumento de redução do custo fiscal, em termos primários, que anima a proposta. De fato, o governo irá arcar imediatamente, com parcela significativa do investimento, com impacto fiscal expressivo.

Além dessas dificuldades, há outros problemas técnicos de difícil solução. Por exemplo, como estimar o custo final da subvenção, se a rentabilidade dos títulos é fixa e a taxa Selic é variável. No caso de haver um aumento expressivo da taxa Selic, aumenta-se, **pari passu**, o valor da subvenção econômica.

#### **c) a justificação relativa à redução do custo fiscal em termos primários é inadequada para lidar com as aplicações em infra-estrutura**

Como já apontado anteriormente, o PLV nº 22, de 2003, traz sob a mesma engenharia financeira duas fontes bastante distintas de investimento estatal: provimento de habitação às classes de baixa renda e a oferta de infra-estrutura econômica. No primeiro caso, salvo raras exceções, trata-se de um investimento a fundo perdido que pressupõe a alienação da propriedade ao beneficiário, imediatamente ou ao fim do financiamento. Para os investimentos em infra-estrutura, pelo contrário, não se cogita na transferência patrimonial a fundo perdido. Desse modo, o argumento de que o único custo fiscal primário da proposta é o relativo à subvenção, não faz qualquer sentido para os casos de infra-estrutura. Nas políticas públicas habitacionais, está implícita a idéia de doação ao particular. No caso de vultosos e rentáveis investimentos em infra-estrutura tal tipo de transferência é inconcebível.

Além disso, o impacto da proposição não será somente o impacto não-primário. A oferta de crédito à taxa Selic pressupõe custos de oportunidade para a União e significa expressivo impacto no déficit operacional. Do ponto de vista da evolução da relação “Dívida/PIB”, o resultado operacional é o decisivo, não importando se primário ou não. O fato de o País estar submetido ao monitoramento do superávit primário não pode ser visto como uma licença para a realização de política fiscal disfarçada em gasto com juros.

Mas o aspecto mais importante é aquele relacionado à propriedade. No caso dos investimentos em infra-estrutura, a propriedade dos investimentos será privada. Assim, o PIPS promoverá a transferência de dinheiro público para o patrimônio privado. A subvenção governamental não irá gerar patrimônio público em medida igual ao dispêndio. Toda ela será incorporada ao patrimônio privado.

#### **3. Peso das definições infralegais na efetiva configuração do PIPS**

A delegação muito ampla à regulamentação concedida pelo PLV nº 22, de 2003 já produziu alguns efeitos bastante relevantes sobre o efetivo grau de subsídio e arbitragem regulatória no âmbito do PIPS. Trata-se da Resolução nº 3.112, de 31 de julho de 2003, que permite a inclusão no direcionamento dos depósitos de poupança, o valor equivalente a 1,5 vezes o valor dos FII ou FIDC relativos à construção de conjuntos habitacionais.

Os valores lançados no direcionamento são muito importantes para a rentabilidade das instituições financeiras, uma vez que o custo de captação dos depósitos de poupança é bastante baixo – atualmente equivale a 0,85% ao mês, ou a 10,5% ao ano – e as possibilidades de aplicação alternativa aos financiamentos habitacionais são bastante amplas. Assim, permitir alocar esses valores dos FII e dos FIDC no direcionamentos dos depósitos de poupança, ainda mais com um múltiplo do efetivo valor, é um subsídio considerável, além do que já está explicitado na própria legislação.

Esse exemplo ilustra o potencial de transferência de subsídios que a atual redação da lei permite, sem que haja maior controle e transparência sobre essas concessões.

São essas as nossas observações.

Consultoria Legislativa, 8 de setembro de 2003.

– **Marcos Antonio Köhler**, Consultor Legislativo.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma regimental.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Romero Jucá, Valmir Amaral, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Alvaro Dias, Leonel Pavan, Lúcia Vânia, Teotônio Vilela Filho, Reginaldo Duarte, Antero Paes de Barros e Roseana Sarney enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ROMERO JUCÁ** (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, um dos maiores defeitos da cultura brasileira é a falta de auto-estima e a decorrente desvalorização ou pouca valorização de nossas qualidades como povo, de nossas realizações como sociedade, seja em que campo for. Esse vício autodepreciativo revela-se na sempre repetida frase de que o estrangeiro é melhor do que o nacional.

Contudo, Sr. Presidente, graças às inegáveis capacidades intelectuais e empreendedoras de nossa gente, esse velho adágio torna-se cada vez mais discordante da realidade brasileira. Exemplo disso é a crescente colocação do Brasil em posições de destaque no mercado internacional em diversificados segmentos. E um dos mais brilhantes exemplos desse êxito da *performance* nacional é a EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.

Esta nossa empresa é o resultado final de um projeto estratégico nacional muito bem-sucedido, cuja origem remonta à década de 40. Na época, o governo brasileiro to-

mou a acertada decisão de desenvolver a capacitação aeronáutica do País, criando uma competência nacional para conceber, desenvolver e produzir aeronaves. Essa capacitação surgiu em bases sólidas, a partir de 1946, com a criação do Centro Técnico da Aeronáutica – CTA, hoje denominado Centro Técnico Aeroespacial. Em seguida, em 1950, veio o Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA. Finalmente, em 1969, já com gerações de engenheiros formados pelo ITA e o apoio do próprio CTA, foi fundada a Embraer. Com o suporte do governo brasileiro, a empresa pôde transformar ciência e tecnologia em engenharia e capacidade industrial.

Entre a fundação e a privatização, em dezembro de 1994, a Embraer desenvolveu e produziu aeronaves muito bem recebidas pelo mercado internacional, como os modelos Bandeirante, Brasília e Tucano. Esse desempenho permitiu à empresa ter domínio completo da indústria aeronáutica, desde a concepção e o desenvolvimento até a montagem e a fabricação, passando pelas áreas de certificação, comercialização e serviços pós-venda.

Desde 1995, a Embraer exportou 11,95 bilhões de dólares em produtos e serviços, tendo sido a maior exportadora brasileira entre 1999 e 2001. Contribuiu, ao longo desses oito anos, com 4,64 bilhões de dólares para o saldo da balança comercial do País. A Embraer é hoje uma das maiores fabricantes de aeronaves comerciais do mundo, com expressivos 45% do mercado de aviões regionais de 30 a 60 lugares, com mais de 650 unidades em operação. Além disso, conquistou um elenco de 125 clientes em mais de 30 países. Hoje, há aeronaves da Empresa voando em forças aéreas de vinte países.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

A ação empresarial da Embraer se sustenta em cinco pilares – tecnologia, pessoas qualificadas, posicionamento global, intensidade de caixa e flexibilidade –, que recebem contínuos investimentos, sempre voltados para o propósito final da empresa: a satisfação dos clientes. Nessa satisfação, por sua vez, está a origem dos resultados

da Embraer e da conseqüente geração de valor para seus acionistas.

Com sede em São José dos Campos, a Embraer conta com cinco fábricas em espalhadas por três Municípios do Estado de São Paulo, nas quais estão empregadas 11.500 pessoas. Outras mil pessoas trabalham nas unidades comerciais da empresa na Austrália, China, Cingapura, Estados Unidos e França.

Aviões fabricados pela Embraer têm percorrido os céus do mundo, marcando a presença do Brasil nos cinco continentes e nas mais variadas culturas. A marca made in Brazil adquire contornos de qualidade e confiabilidade, quando justaposta a um produto Embraer.

Mesmo em 2002, ano de fortíssima crise econômica internacional, que afetou fundamente o mercado de aviação, sobretudo em conseqüência dos atentados de 11 de setembro de 2001, em Nova Iorque e Washington, a Embraer conseguiu realizar seus objetivos, com a entrega de 131 aeronaves. Foram 7,75 bilhões de reais de receita líquida e 1,2 bilhão de resultado líquido. E o mais importante foi que a empresa conseguiu manter uma carteira de contratos confortável, com nove bilhões de dólares em ordens firmes, que se somam a mais 13,2 bilhões em opções.

Eis, Sr. Presidente, o retrato bem acabado do que pode realizar o Brasil, se estabelecer projetos estratégicos conscientes e mantiver políticas que dêem continuidade e conseqüência a esses projetos. Podemos construir grandes realidades no interesse da Nação brasileira.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, permite-me, neste pronunciamento, aproveitar parágrafos inteiros do texto do relatório anual de 2002 da Embraer, com a convicção de que as palavras escritas que aqui reproduzi oralmente bem refletem a qualidade da realização de um dos mais exitosos projetos que o Brasil jamais realizou.

Espero, Sr. Presidente, que, brevemente, possamos falar desta tribuna, não de um ou dois casos de sucesso como este da Embraer, mas do conjunto de empreendimentos brasileiros que ajudou a construir uma Nação brasileira desenvolvida economicamente e socialmente mais justa, pela distribuição equitativa das riquezas que produz.

Quando a sociedade brasileira decidiu focar projetos de grande alcance e neles investiu os recursos necessários – humanos e financeiros –, tivemos sempre êxito sem nuances. A grande questão que angustia até hoje é por que não fizemos isso em escala suficientemente ampla para beneficiar toda a população brasileira que ainda sofre com a miséria e a ignorância?

Exemplos como o da Embraer e outros devem servir de motivação para empreendemos mais e melhor em todas as áreas de interesse nacional.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. VALMIR AMARAL** (PMDB – DF. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, como todos nós sabemos – e o novo Governo, que é um herdeiro bastante realista, admite –, a situação dos transportes no Brasil é de extrema gravidade, independentemente da modalidade observada. A deterioração das rodovias, por exemplo, alcança quase a totalidade das unidades da Federação, mesmo aquelas onde já se procedeu à privatização, com a conseqüente sobrecarga de custos repassada ao contribuinte, sob a forma de pedágio. Os prejuízos impostos ao País são imensos e perfeitamente quantificáveis, tudo decorrência de uma continuada indiferença, que chega à irresponsabilidade, de sucessivos governos.

No que se refere ao transporte ferroviário, do pouco que subsiste da precária malha existente no Brasil, a desatenção é antiga e crônica. A opção pelo transporte rodoviário de passageiros e cargas, afirmada e reafirmada no período que vai dos anos 50 ao auge do milagre econômico nos anos 70 do século passado, relegou ao undécimo plano das prioridades nacionais o transporte ferroviário. Uma modalidade que se mostrou eficaz em todos os continentes, pois reduz custos e distâncias, concedendo aos usuários um ativo – o tempo – de difícil estimativa. Além disso, é vetor de desenvolvimento regional, induzindo consistentes e perenes modificações na geografia econômica das regiões que são alcançadas pela infraestrutura ferroviária operante.

Convém lembrar que foi ainda no princípio do século passado que as ferrovias atingiram a maioria, tanto no continente americano, notadamente nos Estados Unidos, quanto na Europa, assegurando e ampliando aos cidadãos e aos segmentos agropecuários e industriais um meio de transporte de qualidade, rápido, seguro e com custos altamente competitivos.

No Brasil, como tristemente testemunharam sucessivas gerações, desde os equívocos originais ainda nas décadas imperiais, as coisas não se deram nesse sentido e a escolha pelo modo rodoviário aparentemente implicou a absoluta indiferença pelo transporte ferroviário.

Por tudo isso, Sr. Presidente, recebi com muita satisfação a notícia de que o Ministério dos Transportes deverá materializar um velho projeto de nossa região: a ligação ferroviária, para transporte de passageiros, entre Brasília e Luziânia, no nosso vizinho e querido Estado de Goiás. Em breve terão início os tra-

balhos para o detalhamento e o estudo de viabilidade econômica, dentro do Programa de Resgate do Transporte Ferroviário de Passageiros. Esse é um dos programas que integram quatro ações previstas no *Plano Nacional de Revitalização de Ferrovias*, lançado, no final de maio passado, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro dos Transportes, Anderson Adauto.

Os prognósticos são verdadeiramente auspiciosos, pois a previsão é de que os custos de instalação sejam razoáveis. Como a linha principal já está implantada, torna-se necessário somente construir as estações e reformar os vagões, bens da União, atualmente depositados na capital paulista. O investimento total atinge a cifra estimada de R\$ 15 milhões, considerada baixa quando comparada com as necessidades de investimento no setor no resto do País. Para que se tenha uma idéia do que o Brasil precisa investir para reestruturar, parcialmente, cinco trechos de ferrovias necessárias ao escoamento da produção, seria preciso uma inversão anual de um bilhão de reais, pelos próximos quatro anos.

Mas de volta à linha brasileira, devo lembrar que ela é explorada atualmente pela empresa Ferrovia Centro-Atlântica, que realiza unicamente o transporte de cargas. O transporte de passageiros, uma vez concretizada a proposta do Ministério dos Transportes, deverá ser iniciado após processo licitatório conduzido pelo Governo, nos moldes da Participação Público-Privada, a chamada PPP. A PPP é uma nova forma de concessão pública na qual a empresa privada ganhadora da licitação responde pelos custos de investimento. O aporte governamental acontece somente depois de concluídas as obrigações da empresa vencedora.

É importante salientar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que a linha Brasília/Luziânia deverá transportar cerca de seis mil pessoas por dia, com dois trens em viagens nos horários de pico. Esses passageiros poderão, inclusive, fazer conexão, em um processo de integração modal, com o metrô, possivelmente na cidade-satélite do Guará, seguindo para o terminal rodoviário de Brasília, que servirá como um verdadeiro centro de comutação para acesso aos vários pontos do Plano Piloto.

Enfim, Sr. Presidente, quero deixar aqui expressa a minha grande simpatia por essa iniciativa do Ministério dos Transportes do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, que revitaliza – e o faz começando pela nossa Capital – o transporte ferroviário de passageiros, uma solução secular perfeitamente viável e positiva, capaz de beneficiar, quando pensamos em termos de Brasil, milhões de trabalhadores, estudantes e também turistas, como ocorre em todo o mundo. Portanto, cumprimentos ao novo Governo e votos de que as

promessas e intenções anunciadas no final do mês passado tornem-se, em breve, realidade.

Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) –

### **O GOVERNO PETISTA FAZ MUDANÇAS PARA PIOR**

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em diversas ocasiões, fiz advertências ao governo petista do Presidente Lula, envolvendo os problemas mais preocupantes para uma Nação que precisa crescer e não vê qualquer ação efetiva do Planalto. Em vez disso, o que se vê é um velho, enfadonho e diário ramerrão sustentado por promessas vagas. Mesmo assim, só navega por um tempo, o tempo que dure a força da propaganda dos marqueteiros do Planalto.

A propaganda oficial é eficiente, acredita o governo petista. Não importa o quanto vem custando. O dinheiro do povo é gasto a rodo pelos marqueteiros. Só com a mudança do desfile de 7 de setembro, do Setor Militar Urbano para a Esplanada dos Ministérios, lá se foi 1 milhão de reais, segundo informam os jornais. E, como observou o **Estado**, Lula gastou 1 milhão, não usou o Rolls-Royce – que a todos alegrava – e se distanciou do povo.

Eis o que diz uma das manchetes do jornal: **Lula fica longe do povo na festa do 7 de Setembro.**

Uma questão de opção do Presidente.

O povo se frustra em tudo por tudo. Por conta das contradições do governo petista. E é de contradições que quero falar hoje.

Diversamente do que a Secretaria de Comunicação do Planalto – analisou em relação ao Orçamento da União para 2004, o que mais ali se vê são contradições.

Vamos a elas, uma a uma:

**1. Fome zero:** Anunciado como programa que revolucionaria a área social no Brasil e no mundo, o que se observa é uma redução de 77% em relação aos recursos aplicados no ano passado, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso. Repito: redução de 77%;

Ou o programa foi desenhado com improvisação ou, como parece mais certo, não passou de uma jogada de marketing.

Nesse campo, tudo que o governo petista do Presidente Lula fez foi comprovar que o governo anterior, do Presidente Fernando Henrique Cardoso, estava no rumo certo.

E mais, entre o que Lula prometeu aos eleitores e o que foi realizado, em termos de mudança, tudo não passa de mero esbulho.

**2. Área social:** Apregoam os marqueteiros do Planalto que o Orçamento de 2003 garante mais recursos para a área social.

É outra inverdade.

O que se observa é uma redução percentual da despesa social em relação à despesa total: em 2003, esse percentual era de 72%. Em 2004, será de 70%.

**3. Unificação:** A unificação dos programas sociais, que poderia significar um avanço na consolidação dos programas de transferência de renda, vem carregada de forte dose de injustiça. E, além da injustiça, de mais e mais contradições.

A contradição está associada à alteração dos níveis de renda definidos para identificar uma família como pobre ou extremamente pobre.

Até hoje, inclusive, o próprio governo Lula estabeleceu os valores correspondentes a meio salário mínimo e um quarto do salário mínimo para esta definição. Meio salário, pobre; um quarto de salário, extremamente pobre.

Já o Projeto de Lei do Orçamento estipula, para identificar pobres e extremamente pobres os estágios de renda de R\$ 100 e R\$ 50, **sem qualquer vinculação com o salário mínimo.**

Vale refrescar a memória petista, que deve estar escaldante de tanta bola na trave e escanteios: o programa do governo garantia que seria implementado um programa de renda mínima universal para as famílias com até ½ salário mínimo **per capita**.

Passou longe do gol.

E a **injustiça** fez gol de placa. Vamos lá:

Com base no censo demográfico de 2000, há mais de 9,8 milhões de domicílios brasileiros com renda familiar per capita inferior a ½ salário mínimo mensal. Desse total, 94% são formados por pessoas com idade entre 0 e 17 e/ou 55 anos e mais. Ou seja, as idades que apresentam maior grau de vulnerabilidade.

A **injustiça** se deve ao fato de que, com esses novos níveis de renda per capita, a meta de famílias a serem atendidas passará a ser de 7,6 milhões.

O que acontecerá com o excedente (ou as famílias "sobrantes"), que já recebem algum benefício?

Hoje, elas são 9 milhões de famílias, recebendo o Bolsa-Escola e o Auxílio-gás.

Pela cartilha petista, serão excluídas 1 milhão e 400 mil famílias.

Vão se somar ao contingente de quem nada tem... E PT, SAUDAÇÕES.

Para a memória do PT ficar mais lembrança, basta dar uma marcha a ré aos cinco meses iniciais do governo petista. Era aí que os Ministros de Lula criticavam duramente o cadastro único dos programas sociais, porque, em alguns municípios, o número de

famílias cadastradas era inferior às que necessitavam de algum benefício.

E agora, como ficamos? Mais de 30% das famílias cadastradas possuem renda per capita inferior a R\$ 100.

**4. Funcionalismo Público:** A proposta de Orçamento do governo Lula prevê, para as despesas de pessoal e encargos sociais com o funcionalismo público, um total que passa de 4,94% do Produto Interno Bruto-PIB, em 2003, para 4, 85% do mesmo PIB em 2004. Conclusão: o governo petista do Presidente Lula não tem a intenção de realizar reajustes de salários nem de reduzir o quadro de pessoal.

**5. Salário Mínimo:** Pela primeira vez, em muitos anos, o Projeto de Lei Orçamentária não define previamente o valor do salário mínimo.

O salário mínimo representa uma importante conquista dos trabalhadores, alcançada com a justa pressão do PT. Mas quando o PT era oposição.

O atual governo apenas afirma que o reajuste deverá ser de 5%, o que está longe da promessa da campanha, de dobrar o valor real do salário mínimo.

Promessa de PT morre na praia.

**6. Reforma Agrária:** Para a reforma agrária, o governo petista destinará, em 2004, apenas R\$ 1 bilhão e 5 milhões. Não dá para assentar as 60 mil famílias, que era a meta anunciada na campanha de Lula.

Embora estejam previstos R\$ 291 milhões a mais que em 2003, o valor consignado não dá para assentar nada além de 27 mil famílias. Menos da metade do prometido.

**7. Gabinete da Presidência:** Excetuando o forte aumento nas despesas com o gabinete da Presidência da República, de 70,7% em relação a 2003, e de 154% comparado com o de 2002, o orçamento do governo petista do presidente Lula é tímido, sem inovações.

Não ajuda nada e ninguém a chegar a porto firme. Sossobra direto ao fundo do mar. Nem chega à areia da praia.

E isso tem uma tradução: frustra aqueles que votaram supondo um governo de mudanças. Se há mudança, é para pior.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) –

## LUTADORES DA JUSTIÇA

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, nesta tarde, para comentar matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo** de 12 de agosto do corrente, que trata, mais uma vez, da tensão social que existe no campo atualmente.

A matéria, intitulada "Sem-terra é lutador da justiça, diz Rossetto", e que solicito seja inserida nos anais do Senado, mostra que o Ministro do Desenvolvimento Agrário, em seus pronunciamentos, acaba incentivando as invasões de imóveis pelo MST, ao invés de buscar uma solução para os cada vez mais frequentes conflitos no campo.

O texto, que passo a ler, para que fique integrado este pronunciamento, é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do  
Regimento Interno.)

SÉRGIO GUERRA

335/1#

EDITHA DE S. PAULO

A 6 terça-feira, 12 de agosto de 2003

## Sem-terra é 'lutador da justiça', diz Rossetto

DA REDAÇÃO

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, disse ontem que os sem-terra são "lutadores da justiça". "Os milhares de trabalhadores e trabalhadoras sem-terra que estão nas ruas deste país não são criminosos, são lutadores da justiça, da dignidade e da democracia", disse o ministro.

Ele e seu colega de ministério Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, discursaram ontem na faculdade de direito da USP, durante a cerimônia de comemoração do centenário do Centro Acadêmico XI de Agosto.

Antes dos discursos, uma estudante leu uma carta, em nome do XI de Agosto, com elogios ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e críticas aos ruralistas e também à Alca (Área de Livre Comércio das Américas) e à globalização. Os dois ministros elogiaram o conteúdo da carta.

Rossetto lamentou a violência no campo e criticou o fato de que, segundo ele, "sempre as mortes são de trabalhadores e trabalhadoras rurais". O ministro é acusado por ruralistas de incentivar as

invasões de imóveis pelos movimentos de sem-terra.

Ressaltando que defende o Estado de Direito, Rossetto afirmou que "é necessário repensarmos e construirmos um ordenamento institucional e jurídico adequado às urgências sociais".

A reforma agrária foi um tema recorrente no discurso de Rossetto. De acordo com ele, a reforma não será obra exclusivamente do governo federal, mas sim de toda a sociedade. Ele afirmou que a idéia conta com "amplo apoio" da opinião pública e que não é apenas uma política social, mas um "instrumento de desenvolvimento econômico e social".

Thomaz Bastos, que discursou após Rossetto, voltou a defender o controle externo do Judiciário. Ele disse que o Poder precisa de um "processo de oxigenação" e foi aplaudido quando criticou o fato de o Estado de São Paulo não ter uma defensoria pública.

Para Bastos, a reforma do Judiciário é "talvez" a mais importante de todas as reformas.

→ LEIA MAIS sobre o centenário do XI de Agosto em Cotidiano

**O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apatamento taquigráfico.) –**

### QUEDA NA RENDA

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho neste momento a esta tribuna para comentar a matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 23 de agosto do corrente, intitulada “Trabalhadores perdem R\$ 2,2 bi”.

A matéria, que solicito seja inserida nos anais do Senado, mostra os resultados da Pesquisa Mensal

de Emprego do IBGE de julho, registrando que a renda dos empregados ficou menor em julho em comparação com o mesmo mês de 2002, corroendo ainda mais o poder de compra dos trabalhadores.

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

ALVARO DIAS  
377/1#  
O ESTADO DE S. PAULO

## Trabalhadores perdem R\$ 2,2 bi

*Renda dos empregados ficou menor em julho em comparação com o mesmo mês de 2002*

JACQUELINE FAHID

**R**IO – Cerca de R\$ 2,2 bilhões de rendimento dos trabalhadores nas seis principais regiões metropolitanas do País foram subtraídos da economia em julho, em comparação ao mesmo mês do ano passado. Em julho de 2002, os 17,580 milhões de ocupados nas regiões pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que recebiam em média R\$ 996,92 mil, somavam uma renda bruta de R\$ 17,52 bilhões. Em igual mês deste ano, o número de ocupados subiu para 18,330 milhões de pessoas, mas a renda caiu para R\$ 833,5, o que reduziu a renda bruta para R\$ 15,28 bilhões.

Os dados foram calculados a partir dos resultados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE de julho. Queda similar de um ano para o outro já havia sido registrada em junho. Dados do Ministério da Fazenda apontam que a renda bruta caiu de R\$ 17,79 bilhões em junho do ano passado para R\$ 15,44 bilhões em junho deste ano, com redução de R\$ 2,34 bilhões.

O chefe do Departamento Econômico da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Carlos Thadeu de Freitas, disse que a queda brutal do rendimento é o principal fator para as reduções nas vendas do varejo. No primeiro semestre, segundo o IBGE, as vendas do comércio caíram 5,57% ante igual período do ano passado.

Freitas ressaltou que, para o setor, a renda é um fator mais importante para o desempenho das

vendas do que as taxas de juros. “Essa queda na renda, do ponto de vista do comércio, é mais importante que os juros, que afetam mais as vendas de bens duráveis.

O rendimento afeta todos os segmentos, inclusive os essenciais.”

Ele atribui ao crescimento da inflação a partir do final do ano passado o principal motivo para as reduções da renda.

A queda no rendimento dos trabalhadores, registrada em julho, que já vinha corroendo o poder de compra nos meses anteriores, é considerada como o fundo do preço. Para o analista de mercado de trabalho da Fundação Consultoria, José Márcio Ca-

margo, a redução na renda dos ocupados tem sido provocada especialmente pela inflação e a retração da demanda, que inibe os investimentos e prejudica o emprego e a folha de pagamento das empresas.

Para Camargo, os dados até julho refletiram o pior momento do rendimento neste ano e a partir de agosto a renda deverá refletir a redução e o controle da inflação. “A recuperação do rendimento ocorre via queda da inflação e retomada do nível de atividade, porque a empresa com mais demanda emprega mais gente.”

Ele explicou que, com a queda da inflação, os salários reais crescem, o aumento da renda reflete na demanda que, por seu lado, tem impacto positivo na retomada da atividade, o que estimula a geração de emprego. Mas ele alerta que, ainda que o início desse ciclo começa agora, os efeitos só serão sentidos mais efetivamente a partir do quarto trimestre e só serão notados no primeiro ano.

**A queda na renda, do ponto de vista do comércio, é mais importante que os juros. O rendimento afeta todos os segmentos**

Thadeu de Freitas, da CNC

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) –

### QUAL A DIFERENÇA?

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, na tarde de hoje, para comentar a matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 23 de agosto do corrente, intitulada “Sudam e Sudene de volta”.

A matéria é de extrema atualidade, pelo que entendendo que a inserção nos anais do Senado é oportuna

e serve, inclusive, para que o povo brasileiro se pergunte e pergunte ao Governo Lula, que se na Sudam e Sudene do Governo passado houve tanta corrupção como eles disseram, porque voltar com elas?

O texto, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

SÁBADO, 23 DE AGOSTO DE 2003

O ESTADO DE S. PAULO - A3

## Sudam e Sudene de volta

Como aconteceu no dia 28 de julho, durante o relançamento da Sudene, na quinta-feira, por ocasião do anúncio da Nova Sudam, a maior preocupação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, foi assegurar que não se repetirão com as novas agências os fatos que levaram à extinção de suas versões originais, em 2001. Na Sudene, fraudes de toda espécie produziram um rombo de R\$ 2,2 bilhões em recursos públicos. Na Sudam, o rombo se aproxima de R\$ 3 bilhões.

Dinheiro que deveria ser transformado em fábricas e empreendimentos produtivos que ajudariam a melhorar as condições socioeconômicas do Norte e do Nordeste foi desviado para as mãos de espertalhões, políticos ou não, sob o olhar benevolente e cúmplice de funcionários que deveriam zelar pela correta aplicação das verbas. Sabe-se que pelo menos R\$ 700 milhões desviados da Sudam foram parar em contas no exterior. Afundado até o pescoço no lodacal da Sudam, o então senador Jader Barbalho teve de renunciar à presidência do Senado e ao mandato para não ser cassado. Hoje, goza das imunidades que lhe confere o mandato de deputado fede-

ral e forma ao lado de outros políticos e empresários que, ou escaparam impunes, ou estão enredados em processos e inquéritos que se arrastam lentamente nos tribunais.

Sudam e Sudene nunca cumpriram a contento a sua missão básica de promover o desenvolvimento regional. Em 41 anos de atividades, apenas 70% dos projetos aprovados pela Sudene foram concluí-

dos; 30% – uma alta taxa de insucesso – ficaram inacabados, ou porque eram técnica e financeiramente inviáveis ou porque foram montados exclusivamente para captar fraudulentamente recursos públicos.

Mas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sempre considerou um erro a desativação da Sudam e da Sudene. Durante a campanha eleitoral, comprometeu-se com a reativação das agências. No relançamento da Sudene e no da Nova Sudam, disse basicamente a mesma coisa: se havia desvios e corrupção, que se pusessem os culpados na cadeia e se sanciasse as instituições.



Meter os fraudadores na cadeia não é fácil, como mostra a situação de quem se apropriou dos dinheiros da Sudam e da Sudene. E também é mais fácil falar de blindagem contra a corrupção do que efetivamente “blindar” as duas agências com métodos e procedimentos à prova de corrupção. No entanto, é isso que o ministro Ciro Gomes garante estar sendo feito

com as agências redivivas. Ora, para reduzir as possibilidades de que volte a corrupção, seria preciso que a Sudene e a Sudam fossem dirigidas por técnicos acima de qualquer suspeita, imunes às influências políticas. A julgar pela movimentação de bastidores de alguns políticos que já querem se colocar no leme das instituições, antes mesmo que o Congresso dê-lhes o sopro legal de vida, isso não acontecerá. Terá, então, o governo de se fiar no mecanismo de controle que vai estabelecer para a concessão de empréstimos. Ao contrário do que ocorria com as agências originais, em suas

novas versões elas não serão sócias dos empreendimentos que apoiarem. Sudene e Sudam serão agências de planejamento e fomento, repassando seus recursos aos interessados por intermédio de bancos associados. O governo pretende livrar-se de prejuízos de duas maneiras. A primeira é não ter participações societárias nos empreendimentos. A segunda é transferir para os bancos repassa-

**Haverá vacina eficiente contra novos casos de corrupção nas agências?**

dores todo o risco do negócio. Essa última mudança certamente criará uma curiosa situação. Como somente sobre ele recairão os riscos, o agente financeiro da Sudam ou da Sudene será, em primeiro lugar, extremamente severo na análise do projeto e, em segundo lugar, extremamente seletivo para conceder o crédito, que será onerado por um alto fator de risco. Com esse sistema, o governo não será alvo de calotes, mas não serão muitos os empreendedores que aceitarão o custo desse dinheiro.

LEONEL PAVAN # 3795 #



**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) –

## CONTRADIÇÃO DO BRASIL E DO GOVERNO LUIZ INÁCIO

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, venho neste momento a esta Tribuna para comentar intitulado “Dois pesos, duas moedas”, publicada na revista Veja, edição de 13 de agosto do corrente ano.

A matéria, da extrema atualidade, pelo que a inserção nos anais do Senado é oportuna, é um retrato sugestivamente representativo das contradições do

Brasil e do Governo Luiz Inácio. Os juros estão caindo, está sendo concedida a isenção de IPI às montadoras, mas os preços não estão caindo na mesma proporção. O povo tem que saber que as coisas não são como realmente o Governo diz.

O texto, que passa a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

veja 13 de agosto, 2003 33

**Em foco**

Sérgio Abranches

## Dois pesos, duas medidas

O governo tomou na semana passada duas decisões importantes. Ambas terão custo fiscal. Uma, por reduzir a arrecadação. A outra, por instituir benefício sem cobertura suficiente. Uma é temporária, mas reincidente. A outra, durável e inédita. Uma concentra a renda, a outra é redistributiva.

Falo da isenção de IPI para as montadoras, a ser repassada aos preços, supostamente um mecanismo anticíclico, que permitiria reaquecer a economia. E da introdução, na reforma da Previdência, de uma nova modalidade de aposentadoria especial, para pessoas na informalidade que passariam a ter acesso à rede de proteção previdenciária mediante módica contribuição. É uma abertura aos mais pobres, aos que não têm cobertura social alguma.

É um retrato sugestivamente representativo das contradições do Brasil e do governo Luiz Inácio. Ao capitular à pressão das montadoras, o governo atende a dois setores perfeitamente integrados econômica, social e politicamente. As empresas e seus trabalhadores. Eles têm representação, renda garantida, os trabalhadores têm acesso à rede de proteção social estatal e à cobertura adicional dada pelas empresas, por força de convenções coletivas e da lei. Das empresas, o que é necessário dizer? Nem sequer estão entre os segmentos do capital que poderiam, eventualmente, requerer, com alguma razoabilidade, proteção contra situações de emergência.

Essa coalizão particularíssima justifica o privilégio da isenção tributária — não importa o prazo dela, mas o princípio em si — em nome de uma idéia genérica, o combate ao desemprego e o crescimento, a que qualquer um adere. Mas é falsa. As montadoras jamais reduzem preços. Ao contrário, elas os elevam nos períodos de queda de demanda. Falam em repassar o subsídio integralmente aos preços, como se fosse um favor. Até com alguma irritação, diante da justa insistência da imprensa. Concordam em não demitir mais, na antevéspera da retomada do crescimento, prevista em oito de cada dez análises de consultores econômicos. A queda dos juros, que continuará, atua com alguma defasagem na economia. Mas já é possível ver sinais de melhora próxima. Em suma, não farão sacrifício algum.

Esse tem sido um comportamento recorrente de certos setores empresariais (há setores que nasceram, cresceram e

estão se virando, sem nenhum favor estatal): sempre transferir o ônus para o público e se apropriar privadamente de todo o bônus. Faz sentido, da perspectiva do negócio.

Não faz sentido é da perspectiva do distinto público e, certamente, não na visão de governos progressistas, socialmente orientados. Nessa lógica, todo o sacrifício será do Tesouro, da viúva, despidoradamente cercada pelos que desejam sacar-lhe a renda para benefício próprio. E quem é o Tesouro? O governo? O secretário do Tesouro? O Estado? Não, o Tesouro somos nós, pagadores de impostos. Especialmente os de menor renda, que pagam uma parte desproporcional dela em tributos. Ou seja, o que parece estar sendo dado com uma mão não passa de uma forma de tirar, de verdade, com a outra. Quem vai pagar essa conta de agora? Quem não comprar carros e pagar impostos. Vai aparecer alguém dizendo que esse raciocínio não faz sentido, porque o imposto que está sendo objeto de isenção é pago pelos consumidores de carro. Outro truque. O caixa é único, não existe uma “conta IPI automóveis”, na qual fica o imposto pago por compradores de carro, para custear apenas os serviços públicos fornecidos a eles. Não. O cobrador é um só e é curto.

E a aposentadoria especial, não é gasto? É. A diferença não vai ser suprida pelos pagadores de impostos? Vai. O governo não tem de fazer superávit fiscal? Tem. Mas condená-la seria um excesso fiscalista, tão pouco razoável quanto a idéia de que déficit fiscal não é problema.

Eu preferiria uma ampla reforma dos programas sociais, para constituição de uma verdadeira rede social de proteção,

que amparasse a todos os destituídos de meios, com redução dos gastos com os remediados, as classes médias e as classes altas. Eu trocaria todos os subsídios ao capital pela criação de componentes dessa rede. A Previdência para os informais pobres — que de qualquer forma ainda contribuirão — é uma decisão que redistribui renda para os mais fracos. O subsídio aos automóveis redistribui renda para os mais fortes. A Previdência ainda levará tempo para ser regulamentada. Se for, a isenção é em tempo real. E será executada com eficiência empresarial.

Dois decisões: uma, promessa para os pobres; outra, benefício imediato para os ricos. Uma é coisa da direita velha. A outra, da esquerda moderna.

**“A Previdência para os informais pobres é uma decisão que redistribui renda para os mais fracos. O subsídio aos automóveis redistribui renda para os mais fortes”**



**O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO** (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) –

### SINAL DOS TEMPOS

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, neste momento, para um breve comentário a respeito da nossa economia, baseado no editorial intitulado “Sinal dos tempos”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 12 de agosto do corrente ano.

O artigo é de extrema atualidade, pelo que entendendo que sua inserção nos anais do Senado é oportuna e serve para alertar o Governo Lula sobre o de-

sequilíbrio entre o setor financeiro e o setor produtivo, desequilíbrio este gerado pela atual política econômica. Ou adotamos uma política mais agressiva de queda dos juros ou continuaremos participando do “espetáculo da recessão”.

O texto que passo a ler para que fique integrando este pronunciamento, é o seguinte:

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)



**UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL** ★ ★ ★  
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S/A  
**Presidente:** LUIS FRIAS  
**Diretor Editorial:** OTAVIO FRIAS FILHO  
**Superintendentes:** ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES e JUDITH BRITO  
**Editora-executiva:** ELEONORA DE LUCENA  
**Conselho Editorial:** LUIS ALBERTO BAHIA, ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE,  
MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, LUIS NASSIF, CLÓVIS ROSSI,  
CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES,  
LUIS FRIAS e OTAVIO FRIAS FILHO (SECRETÁRIO)

### EDITORIAIS

E-mail: editoriais@uol.com.br

## SINAL DOS TEMPOS

**R**EPORTAGENS publicadas ontem pela **Folha** revelam o profundo desequilíbrio entre os setores econômicos brasileiros. De um lado, ganhos elevados das instituições financeiras; de outro, a penúria industrial. O lucro nominal de 12 bancos atingiu R\$ 4,3 bilhões no primeiro semestre, resultando em uma rentabilidade média de 23,8% sobre o patrimônio líquido, de acordo com a consultoria Austin Asis.

A lucratividade bancária está associada à política de juros altos do Banco Central, à volatilidade da taxa de câmbio e às elevadas tarifas e taxas praticadas no mercado de crédito —em média 38,6% ao ano para empresas e 81,4% para pessoas físicas durante o mês de junho.

Em contraste com o mundo financeiro, estudo elaborado pelo Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial) mostrou que a produção de eletroeletrônicos, de produtos farmacêuticos, de cimento e de materiais plásticos regrediu ao mesmo patamar de 1991. A produção de eletroeletrônicos estaria apenas

2,3% acima da registrada no primeiro semestre daquele ano. Se comparada à do primeiro semestre de 2002, caiu 22%. A produção de vestuários foi 36% inferior à do início dos anos 90. Em relação ao primeiro semestre do ano passado, houve uma queda de 20,2%. São números que revelam os impactos das políticas monetária e fiscal restritivas. Os mais prejudicados foram os que dependem do mercado interno e do crédito bancário.

Esse panorama demonstra que a política econômica continua prejudicando os setores produtivos, geradores de renda e de emprego. A taxa de juros real (descontada a inflação projetada de 4,53% nos próximos 12 meses) paga por empresas e consumidores encontra-se em patamares elevadíssimos, mantendo os altos lucros bancários e o baixo crescimento da atividade econômica. Não é demais insistir que, diante de tal cenário, caberia ao Banco Central adotar uma política mais agressiva de queda dos juros básicos. A alternativa é continuarmos assistindo ao triste “espetáculo da recessão”.

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) –

### MAIS UMA INVASÃO

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna, na tarde de hoje, para comentar a matéria intitulada “Fazendeiros protestam contra invasão no MS”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, em sua edição de 02 de setembro do corrente.


A matéria é de extrema atualidade, pelo que entendendo que a inserção nos anais do Senado é oportuna

e serve, inclusive, de aviso para o Governo sobre a desordem atualmente existente no campo, pois evidencia que o clima político no país piora a cada dia.

O texto, que passo a ler, para que fique integrado este pronunciamento, é o seguinte:

### DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

 <b>RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.</b> Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica Presidência da República			
JORNAL	DIA	MÊS/ANO	
<b>O ESTADO DE S. PAULO</b>	02	Setembro/2003	

## Fazendeiros protestam contra invasão no MS

*O grupo se reuniu diante da propriedade onde os sem-terra estão acampados*

JOÃO NAVES DE OLIVEIRA

**C**AMPO GRANDE – Um grupo de fazendeiros se reuniu ontem diante da entrada da Fazenda Coimbra 3M, no município de Itaporã, a 240 quilômetros de Campo Grande, para protestar contra a invasão da propriedade pelos sem terra, ocorrida no dia 24. Segundo o presidente da Federação da Agricultura, Leônicio Brito, cerca de 1.500 produtores participaram do ato. “É um protesto pacífico contra as invasões de fazendas”, disse ele. “Temos certeza de que os sem-terra deixarão a 3M nesta terça-feira, conforme está combinado.”

O presidente regional do Movimento Nacional dos Produtores, João Bosco Leal, disse que os proprietários rurais da região deveriam protestar cada vez que um imóvel for invadido. “devem unir forças, bloquear rodovias, acampar em frente do imóvel e assim por diante”, afirmou. O líder ruralista também afirmou que, caso os sem-terra não desocupem a área, “os fazendeiros poderão ser mais radicais”.

Os sem-terra pretendem deixar a fazenda se suas reivindicações forem atendidas. Querem a liberação de quatro líderes sem-terra presos na semana passada e a cessão de uma área para que as famílias que invadiram a fazenda fiquem provisoriamente acampadas.

Toda a região está sendo policiada desde domingo quando os produtores começaram a armar acampamento no local.

**Invasão** – Em Ortigueira, no sul do Paraná, um grupo de quase 400 famílias do Movimento dos Sem-Terra (MST)

teria obrigado motoristas de ônibus e caminhões que os retiravam na tarde de sábado da Fazenda Vale do Sol, a levá-los para a Fazenda Santa Maria, que foi invadida pela segunda vez (a primeira foi em 1997). O proprietário, Milton Prudence, acusou-os de terem mantido sua família como refém por cerca de três horas.

O coordenador do MST José Damasceno disse que a fazenda tem 1,2 mil hectares e que pertenceria a Antonio Daher, preso há cinco anos sob acusação de tráfico internacional de drogas.

O secretário do Sindicato Rural de Ortigueira, José Fernando de Paulo, disse que havia sido feito um acordo com os sem-terra, para que deixassem pacificamente a Fazenda Vale do Sol, invadida há duas semanas. Eles seriam levados ao Assentamento Rio Novo, no vizinho município de Reserva, em caminhões que foram cedidos pelo próprio sindicato e pela prefeitura local.

**Liga** – No mu-

nicipio de Porteirinha, a 582 quilômetros de Belo Horizonte, cerca de 40 integrantes da Liga dos Camponezes Pobres do Norte de Minas invadiram a Fazenda Mulunguzinho. A ocupação ocorreu na madrugada do sábado, mas só ontem foi confirmada ontem pela Polícia Militar.

Durante a ocupação, teriam sido soltas dezenas de cabeças de gado. (Colaboraram Evandro Fadel e Eduardo Kattah)

**P**OLICIAIS  
CHEGARAM  
DOMINGO  
À REGIÃO

**O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) –**

### **A QUEDA DA ATIVIDADE ECONÔMICA**

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna neste momento para fazer um comentário sobre a economia do país, baseado em matéria publicada no **Jornal do Brasil** de 2 de setembro do corrente ano.

A matéria intitulada “Mercado já teme queda do PIB no ano”, e que solicito seja inserido nos anais do

Senado pela sua atualidade, mostra que o crescimento do PIB no primeiro ano do Governo Lula será menor do que a média dos oito anos do Governo FHC.

A matéria, que passo a ler, para que fique integrando este pronunciamento, é a seguinte:

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)

ANTERO PAES DE BARROS

JORNAL DO BRASIL | 02 | SETEMBRO/2003

## **Mercado já teme queda do PIB no ano**

**Média fica abaixo da obtida na era FH**

JANAINA VILELLA

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todas as riquezas geradas no país, no primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva será menor do que a média dos oito anos em que Fernando Henrique Cardoso esteve à frente do Palácio do Planalto (2,7%).

Ontem, analistas de mercado consultados pelo Banco Central revisaram para baixo a previsão de crescimento do PIB para este ano, que passou de 1,4% para 1,36%. As projeções oscilaram entre expansão de 2% e queda de 0,05%. É a primeira vez que o boletim semanal *Focus* aponta a possibilidade de queda do PIB, em 2003. No próximo ano, a previsão é de que o crescimento chegue a 3%.

Para o professor de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Reinaldo Gonçalves, será “mais difícil para Lula” retomar o desempenho da atividade econômica do país, no segundo semestre deste ano ou no primeiro semestre do próximo, do que foi para FH nos anos de 1998 e

1999, em que o Brasil também cresceu a taxas ínfimas, de 0,1% e 0,8% respectivamente.

– O Lula está tão vulnerável quanto FH estava em 1999. Mas os fundamentos da economia hoje são outros. A relação dívida-PIB é maior. A queda na renda é recorde. O investidor estrangeiro ainda está receoso com a nossa economia. Além disso, estamos vivendo período de recessão, com alguns indicadores apresentando quedas consecutivas – diz Gonçalves.

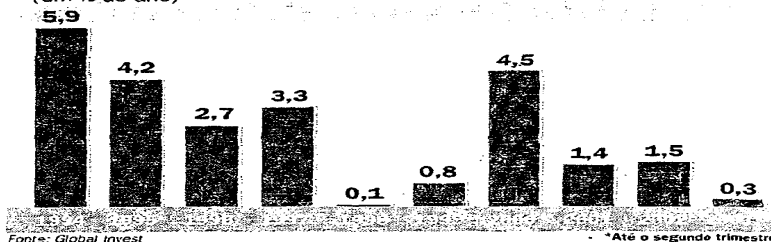
O ex-diretor do BC Carlos Thadeu de Freitas lembra que a queda da atividade econômica que marcou os dois governos tem origens diferenciadas.

– Hoje estamos pagando a conta de uma política monetária apertada implementada pelo BC para conter a inflação. Antes, pagamos a conta de uma política de câmbio fixo, extremamente sensível às crises internacionais, como a da Rússia. Chegamos ao fundo do poço, mas vamos sair dessa de escada e não de elevador. A recuperação vai ser lenta e gradual.

[jvilella@jb.com.br](mailto:jvilella@jb.com.br)

### **Quanto cresceu o PIB na última década**

(em % ao ano)



Arte JE

**A SRA. ROSEANA SARNEY** (PFL – MA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje, ocupo esta tribuna para homenagear a minha cidade natal, São Luís do Maranhão, fundada em dia oito de setembro de 1612.

Em São Luís o presente e o passado juntam-se para preservar o nosso patrimônio arquitetônico, um dos maiores e mais homogêneos de todo o Brasil, construído ao longo de séculos, pelo trabalho de sucessivas gerações de maranhenses. Seu Centro Histórico tem cerca de 3500 imóveis dos séculos XVIII e XIX distribuídos, principalmente, pelos bairros da Praia Grande, Desterro e Portinho.

Os amplos sobrados coloniais ainda preservam as fachadas da cerâmica portuguesa e marcam a paisagem da cidade, que é Patrimônio Cultural da Humanidade – título recebido da UNESCO em 1997, no meu primeiro governo. Ter nossa cidade como Patrimônio da Humanidade é uma vitória dos maranhenses e o reconhecimento pelo trabalho de preservação da cidade realizado pelo governo do Estado.

A história da capital maranhense começa em 1612, com sua fundação pelos franceses, comandados pelo fidalgo Daniel de La Touche, em uma expedição autorizada por Maria de Médicis, regente da França na menoridade de Luís XIII. Seu nome foi dado à colônia durante a fracassada tentativa de lá deitar as raízes de uma França Equinocial, depois da tentativa de fundação da França Antártica no Rio de Janeiro, em 1555. A nau capitânia, chamada Regente, era comandada pelo almirante François de Razilly, senhor de Rasilly e Aunelles, glória da Marinha francesa de então; a nau Charlotte, pelo barão de Sancy e a nau Saint'Anne por Claude de Razilly, barão de Launay.

Entre os capuchinhos da frota estavam Claude d'Abeville, autor de um dos mais importantes e famosos livros da historiografia maranhense, a "História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças", na tradução de César Marques, que narra a viagem da França, de onde a expedição partiu a 19 de março de 1612, ao Brasil, assim como os sucessos relacionados à fundação solene da cidade no dia oito de setembro, com a celebração de uma missa e a realização de uma procissão, e à expulsão dos franceses; Yves d'Evreux, o superior dos padres, que viria a escrever a "Viagem ao Norte do Brasil, feita nos

anos de 1613 a 1614", impressa em 1615, mas destruída ainda na tipografia por motivos políticos, sendo reeditada somente em 1864 por Ferdinand Denis. Esse livro foi reeditado novamente em 1929 por Humberto de Campos e, mais uma, em 2002, pelo governo do Maranhão, na coleção Maranhão Sempre, de obras importantes para a História do Maranhão, quando eu era governadora do Estado.

Os franceses encontraram na Ilha Grande, ou Upaon-Açu, os índios Tupinambás, que os chamaram de papagaios amarelos, por sua cor e por sua fala rápida.

Em 1614, os franceses sofreram uma grande derrota na Batalha de Guaxenduba para tropas vindas de Pernambuco comandadas por Jerônimo de Albuquerque, que havia recebido por Provisão Real de 29 de maio de 1613, o título de Capitão da Conquista e Descobrimento das Terras do Maranhão. Após essa batalha foi assinado um armistício. Em 1615, foram definitivamente expulsos com a ajuda de mais tropas vindas de Pernambuco, comandadas por Alexandre de Moura coadjuvado por Diogo de Campos. Daniel de La Touche, abandonado pelo seu governo, foi levado preso para Olinda e, depois, transferido para Lisboa, onde ficou preso por dois anos no forte de Belém. Daí em diante, São Luís passaria a ser uma das mais portuguesas cidades do Brasil.

Em 1641, a cidade foi invadida pelos holandeses. Em 1644, os portugueses expulsaram os invasores, tomando posse da região definitivamente. Do seu nascimento francês, e ainda que orgulhosa disso, São Luís não conserva quase nenhuma marca.

A cidade, banhada pelas águas da baía de São Marcos, é ensolarada o ano inteiro. A ilha onde está localizada, de quase mil quilômetros quadrados, tem praias muito bonitas, como a Ponta d'Areia, São Marcos, Calhau, Olho d'Água, Araçagi e a Praia da Guia, imortalizadas nas letras de diversas canções de músicos populares maranhenses, além de extensos manguezais, responsáveis pela preservação de uma riquíssima flora e fauna marinhas, com enorme variedade de peixes, caranguejos e outros frutos do mar.

Sr. Presidente, a natureza foi pródiga com o Maranhão, e Deus a completou com um povo trabalhador e hospitaleiro, que teve a honra de governar

por quase oito anos. Eu poderia falar dos maranhenses e de suas qualidades por longo tempo e ainda haveria muito a dizer. Mas escolhi, como síntese de meu povo, um de seus traços culturais mais marcantes: a literatura.

A cidade de São Luís é conhecida, com toda a justiça, como a Atenas Brasileira, denominação a ela atribuída ainda no século XIX pela presença de grandes nomes maranhenses no panorama cultural brasileiro. Eles formaram naquela época o que ficou conhecido como o Grupo Maranhense do qual faziam parte grandes poetas, prosadores, tradutores, jornalistas, professores, gramáticos, educadores, biógrafos e cientistas, que, embora não sendo, todos, de São Luís tinham a cidade como referência e paixão. O Grupo Maranhense era composto por ilustres figuras como: Odorico Mendes, Sotero dos Reis, João Lisboa, Gonçalves Dias, Henriques Leal, Pedro Nunes Leal, Trajano Galvão, Sousândrade, Gentil Braga, Joaquim Serra, Dias Carneiro, Antônio Joaquim Franco de Sá, Gomes de Sousa. Além dos escritores desse grupo, tivemos outros como César Marques, Celso Magalhães, Teófilo Dias, Adelino Fontoura, Raimundo Correia, Artur Azevedo, Aloísio Azevedo, Graça Aranha, Catulo da Paixão Cearense, que, apesar do nome, era maranhense, Humberto de Campos, Coelho Neto, Viriato Corrêa, Odylo Costa, filho, Franklin de Oliveira, Oswaldino Marques, Lago Burnett, Bandeira Tribuzzi, João Mohana, José Maria Nascimento, Maria Firmina. Hoje, essa tradição é continuada por nomes como Josué Montello, Ferreira Gullar, Nauro Machado, Manoel Caetano Bandeira de Mello, Lucy Teixeira, Jomar Moraes, José Chagas, Luís Augusto Cassas, José Louzeiro.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a esses nomes, permito-me adicionar mais um, o do meu pai, o presidente José Sarney, da Academia Brasileira de Letras, com uma obra literária conhecida e admirada no Brasil e em vários países em todos os continentes, governador do Maranhão e presidente da República, que, tenho certeza, se une a mim e aos demais senadores maranhenses, nesta homenagem que faço à cidade de São Luís do Maranhão.

Parabéns a São Luís por esses trezentos e noventa e um anos de fundação, período em que se tornou um marco na vida dos maranhenses e dos brasileiros.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

## ORDEM DO DIA

– 1 –

### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 38, DE 2003

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 793, de 2003 – art. 336, II, combinado com o art. 338, IV, do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 38, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta o art. 7º na Resolução nº 61, de 24 de junho de 1997* (para permitir que o Estado do Rio de Janeiro substitua os depósitos bancários em dinheiro das contas garantidoras previstas na referida Resolução, por ativos que preservem a recomposição integral dos saldos financeiros dessas contas) tendo

Parecer sob nº 1.212, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Ney Suassuna, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo), que oferece.

Poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

– 2 –

### PARECER Nº 1.034, DE 2003

(Escolha de Autoridade)

Discussão, em turno único, do Parecer nº 1.034, de 2003, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador: Sérgio Guerra, sobre a Mensagem nº 150, de 2003 (nº 338/2003, na origem), pela qual o Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor *José Zenóbio Teixeira de Vasconcelos* para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene.

## – 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 55, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Mozarildo Cavalcanti, que *modifica o “caput” do art. 37 da Constituição Federal* (acrescenta, dentre os princípios que regem a administração pública, o da razoabilidade), tendo

Parecer favorável, sob nº 1.246, de 2001, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jefferson Peres.

## – 4 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 13, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios*, tendo

Parecer favorável, sob nº 768, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza.

## – 5 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2001 (nº 333/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial*, tendo

Parecer sob nº 1.141, de 2003, da Comissão Diretora, Relator: Senador Eduardo Siqueira Campos, oferecendo a redação do vencido.

Poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

## – 6 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO  
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 101, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 101, de

2002 (nº 3.468/2000, na Casa de origem), que *institui o ano de 2002 como “Ano do Educador” e dá outras providências*, tendo

Parecer sob nº 1.072, de 2003, da Comissão Diretora, Relator: Senador Heráclito Fortes, oferecendo a redação do vencido.

Poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

## – 7 –

SUBSTITUTIVO AO  
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2000

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 132, de 2000, de autoria do Senador Arlindo Porto, que *altera o Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969 – Código Penal Militar e o Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969 – Código de Processo Penal Militar* (competência do Tribunal do Júri para crimes dolosos contra a vida praticados contra civil, por militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios), tendo

Parecer sob nº 1.135, de 2003, da Comissão Diretora, Relator: Senador Romeu Tuma, oferecendo a redação do vencido.

Poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

## – 8 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 383, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2003 (nº 1.060/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul, concluído no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1998*, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.124, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

## – 9 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 384, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2003 (nº 951/2001, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul, concluído no Rio de Janeiro, em 10 de dezembro de 1998*, tendo

ra dos Deputados), que *aprova o texto do XXI Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35, celebrado entre os Governos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, e o Governo da República do Chile, assinado em 19 de outubro de 1999, tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.125, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador João Capiberibe.

– 10 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 386, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2003 (nº 1.663/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Centro Interamericano de Administrações Tributárias, celebrado em Santiago do Chile, em 3 de abril de 2001, tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.126, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Gilberto Mestrinho.

– 11 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 387, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2003 (nº 1.840/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto dos Estatutos e Regulamentos do Centro Interamericano de Administrações Tributárias, adotado na cidade do Panamá, em julho de 2000, tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.127, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Jefferson Péres.

– 12 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 389, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2003 (nº 2.307/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para o Provimento de Capacidade Espacial, celebrado no Rio de Janeiro, em 8 de maio de 2001, tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.128, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

– 13 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 390, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2003 (nº 2.309/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo-Quadro de Cooperação em Aplicações Pacíficas da Ciência e Tecnologias Espaciais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina relativo à Concessão de Reciprocidade na Aquisição de Equipamentos para a Cooperação Espacial, celebrado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001, tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.129, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

– 14 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO  
Nº 391, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2003 (nº 2.311/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina sobre Assistência aos Nacionais de cada uma das Partes que se encontrem em Território de Estados nos quais não haja Representação Diplomática ou Consular de seus Respectivos Países, celebrado em Buenos Aires, em 14 de agosto de 2001, tendo*

Parecer favorável, sob nº 1.130, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Eduardo Azeredo.

– 15 –

REQUERIMENTO Nº 724, DE 2003  
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 724, de 2003, do Senador Pedro Simon e outros Senhores Senadores, propondo à Organização das Nações Unidas a indicação do nome do Embaixador Sérgio Vieira de Mello, morto, em 19 de agosto último, em atentado terrorista contra a sede da representação da ONU no Iraque, como candidato ao Prêmio Nobel da Paz de 2003.

Parecer favorável, sob nº 1.193, de 2003, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.



## – 16 –

## REQUERIMENTO Nº 681, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 681, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 9, de 1999, e 207, de 2000, por regularem a mesma matéria.

## – 17 –

## REQUERIMENTO Nº 686, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 686, de 2003, dos Senadores José Sarney e Tião Viana, solicitando a criação de Comissão Temporária Interna, composta de cinco membros, sendo um integrante da Mesa, para, no prazo de trinta dias, consolidar os Projetos de Resolução do Senado em tramitação que alteram o Regimento Interno da Casa.

## – 18 –

## REQUERIMENTO Nº 694, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 694, de 2003, do Senador Efraim Morais, solicitando, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2003, com o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 2002, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 245, de 2000; 101, 185 e 281, de 2001; 95 e 113, de 2002, por regularem a mesma matéria.

## – 19 –

## REQUERIMENTO Nº 695, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 695, de 2003, do Senador Tião Viana, solicitando, nos termos regimentais, que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 90, de 2003-Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

## – 20 –

## REQUERIMENTO Nº 704, DE 2003

Votação, em turno único, do Requerimento nº 704, de 2003, do Senador Demóstenes Torres, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Resolu-

ção nºs 66, de 2002, e 34, de 2003-CN, por regularem a mesma matéria.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma) – Está encerrada a presente sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 41 minutos.)*

## AGENDA

## DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

9-9-03

Terça-feira

- 10:00 Reunião de Líderes**  
Presidência do Senado Federal
- 10:30 Subprocurador Ednaldo Holanda Borges, Subprocurador da República**  
Presidência do Senado Federal
- 11:00 Conselheiro Jorge Pavão, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão**  
Presidência do Senado Federal
- 11:30 Senhor Luis Bulcão, Gerente de Cultura do Estado do Maranhão, acompanhado de Secretários de Cultura de outros Estados**  
Presidência do Senado Federal
- 12:00 Lançamento do Livro O Constitucionalismo de D. Pedro I no Brasil e em Portugal, edição fac-similar de documentos anotados pelo Imperador, com introdução de Afonso Arinos e prefácio de Carlos Fernando Mathias de Souza, co-editado pelo Senado Federal e pelo STF, com a presença do Presidente Maurício Corrêa, Presidente do Supremo Tribunal Federal**  
Apresentação dos seguintes livros:  
1 – Direito Constitucional Brasileiro: Reforma das Instituições Nacionais, de Alfredo Varela  
2 – História Constitucional do Brasil, de Aurelino Leal  
3 – Constituição Federal Brasileira (1891), de João Barbalho Uchôa Cavalcanti  
Salão Nobre do Congresso Nacional
- 15:00 Senhor Luiz Alberto Passos, acompanhado do Senhor Luiz Carlos Moreira da Silva, indicado para a Diretoria de Abastecimento e Refino da Petrobras**  
Presidência do Senado Federal
- 15:30 Ordem do Dia**  
Plenário do Senado Federal

**ATO DO PRESIDENTE Nº 162 , DE 2003**

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no exercício das atribuições que lhe conferem as normas regimentais e regulamentares,

**DECIDE:**

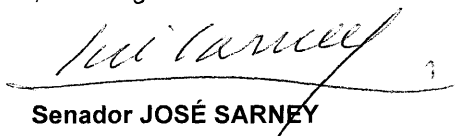
EXONERAR, a pedido, a Servidora ANDRÉA PIRES ISAAC FREIRE, mat. 5325, da função comissionada de Advogado-Geral Adjunto, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.  
Brasília, 27 de agosto de 2003.

**Senador JOSÉ SARNEY****Presidente do Senado Federal****ATO DO PRESIDENTE Nº 163 , DE 2003**

**O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL**, no exercício das atribuições que lhe conferem as normas regimentais e regulamentares,

**DECIDE:**

NOMEAR o Servidor **SHALOM EINSTOSS GRANADO**, mat. 5387, para exercer, a partir desta data, a função comissionada de Advogado-Geral Adjunto, símbolo FC-08, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.  
Brasília, 27 de agosto de 2003.

**Senador JOSÉ SARNEY****Presidente do Senado Federal****ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº 4727 , DE 2003**

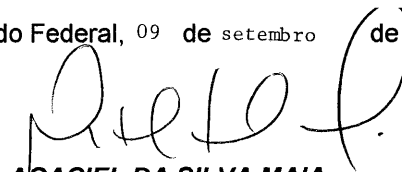
**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os **Atos nº 9 de 1996**, artigos 3º, inciso II, e 4º, e **nº 15 de 1997**, artigo 19, parágrafo único, ambos da Comissão Diretora,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - São designados os servidores LUIZ CARLOS PIRES RAYOL, matrícula nº 3379 e, ELIAS LYRA BRANDÃO, matrícula nº 1312, como gestores titular e substituto, respectivamente, do processo nº 005900/03-4 e do(s) contrato(s) que este originar.

**Art. 2º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 09 de setembro de 2003.


**AGACIEL DA SILVA MAIA****Diretor-Geral**

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 4728 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013649/03-5**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 4467, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2807, de 04/08/2003, que nomeou **PAULO PATAY** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Serys Slhessarenko, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 9 de setembro de 2003.



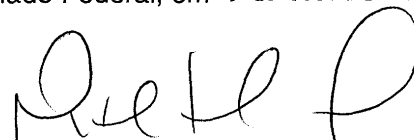
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****Nº. 4729 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013565/03-6**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 4408, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2803, de 29/07/2003, que nomeou **ARILDO ANTÔNIO AGNOLET** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gerson Camata, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 9 de setembro de 2003.



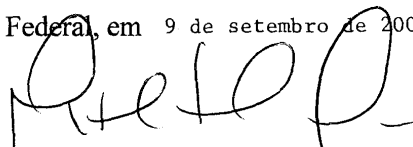
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4730 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002 e tendo em vista o que consta do Processo n.º 016.073/03-7,

**R E S O L V E** exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **RITA DE CÁSSIA PASTE CAMATA**, matrícula n.º 33.182, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Terceira Secretaria.

Senado Federal, em 9 de setembro de 2003.



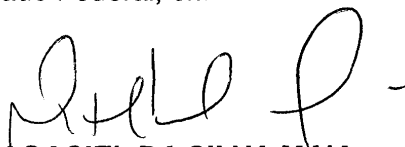
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4731 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **014131/03-0**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 4488, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2809-S, de 06/08/2003, que nomeou **VALDENIR ASSIS DE ANDRADE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Fátima Cleide, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 9 de setembro de 2003.



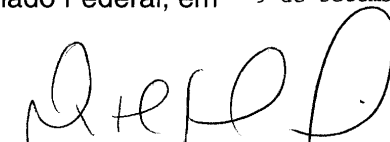
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4732 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Resolução do Senado Federal n.º 07, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **013589/03-2**,

**R E S O L V E** tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral n.º 4404, publicado no Boletim Administrativo de Pessoal do Senado Federal n.º 2803, de 29/07/2003, que nomeou **JOSÉ ORLANDO LIMA DA ROCHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa, em virtude de não ter tomado posse no prazo previsto pelo § 1º do Art. 13 da Lei n.º 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 9 de setembro de 2003.



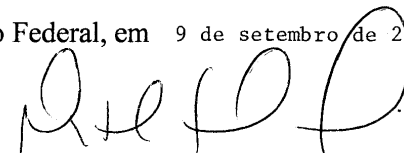
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4733 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016062/03-5**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ORLANDO LIMA DA ROCHA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa.

Senado Federal, em 9 de setembro de 2003.



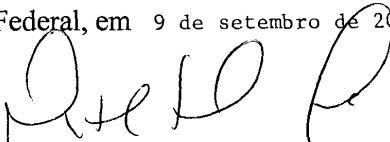
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4734 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016.066/03-0**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOHANN MAGNUS ALMEIDA DE SOUZA** para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Heloísa Helena.

Senado Federal, em 9 de setembro de 2003.



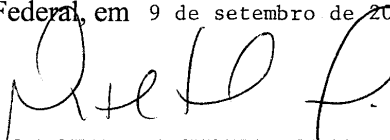
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4735 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016.001/03-6**,

**R E S O L V E** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **VALDEVINO MATEUS** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Álvaro Dias.

Senado Federal, em 9 de setembro de 2003.



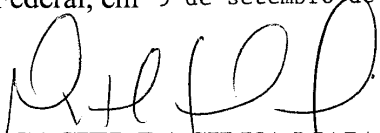
**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL****N.º 4736 , DE 2003**

**O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **016.002/03-2**,

**RESOLVE** nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ACLÉCIO DE FREITAS MENEZES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Álvaro Dias.

Senado Federal, em 9 de setembro de 2003.



**AGACIEL DA SILVA MAIA**  
Diretor-Geral

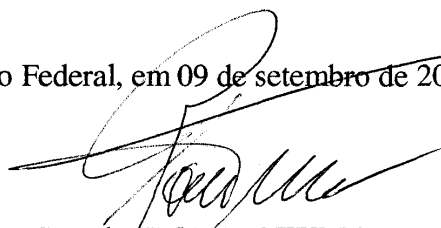
**ATO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SIS****ATO N.º 03, DE 2003**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE SAÚDE DO SENADO FEDERAL – SIS**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares e de acordo com a delegação de competência que lhe foi conferida pelo Ato n.º 24, de 2003, da Comissão Diretora, **RESOLVE**:

Art. 1º Designar o servidor João Carlos Zoghbi, matrícula n.º 3930, para compor o Conselho de Supervisão do Sistema Integrado de Saúde-SIS.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 09 de setembro de 2003.



Senador **ROMEU TUMA**  
Presidente do Conselho.

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL  
(52ª LEGISLATURA)**

<b>BAHIA</b>		PFL -	Heráclito Fortes
PFL -	Rodolpho Tourinho	PMDB -	Mão Santa
PFL -	Antonio Carlos Magalhães	<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>	
PFL -	César Borges	PTB -	Fernando Bezerra
<b>RIO DE JANEIRO</b>		PMDB -	Garibaldi Alves Filho
PT -	Roberto Saturnino	PFL -	José Agripino
PL -	Marcelo Crivella	<b>SANTA CATARINA</b>	
PMDB -	Sérgio Cabral	PFL -	Jorge Bornhausen
<b>MARANHÃO</b>		PT -	Ideli Salvatti
PMDB -	João Alberto Souza	PSDB -	Leonel Pavan
PFL -	Edison Lobão	<b>ALAGOAS</b>	
PFL -	Roseana Sarney	PT -	Heloísa Helena
<b>PARÁ</b>		PMDB -	Renan Calheiros
PMDB -	Luiz Otávio	PSDB -	Teotônio Vilela Filho
PT -	Ana Júlia Carepa	<b>SERGIPE</b>	
PTB -	Duciomar Costa	PFL -	Renildo Santana
<b>PERNAMBUCO</b>		PDT -	Almeida Lima
PFL -	José Jorge	PSB -	Antonio Carlos Valadares
PFL -	Marco Maciel	<b>AMAZONAS</b>	
PSDB -	Sérgio Guerra	PMDB -	Gilberto Mestrinho
<b>SÃO PAULO</b>		PSDB -	Arthur Virgílio
PT -	Eduardo Suplicy	PDT -	Jefferson Peres
PT -	Aloizio Mercadante	<b>PARANÁ</b>	
PFL -	Romeu Tuma	PSDB -	Alvaro Dias
<b>MINAS GERAIS</b>		PT -	Flávio Arns
PL -	Aelton Freitas	PDT -	Osmar Dias
PSDB -	Eduardo Azeredo	<b>ACRE</b>	
PMDB -	Hélio Costa	PT -	Tião Viana
<b>GOIÁS</b>		PSB -	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB -	Íris de Araújo	PT -	Sibá Machado
PFL -	Demóstenes Torres	<b>MATO GROSSO DO SUL</b>	
PSDB -	Lúcia Vânia	PMDB -	Juvêncio da Fonseca
<b>MATO GROSSO</b>		PT -	Delcídio Amaral
PSDB -	Antero Paes de Barros	PMDB -	Ramez Tebet
PFL -	Jonas Pinheiro	<b>DISTRITO FEDERAL</b>	
PT -	Serys Slhessarenko	PMDB -	Valmir Amaral
<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		PT -	Eurípedes Camargo
PMDB -	Pedro Simon	PFL -	Paulo Octávio
PT -	Paulo Paim	<b>TOCANTINS</b>	
PTB -	Sérgio Zambiasi	PSDB -	Eduardo Siqueira Campos
<b>CEARÁ</b>		PFL -	João Ribeiro
PSDB -	Reginaldo Duarte	PFL -	Leomar Quintanilha
PPS -	Patrícia Saboya Gomes	<b>AMAPÁ</b>	
PSDB -	Tasso Jereissati	PMDB -	José Sarney
<b>PARAÍBA</b>		PSB -	João Capiberibe
PMDB -	Ney Suassuna	PMDB -	Papaléo Paes
PFL -	Efraim Morais	<b>RONDÔNIA</b>	
PMDB -	José Maranhão	PMDB -	Amir Lando
<b>ESPÍRITO SANTO</b>		PT -	Fátima Cleide
PPS -	João Batista Motta	PMDB -	Valdir Raupp
PMDB -	Gerson Camata	<b>RORAIMA</b>	
PL -	Magno Malta	PPS -	Mozarildo Cavalcanti
<b>PIAUI</b>		PDT -	Augusto Botelho
PMDB -	Alberto Silva	PMDB -	Romero Jucá



## COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

### 1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Ramez Tebet (PMDB-MS)

Vice-Presidente: Senador Paulo Octavio (PFL-DF)

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Flávio Arns
Eduardo Suplicy	3. Serys Slhessarenko
Delcídio Amaral	4. Duciomar Costa
Roberto Saturnino	5. Magno Malta
Antonio Carlos Valadares	6. Aelton Freitas
Geraldo Mesquita Júnior	7. (vago)
Fernando Bezerra	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Mão Santa	2. Luiz Otávio
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Gerson Camata
João Alberto Souza	5. Sérgio Cabral
Pedro Simon	6. Ney Suassuna
Valdir Raupp	7. Íris de Araújo
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Antonio Carlos Magalhães
Efraim Moraes	2. Demóstenes Torres
Jonas Pinheiro	3. João Ribeiro
Jorge Bornhausen	4. José Agripino
Paulo Octavio	5. José Jorge
Rodolpho Tourinho	6. Marco Maciel
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1. Arthur Virgílio
Sérgio Guerra	2. (vago)
Eduardo Azeredo	3. Lúcia Vânia
Tasso Jereissati	4. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. João Batista Motta

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

### 1.1) SUBCOMISSÃO DE TURISMO

**TEMPORÁRIA**  
(07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senador Paulo Octávio (PFL –DF)**  
**Vice-Presidente: Senador Leonel Pavan (PSDB – SC)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTEs</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Aelton Freitas	1. Antonio Carlos Valadares
Serys Slhessarenko	2. Ideli Salvatti
<b>PMDB</b>	
Garibaldi Alves Filho	1. Mão Santa
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Paulo Octavio	1. João Batista Motta (PPS)*
João Ribeiro	2. César Borges
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. Lúcia Vânia

\*Vaga cedida ao PPS.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

## 1.2) SUBCOMISSÃO DE MINERAÇÃO

**TEMPORÁRIA**  
(07 titulares e 07 suplentes)

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa (PT – PA)**  
**Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho (PFL – BA)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Julia Carepa	1. Delcídio Amaral.
Aelton Freitas	2. Magno Malta
<b>PMDB</b>	
Luiz Otávio	1. Hélio Costa
Sérgio Cabral	2. (vago)
<b>PFL</b>	
Rodolpho Tourinho	1. Efraim Moraes
João Ribeiro	2. Almeida Lima (PDT)*
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Eduardo Azeredo

\*Vaga cedida pelo PFL

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO DESTINADA A ACOMPANHAR  
A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS**  
**TEMPORÁRIA**  
9 (nove) titulares  
9 (nove) suplentes  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**(29 titulares e 29 suplentes)**

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senador Papaléo Paes\* (PMDB-AP)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. Delcídio Amaral
Eurípedes Camargo	2. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	3. Tião Viana
Flávio Arns	4. Antonio Carlos Valadares
Sibá Machado	5. Duciomar Costa
João Capiberibe	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Juvêncio da Fonseca	2. Hélio Costa
Íris de Araújo	3. Ramez Tebet
Sérgio Cabral	4. José Maranhão
Ney Suassuna	5. Pedro Simon
Amir Lando	6. Romero Jucá
Papaléo Paes*	7. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Antonio Carlos Magalhães
Jonas Pinheiro	2. César Borges
José Agripino	3. Demóstenes Torres
Leomar Quintanilha	4. Efraim Morais
Renildo Santana	5. Jorge Bornhausen
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. (vago)
Lúcia Vânia	2. Tasso Jereissati
Teotônio Vilela Filho	3. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	4. Sérgio Guerra
Reginaldo Duarte	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
Álvaro Dias	2. (vago)
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 15.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DA CRIANÇA DO ADOLESCENTE E DA JUVENTUDE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)**  
**Vice-Presidente: Senadora Roseana Sarney (PFL-MA)**  
**Relatora: Senadora Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ana Júlia Carepa	1.
Fátima Cleide	2.
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1.
Juvêncio da Fonseca	2.
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1.
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1.
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO IDOSO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ)**  
**Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)**  
**Relator: Senador Leomar Quintanilha (PFL -TO)**

TITULARES	SUPLENTES
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1.
Aelton Freitas	2.
<b>PMDB</b>	
Sérgio Cabral	1.
Íris de Araújo	2.
<b>PFL</b>	
Leomar Quintanilha	1.
<b>PSDB</b>	
Antero Paes de Barros	1.
<b>PPS</b>	
Álvaro Dias	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Flávio Arns (PT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)**  
**Relator: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Flávio Arns	1.
Eurípedes Camargo	2.
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1.
Garibaldi Alves Filho	2.
<b>PFL</b>	
Jonas Pinheiro	1.
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1.
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1.

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente: Senador Papaléo Paes\*(PMDB-AP)**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho (PDT-RR)**  
**Relator: Senador Mão Santa (PMDB-PI)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Vago	1.
Vago	2.
<b>PMDB</b>	
Mão Santa	1.
Papaléo Paes*	2.
<b>PFL</b>	
Renildo Santana	1.
<b>PSDB</b>	
Reginaldo Duarte	1.
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1.

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.  
Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Cleudes Boaventura Farias Nery  
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Edison Lobão (PFL-MA)**  
**Vice-Presidente: Senador José Maranhão (PMDB-PB)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Serys Slhessarenko	1. Eduardo Suplicy
Aloizio Mercadante	2. Ana Júlia Carepa
Tião Viana	3. Sibá Machado
Antonio Carlos Valadares	4. Fernando Bezerra
Magno Malta	5. Geraldo Mesquita Júnior
(vago)	6. João Capiberibe
Marcelo Crivella	7. (vago)
<b>PMDB</b>	
Amir Lando	1. Romero Jucá*
Garibaldi Alves Filho	2. Luiz Otávio
José Maranhão	3. Ramez Tebet
Juvêncio da Fonseca	4. João Alberto Souza
Papaléo Paes	5. Íris de Araújo
Pedro Simon	6. Sérgio Cabral
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Paulo Octávio
César Borges	2. João Ribeiro
Demóstenes Torres	3. Jorge Bornhausen
Edison Lobão	4. Renildo Santana
José Jorge	5. Rodolpho Tourinho
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Tasso Jereissati	2. Teotônio Vilela Filho
(vago)	3. Leonel Pavan
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

\* Desfilou-se do PSDB, passando a integrar a bancada do PMDB em 14.05.2003..

Atualizada em 15.05.2003

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS “INDICAÇÕES APONTADAS” NO RELATÓRIO FINAL DA “CPI DO JUDICIÁRIO” E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO**

**(7 titulares e 7suplentes)  
(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

Criada através do Requerimento nº 12-CCJ, de 1999, aprovado em 15/12/1999.

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati**

**Vice-Presidente: Pedro Simon**

**Relator Geral: Senador Demóstenes Torres**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PMDB</b>	
Pedro Simon	1. João Alberto Souza
Garibaldi Alves Filho	2. Papaléo Paes
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Efraim Moraes
César Borges	2. João Ribeiro
<b>PT</b>	
Serys Slhessarenko	1. Sibá Machado
<b>PSDB</b>	
Tasso Jereissati	1. Arthur Virgílio Neto
<b>OUTROS PARTIDOS (PDT, PTB, PSB, PPS e PL)</b>	
Magno Malta	1. Fernando Bezerra

Atualizada em 21.05.03

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)



**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Osmar Dias (PDT-PR)**  
**Vice-Presidente: Senador Hélio Costa (PMDB-MG)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Fátima Cleide	1. Tião Viana
Flávio Arns	2. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	3. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	4. Papaléo Paes*
Duciomar Costa	5. Sibá Machado
Aelton Freitas	6. Marcelo Crivella
(vaga cedida ao PMDB)	7. (vago)
Heloísa Helena	8. (vago)
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Mão Santa
Íris de Araújo	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Juvêncio da Fonseca
Gerson Camata	4. Luiz Otávio
Sérgio Cabral	5. Valmir Amaral
José Maranhão	6. Amir Lando
(vago)	7. (vago)
Valmir Amaral (por cessão do Bloco de Apoio ao Governo)	
<b>PFL</b>	
Demóstenes Torres	1. Edison Lobão
Jorge Bornhausen	2. Jonas Pinheiro
José Jorge	3. José Agripino
Leomar Quintanilha	4. Marco Maciel
Renildo Santana	5. Paulo Octavio
Roseana Sarney	6. João Ribeiro
<b>PSDB</b>	
Sérgio Guerra	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Eduardo Azeredo
Reginaldo Duarte	3. Teotônio Vilela Filho
Antero Paes de Barros	4. Lúcia Vânia
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Jefferson Peres
Almeida Lima	2. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. Patrícia Saboya Gomes

Observação: Conforme acordo de líderes anunciado na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos de 19.2.2003, o PMDB ocupará somente 6 cadeiras na Comissão de Educação.

\*Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 13.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**  
(12 (doze) titulares e 12 (doze) suplentes)

**Presidente: Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)**  
**Vice-Presidente: Senadora Íris de Araújo (PMDB-GO)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Roberto Saturnino	1. Sibá Machado
Fátima Cleide	2. Eurípedes Camargo
João Capiberibe	3. Papaléo Paes*
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. Gerson Camata
Sérgio Cabral	2. Juvêncio da Fonseca
Íris de Araújo	3. Luiz Otávio
<b>PFL</b>	
Roseana Sarney	1 Paulo Octavio
Demóstenes Torres	2. José Agripino
Edison Lobão	3. (vago)
<b>PSDB</b>	
Eduardo Azeredo	1. Arthur Virgílio
Leonel Pavan	2. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Almeida Lima	2. (vago)

\* Desfilou-se do PTB, passando a integrar a bancada do PMDB em 07.05.2003.

Atualizada em 07.05.2003

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV**  
**PERMANENTE**  
**9 (nove) titulares**  
**9 (nove) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.3) SUBCOMISSÃO DO LIVRO**  
**PERMANENTE**  
**7 (sete) titulares**  
**7 (sete) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**4.4) SUBCOMISSÃO DO ESPORTE**  
**PERMANENTE**  
**7 (sete) titulares**  
**7 (sete) suplentes**  
**(AGUARDANDO INSTALAÇÃO)**

**5) - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**  
**(17 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)**  
**Vice-Presidente: Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Ideli Salvati	1. Ana Júlia Carepa
Heloísa Helena	2. Delcídio Amaral
Antonio Carlos Valadares	3. Geraldo Mesquita Júnior
Aelton Freitas	
Duciomar Costa	
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	
João Alberto Souza	
<b>PFL</b>	
César Borges	1. Jorge Bornhausen
Efraim Moraes	2. Paulo Octavio
João Ribeiro	
Leomar Quintanilha	
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Leonel Pavan
Antero Paes de Barros	
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Almeida Lima
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Magno Malta (PL-ES)**  
**Vice-Presidente: (aguardando eleição)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Sibá Machado	1..Serys Slhessarenko
Eurípedes Camargo	2. (vago)
Magno Malta	3. (vago)
Aelton Freitas	4. (vago)
Marcelo Crivella	5. (vago)
<b>PMDB</b>	
Renan Calheiros	1. Gerson Camata
Ney Suassuna	2. Amir Lando
José Maranhão	3. Gilberto Mestrinho
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Edison Lobão	1. Demóstenes Torres
Efraim Moraes	2. Jonas Pinheiro
Leomar Quintanilha	3. (vago)
Rodolpho Tourinho	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Lúcia Vânia	1. (vago)
(vago)	2. (vago)
Reginaldo Duarte	3. Antero Paes de Barros
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. (vago)
<b>PPS</b>	
Mozarildo Cavalcanti	1. João Batista Motta

Atualizada em 22.05.2003

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)**  
**Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella (PL-RJ)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Eduardo Suplicy	1. Flávio Arns
Heloísa Helena	2. Fátima Cleide
João Capiberibe	3. Aloizio Mercadante
Marcelo Crivella	4. Duciomar Costa
Fernando Bezerra	5. Aelton Freitas
Tião Viana (por cessão do PMDB)	
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho	1. Pedro Simon
João Alberto Souza	2. Ramez Tebet
Luiz Otávio	3. Valdir Raupp
(vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo)	4. Juvêncio da Fonseca
Hélio Costa	5. (vago)
<b>PFL</b>	
Antonio Carlos Magalhães	1. Edison Lobão
João Ribeiro	2. Renildo Santana
José Agripino	3. Rodolpho Tourinho
Marco Maciel	4. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Arthur Virgílio	1. Antero Paes de Barros
Eduardo Azeredo	2. Tasso Jereissati
Lúcia Vânia	3. Sérgio Guerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Péres	1. Álvaro Dias
<b>PPS</b>	
Patrícia Saboya Gomes	1. Mozarildo Cavalcanti

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) – SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**

**Subcomissão Permanente de Proteção dos**  
**Cidadãos Brasileiros no Exterior**

**PRESIDENTE: Senador**  
**VICE-PRESIDENTE: Senador**

TITULARES		SUPLENTES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)			
Marcelo Crivella (PL)	RJ-5077/5078	1 - Duciomar Costa (PTB)	PA-2341/2342
João Capiberibe (PSB)	AP-2441-2446	2 - Aelton Freitas (PL)	MG-4621/4018
Fátima Cleide (PT)	RO-2391-2397	3 - Flávio Arns (PT)	PR-2401/2405
PMDB			
Hélio Costa	MG-2244/2245	1 - Ramez Tebet	MS-2221/2224
Luiz Otávio	PA-3050/4393	2 - Juvêncio Da Fonseca	MS-1128/1228
PFL			
Marco Maciel	PE-5710-5724	1 - Roseana Sarney	MA-3069/3070
Rodolpho Tourinho	BA-3173/3174	2 - Renildo Santana	SE-1306/4055
PSDB			
Eduardo Azeredo	MG-2321-2323	1 - Antero Paes de Barros	MT-4061/1146

Reuniões:  
Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefones da Secretaria: 311-3259/3496/4777  
Sala nº 5/B – CEP 70100-000

Sala nº 07 – Ala Sen. Alexandre Costa  
Tel. da Sala de Reunião: 311-3367  
Fax: 311-3546  
E-mail: [sscomcre@senado.gov.br](mailto:sscomcre@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador José Jorge (PFL-PE)**  
**Vice-Presidente: Senador João Batista Motta (PPS-ES)**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB e PL)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Ideli Salvatti	2. Fátima Cleide
Serys Slhessarenko	3. Heloísa Helena
Sibá Machado	4. Ana Júlia Carepa
Geraldo Mesquita Júnior	5. Duciomar Costa
Duciomar Costa	6. Fernando Bezerra
Magno Malta	7. Marcelo Crivella
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Mão Santa
Amir Lando	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valmir Amaral	4. Renan Calheiros
Gilberto Mestrinho	5. Ney Suassuna
José Maranhão	6. Romero Jucá
<b>PFL</b>	
João Ribeiro	1. César Borges
José Jorge	2. Jonas Pinheiro
Marco Maciel	3. Leomar Quintanilha
Paulo Octavio	4. Renildo Santana
Rodolpho Tourinho	5. Roseana Sarney
<b>PSDB</b>	
Leonel Pavan	1. (vago)
Sérgio Guerra	2. Arthur Virgílio
Teotônio Vilela Filho	3. Reginaldo Duarte
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias
<b>PPS</b>	
João Batista Motta	1. Mozarildo Cavalcanti

Atualizada em 22.05.2003

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

# **CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

## **COMPOSIÇÃO**

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995

**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001

**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente: Senador JUVÊNCIO DA FONSECA <sup>2</sup>**  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES <sup>2</sup>**

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Juvêncio da Fonseca	MS	1128	1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Renildo Santana <sup>4</sup>	SE	1306
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(Vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. Reginaldo Duarte	CE	1137
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
(Vago) <sup>7</sup>			1. Augusto Botelho (PDT)	RR	2041
PTB <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra (PTB)	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4164	1. (Vago) <sup>9</sup>		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 13.08.2003)

### **Notas:**

<sup>1</sup> Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleitos em 18.03.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleitos na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (PL) até 13.08.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/etica](http://www.senado.gov.br/etica)



**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
**(Resolução nº 17, de 1993)**

**COMPOSIÇÃO <sup>1</sup>**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

**Notas:**

<sup>1</sup> Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

**SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**

Telefones: 311-4561 e 311-4552

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação (a ser realizada)

**PROCURADORES**

Senadores	UF	Ramal
PMDB		
PFL		
PT		
PSDB		
PDT/PTB/PSB/PL/PPS		

Atualizada em 17 de fevereiro de 2003

**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)**  
Telefones: 311-4561 e 311-3265

# CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

## COMPOSIÇÃO

**1ª Designação geral:** 03.12.2001

**2ª Designação geral:** 26.02.2003

**Presidente:** Senadora Serys Slhessarenko<sup>4</sup>

**Vice-Presidente:** Senador Geraldo Mesquita Júnior<sup>4</sup>

PMDB	UF	RAMA
(Vago) <sup>8</sup>		
PFL <sup>6</sup>		
Senadora Roseana Sarney <sup>1</sup>	MA	3070
PT <sup>5</sup>		
Senadora Serys Slhessarenko <sup>1</sup>	MT	2291
PSDB <sup>6</sup>		
Senadora Lúcia Vânia <sup>1</sup>	GO	2038
PDT		
Senador Augusto Botelho <sup>3</sup>	RR	2041
PTB <sup>5</sup>		
Senador Papaléo Paes <sup>1-7</sup>	AP	3253
PSB <sup>5</sup>		
Senador Geraldo Mesquita Júnior <sup>2</sup>	AC	1078
PL <sup>5</sup>		
Senador Magno Malta <sup>1</sup>	ES	4164
PPS		
Senadora Patrícia Saboya Gomes <sup>1</sup>	CE	2301

Atualizada em 15.8.2003

### Notas:

<sup>1</sup> Designados na Sessão do SF de 26.2.2003

<sup>2</sup> Designado na Sessão do SF de 7.3.2003

<sup>3</sup> Designado na Sessão do SF de 11.3.2003

<sup>4</sup> Eleitos, por aclamação, em 12.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>5</sup> Partido pertencente ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>6</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>7</sup> Na Sessão do SF de 7.5.2003, o Senador **Papaléo Paes** comunicou seu desligamento do PTB e filiação ao PMDB.

<sup>8</sup> Vaga ocupada até 1º.08.2003 pela Senadora Íris de Araújo, cujo exercício do mandato encerrou-se, nessa data, tendo em vista o retorno do titular, Senador Maguito Vilela.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

# CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

## COMPOSIÇÃO

**Presidente nato**<sup>1</sup>: Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<b><u>PRESIDENTE</u></b> Deputado João Paulo Cunha (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE</u></b> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE)	<b><u>1º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Paulo Paim (BLOCO/PT-RS)
<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Deputado Luiz Piauhyllino (PSDB-PE)	<b><u>2º VICE-PRESIDENTE</u></b> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA)	<b><u>1º SECRETÁRIO</u></b> Senador Romeu Tuma (PFL-SP)
<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE)	<b><u>2º SECRETÁRIO</u></b> Senador Alberto Silva (PMDB-PI)
<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<b><u>3º SECRETÁRIO</u></b> Senador Heráclito Fortes (PFL-PI)
<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Deputado Ciro Nogueira (PFL-PI)	<b><u>4º SECRETÁRIO</u></b> Senador Sérgio Zambiasi (BLOCO/PTB-RS)
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado Nelson Pellegrino (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> (aguardando definição)
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E DE REDAÇÃO</u></b> Deputado Luiz Eduardo Grenhalgh (PT-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u></b> Senador Edison Lobão (PFL-MA)
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputado Zulaê Cobra (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

**Nota:**

<sup>1</sup> De acordo com o art. 5º do Ato nº 1/73-CN.

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO<sup>1</sup>**

**Vice-Presidente: JAYME SIROTSKY**

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

<b>LEI Nº 8.389/91, ART. 4º</b>	<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTE</b>
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SORAES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO CABRAL DE ARAÚJO	(VAGO) <sup>2</sup>
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	MIGUEL CIPOLLA JR.
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	FREDERICO BARBOSA GHEDINI
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	FRANCISCO PEREIRA DA SILVA	ORLANDO JOSÉ FERREIRA GUILHON
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOSÉ PAULO CAVALCANTI FILHO	MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ALBERTO DINES	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JAYME SIROTSKY	JORGE DA CUNHA LIMA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	CARLOS CHAGAS	REGINA DALVA FESTA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RICARDO MORETZSOHN	ASSUNÇÃO HERNANDES MORAES DE ANDRADE

Composição atualizada em agosto de 2003

**Nota:**

<sup>1</sup> Presidente e Vice-Presidente eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 25.6.2002.

<sup>2</sup> Vago em decorrência da renúncia do Suplente CARLOS ROBERTO BERLINCK, que ocupou o cargo até 04.08.2003.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**  
(Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)  
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

**COMISSÕES DE TRABALHO**

**01 - Comissão de Regionalização da Programação**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002)*

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)

**02 - Comissão de Tecnologia Digital**

*(constituída na Reunião de 26/06/2002, para atender à Consulta nº 1, de 2002-CCS, formulada pela Presidência do Senado Federal ao Conselho de Comunicação Social)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão) – desde 14/10/2002
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio) – desde 14/10/2002
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) – desde 14/10/2002

**03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária**

*(constituída na Reunião de 02/09/2002)*

- Regina Dalva Festa (Representante da sociedade civil) – Coordenadora
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Francisco Pereira da Silva (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social)

**04 - Comissão de TV a Cabo**

*(constituída na Reunião de 17/03/2003, para emissão de parecer sobre o Projeto de Lei do Senado nº 175/2001, e mantida para atender à proposta do Parecer nº 2/2003-CCS, aprovado na Reunião de 07/04/2003, no sentido da realização de análise da situação da TV a Cabo no Brasil e apresentação de medidas e iniciativas com vista à solução dos problemas enfrentados pelo setor)*

- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil)

**05 - Comissão de Concentração na Mídia**

*(constituída na Reunião de 07/04/2003, para análise da concentração e controle cumulativo nas empresas de comunicação social em pequenas e médias cidades brasileiras)*

- Carlos Chagas (Representante da sociedade civil) – Coordenador
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante das empresas de televisão)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Alberto Dines (Representante da sociedade civil)
- Ricardo Moretzsohn (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: (61) 311-4561 e (61) 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccs](http://www.senado.gov.br/ccs)

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL**  
**Representação Brasileira**

**COMPOSIÇÃO**

**16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)**  
**Mesa Diretora eleita em 28.05.2003**

<b>Presidente: Deputado DR. ROSINHA</b>	<b>Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON</b>
<b>Secretário-Geral:</b> <b>Senador RODOLPHO TOURINHO</b>	<b>Secretário-Geral Adjunto:</b> <b>Senador ROBERTO JEFFERSON</b>

<b>MEMBROS NATOS <sup>(1)</sup></b>	
<b>Senador EDUARDO SUPPLY</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	<b>Deputada ZULAIÊ COBRA</b> Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

**SENADORES**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT – PTB – PSB – PL) <sup>(2)</sup></b>	
IDELI SALVATTI (PT/SC)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR) <sup>(6)</sup>
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	2. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB/SE)
<b>PMDB</b>	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. LUIZ OTÁVIO (PMDB/PA)
ROMERO JUCÁ (PMDB/RR)	2. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
<b>PFL <sup>(3)</sup></b>	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
RODOLPHO TOURINHO (PFL/BA)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
<b>PSDB <sup>(3)</sup></b>	
EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)	1. LEONEL PAVAN (PSDB/SC)
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES (PDT/AM) <sup>(7)</sup>	Vago <sup>(8)</sup>
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
MOZARILDO CAVALCANTI (PPS/RR)	1. JOÃO BATISTA MOTTA (PPS/ES)

**DEPUTADOS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>PT</b>	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. PAULO DELGADO (PT/MG)
<b>PFL</b>	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. PAULO BAUER (PFL/SC)
<b>PMDB</b>	
OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)	1. EDISON ANDRINO (PMDB/SC)
<b>PSDB</b>	
EDUARDO PAES (PSDB/RJ) <sup>(5)</sup>	1. JULIO REDECKER (PSDB/RS)
<b>PPB</b>	
LEODEGAR TISCOSKI (PPB/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PPB/SP)
<b>PTB</b>	
ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
<b>PL</b>	
WELINTON FAGUNDES (PL/MT)	1. NEUCIMAR FRAGA (PL/ES)
<b>PSB</b>	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JAMIL MURAD (PCdoB/SP) <sup>(9)</sup>
<b>PPS <sup>(4)</sup></b>	
JOÃO HERRMANN NETO (PPS/SP)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

**Notas:**

<sup>(1)</sup> Membros natos, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Resolução 1/1996-CN.

<sup>(2)</sup> O **Bloco de Apoio ao Governo** foi constituído, no Senado Federal, em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>(3)</sup> Partido pertencente à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituído em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).

<sup>(4)</sup> vaga decorrente da aplicação da Resolução nº 2, de 2000-CN.

<sup>(5)</sup> Vaga ocupada pelo Deputado Feu Rosa até 25.06.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(6)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Marcelo Crivella até 11.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(7)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Osmar Dias até 26.08.2003, conforme comunicação lida na Sessão do Senado da mesma data.

<sup>(8)</sup> Vaga ocupada pelo Senador Jefferson Péres até 26.08.2003, quando passou a ocupar a vaga de titular deixada pelo Senador Osmar Dias.

<sup>(9)</sup> Vaga ocupada pelo deputado Edson Ezequiel até 08.09.2003, conforme indicação da Liderança do PSB lida na Sessão do Senado da mesma data.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/24 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

[cpcm@camara.gov.br](mailto:cpcm@camara.gov.br)

[www.camara.gov.br/mercosul](http://www.camara.gov.br/mercosul)

**CONGRESSO NACIONAL**  
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)**  
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

**COMPOSIÇÃO**

**Presidente: Senador EDUARDO SUPPLYC<sup>1</sup>**

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b>	<b>SENADO FEDERAL</b>
<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> Deputado NELSON PELLEGRINO (PT-BA)	<b><u>LÍDER DA MAIORIA</u></b> <i>(aguardando definição)</i>
<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Deputado JOSÉ CARLOS ALELUIA (PFL-BA)	<b><u>LÍDER DA MINORIA</u></b> Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB) <sup>3</sup>
<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Deputada ZULAIÊ COBRA (PSDB-SP)	<b><u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u></b> Senador EDUARDO SUPPLYC (PT <sup>2</sup> -SP)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-4552  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)  
[www.senado.gov.br/ccai](http://www.senado.gov.br/ccai)

**Notas:**

<sup>1</sup> Conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 15.8.2001 (Ata publicada no DSF de 22.08.2001, pg. 17595).

<sup>2</sup> Partido pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo (PT/PTB/PSB/PL), no Senado Federal, constituído em 01.02.2003 (DSF de 02.02.2003, pg. 00338).

<sup>3</sup> Partido pertencente à Liderança Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB), no Senado Federal, constituída em 29.04.2003 (DSF de 30.04.2003, pg. 09125).





SENADO FEDERAL  
Secretaria Especial de Editoração e Publicações  
Subsecretaria de Edições Técnicas

## Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988

Publicação com atualização permanente.  
Contém o texto constitucional de 5 de  
outubro de 1988 com as alterações  
introduzidas pelas Emendas Constitucionais  
de Revisão, de nºs 1 a 6, e demais emendas  
constitucionais

Preço por exemplar: R\$ 5,00



Conheça nosso catálogo na Internet  
[www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm](http://www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm)

### Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal**  
**Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes**  
**70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



**EDIÇÃO DE HOJE: 170 PÁGINAS**